

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

JOSÉ ALVES

**A DINÂMICA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA (PR)
E A REPRODUÇÃO SOCIAL DOS PRODUTORES FAMILIARES:
UMA ANÁLISE DAS COMUNIDADES RURAIS DE
PINHALZINHO E VILA RICA**

**ORIENTADORA
PROF^ª. DR^ª. ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL**

**PRESIDENTE PRUDENTE
2004**

JOSÉ ALVES

**A DINÂMICA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA (PR)
E A REPRODUÇÃO SOCIAL DOS PRODUTORES FAMILIARES:
UMA ANÁLISE DAS COMUNIDADES RURAIS DE
PINHALZINHO E VILA RICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

ORIENTADORA
PROF^a. DR^a. ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

PRESIDENTE PRUDENTE
2004

José Alves

**A DINÂMICA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA (PR) E A
REPRODUÇÃO SOCIAL DOS PRODUTORES FAMILIARES: UMA ANÁLISE DAS
COMUNIDADES RURAIS DE PINHALZINHO E VILA RICA.**

Defesa de Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente (Área de Concentração: Geografia Agrária).

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rosângela Ap^a. de M. Hespanhol (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Ruth Youko Tsukamoto (UEL)

Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant^o Ana (UNESP)

José Alves

Presidente Prudente (SP), 14 de maio de 2004.

Resultado: APROVADO

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente – SP

A479d	<p>Alves, José. A dinâmica agrária do município de Ortigueira (Pr) e a reprodução social dos produtores familiares: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica / José Alves. – Presidente Prudente: [s. n.], 2004 316 f. : il., graf. Tab. + mapas</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.</p> <p>Orientador: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol</p> <p>1. Geografia agrária. 2. Dinâmica agrária – Ortigueira (PR). 3. Produção familiar – Estratégias de Reprodução. 4. Subordinação. I. Título. CDD 910.135</p>
-------	--

Para minha família: a quem devo o que sou e com quem apego-me e conto para ser o que ainda não sou. Pai, continue lutando pela vida, ela vale a pena!

Para todos os produtores e produtoras do município de Ortigueira, em especial àquele(a)s das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, que contribuíram com a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

O término de uma jornada é sempre difícil, mas muito gratificante, principalmente quando fazemos uma reflexão retrospectiva e verificamos quantas pessoas e instituições contribuíram para a sua conclusão. A lembrança de cada participação e o apoio merecem ser registradas, pois assim, o leitor saberá que para este trabalho chegar ao ponto de se tornar público, foi necessário não somente a dedicação do autor, mas de muitas pessoas que se disponibilizaram a vê-lo concluído.

Sendo assim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste, em especial:

À minha família: meu pai João, minha mãe Zilda, meus irmãos (Cido, Leo, Sá, Rogério, Fátima, Ivete e Bia); àqueles que se dizem da família (Angela, Pedrinho, Elisangela, Mirian e Alex - risos); e, aos meus sobrinhos (Jéssica, Michael, Caio, Ká, Victor, Keli e Elô) ... será que esqueci alguém? – obrigado por vocês existirem!

Às 44 famílias entrevistadas das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, por me receberem sempre tão dispostas, pelo tempo dedicado, pelas longas e agradáveis conversas, pelos cafés, lanches e almoços. Em especial, às 14 famílias que permitiram-me adentrar no seu universo e por compartilharem sua contabilidade durante o período de um ano.

Ao Paulo Pires, Lurdes, Leandro, Fernando e Renata, por me receberem sempre tão agradavelmente em sua casa durante as muitas visitas realizadas nas comunidades rurais. Sem vocês as permanências seriam bem mais difíceis. Muito obrigado por tudo!

Ao José e Neide, meus tios, pelo incentivo e ajuda em realizar a pesquisa em Ortigueira, especialmente por me fornecerem o meio de transporte naquela localidade. Agora já posso dizer que, depois de dois anos, aprendi pegar, selar e andar a cavalo. Antonio, obrigado pelas dicas.

À Rosângela Hespanhol, pela orientação segura e exemplar. Por ser o ponto de apoio nos momentos de angústias e de deslumbramentos encontrados no decorrer desta pesquisa.

Obrigado pela amizade, pelas leituras criteriosas e por fazer parte deste momento tão importante da minha formação.

À CAPES, pela bolsa de fomento que me possibilitou a dedicação exclusiva às atividades do mestrado e a esta pesquisa.

Às Professoras Ruth Y. Tsukamoto e Eliane Tomiasi Paulino, pela disponibilidade em realizar a leitura do Relatório de Qualificação em tão pouco tempo e pelas críticas e sugestões feitas no Exame. E ao professor Lázaro Sant'Ana que, apesar de suplente, também realizou a leitura e fez sugestões pertinentes para a finalização do trabalho.

Aos funcionários da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Curitiba); da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) nas unidades de Curitiba e Ortigueira; do IBGE de Londrina, em especial ao Alfeu e aos funcionários da Secretaria Municipal de Agricultura, em especial ao Secretário Valter Laroça, que colocaram a minha disposição os dados e as informações essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao engenheiro Agrônomo Laércio de Assis, pela disponibilização do mapa de localização das comunidades rurais no município de Ortigueira.

Ao Conselho Universitário e ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) por nos possibilitar a conclusão do Curso de Graduação, mesmo com a difícil greve pela qual passava esta Instituição. Em especial, às professoras Rosely Lima e Alice Yatiyo Asari, por acreditarem na nossa causa.

Aos professores do 4º ano do Curso de Geografia de 2001 da UEL, que se sensibilizaram com a nossa situação naquele período de greve e ministraram as aulas necessárias para que pudéssemos concluir o curso, possibilitando-nos assim, a realização da matrícula na Pós-Graduação na UNESP.

Ao Prof. Eliseu S. Sposito, Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Presidente Prudente – em 2002, que na época realizou nossa matrícula com a ressalva de até o início das aulas apresentarmos a documentação exigida.

Aos amigos e professores da UEL pela formação profissional, pela prazerosa vivência durante a graduação e pelos incentivos em prestar o mestrado, em especial ao André, ao Eduardo, a Míriam, a Cida, a Angélica, a Edna, e aos professores Cláudio Bragueto e Jeani D. P. Moura.

Aos amigos do Grupo PET-GEOGRAFIA-UEL, pela formação e amizade, em especial as professoras Ruth Tsukamoto (por ensinar os primeiros passos na pesquisa), Rosely Lima, Alice Y. Asari e Kumagae K. Stier, e aos amigos Márcio, Reginaldo, Ciléia, Margarida Cássia, Luciane Blum e Jean.

À Angela Katuta por fornecer a morada de cada dia. Saiba que sem sua ajuda as coisas seriam muito mais difíceis em Presidente Prudente!

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Pres. Prudente –, em especial ao Thomaz, Nivaldo, Rosângela, Eliseu e Carminha, que por meio das suas disciplinas, possibilitaram-me apreender um pouco mais da Geografia e repensar algumas questões pertinentes sobre a pesquisa.

Aos colegas do Grupo GEDRA, pela convivência, pelo contato com outras pesquisas, pelas discussões e reflexões realizadas durante as reuniões que muito contribuíram com este trabalho.

Aos funcionários do Departamento de Geografia e da Seção de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Pres. Prudente –, em especial a Lúcia, Nair, Márcia, Erynat, Washington e Ivonete, pela atenção.

À Flora H. Sato pelo excelente trabalho com os mapas.

Aos colegas e amigos que tive o prazer de conhecer no decorrer da minha vivência em Presidente Prudente, com os quais pude compartilhar as felicidades, dificuldades e angústias da pesquisa e, é claro, os bons momentos vividos nesta cidade. São eles:

✓ O pessoal do famoso San Sebastian: Marcelo, figura inesquecível; Maria Franco, grande amiga e a melhor galega que já conheci; Denis, o ex-gaúcho; Flavinha Spinelli, que se acha a psicóloga de plantão; Zé Augusto, grande figura e colega da Diretoria da AGB – Pres. Prudente; Adriano, o homem do cavanhaque; Lima, extensão do Nordeste no Oeste Paulista;

- ✓ O pessoal da balada: Sílvia, Marcelino e Flávia, Madalena (a única a pôr os nomes dos filhos de José José e Maria Maria), Sônia e Divino, Willian e Lírian;
- ✓ Ao pessoal da AGB – Pres. Prudente, pela convivência e união que resultou na organização do Fala Professor e na construção da *nossa sede*;
- ✓ Enfim, a todo o pessoal inesquecível: Adrianinha (minha prof^a. de CorelDRAW), Joelma, Cory, Álvaro, Tânia, Alexandre, Celso, Angélica, Dinalva, Renatinha, Aninha, Gleison, Luciano Furini, Jorge Montenegro e Fernandinha (sem esquecer da Marina), Noeli, Agda e Fabrício.

Por fim, gostaria de ressaltar algumas pessoas fantásticas com as quais convivi nesse período e pela amizade que a cada dia se fortifica mais e mais:

- ✓ À Karina, pelo convívio diário em nossa república que virou “casa”, pelo companheirismo, pelas caminhadas, por agüentar comigo o estresse do dia a dia e, apesar da sua mania de limpeza, é uma pessoa inesquecível, ainda mais colocando em prática seus dotes culinários.
- ✓ Ao Márcio, lutador exemplar que mesmo sem fomento à pesquisa tem uma garra que contagia; obrigado pela amizade e incentivos;
- ✓ À Deise, mestre e amiga, por sempre me ouvir nos momentos necessários, pelas conversas e “passeios” em Londrina e pelo exemplo de vida!
- ✓ Ao Jarbas, colega que se tornou amigo, meu muito obrigado pelo socorro dos *Abstracts* e pelas caronas;
- ✓ À Júlia, pela força em todos os momentos, pela amizade e pelo companheirismo que perdura até hoje;
- ✓ À Lenira, Helena e André Lima, pelos incentivos, paciência e por me fazer acreditar que chegar lá era possível.

À todos, meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a produção familiar no contexto da dinâmica agrária do município de Ortigueira (PR), de modo a entendê-la no processo de produção e organização desse espaço agrário. Além disso, buscou-se analisar a produção familiar nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, de modo a discutir a subordinação dos produtores familiares ao capital, bem como as estratégias de reprodução social adotadas pelos mesmos para permanecerem no campo. Para tanto, tomou-se como referencial teórico norteador que a produção familiar estruturada a partir de relações não-capitalistas de produção é criada e recriada pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, que ao sujeitar a renda da terra ao capital, também possibilita sujeitar o trabalho que se dá na terra. Desse modo, o trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo buscou-se investigar, a partir da dinâmica regional paranaense, os fatores gerais que influenciaram o processo de formação territorial do município de Ortigueira (PR) e as relações deste processo com a constituição da estrutura fundiária municipal, de modo a compreender a ocupação e o loteamento das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. No segundo capítulo procurou-se identificar, com base nos dados do Censo Agrícola de 1960, Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96 e dados da Pesquisa Agropecuária Municipal de 1990 a 2001 – ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expressividade sócio-econômica da produção familiar no contexto da dinâmica agrária do referido município, que mesmo com as reduzidas áreas, apresenta participação extremamente significativa na produção agropecuária municipal. O terceiro capítulo primou pela análise da produção familiar nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, sendo focado as estratégias de reprodução social adotadas pelos produtores e suas famílias para permanecerem no campo. No quarto capítulo foi analisado a contabilidade anual de 14 unidades produtivas nas referidas comunidades, por meio da qual foi possível compreender o processo de subordinação da produção familiar ao capital, bem como as estratégias de reprodução social desenvolvida pelas famílias para continuarem na terra. Tais estratégias são articuladas pelos elementos família, trabalho e terra, sendo regidas por uma racionalidade que não se fundamenta nos fatores econômicos, mas sua lógica é a permanência da família na terra, preservando o seu patrimônio e os seus meios de produção, se reproduzindo com seu modo de vida calcado na solidariedade, na sociabilidade familiar, nos laços de vizinhança, de parentesco e comunitário.

PALAVRAS-CHAVE: dinâmica agrária, município de Ortigueira, produção familiar; subordinação; estratégias de reprodução.

ABSTRACT

This study has the objective to analyse family production in the context of agrarian dynamic at Ortigueira Municipal District (State of Paraná - BR), with the aim to understand it within the process of production and organization of this agrarian space. By far, it searches to analyse family production specifically on rural communities of Pinhalzinho and Vila Rica, in a way to discuss family producers subordination by the capital, and as well their adopted social reproduction strategies to continue on the field. To reach this on we take, as theoretic reference, the fact that family production structured by non-capitalistic production relationships is created and recreated by the contradictory process of capitalism development itself, which submits land rent to the capital and make it possible to submit the land labour too. By this way, the study is structured on five chapters. At the first, we research general factors that influenced territorial formation process on Ortigueira Municipal District, considering regional dynamic at the State of Paraná on its relations with the constitution of municipal land structure, searching to understand the occupational process of Pinhalzinho and Vila Rica communities. At chapter two we try to identify, based on agriculture census data, as well as municipal districts agricultural researches of IBGE (Brazilian Geographic and Statistics Institute), the social and economical expression of family production in the context of the agrarian dynamics which, although presenting reduced areas, reveals extremely significant participation on municipal agrarian production. The third chapter primes for family production analysis on rural communities of Pinhalzinho and Vila Rica, focusing social reproduction strategies adopted by the families to keep living on the field. The fourth chapter presents an analysis of annual accountancy of 14 production unities at refered communities, by which became possible to understand family production subordination process by the capital, as well social reproduction strategies developed by the families to stay working on the land. Those strategies are articulated by the elements: family, labour and field, been managed by a rationality not based on economic factors, but on the logic of permanence over the land, conserving family's patrimony and its production ways, reproducing themselves with their own way of life that includes solidarity, family sociability, neighborhood partnership, kinship and community connections.

Keywords: agrarian processes, Ortigueira Municipal District, family production, subordination, social reproduction strategies.

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS	13
LISTA DE GRÁFICOS	14
LISTA DE MAPAS	15
LISTA DE QUADROS	15
LISTA DE TABELAS	16
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 01 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA (PR): A GÊNESE DAS COMUNIDADES RURAIS DE PINHALZINHO E VILA RICA	30
1.1 – Conceitos de frente pioneira e frente de expansão na compreensão da produção do espaço agrário ortigueirense	33
1.2 – Caracterização sócio-espacial das regiões do Paraná Tradicional e do Norte Paranaense	36
1.2.1 – O processo de ocupação do Paraná Tradicional	38
1.2.2 – O Norte do Paraná enquanto frente pioneira: a importância do pequeno proprietário, da parceria e do colonato	42
1.3 – Processo de formação territorial do município de Ortigueira como frente de expansão	53
1.4 – Safra, safristas, grilagem de terras e surgimento das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica	63
1.4.1 – A safra, os safristas e a grilagem de terras	63
1.4.2 – Loteamento e ocupação das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica	70
CAPÍTULO 02 – A DINÂMICA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA E A PRODUÇÃO FAMILIAR	74
2.1 – A estrutura fundiária, a condição do produtor e a utilização das terras	79
2.1.1 – Condição do produtor	87
2.1.2 – Utilização das terras	93
2.2 – Evolução da produção agrícola e da pecuária no período de 1960 a 2001	100
2.2.1 – Evolução das principais lavouras permanentes e temporárias	100
2.2.2 – Evolução dos principais efetivos da pecuária: a suinocultura, a pecuária bovina e a produção leiteira	104
2.3 – Apontamentos sobre a cadeia produtiva do leite no Brasil: entendendo o contexto nacional	116
2.4 – Processo de tecnificação agrícola no município de Ortigueira	123

CAPÍTULO 03 - A PRODUÇÃO FAMILIAR NAS COMUNIDADES RURAIS DE PINHALZINHO E VILA RICA: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	131
3.1 – Acesso a terra e a adaptação ao novo lugar	132
3.2 – Constituição familiar	139
3.3 – Diversificação produtiva: a busca pela sobrevivência no campo	144
3.3.1 – A produção agrícola e o autoconsumo	145
3.3.2 – (Re)organização da paisagem: a importância da pecuária leiteira	154
3.4 – Relações sociais de produção e organização do trabalho	163
3.4.1 – O trabalho familiar, o temporário e a ajuda mútua.	163
3.4.2 – Ser cooperado e não se sentir cooperado: contradições do cooperativismo no sistema capitalista	171
3.5 – Comercialização: a sujeição do produtor familiar ao capital comercial e agroindustrial	178
3.6 – Outras fontes de renda: a importância do trabalho acessório, da aposentadoria e dos Programas Sociais Bolsa Escola e Vale Gás	186
3.7 – Em busca da geração de renda no campo: financiamento para o custeio e para investimentos nas UPFs.	192
3.8 – Busca pela qualidade de vida no campo: para além do espaço da casa e da comunidade	201
3.9 – Produtores familiares e a relação com o lugar	204
CAPÍTULO 04 - ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR: SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA	212
4.1 – Subordinação da produção familiar ao capital	215
4.1.1 – Dominação da agricultura pelo capital	215
4.2 – A sujeição da renda da terra ao capital e as estratégias de reprodução da produção familiar	220
4.2.1 – Estratégias de reprodução social dos produtores familiares	224
4.3 – Análise da contabilidade da produção familiar nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica	226
4.3.1 – Rendimento total: a importância da produção agropecuária e de outras fontes de renda	227
4.3.2 – Custos com a produção agropecuária: a reposição dos meios de produção..	234
4.3.3 – Produção de leite: quantidade produzida, preço e rendimento obtido	240
4.3.4 – Despesas com a família, rendimento líquido total e a importância do autoconsumo	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	277
ANEXOS	284

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Escola multiseriada localizada na comunidade rural de Pinhalzinho	143
Foto 02 – Escola multiseriada desativada e a capela da comunidade de Vila Rica	143
Foto 03 – Uso do arado de tração animal no preparo do solo	151
Foto 04 – Uso da plantadeira manual para o plantio	151
Foto 05 – Diversificação na produção agrícola	153
Foto 06 – Gado leiteiro característico na comunidade de Pinhalzinho	159
Foto 07 – Gado leiteiro característico na comunidade de Vila Rica	159
Foto 08 – Uso do tanque de expansão para o resfriamento do leite	161
Foto 09 – Armazenamento do leite em tambores	161
Foto 10 – Antiga casa de um dos produtores da comunidade de Vila Rica	199
Foto 11 – Casa de um dos produtores da comunidade de Vila Rica construída a partir de recursos a fundo perdido do Paraná 12 Meses	199
Foto 12 – A capela da comunidade de Pinhalzinho	207

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Ortigueira: aumento e redução da população total, urbana e rural – 1960 a 2000	78
Gráfico 02 – Estrutura Fundiária de Ortigueira: nº de estabelecimentos – 1960 a 1995/96	82
Gráfico 03 – Estrutura fundiária de Ortigueira: área (ha) dos estabelecimentos - 1960 a 1995/96	82
Gráfico 04 – Ortigueira: evolução do nº dos estabelecimento inferiores a 100 ha – 1960 a 1995/96	86
Gráfico 05 – Ortigueira: evolução da área (ha) ocupada pelos estabelecimento inferiores a 100 ha – 1960 a 1995/96	86
Gráfico 06 – Ortigueira: evolução da utilização das terras - 1960 a 1995/96	94
Gráfico 07 – Ortigueira: evolução da criação de bovinos e suínos - 1960 a 2001	105
Gráfico 08 – Ortigueira: evolução do nº de vacas ordenhadas e da quantidade de leite produzida (mil/litros) - 1960 a 2001	110
Gráfico 09 – Evolução da produção de leite (mil/litros) no município de Ortigueira no período de 1990 a 2001	112
Gráfico 10 – Ortigueira: participação dos pequenos estabelecimentos na produção de leite (mil/litros)	114
Gráfico 11 – Ortigueira: evolução do nº de máquinas e instrumentos agrícolas - 1960 a 1995/96	125
Gráfico 12 – Tamanho da unidade de produção familiar quando adquirida segundo o estrato de área (ha)	137
Gráfico 13 – Tamanho atual da unidade de produção familiar por estrato de área (ha)	137
Gráfico 14 – Distribuição da população entrevistada nas comunidades rurais por faixa etária	142
Gráfico 15 – Grau de escolaridade da população entrevistada nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica	142
Gráfico 16 – Uso da terra nas unidades de produção familiar na comunidade de Pinhalzinho	148
Gráfico 17 – Uso da terra nas unidades de produção familiar na comunidade de Vila Rica	148
Gráfico 18 – Pinhalzinho: principais produtos por área (ha) cultivada na safra 2001/02	149
Gráfico 19 – Vila Rica: principais produtos por área (ha) cultivada na safra 2001/02	149
Gráfico 20 – Distribuição em percentual da renda mensal das famílias nas UPFs em salário mínimo – R\$ 200,00	190
Gráfico 21 – Pinhalzinho: evolução comparativa da produção de leite no período de setembro de 2002 a agosto de 2003 dos produtores 03, 06 e 08	244
Gráfico 22 – Vila Rica: evolução comparativa da produção de leite no período de setembro de 2002 a agosto de 2003 dos produtores 10, 11 e 12	244
Gráfico 23 – Evolução do preço do litro de leite (R\$) pago pela Colari no período de setembro de 2002 a agosto de 2003	248
Gráfico 24 – Evolução do preço do litro de leite (R\$) pago pelo laticínio no período de setembro de 2002 a agosto.....	249

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização do município de Ortigueira no Estado do Paraná	20
Mapa 02 – Localização das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica no município de Ortigueira – Pr	21
Mapa 03 – Regionalização do Estado do Paraná	37
Mapa 04 – Evolução do povoamento no Estado do Paraná	39
Mapa 05 – Evolução dos municípios no Estado do Paraná	57
Mapa 06 – Avanço da frente de expansão oriunda dos Campos Gerais	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Pinhalzinho: trajetória das famílias	134
Quadro 02 – Vila Rica: trajetória das famílias	135
Quadro 03 – Evolução das principais atividades agrícolas nas UPFs das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica	146
Quadro 04 – Pinhalzinho: composição da força de trabalho familiar	165
Quadro 05 – Vila Rica: composição da força de trabalho familiar	166
Quadro 06 – Pinhalzinho: relações de trabalho adotadas nas UPFs	168
Quadro 07 – Vila Rica: relações de trabalho adotadas nas UPFs	169
Quadro 08 – Pinhalzinho: comercialização da produção	180
Quadro 09 – Vila Rica: comercialização da produção	181
Quadro 10 – Pinhalzinho: acesso ao crédito rural	194
Quadro 11 – Vila Rica: acesso ao crédito rural	195
Quadro 12 – Rendimento total dos produtores	228
Quadro 13 – Custos na produção agropecuária	235
Quadro 14 – Produção de leite	241
Quadro 15 – Contabilidade total dos produtores	255
Quadro 16 – Pinhalzinho e Vila Rica – rendimento líquido e remuneração (R\$) estipulada por membro da força de trabalho familiar	263

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Evolução da população total, urbana e rural do município de Ortigueira – 1960 a 2000	78
Tabela 02 – Estrutura Fundiária de Ortigueira: número de estabelecimentos - 1960 a 1995/96	81
Tabela 03 – Estrutura Fundiária de Ortigueira: área (ha) ocupada pelos estabelecimentos agropecuários - 1960 a 1995/96	83
Tabela 04 – Ortigueira: evolução do número de estabelecimentos segundo a condição do produtor - 1960 a 1995/96	90
Tabela 05 – Ortigueira: evolução da área dos estabelecimentos segundo a condição do produtor - 1960 a 1995/96	90
Tabela 06 – Ortigueira: evolução da utilização das terras (ha) - 1960 a 1995/96	95
Tabela 07 – Ortigueira: área (ha) dos estabelecimentos segundo a utilização da terra por grupos de área total – 1995/96.....	99
Tabela 08 – Ortigueira: evolução da área colhida com as principais lavouras temporárias e permanentes (ha) - 1960 a 1995/96	101
Tabela 09 – Ortigueira: evolução do efetivo da produção animal e quantidade de leite produzida - 1960 a 1995/96	106
Tabela 10 – Evolução da produção de leite (mil/litros) no município de Ortigueira no período de 1990 a 2001	111
Tabela 11 – Ortigueira: produção de leite (mil/litros) por grupo de área	113
Tabela 12 – Ortigueira: evolução do nº de máquinas e instrumentos agrícolas - 1960 a 1995/96.....	124
Tabela 13 – Ortigueira: uso de fertilizantes e defensivos conforme o nº de estabelecimentos	125
Tabela 14 – Evolução do pessoal ocupado no município de Ortigueira no período de 1960 a 1995/96	127
Tabela 15 – Distribuição do tamanho das famílias conforme o número de pessoas nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica	141
Tabela 16 – Pinhalzinho: produto e destino da produção - safra 2001 / 02	150
Tabela 17 – Vila Rica: produto e destino da produção - safra 2001 / 02	150
Tabela 18 – Efetivo total do rebanho bovino e leiteiro por estrato de área	157
Tabela 19 – Distribuição do efetivo total do rebanho bovino e leiteiro por UPF	157
Tabela 20 – Outras fontes de renda da família nas UPFs das comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica	190
Tabela 21 – Tamanho da casa – área construída m ²	202

INTRODUÇÃO

Justificativas e o Espaço de Investigação Empírica

Ao se propor uma discussão acerca do espaço rural brasileiro, independente da escala de análise, não se pode deixar de focar que este apresenta-se muito heterogêneo, pois presencia-se o latifúndio improdutivo; a empresa capitalista, utilizando-se de mão-de-obra assalariada; a precarização do trabalho volante; os movimentos sociais lutando pelo acesso à terra e por melhores condições de vida no campo; e, dentre outras realidades, a importância da produção familiar, que por sinal, também é extremamente heterogênea.

Quanto à produção familiar, Wanderley (1995, p. 38) afirma que os pequenos produtores presentes no campo brasileiro sempre foram deixados à própria sorte, vistos à margem, secundários perante o latifúndio e que foi a grande propriedade “quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução”. Neste contexto, a produção familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira, “foi historicamente um *setor ‘bloqueado’*, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”.

Entretanto, essa forma de encarar a produção familiar pelos sucessivos governos e pelo Estado de um modo geral, trouxeram sérias conseqüências sociais para o país, reflexos estes que podem ser vistos, dentre outros, nas lutas dos movimentos sociais pela terra como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e na busca dos produtores familiares por melhores condições de produção, de comercialização, de infra-estruturas, enfim, de mais justiça social no campo.

Assim, segundo Hespanhol (2000), na década de 1990 a produção familiar ganhou novas dimensões no cenário nacional, pois se tornou um dos temas centrais da questão agrária brasileira, não só nos meios acadêmicos como governamentais, devido ao papel desempenhado por esse segmento de produtores para o desenvolvimento do país¹.

¹ Para Hespanhol (2000), esta mudança de perspectiva deveu-se a uma série de fatores, tanto de âmbito acadêmico, social e político. No que se refere aos acadêmicos, destacam-se, entre outros: a permanência das unidades produtivas familiares com o desenvolvimento do capitalismo no campo, que mesmo expropriando um grande contingente de produtores, ainda prevalece uma grande diversidade de unidades produtivas, as quais apresentam uma série de diferenças de ordem econômica, social, cultural e política. Destaca-se também essas unidades como sustentáculo do desenvolvimento social e econômico dos países de capitalismo avançado, além dos trabalhos de cunho regional e local sobre o meio rural brasileiro que possibilitam um melhor entendimento desta categoria de produtores no país. Quanto aos fatores sociais e políticos, pode-se citar: as pressões dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) via reivindicação da reforma agrária estruturada em unidades produtivas familiares; as reivindicações da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) buscando políticas diferenciadas para essa categoria de produtores; o Governo Federal elegendo a agricultura familiar como principal elemento de desenvolvimento rural através do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), entre outros.

Entre os vários aspectos abordados referentes à produção familiar no período, ganharam expressividade os relacionados à inserção social e econômica dessas explorações; a pluriatividade das unidades produtivas; os impactos decorrentes das políticas públicas destinadas a esses produtores, especialmente o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); a questão do desenvolvimento local; as formas de organização social como associações e cooperativas; as estratégias de reprodução social dessa categoria de produtores rurais, entre outros.

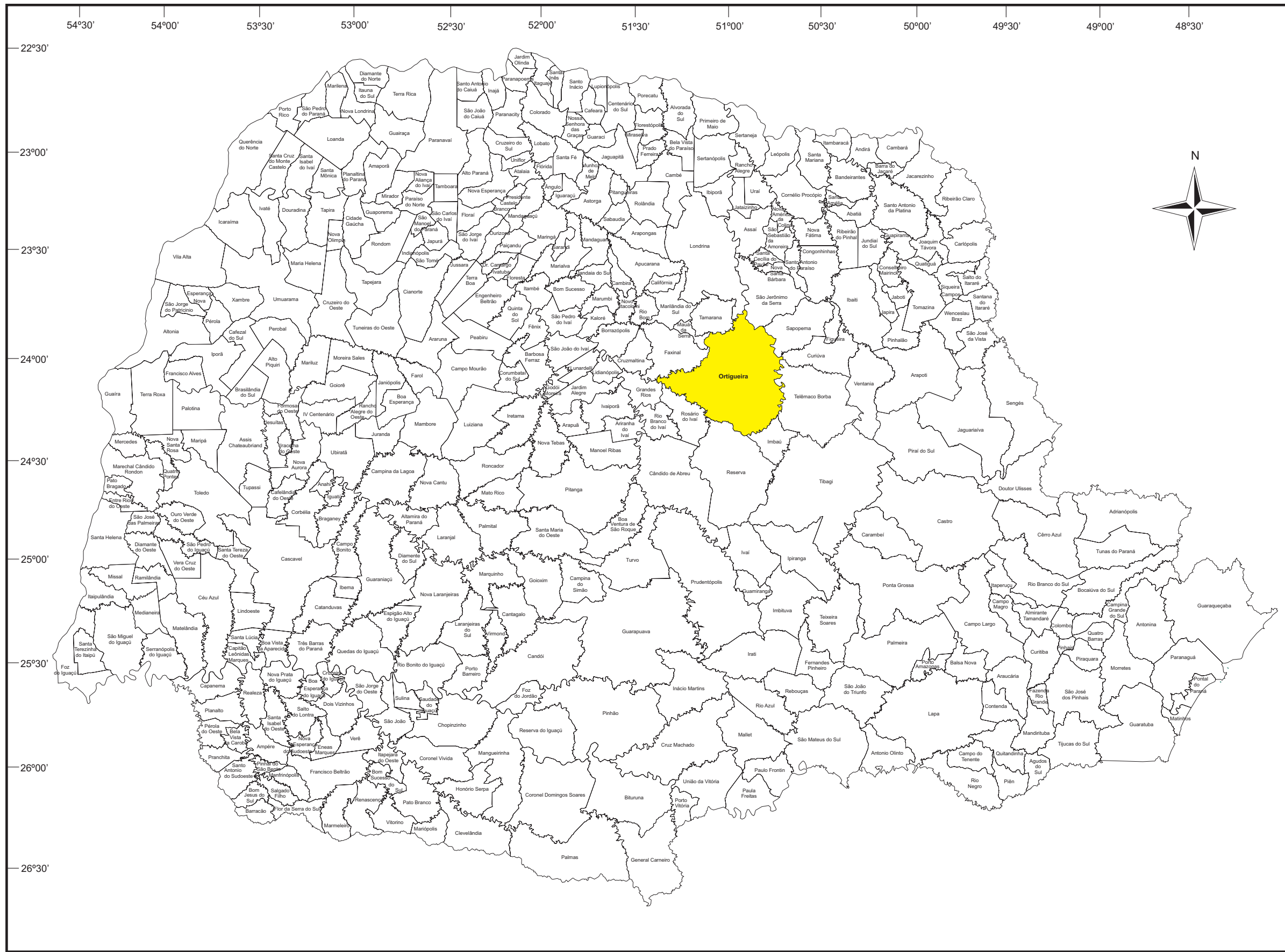
Tendo como base a importância desse segmento produtivo na questão agrária brasileira no limiar do século XXI, se propõe a analisar a produção familiar no contexto da dinâmica agrária do município de Ortigueira – Pr, com atenção especial para as comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, visando compreender às formas adotadas pelo capital para subordinar essa categoria de produtores, bem como discutir as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos mesmos para sua permanência no campo.

O município de Ortigueira, foco deste estudo, como se observa no Mapa 01, está localizado na posição geográfica de 24°20' de latitude Sul e 50°94' de longitude Oeste, na Mesorregião Geográfica Centro Oriental Paranaense². As comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica estão localizadas na porção oeste do município, a aproximadamente 20 e 30 km, respectivamente, do distrito sede de Ortigueira, como pode se observar no Mapa 02.

O interesse em realizar a pesquisa no referido município fundamenta-se numa série de fatores que vão desde o processo de ocupação da região e da formação territorial de Ortigueira, que é decorrente do avanço da frente de expansão dos Campos Gerais paranaense, que muito se diferencia do avanço da frente pioneira no Norte do Estado; à importância assumida pela produção familiar no contexto da dinâmica agrária ortigueirense, tanto na produção agrícola, na pecuária bovina e leiteira, na suinocultura, como na absorção da maioria do pessoal ocupado no campo.

Além disso, a escolha das comunidades rurais de Pinhalzinho e de Vila Rica se deu pela proximidade das mesmas, que devido à grande extensão territorial do município poderia ser um obstáculo ao desenvolvimento do trabalho. As duas comunidades rurais tiveram seu processo de ocupação e de loteamento decorrentes de um mesmo processo histórico, ou seja, estas surgiram a partir do loteamento de parte da Fazenda Apucarana Grande em pequenas propriedades no início da década de 1960.

² A área territorial do município é de 2.446 Km², com uma densidade demográfica de 10,29 hab./km² (Censo Demográfico, 2000).



MAPA 01 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA NO ESTADO DO PARANÁ

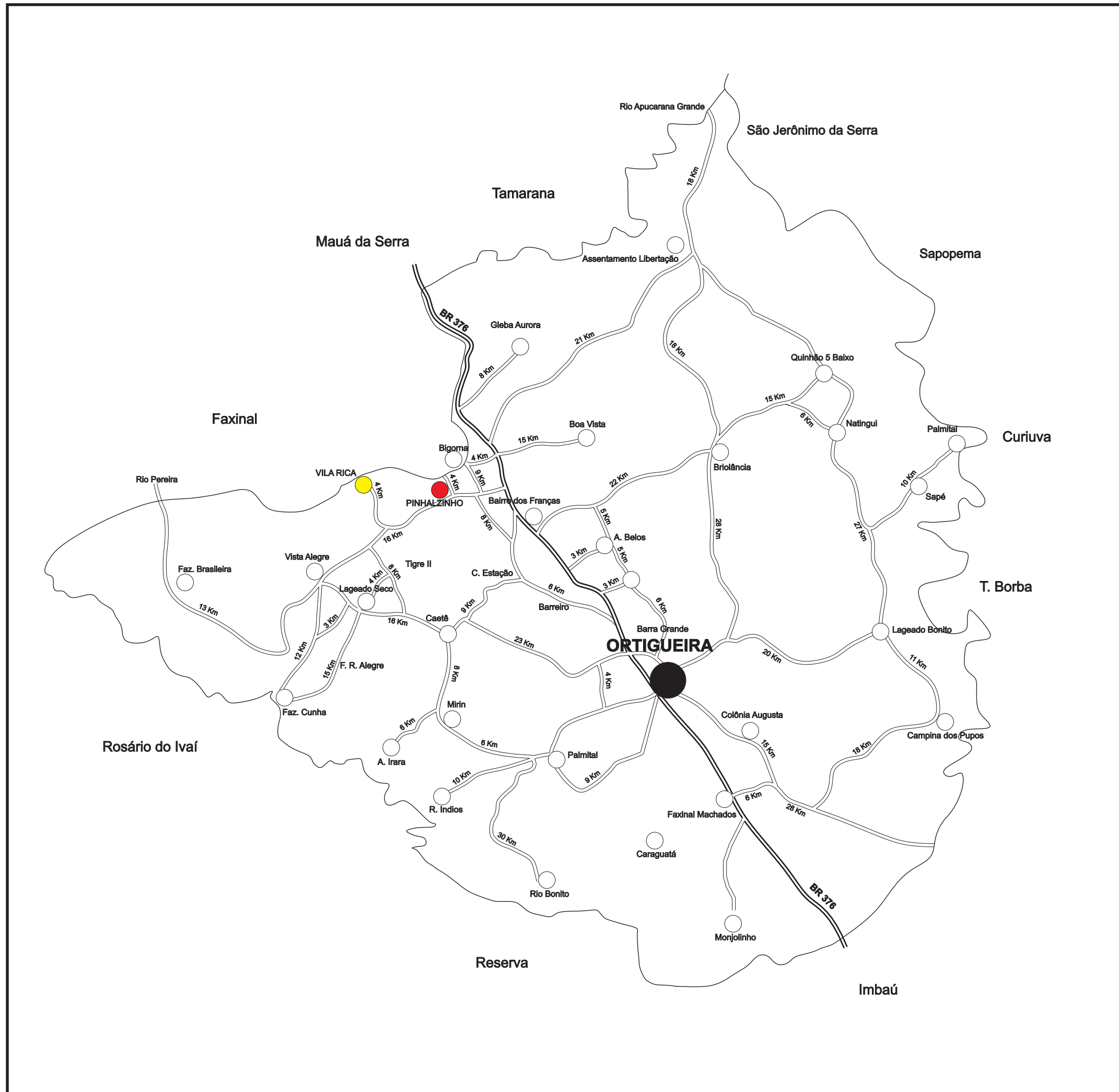
LEGENDA

MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA



Escala:		ESCALA GRÁFICA APROXIMADA	
Autor:	JOSÉ ALVES	Orientadora:	ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
Fonte:	IBGE - 1999	Edição Gráfica:	Flora H. Sato
		Mapa:	01
		Página:	20
Apoio Financeiro:			

MAPA 02 LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS DE PINHALZINHO E VILA RICA NO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA - PR






LEGENDA

-  BR 376
-  Estradas Municipais
-  Divisa do Município
-  Comunidades
-  Comunidade de Pinhalzinho
-  Comunidade de Vila Rica
-  Sede do Município

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA NO ESTADO DO PARANÁ



Escala: ESCALA GRÁFICA APROXIMADA	
	
Autor: JOSÉ ALVES	Orientadora: ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
Fonte: Planejamento GOMES ASSIS Ltda. - Mapa Rodoviário - Levantamento das Estradas Municipais - Município de Ortigueira Paraná - 27/03/01 - escala 1:400 000	Edição Gráfica: Flora H. Sato
Apoio Financeiro: 	Mapa: 02 Página: 21 Instituição: 

Um outro ponto que despertou o interesse pelo estudo da produção familiar nas comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica, se deve ao fato de que com o loteamento daquela área, além da permanência de antigos posseiros (agora proprietários da terra), também passou a residir no local produtores vindos principalmente do Norte paranaense, que conseguiram realizar nessas localidades o sonho de possuir seu “*pedaço de terra*”. A permanência de grande parte desses produtores nas comunidades, mesmo com as difíceis condições físico-naturais características da transição de Planaltos – topografia montanhosa, com vertentes bastante íngremes –, além das difíceis condições sócio-econômicas – devido à falta e infraestrutura, pouca terra (sítios pequenos), baixo preço do leite ... – é um outro ponto que justifica esta pesquisa.

E, por fim, nas comunidades rurais, verifica-se uma heterogeneidade das unidades familiares – tanto em área, como no tamanho da força de trabalho familiar, dos tipos de atividades exercidas, etc.– que expressam a realidade do município.

Objetivos do trabalho

Como objetivo central buscou-se analisar a produção familiar no contexto da dinâmica agrária do município de Ortigueira (Pr), tendo como ponto de partida o entendimento da constituição territorial do referido município e a produção do seu espaço agrário. A partir desse estudo, buscou-se analisar a produção familiar nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, visando discutir a ação do capital para subordinar essa categoria de produtores, bem como as estratégias de reprodução social adotadas pelos mesmos para a sua permanência no campo.

Assim, a partir do estudo do processo de formação territorial desse município, procurou-se as especificidades do arranjo de sua estrutura fundiária concentrada, de modo a verificar as relações desta com o loteamento e a ocupação das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. Isso fez-se necessário uma vez que o processo de ocupação do referido município ocorreu a partir do avanço da frente de expansão dos Campos Gerais paranaenses, movimento que possibilitou dentre outras realidades, o acesso à terra por meio da grilagem e da posse, ocasionando a formação de grandes áreas, bem como de pequenas, ocupadas pelos posseiros. Foi a partir do loteamento de parte da Fazenda Apucarana Grande em pequenas propriedades que surgem as comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

Outro objetivo específico foi identificar no contexto da dinâmica agrária do município de Ortigueira a expressividade sócio-econômica da produção familiar, que mesmo

com as reduzidas áreas, apresenta participação extremamente significativa na produção agropecuária municipal.

Tendo em vista a realização dos objetivos específicos citados anteriormente, procurou-se analisar a produção familiar nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, de modo a investigar as estratégias de reprodução adotadas pelos produtores familiares. Privilegiou-se o entendimento das relações sociais de produção e a organização do trabalho na unidade familiar; a investigação das condições sócio-econômicas vigentes decorrentes da diversificação da produção e da obtenção de outras fontes de renda; bem como, do processo de comercialização, de financiamento para custeio e investimento na produção e da importância do autoconsumo. Além disso, buscou-se entender as formas de sociabilidade e de solidariedade mantidas pelos produtores, de modo a manterem seu modo de vida e o vínculo com o lugar.

Por fim, procurou-se analisar a contabilidade de 14 unidades produtivas nas duas comunidades rurais no período de setembro de 2002 a agosto de 2003, de modo a compreender o processo de subordinação da produção familiar ao capital, por meio da sujeição da renda da terra e da apropriação do sobretrabalho, bem como, as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelas famílias para se manterem no campo.

Procedimentos Metodológicos e a Delimitação dos Produtores Pesquisados

O desenvolvimento da pesquisa foi possível devido a uma série de atividades que, em linhas gerais, podem ser resumidas nas seguintes etapas: levantamento e leitura do referencial bibliográfico, produção de textos e a realização dos trabalhos de campo.

Antes da visita à campo para a aplicação das entrevistas e de questionário junto aos produtores rurais, necessitávamos de um aprofundamento teórico-metodológico acerca da temática pesquisada.

Para tanto, realizamos levantamentos bibliográficos referente à temática estudada nas bibliotecas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente, Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), além de pesquisa pela Internet nas bibliotecas da UNESP de Rio Claro e na Universidade de São Paulo (USP). Em sites oficiais e em órgãos governamentais procedemos ao levantamento de dados de fonte secundária, tais como as publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Agrícola de 1960, Censos Agropecuários no período de 1970 a

1995/96, Censos Demográficos de 1960 a 2000 e dados da Pesquisa Agropecuária Municipal (PPM) de 1990 a 2001.

Concomitante à realização das disciplinas fomos efetivando leituras e fichamentos da bibliografia selecionada, de modo a elaboramos textos (sempre procurando vincular os artigos finais das disciplinas às indagações da pesquisa³) que possibilitassem reflexões acerca da temática da pesquisa que, juntamente com outras leituras, foram a base para a redação da Dissertação. Também foram realizadas reuniões com a orientadora pelo menos uma vez ao mês, as quais possibilitaram repensar o referencial teórico-metodológico adotado, assim como, as atividades empíricas da pesquisa.

Um segundo momento se refere ao trabalho empírico que se iniciou já no segundo bimestre de 2002. Assim, em abril do referido ano, realizamos uma visita à Secretaria de Agricultura do Município de Ortigueira e à EMATER local (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), nas quais entrevistamos o secretário de agricultura e o engenheiro agrônomo responsável. Com isso, tivemos um panorama da produção familiar de modo que a seleção das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica para a pesquisa empírica não fugia à realidade encontrada nas demais comunidades rurais existentes no município (cerca de 40), ou seja, embora o estudo fosse de âmbito local por meio das duas comunidades rurais, estas representavam a realidade municipal.

A partir dessas informações, elaboramos o plano de trabalho para a pesquisa de campo que se daria nas duas comunidades rurais. Em agosto de 2002 fomos visitar alguns produtores para conversarmos com os mesmos sobre as possibilidades destes fazerem parte do grupo com o qual realizaríamos o levantamento da contabilidade familiar durante o período de um ano. Antes porém, conversamos com alguns produtores que conhecem bem a realidade das comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica (por fazerem parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e por participarem ativamente da igreja – Católica), para que os mesmos nos indicassem um grupo heterogêneo de unidades produtivas.

Após esses primeiros contatos, elaboramos e aplicamos um questionário junto a 14 produtores das duas comunidades rurais. Este número de produtores equivale a 23,0% do total das unidades produtivas existentes nas duas comunidades rurais, sendo 40 no Pinhalzinho e 20 na Vila Rica. Deste modo, das 14 unidades produtoras selecionadas, 08

³ *Produção Familiar: “a Busca de um Conceito”*, realizado na disciplina Perspectivas Teóricas da Produção Familiar no Brasil; *“Uma Experiência de Análise Cooperativista através do Trabalho de Campo: o Caso da Cocamar e Copavi”*, elaborado a partir da disciplina Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil; e, *A subordinação da produção familiar ao capital*, realizado na disciplina A Questão Cidade-Campo: Agroindústria e Movimentos Sociais.

foram no Pinhalzinho, representando 20,0% do total desta comunidade e 07 na Vila Rica, representando 35,0% do total das unidades produtivas lá existentes.

A partir dos dados da contabilidade destes produtores buscamos entender o processo de subordinação da produção familiar ao capital por meio da drenagem da renda gerada nas unidades produtoras para outros segmentos da sociedade. Para tanto, as perguntas do questionário (Anexo A) estruturaram-se em sete blocos: a) identificação do produtor; b) estrutura da família e história de vida; c) exploração da unidade produtora; d) relações de produção; e) comercialização; f) financiamento; e, g) infra-estrutura da unidade de produção.

A partir de uma primeira análise dos dados coletados e da percepção do pesquisador com relação à receptividade dos produtores para o acompanhamento da contabilidade familiar, decidimos que todos os entrevistados fariam parte desta fase da pesquisa por estarem dentro dos objetivos propostos.

Os critérios para a seleção desses produtores foram: que os mesmos realizassem a exploração da unidade de produção exclusivamente com mão-de-obra familiar, sem a adoção de trabalho assalariado permanente; que o universo pesquisado representasse a heterogeneidade da disparidade sócio-econômica encontrada entre os produtores, para assim, verificarmos as estratégias realizadas nos diferentes segmentos; que o conjunto das unidades fossem representativa quanto às atividades produtivas realizadas⁴, bem como, que abrangesse diferentes tamanhos dos sítios e número de pessoas ocupadas; que a unidade produtiva fosse inferior a 100 hectares; as unidades deveriam estar localizadas em várias partes das comunidades, ou seja, “espalhadas” nas várias “águas” de modo que pudéssemos englobar áreas com solos e grau de declividade diferenciados; que os produtores participassem de alguma forma de organização da produção (associações, cooperados à COLARI – Cooperativa de Laticínios de Mandaguari / Pr, ajuda mútua); e, por fim, a comercialização da produção agropecuária poderia ocorrer com qualquer agente – cooperativa, leiteiro, cerealista ou intermediário.

Após selecionarmos os produtores que contribuiriam com o levantamento anual da contabilidade familiar, deixamos com os mesmos uma planilha (Anexo B) a ser preenchida (por eles) ao final de cada mês, sendo que a cada dois ou três meses passaríamos nas comunidades para recolhermos os dados levantados. A planilha é composta dos seguintes campos: a) identificação; b) rendimento total da família com a venda da produção vegetal e animal – inclusive com a venda do leite –, aposentadoria, trabalho fora do sítio e outras

⁴ Tanto na geração de renda com a produção agrícola, com a pecuária leiteira, com rendas advindas do trabalho acessório e de aposentadoria.

rendas; c) custos com a produção (despesas com o sítio) tanto na agricultura como na criação animal, no pagamento de diária e outras despesas; d) rendimentos – gastos com o orçamento familiar e destino das sobras: poupança ou outros investimentos; e, e) importância do autoconsumo.

Constatamos que apenas 02 dos 14 produtores preenchem os dados, sendo que nos outros casos, quando de nossa visita, as anotações eram feitas quando os produtores nos forneciam os dados.

A análise dos dados coletados no levantamento da contabilidade das referidas famílias no período de setembro de 2002 a agosto de 2003 encontra-se sistematizada no capítulo 04. A respeito ressalta-se que a análise fundamenta-se nos dados fornecidos pelos produtores, o que nos remete a um certo cuidado, uma vez que nem toda a renda obtida pelo produtor possa ter sido declarada, ou alguns valores possam ter sido subestimados ou esquecidos de ser informados⁵. Apesar desta advertência e cuidado no tratamento dos dados, este procedimento adotado foi a forma mais confiável de se compreender o intenso processo de exploração que os produtores estão submetidos.

Além da escolha dos produtores para o levantamento da contabilidade, em março de 2003 retornamos ao campo para a aplicação de questionários à 44 produtores das duas comunidades rurais (Anexo A). Os critérios definidos para a escolha destes produtores se pautaram em parte nos critérios definidos anteriormente para a seleção do grupo que participaria do levantamento da contabilidade, uma vez que os 14 produtores também comporiam estes universo. Os critérios foram: que fossem pequenos produtores, o que significa para a realidade fundiária do município e para o tipo de atividade realizada, como tendo a área da unidade produtiva inferior a 100 hectares⁶; que realizassem a exploração da unidade de produção preferencialmente com mão-de-obra familiar, sem a adoção de trabalho assalariado permanente; e que o universo pesquisado fosse significativo entre os produtores, sendo que para ambas as comunidades rurais, os percentuais ficaram acima de 70,0%.

A aplicação dos questionários foi realizada durante duas semanas consecutivas, com uma média de aplicação de quatro questionários por dia e com duração média entre 50 e 90 minutos. Não tivemos nenhum problema quanto à receptividade dos produtores para a

⁵ Apesar desta advertência, não acreditamos que isso possa ter ocorrido, uma vez que constatou-se a seriedade com que os produtores contribuíram com o levantamento.

⁶ Tomando como apoio o trabalho de Oliveira (1997), bem como a estrutura fundiária e a realidade do município de Ortigueira – para o qual o Módulo Rural estipulado pelo INCRA é de 20 ha –, adotou-se como pequena unidade produtiva os estabelecimentos com área inferior a 100 ha; como médias, os estabelecimentos com área de 100 a menos de 1.000 ha; e, como grande explorações, os estabelecimentos com área acima de 1.000 ha.

aplicação destes questionários. O que normalmente ocorria era o receio inicial quanto ao destino dos dados coletados, sendo uma das maiores preocupações o uso deste pelo governo para a cobrança de impostos. Todavia, após explicarmos mais de uma vez o porquê da entrevista e pelo fato de sermos natural da comunidade de Vila Rica, logo o receio da parte do produtor e da família era superado.

Assim, procurou-se transformar a aplicação do questionário em conversas descontraídas, na qual o produtor, a esposa e os filhos mais velhos não se limitavam a responder as questões fechadas do questionário, mas as perguntas abertas (mais subjetiva) os possibilitaram ir além do que era questionado.

Em junho de 2003 visitamos novamente as comunidades para participarmos da reza de São João realizada por uma produtora do Pinhalzinho. Neste momento reuniu-se um número significativo de pessoas (mais ou menos 120), tanto das duas comunidades rurais, como de outras vizinhas, do Distrito do Bairro dos Franças e da cidade de Ortigueira. A visita teve como objetivo principal vivenciar esta forma de sociabilidade dos produtores.

Outra visita aconteceu em julho do mesmo ano, na qual retornamos às 14 unidades produtivas para recolhermos os dados da contabilidade, que como ocorreu nas outras visitas, acabamos preenchendo a planilha com os produtores. Além disso, realizamos uma entrevista com o leiteiro representante da Colari que coleta o leite nas duas comunidades e também o acompanhamos na captação do leite na sua rota durante uma manhã.

Na mesma visita ao município fizemos uma entrevista com um antigo morador de Ortigueira, que tinha sido capataz do ex-proprietário do latifúndio que deu origem às comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica. Esta entrevista teve como objetivo levantar e comprovar algumas informações já obtidas à respeito da ocupação e grilagem de terras no município de Ortigueira no período das safras.

Além da entrevista com o secretário de agricultura, o engenheiro agrônomo da Emater, o leiteiro da Colari e com um antigo morador de Ortigueira, também utilizamos uma entrevista concedida no ano de 2000 pelo engenheiro que loteou o latifúndio que originou as comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica, bem como recorreu-se a algumas entrevistas realizadas com antigos moradores da comunidade de Vila Rica no ano de 1999. Ambas foram realizadas enquanto bolsista do grupo PET-Geografia-UEL.

Por fim, após o Exame de Qualificação foi realizada uma última visita no mês de dezembro de 2003, para finalizarmos o levantamento da contabilidade dos produtores.

Estrutura do Trabalho

As análises e reflexões realizadas com as leituras e com os dados levantados, tanto de fonte primária como secundária, foram sistematizados em quatro capítulos que compõem esta Dissertação de Mestrado.

Assim, diante dos objetivos propostos, a análise da produção familiar no contexto da dinâmica agrária do município de Ortigueira se respaldou no referencial teórico-metodológico que possibilitasse analisar como o desenvolvimento contraditório, desigual e combinado de reprodução ampliada do capital, subordina a produção familiar por meio da sujeição da renda da terra e da apropriação do sobretrabalho familiar⁷, e como tais produtores desenvolvem uma série de estratégias para se reproduzirem socialmente no campo⁸.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, buscou-se discutir o processo de formação territorial do município de Ortigueira, de modo a entender como se deu a constituição de sua estrutura fundiária concentrada e as relações desta com o loteamento e a ocupação das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. Assim, a partir do conceito de frente de expansão foi possível compreender como ocorreu o processo de ocupação e de constituição da produção do espaço agrário ortigueirense, sendo que a expansão do povoamento não estava ligada à propriedade privada da terra, mas principalmente à sua posse e grilagem. Foi justamente a partir da possibilidade de formação de grandes áreas que se constituiu a Fazenda Apucarana Grande que, no início de 1960, foi em parte loteada em pequenas propriedades, originando as comunidades em foco neste estudo.

A partir do entendimento da formação territorial do referido município e das especificidades da produção do seu espaço agrário, pode-se elucidar algumas questões que possibilitaram compreender o porquê até os dias atuais verifica-se uma forte concentração de terras no município de Ortigueira, apesar dos estabelecimentos inferiores a 100 ha serem numericamente superiores aos médios e grandes. Entretanto, mesmo com a forte concentração fundiária, percebe-se que a produção familiar sempre teve uma significativa importância na dinâmica agrária ortigueirense.

É justamente essa expressividade sócio-econômica da produção familiar no contexto da dinâmica agrária no município de Ortigueira que o segundo capítulo enfoca. A necessidade de analisar a constituição do espaço agrário ortigueirense, além de possibilitar o

⁷ Segundo Martins (1995, 1991 e 1975), Oliveira (1999, 1997, 1986a e 1986b e 1981), Amin e Vergopoulos (1977) e Tavares dos Santos (1978).

⁸ Conforme Sant'Ana (2003), Tedesco (1999) e Wanderley (1999).

entendimento de como surgiram as comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, também se constituiu num esforço necessário para a análise da produção familiar no contexto da dinâmica agrária municipal no período de 1960 a 2001 – tomou-se como base o Censo Agrícola de 1960, os Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96 e os dados da Pesquisa Agropecuária Municipal disponibilizados de 1990 a 2001.

No terceiro capítulo privilegiou-se a análise da produção familiar nas comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica, por meio da investigação das estratégias de reprodução social adotadas pelos produtores para permanecerem no campo e, como, a partir destas, os produtores organizam o espaço local.

No quarto e último capítulo, buscou-se analisar a partir da contabilidade anual de 14 unidades produtivas familiares, o processo de sujeição da produção familiar ao capital. A partir desta análise, pode-se constatar que os produtores familiares estão submetidos aos ditames do capital, uma vez que este sujeita a produção mercantil no momento da circulação, o que também lhe possibilita sujeitar a renda obtida na unidade produtiva. Diante da forte expropriação da renda e do sobretrabalho familiar, verificou-se que tais produtores só se mantêm no campo, uma vez que estes não são orientados por uma racionalidade que visa à apropriação da renda da terra e o lucro capitalista, mas o sentido que guiam-lhes é a reprodução da família ou parte de seus membros no campo.

CAPÍTULO 01

**O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO
DE ORTIGUEIRA (PR): A GÊNESE DAS COMUNIDADES RURAIS
DE PINHALZINHO E VILA RICA**

Este capítulo tem como objetivo discutir o processo de formação territorial do município de Ortigueira, de modo a entender como se deu a constituição de sua estrutura fundiária concentrada e as relações desta com o loteamento e a ocupação das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

Assim, pretende-se entender a dinâmica da produção desse espaço geográfico.

De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 20 – 21), para se analisar uma sociedade por meio do seu território, entendido não só no contexto do Estado-Nação, mas também em outras escalas de análise, inclusive em âmbito municipal, deve-se partir do entendimento da constituição do espaço geográfico ou do “território utilizado”. Concomitantemente, “o processo de reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria de formação sócioespacial”.

Desse modo,

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada a sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 1977, p. 81).

Compreender o espaço geográfico e a constituição deste enquanto território, mesmo que seja na escala municipal, só é possível, segundo Santos (1977), a partir da análise respaldada na dinâmica do modo de produção, bem como, na formação econômica e social concretizada (formação socioespacial), o que não poderia ocorrer alheio ao espaço⁹.

Nas palavras de Santos,

modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento conjunto, e isto através de uma formação social (SANTOS, 1977, p. 86).

Para se entender a constituição territorial de um determinado espaço geográfico, deve-se analisá-lo a partir da dinâmica da totalidade social, decorrente do modo de produção

⁹ Ressaltando a necessidade de se compreender a importância do espaço, Santos (1977, p. 91) afirma que “o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus movimentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos”.

capitalista, como das particularidades no âmbito local da organização da sociedade e do espaço, que ocorrem no interior da totalidade.

Com tal intuito, inicialmente, realizar-se-á uma breve caracterização do processo de ocupação do Estado do Paraná, tomando como referência os conceitos de frente pioneira e frente de expansão.

Isso porque, é a luz do entendimento das principais atividades econômicas desenvolvidas, especialmente no contexto da ocupação do Paraná Tradicional e do avanço da frente de expansão dos Campos Gerais paranaenses, que se poderá entender a constituição territorial do município de Ortigueira.

Tendo cumprido essa etapa, caracterizar-se-á a atividade cafeeira no Norte do Paraná, buscando entender como, a partir desta atividade, se constituiu um significativo contingente de trabalhadores rurais que não conseguindo adquirir um pedaço de terra, no caso dos parceiros e colonos, ou de expandir a área da pequena propriedade, no caso dos pequenos proprietários, devido ao elevado preço da terra nesta região, vão buscá-la em outras porções do Estado – no caso especial, em Ortigueira e, especificamente, nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

Após a caracterização da ocupação e da dinâmica econômica das regiões do Paraná Tradicional e do Norte do Paraná, se estabelecerá um contexto favorável, não só para o entendimento do processo de colonização do município de Ortigueira, como também, para as discussões que serão realizadas no segundo capítulo. Quanto ao processo de ocupação do referido município, este possibilitou a concentração fundiária por meio da grilagem de terras, gerando vários latifúndios, bem como, uma significativa produção familiar, exercida por posseiros, além da atuação dos safristas, por meio do sistema de safras – criação de suínos de forma caipira.

A partir desse panorama regional e municipal, se entenderá quais são os fatores que propiciaram o loteamento e a ocupação das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. Estas comunidades surgiram a partir do loteamento em pequenas propriedades de parte do latifúndio Apucarana Grande. Os sítios daí decorrentes foram adquiridos por famílias vindas da região cafeeira do Norte Paranaense, de outras regiões do Estado e de outras unidades da federação, bem como por antigos moradores do local, possibilitando a criação e recriação da produção familiar.

1.1 – Conceitos de Frente Pioneira e Frente de Expansão na Compreensão da Produção do Espaço Agrário Ortigueirense

Para o cumprimento dos objetivos desse trabalho, caracterizado na análise da produção familiar no município de Ortigueira e, mais especificamente, nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, se faz necessário entender os motivos pelos quais apesar de ter uma produção familiar tão expressiva¹⁰, este apresenta uma grande disparidade que se reflete nos Índices de Desenvolvimento Humano Municipais (IDH-M) mais baixos da região Sul do Brasil e o pior do Estado do Paraná. Ou seja, com índice de 0,620 no ano de 2000, considerado na sub-classe de valores ($\geq 0,500$ a $< 0,650$) como médio desenvolvimento humano (IPARDES, 2003, p. 19).

Primeiramente, tais indagações devem ser discutidas a partir da compreensão da constituição histórica do município (além das próprias condições físico-naturais decorrentes da transição de Planaltos), de modo que se consiga identificar nos elementos fundantes da dinâmica regional paranaense, os fatores que propiciaram a organização territorial da área pesquisada. O município apresenta concomitante a uma estrutura fundiária concentrada, um grande contingente de pequenos produtores que, em grande parte, têm suas raízes no sistema de safra, na migração de alemães e descendentes de ucranianos do Sudoeste do Estado e de migrantes vindos do Norte do Paraná, bem como de outras unidades da federação.

Para se entender a dinâmica desses fluxos migratórios na ocupação de Ortigueira, bem como na produção do seu espaço agrário, tomar-se-á como apoio teórico a contribuição dos conceitos de frente de expansão e de frente pioneira.

Waibel (1955) em estudo clássico à respeito da marcha do povoamento em direção ao interior do território brasileiro, destaca o conceito de zona pioneira como um importante recurso teórico acerca da análise da organização do espaço geográfico.

Para o referido autor, a zona pioneira não deve ser entendida como a fronteira demográfica, que limita o “sertão”¹¹ com a área estruturada sócio e economicamente mais a

¹⁰ De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96, 92,5% dos estabelecimentos agropecuários do município eram de até 100 ha, que embora ocupassem apenas 30,2% da área total, era responsável por 86,8% do pessoal ocupado no campo.

¹¹ Para Waibel (1955, p. 391), o “sertão” se caracterizava por uma paisagem que por longo tempo não era nem “terra civilizada”, economicamente estruturada, nem mata virgem, mas o resultado da ação de caçadores, extrativistas e de criadores de gado. “No sertão brasileiro, as condições de vida primitiva e sem organização, que transitariamente (sic) encontramos em tôdas (sic) as ‘frontiers’, tornaram-se um aspecto permanente. Uma porcentagem muito elevada dos moradores do sertão é de caboclos, e isto não se refere unicamente (sic) aos trabalhadores e empregados das grandes fazendas, mas também a uma grande parte de seus proprietários”.

leste do país. A fronteira demográfica, por sua vez, também não deve ser confundida com a fronteira econômica, que separa o “sertão” da região economicamente mais adiantada.

Diante disso, o pioneiro para Waibel (1955, p. 391) é muito mais do que o indivíduo que vive numa fronteira espacial (*frontiersman*), no chamado sertão. “O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida”. Tal conceito também “indica a introdução de melhoramento no campo da técnica e mesmo da vida espiritual!”

Deste modo,

De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua língua comercial de ‘boom’ ou ‘rush’. Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra da noite para o dia, e um espírito de arrôjo (sic) e otimismo invade tôda (sic) a população (WAIBEL, 1955, p. 391 - 392).

Como se constata, a chamada zona pioneira teria elementos fundantes de construção do espaço geográfico calcada no regime de propriedade da terra; numa dinâmica atrelada ao urbano, pois as vilas logo se transformariam em cidades e essas passariam a estruturar a dinâmica econômica. Enfim, a zona pioneira se difere de uma zona antiga, o chamado sertão.

Martins (1975) tecendo algumas críticas ao conceito de zona pioneira de Waibel (1955), afirma que este traria uma visão dualista entre “zona pioneira/zona antiga” e, decorrente disso, esses dois extremos da dualidade estariam unidos por um modelo evolucionista de interpretação da realidade social; a zona antiga se transformaria numa zona pioneira.

Entretanto, para Martins (1975, p. 44 – 45), na zona pioneira não ocorreria uma estruturação sócio-espacial nova, calcada em relações singulares que articulariam a vida social nesse espaço. Essas relações não seriam pioneiras, pois “o novo é apenas na ocupação do espaço geográfico e não na estrutura social”; as relações sociais que definiriam a sociedade da zona pioneira “não constituem resultado do aparecimento da zona pioneira, mas são as relações sociais necessárias à sua implementação”.

Então, para Martins (1975), seria preferível utilizar o conceito de frente pioneira, que partindo da conotação de mobilidade espacial utilizado pelos geógrafos, também

possibilitaria o entendimento “de um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica” (MARTINS, 1975, p. 45).

Em tal perspectiva, a fronteira econômica se diferencia da fronteira demográfica, pois esta se estrutura primordialmente a partir das relações com o mercado. É justamente essa particularidade que dá a fronteira demográfica um caráter diferencial; o de não se estruturar a partir das relações de mercado, mas a partir da “economia do excedente”, cuja população se dedica principalmente à própria subsistência e, secundariamente, à troca dos produtos que podem ser obtidos com os fatores excedentes às suas necessidades.

Segundo Martins (1975, p. 46), é essa faixa espacial com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como frente de expansão.

O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro. O caráter de excedente do produto da frente de expansão se combina com essa forma peculiar da terra em decorrência da satelitização das relações de troca (...). O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho (MARTINS, 1975, p. 46).

Ao contrário, a característica imediata da frente pioneira é a de

que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção do comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção de mercadoria. A frente pioneira surge não como conseqüência ‘rebarbativa’ da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. O ponto-chave da implementação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada (MARTINS, 1975, p. 47).

Tomando como base o conceito de frente de expansão, procurar-se-á entender o processo de constituição territorial do município de Ortigueira. Assim, conforme já mencionado, se a ocupação do referido município está atrelada ao avanço da frente de expansão do município de Tibagi, o loteamento das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, por sua vez, está atrelado a um potencial mercado, constituído por trabalhadores da cultura cafeeira do Norte do Estado, desenvolvida a partir da frente pioneira.

Essa ocupação, a forma de acesso à terra (tanto pelo latifúndio, como pelo posseiro e pelo safrista) e as atividades econômicas aí desenvolvidas, se diferenciam do processo de ocupação do Norte paranaense, estruturada por diferentes condições sociais e naturais, calcada principalmente na economia cafeeira. A expansão da cultura cafeeira deu-se, principalmente, até o limite sul do Norte paranaense, na área de transição da Escarpa da Serra Geral (do Terceiro para o Segundo Planalto paranaenses), onde as condições climáticas não são propícias a essa atividade agrícola. Assim, no município de Ortigueira, esta cultura não teve expressividade econômica.

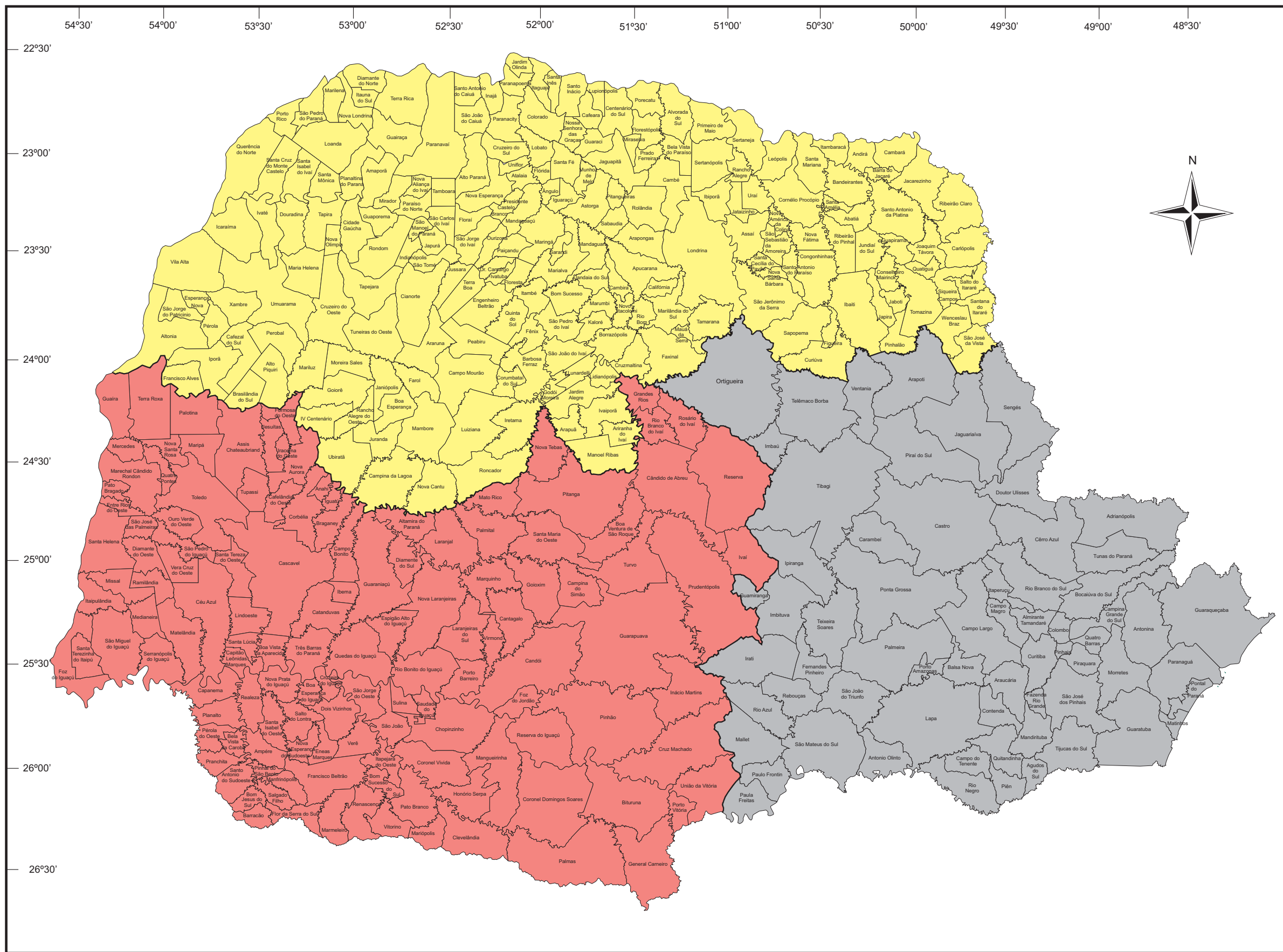
Em suma, é a partir das diferentes dinâmicas tomadas por essas duas regiões, do Norte do Paraná e do Paraná Tradicional, tanto no processo de ocupação, na evolução econômica, na própria cultura do caboclo (posseiro, safrista e latifundiário) e do pioneiro, como nas condições físico-naturais, que se entenderá a estruturação territorial de Ortigueira e das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

1.2 – Caracterização Sócio-espacial das Regiões do Paraná Tradicional e do Norte Paranaense

Analisando o processo de povoamento do Paraná e as principais atividades econômicas desenvolvidas, encontrar-se-á uma realidade bem heterogênea em escala estadual. E é justamente a partir dos diferentes ciclos econômicos¹² ocorridos durante a história desse Estado, que se conseguirá entender a ocupação do município de Ortigueira.

Padis (1981, p. 04) ao analisar a formação econômica do Paraná, enfoca que esse Estado se formara historicamente em períodos diferentes, com ciclos econômicos distintos e não relacionados entre si. E que por tal razão, havia em seu território três subsistemas econômicos diferentes e praticamente sem relação um com o outro. Neste sentido, conforme se observa no Mapa 03, o autor subdivide o Paraná em três regiões: o Norte, que se constituiu como um prolongamento da economia paulista e a ela se manteve vinculada por longo tempo; a região Sudoeste / Oeste, ocupada em consequência de problemas que atingia o Rio Grande do Sul e com este Estado mantinha seus vínculos; e, por fim, o Paraná Tradicional ou Paraná Velho, “cuja formação datava de época bem mais antiga, era a única parte do Estado que podia ser considerada ‘paranaense’”.

¹² Termo utilizado por Padis (1981).



MAPA 03 REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

LEGENDA

- REGIÃO NORTE
- PARANÁ TRADICIONAL
- REGIÃO SUDOESTE / OESTE



Escala: ESCALA GRÁFICA APROXIMADA

Autor: JOSÉ ALVES	Orientadora: ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
Fonte: MAPA DO ESTADO DO PARANÁ - IBGE 1999 AS DIVISÕES DO NORTE DO PARANÁ, SUDOESTE/OESTE E PARANÁ TRADICIONAL FORAM REALIZADAS PELO AUTOR COM BASE EM PADIS (1981)	Edição Gráfica: Flora H. Sato
Apoio Financeiro: 	Mapa: 03 Página: 37
	Instituição:

É com base nessa regionalização que se procurará discutir o processo de ocupação do Paraná Tradicional e do Norte do Paraná, de modo a subsidiar a discussão do processo de formação territorial de Ortigueira, já que este município localiza-se no do Paraná Tradicional e à sua dinâmica está atrelada ao seu processo de ocupação.

1.2.1 - O processo de ocupação do Paraná Tradicional

O fato de se propor um resgate histórico acerca da ocupação da região mais antiga do Estado do Paraná, a chamada Paraná Tradicional, visa em última instância o entendimento de alguns fatores que contribuíram para a ocupação / colonização do município de Ortigueira; o que só pode ser entendido quando se contextualiza a colonização dos Campos Gerais paranaenses.

Em suma, a história do Paraná Tradicional vincula-se a sucessivos ciclos econômicos, como o da mineração, o do troperismo, o da erva-mate e o da madeira. Estes constituíram o primeiro grande ciclo econômico exportador paranaense (PADIS, 1981) e, a partir da dinâmica dos mesmos, especialmente do troperismo (da pecuária), que se entenderá a ocupação dos Campos Gerais.

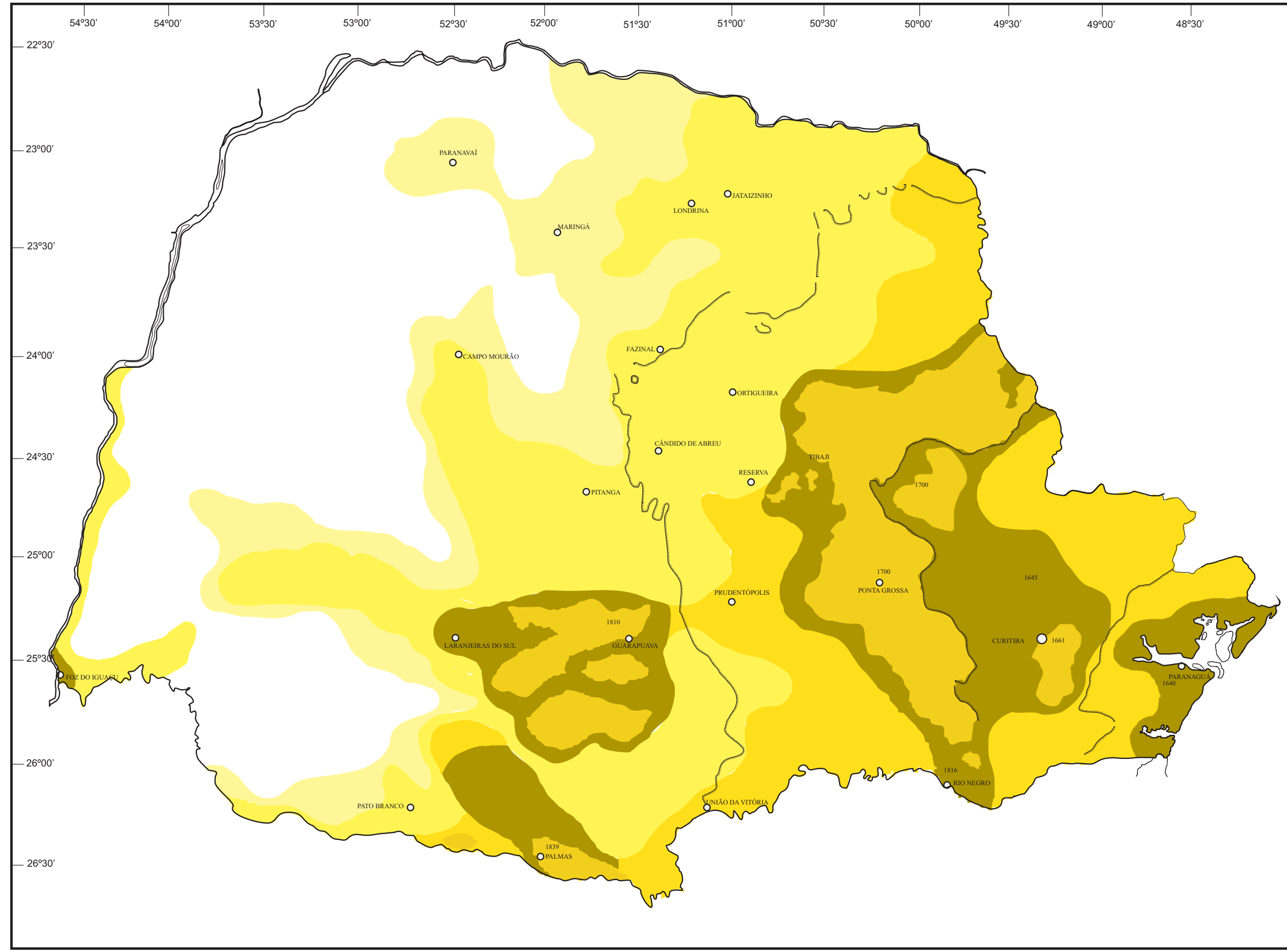
Realizando um breve resgate histórico do povoamento paranaense, como pode se observar no Mapa 04¹³, toma-se como referência os mineradores vindos da província de São Paulo, que foram os primeiros, com exceção dos indígenas, a ocuparem o atual território desse Estado, onde descobriram aluviões auríferos nos córregos e rios da serra do Mar.

O ciclo da mineração não foi promissor; povoados efêmeros surgiram e em poucos anos entraram em decadência com o declínio da mineração no início do século XVIII: as décadas de 1720 e 1730 marcaram a decadência completa da extração mineral no território do Paraná e, simultaneamente, novos focos de povoamento revelaram a descoberta de ouro em Minas Gerais e em Cuiabá (BERNARDES, N., 1952, p. 59).

Entretanto, é a partir da mineração que o povoamento adentra para o primeiro planalto paranaense, desenvolvendo assim, uma pecuária e uma agricultura de subsistência nas proximidades de Curitiba. A pecuária desenvolvida nos campos de Curitiba, ocupado por volta de 1661, estava ligada à mineração no litoral, não só no abastecimento de carne, mas também de animais de carga aos mineiros.

¹³ Para a contextualização do processo de ocupação do Paraná, se tomará como base o mapa elaborado por Bernardes, N. (1952).

MAPA 04 EVOLUÇÃO DO POVOAMENTO NO ESTADO DO PARANÁ



LEGENDA

- ATÉ 1850
- DE 1851 A 1900
- DE 1901 A 1920
- DE 1921 A 1940
- DE 1941 A 1950
- ÁREA AINDA NÃO POVOADA
- CAMPOS NATURAIS
- LIMITES DOS PLANALTOS



Escala: ESCALA GRÁFICA APROXIMADA

Autor: JOSÉ ALVES	Orientadora: ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL	
Fonte: BERNARDES / 1952	Edição Gráfica: Flora H. Sato	
Apoio Financeiro: 	Mapa: 04	Página: 39
	Instituição: 	

Bernardes, N. (1952, p. 60) chega a afirmar que a pecuária teve um papel preponderante no povoamento do Paraná, especialmente a partir do momento em que esta adentra nos Campos Gerais¹⁴. As primeiras ocupações desses campos ocorreram no início do século XVIII, quando nos primeiros anos de povoamento, o gado trazido do litoral multiplicou-se rapidamente nos campos de Curitiba e, desta área, foram levados posteriormente os rebanhos que iriam iniciar as ocupações dos Campos Gerais.

Tais ocupações foram feitas por ricos e poderosos habitantes de São Paulo, Santos e Paranaguá, não no sentido de colonizar, mas como um negócio a ser explorado comercialmente, visando ao abastecimento de São Paulo e, essencialmente, das regiões mineradoras do Centro do país. As áreas eram posseadas pelos fazendeiros que posteriormente, pediam a Sesmaria, constituindo os latifúndios (MACHADO, 1968, p. 30).

Essa área de criação de gado (os Campos Gerais), foi impulsionada por novos fatores e novas correntes de povoamento. O movimento ocupacional que até então estava ocorrendo na direção leste – oeste, do litoral para o Primeiro Planalto em direção à Curitiba, a partir dos séculos XVIII e XIX, passa a se dar na direção sul – norte, devido aos caminhos de tropas de gado bovino e muar vindos dos campos de Vacaria e Viamão (no Rio Grande do Sul) com destino à Sorocaba¹⁵.

Assim, o território paranaense transposto pelos tropeiros do rio Negro ao Itararé, possibilitava aos mesmos estabelecerem seus latifúndios (fazendas) na área dos Campos Gerais, aproveitando as pastagens naturais para a criação e engorda dos animais vindos do Sul¹⁶. “Zona de passagem a princípio, os Campos Gerais tornaram-se, também logo depois, zona produtora, contribuindo para engrossar as tropas que seguiam para o Norte” (BERNARDES, N., 1952, p. 61).

O processo de ocupação dos Campos Gerais se concretiza pela ocupação dos campos de Tibagi, por intermédio da criação de gado, constando relatos dos primeiros latifúndios instalados nesta localidade por volta de 1780. Tibagi surge como um povoado em 1846, servindo de apoio aos tropeiros que, desviando do caminho das tropas de Sorocaba –

¹⁴ Segundo Bernardes, N. (1952), os Campos Gerais, modelados por um relevo suave, com ondulações em declive para oeste, formado por uma vegetação natural de gramínea, com algumas manchas de mata de Araucária, estende-se do rio Itararé até o Iguaçu, como um enorme arco variando entre 30 até 100 quilômetros, o que pode ser observado no Mapa 04.

¹⁵ A respeito ver: Bernardes, N. (1952), Valverde (1957), Machado (1968), Padis (1981) e Straforini (2001).

¹⁶ “No decorrer das primeiras décadas do século XIX, a sociedade fundada nos latifúndios dos Campos Gerais, apresentava-se estabilizada, com a grande família residindo nas fazendas, à base do trabalho escravo, e com a mocidade encontrando, nas atividades do troperismo, a sua forma de participação na ordem social” (MACHADO, 1968, p. 39).

Viamão, faziam paradas nas invernadas em torno deste povoado para a alimentação dos animais. Tibagi é elevada à categoria de município em 1872 (VALVERDE, 1957, p. 195)¹⁷.

Até meados do século XIX o povoamento do Paraná se deu primeiramente pela ocupação de áreas do litoral com a mineração, estendendo-se para o primeiro planalto, com a pecuária e, posteriormente, por meio desta, para o Campos Gerais. A partir deste momento, adentra-se para os campos de Guarapuava (1810) e de Palmas (1840), na região Sudoeste do Estado.

No início do século XX, o povoamento do Paraná se expressava da seguinte forma: dos Campos Gerais para leste poucas áreas não eram povoadas e, mesmo para o litoral, com o insucesso da colonização européia, a zona povoada foi alargada. A oeste dos Campos Gerais, o segundo planalto até 1900 ainda não fora todo povoado e, embora nesta época, mesmo com os povoadores espontâneos que para lá já se direcionavam, grande parte do segundo planalto ainda estava desabitado. A área entre os rios Ivaí e Tibagi, principalmente a oeste dos atuais municípios de Tibagi e Reserva, onde se localiza o município de Ortigueira, ainda não era atingido pela fronteira demográfica. Esta vasta área começa a ser ocupada, com exceção dos indígenas, nas duas primeiras décadas de 1900, como se pode verificar no Mapa 04 (BERNARDES, N., 1952, p. 68).

Em tal contexto, com a ocupação dos Campos Gerais já efetivada, vários pousos de tropas foram surgindo e, com eles, os primeiros núcleos de povoamento estável, os quais dariam base para o surgimento de cidades como Itararé, Jaguaraiaíva (1895), Castro (1789), Ponta Grossa (1855), Guarapuava (1852) e Palmas (1877).

Esse processo de ocupação e de surgimento desses núcleos urbanos foram decorrentes da atividade pecuária iniciada nos Campos Gerais a partir do início do século XVIII. De acordo com Padis (1981, p. 71), o aspecto principal da contribuição da pecuária no Paraná não se refere apenas a sua importância econômica, que por sinal, esta era dependente da dinâmica econômica de outras áreas do Brasil (áreas mineradoras, principalmente), mas ao papel desempenhado em relação à ocupação do território.

Um outro ponto que merece destaque na ocupação e desenvolvimento econômico do Paraná é a importância comercial da erva mate e da madeira.

A atividade extrativista da erva mate impulsionou enormemente a penetração da ocupação dos pinhais, que de consumo local, nos primeiros séculos de povoamento, passa a

¹⁷ Segundo o IBGE (1959), a povoação de Tibagi foi elevada à freguesia em 1846, em 1872 à categoria de Vila e, esta teve predicamento de cidade em 1897. Em 1872, Tibagi perde parte de seu território para a formação do município de Jataí e, em 1921, sofreu novo desmembramento, para a criação do município de Reserva.

importante produto de exportação após as primeiras décadas do século XIX, intensificando-se, a partir da década de 1850, e perdurando até a crise de 1929¹⁸.

A extração de madeira, embora de menor importância que o mate, desenvolveu-se de tal forma que atingiu várias áreas do Estado, não só na região de Curitiba, mas também nas proximidades do atual município de Ortigueira, mais especificamente no atual município de Telemaco Borba, antigo Monte Alegre, onde em 1935 foi constituída a indústria de papel Klabin S. A.

Diante do exposto, pode-se dizer que dos ciclos econômicos mencionados, a pecuária foi a que mais contribuiu para a ocupação do território paranaense, devido ao surgimento de vários núcleos urbanos. Isso não significa que a exploração da erva mate e da madeira não tenham papel destacado na ocupação do Estado; mas, sua importância, nesse sentido, foi menor que a pecuária.

É a partir da estruturação desses núcleos urbanos, especialmente de Tibagi, que se criou condições para o avanço da ocupação de grande parte do Segundo Planalto paranaense, inclusive da área que no início do século XX passaria a caracterizar o povoado de Queimadas, futura Ortigueira.

Entretanto, antes de se caracterizar esse processo, passar-se-á a enfocar o desenvolvimento de uma outra atividade econômica praticada no Paraná: a cafeicultura. Segundo Padis (1981, p. 82), de modo geral, até a terceira década do século XX, as atividades econômicas praticadas no Estado, embora importantes, não tinham tido a expressividade proporcionada pelo ciclo da cafeicultura.

1.2.2 – O Norte do Paraná enquanto frente pioneira: a importância do pequeno proprietário, da parceria e do colonato

Fazer referência ao Norte do Paraná, por menor que seja, exige um esforço imenso devido à importância que esta região teve para o desenvolvimento sócio-econômico não só do Estado, mas da economia brasileira.

Justamente por isso que o recorte territorial proposto neste trabalho prima por caracterizar como o Norte do Paraná se constituiu enquanto frente pioneira, criando uma

¹⁸ A mata de Araucária não é uma formação homogênea, mas nesta encontra-se tanto o chamado pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*), caracterizando o pinhal, como uma formação de árvores e arbustos menores. Nesta formação, comumente se encontrava a erva-mate (*Ilex oaraguariensis*), que caracterizavam os ervais, constituídos de árvores de até 10 metros de altura (VALVERDE, 1957, p. 62 - 63).

população excedente, composta principalmente por parceiros e colonos, que não conseguindo o acesso à terra por meio da compra nessa região, devido ao elevado preço da mesma, por exemplo, irão buscá-la em outras áreas do Estado.

Esse processo ajuda a compreender o porquê da procura por terras no município de Ortigueira, no caso, nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, por pequenos sítios, parceiros e colonos no momento do loteamento daquela área.

De início, o esforço mencionado começa pela delimitação do que constitui a região Norte paranaense. De modo geral, há um consenso entre os autores, especialmente após a contribuição de Müller (2001) em trabalho realizado no início da década de 1950, que a porção mais setentrional do Estado do Paraná tem seus limites delimitados ao Norte pelo rio Paranapanema, a Leste pelo rio Itararé e a Oeste pelo rio Paraná. Entretanto, é no sentido Sul que reside o problema de sua delimitação. Alguns autores consideram aí seu limite o paralelo de 24° e o rio Ivaí (BERNARDES, N., 1952).

Entretanto, para Müller (2001, p. 89-90), uma possibilidade de delimitá-la na porção austral, seria a produção de café, uma vez que a mesma lhe assegurava uma certa individualidade no conjunto do Estado. Todavia, nessa época (início da década de 1950) a fronteira do café não estava estabelecida e a procura de terras virgens ainda se encontrava em marcha, levando a autora a adotar como limite meridional não só a área efetivamente ocupada pelos cafezais, mas toda a que possibilitasse sua expansão – conforme o limite climático¹⁹ do café estabelecido por Maack (1981) em 1950.

Em trabalho mais recente, Padis (1981) tomando como base o trabalho de Müller (2001) enfoca que a combinação entre os fatores fisiográficos com a região econômica seria a chave para delimitar o Norte do Estado, conforme verificado no Mapa 03.

Assim,

Portanto, à região física – isto é, à unidade geográfica, determinada especialmente pelos fatores climáticos, pedológicos e hidrográficos – deve-se associar a região econômica, caracterizada pela relativa homogeneidade da estrutura ocupacional da população (PADIS, 1981, p. 85).

¹⁹ “De fato, tem o Norte do Paraná clima de transição entre o tipo subtropical, que caracteriza a maior parte do Terceiro Planalto, ao sul do Ivaí, e o tropical de altitude do Oeste paulista; assim sendo, à medida que se caminha para o Sul, a diminuição das temperaturas e a maior frequência e intensidade das geadas [tanto a “geada branca” quanto a “geada preta”] vão tornando impraticáveis a cultura do café. Sendo o clima fator decisivo, parece lícito adotar o limite climático do café como a própria demarcação do limite meridional do Norte do Paraná” (MÜLLER, 2001, p. 91).

Deste modo, o limite meridional dessa região constitui-se na combinação de elementos fundantes da produção deste espaço geográfico, ou seja, as condições físico-naturais e a forma de uso desses recursos decorrentes do processo de ocupação e de desenvolvimento da cultura cafeeira, o que de fato exclui o município de Ortigueira do Norte do Paraná.

Caracterizada a delimitação regional, busca-se entender como esta porção do estado se desenvolveu enquanto frente pioneira, constituindo-se assim, no centro dinâmico da economia paranaense após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A respeito da inserção do Norte do Paraná e, em particular, do Norte Novo ao espaço nacional e internacional, o trabalho de Bragueto (1996) muito vem a contribuir.

Bragueto (1996, p. 03 - 04) analisando as transformações ocorridas nesta porção do estado em função do desenvolvimento do capitalismo nacional, realiza uma periodização em três momentos distintos e articulados entre si:

a) o primeiro, é quando a Microrregião Geográfica de Londrina se comporta como frente pioneira, assim como a fase de crescimento da atividade cafeeira. Tal período compreende do início da década de 1930, quando a estrada de ferro chega à Londrina, até o início da década de 1960, que tem como marco de ruptura o ano de 1962, quando é colocado em prática o primeiro plano de erradicação do café promovido pelo governo federal;

b) o segundo, se estende de 1962 a 1975, e é marcado pelo declínio da cafeicultura, acompanhado de um processo inicial de avanço da pecuária e, em seguida, pela expansão das lavouras temporárias, impulsionada pela modernização da agricultura;

c) o terceiro, que vai de 1976 até meados da década de 1990 (quando o autor desenvolveu o trabalho), se caracteriza pela intensificação da industrialização da agricultura, marcada por uma relação de dominação da agricultura pelo setor industrial.

Os dois primeiros períodos possibilitam entender a consolidação da cafeicultura e, conseqüentemente, o significativo contingente populacional que se deslocou para essa região, trabalhando como colonos e parceiros, bem como as mudanças decorrentes da erradicação da cafeicultura e da adoção de novas culturas, culminando em transformações nas relações de trabalho, chegando ao desaparecimento do colonato.

Em tal contexto, o Norte do Paraná se diferencia do restante do estado, tanto do Paraná Tradicional (como já enfocado), quanto da região Sudoeste. Tal diferenciação se dá não só pelas condições fisiográficas, por esta região pertencer ao derrame de efusivas básicas (*trapp*) do Brasil meridional, resultando em solos tipo terra roxa (de grande fertilidade), terra roxa misturada e em solos arenosos (decorrente do Arenito Caiuá), que juntamente com a

transição climática, com geadas mais suaves que no Sul, propiciou a cultura cafeeira e, com ela, a valorização das terras. Mas, também, devido ao processo de colonização que foi ímpar no estado²⁰.

Quanto ao processo de colonização, o avanço da frente pioneira nessa região, constituiu-se, inicialmente, como um prolongamento da marcha pioneira do território paulista (MONBEIG, 1984, p. 206 - 207), caracterizando três sub-regiões que vieram a ser denominadas de Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo.

Antes de 1930 a ocupação do Norte Pioneiro ou Norte Velho teve o comportamento de uma frente de expansão (BRAGUETO, 1996). Primeiramente, houve apenas um avanço lento e gradual do povoamento, sem dar origem a nenhum movimento importante de população, nem à formação rápida de cidades e vilas.

O Norte Pioneiro constituiu-se inicialmente como passagem do caminho que ligava os Campos Gerais ao Mato Grosso, onde em 1855, por ordem do governo imperial foi construída a colônia militar Jataí. No fim do século XIX, quando a cultura cafeeira do oeste paulista atingia os rios Itararé e o Paranapanema, adentrando o território paranaense, fazendas de café do tipo tradicional foram sendo instaladas em terras roxas paranaenses. Com isso, surgem as primeiras fundações em 1866 no Terceiro Planalto com Ribeirão Claro, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina; Cambará surge em 1904, sendo “a primeira etapa da penetração para oeste em direção do vale do Tibaji”. Em 1921, o povoamento atingia Bandeirantes e, em 1924, Cornélio Procópio (BERNARDES, L. M. C., 1953, p. 358).

Todavia, é a partir do final da década de 1920 e início da década de 1930, até o início da década de 1960, que o povoamento do Norte paranaense ganha uma dinâmica extraordinária, caracterizada pelo desenvolvimento da frente pioneira. Este período é marcado pelo êxito da colonização promovida pela Companhia de Terras Norte do Paraná –

²⁰ Quanto à região Sudoeste, de modo geral, analisando os mapas disponibilizados no trabalho de BERNARDES, L. M. C (1953), constata-se que a marcha do povoamento no Paraná de 1900 a 1920 e 1940, progrediu enormemente ao longo dos divisores dos rios Ivaí-Piquiri e Piquiri-Iguaçu. Entretanto, até 1940 não se pode distinguir nesta zona nenhuma frente pioneira. O que houve foi “o avanço da fronteira demográfica”, caracterizado por uma ocupação escassa e nucleada. “O povoamento do oeste do Paraná se processou, via de regra, aos saltos, por núcleos isolados, largamente afastados um dos outros, como de seus centros de origem. No espaço intermediário permaneceu muitas vezes (sic) o vazio, apenas atravessado pelos (sic) vias de penetração. Por outro lado, estas vias abertas para ligar os pequenos núcleos isolados aos grandes centros do leste, ao invés de atraírem uma população numerosa e trabalhadora facilitaram a penetração dos caboclos e colonos seminômades sempre à procura de terras a desbravar. Houve um avanço rápido do desbravamento, mas êste (sic) não foi acompanhado por uma ocupação efetiva do solo. Se ao longo destas vias de penetração encontram-se aqui e ali alguns moradores ou um povoado, a pequena distância destas vias alcança-se a mata virgem. (...) De fato no oeste o intruso penetra a pé ou quando muito com sua carroça, e sua economia fechada não exigia contacto (sic) freqüente com os centros povoados, bastando-lhe uma picada para tocar os porcos por ocasião da safra”. (BERNARDES, L. M. C, 1953, p. 374 - 375).

inicialmente chamada de Paraná Plantation, que também esteve ligado à penetração da ferrovia São Paulo – Paraná; à construção de estradas de rodagem; e, aliada a outras iniciativas de colonização de particulares e do governo do Estado (BERNARDES, L. M. C., 1953).

A respeito das formas de ocupação das terras no Norte Novo paranaense, Bragueto (1996, p. 49 e 51) tece a seguinte periodização:

a) de 1920 a 1930: há concessões de grandes áreas de terras devolutas a particulares, para que estes as dividissem em lotes e os vendessem aos colonos interessados, como ocorreu como o loteamento das colônias Primeiro de Maio e Sertanópolis, em 1923;

b) a partir de 1929: a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, que possuindo grande quantidade de terras no Norte Novo, organizou um empreendimento imobiliário de grandes dimensões;

c) começando no início dos anos de 1940, as colônias estaduais²¹ se estenderiam até o fim da ocupação da região, depois de 1960. Nesta época, o Estado repassaria as áreas remanescentes para pequenas companhias particulares.

A Companhia Paraná Plantation, cuja subsidiária no Brasil chamou-se Companhia de Terras Norte do Paraná²², adquiriu do governo do estado uma área de 551.000 alqueires paulistas, situados entre os rios Paranapanema e Ivaí e, em 1929, instalou a sede da Companhia, onde surgiria Londrina em 1931.

Essa Companhia teve uma atuação forte no processo de colonização da referida região – embora não deva ser considerada a única –, devido principalmente à estratégia de loteamento das terras, sendo as pequenas e médias propriedades mais significativas; as propriedades com menos de 72,6 ha representaram mais de 93,6% e ocuparam 61,0% da área

²¹ Segundo BERNARDES, L. M. C (1953, p. 370), ao norte e a oeste dos domínios da Companhia de Terras Norte do Paraná, o Departamento de Terras e Colonização criou a partir de 1939 (em cumprimento a Portaria nº. 8568, de 1939), uma série de colônias destinadas à localização de “elementos nacionais”. As colônias foram: Içara, Jaguapitã, Centenário, Interventor, Pagu e Paranaíba, que com exceção desta última, foram fundadas em terras de ex-concessões. A colônia Paranaíba foi criada em terras do domínio do Estado em 1942. “De constituição arenosa, as terras da colônia Paranaíba, embora revestida de mata, são pouco férteis, não se prestando à lavoura cafeeira, o que constitui, sem dúvida uma grande desvantagem em relação às outras colônias do Norte do estado, desvantagem, aliás, acrescida, pela maior distância dos mercados para colocação da produção agrícola, Apucarana e Londrina. Todavia, verificou-se para esta colônia um afluxo considerável de colonos, muitos dos quais, já radicados na zona norte do estado, procuravam, assim, tornar-se proprietários, atraídos pelo preço reduzido fixado pelo estado e as facilidades de pagamento em prestações anuais” (BERNARDES, L. M. C, 1953, p. 371).

²² O período que se estendeu de 1930 a 1943, constituiu a fase inglesa da Companhia de Terras Norte do Paraná. Em 1944, esta passa para o controle acionário de brasileiros, pois “durante a Segunda Guerra Mundial o governo brasileiro, por motivo de segurança nacional, proibiu a propriedade de terras por estrangeiros, obrigando a venda da companhia inglesa a um grupo capitalista de São Paulo, já intimamente a ela vinculado, que levou a cabo, no mesmo sentido e com as mesmas características, o projeto inicial” (PADIS, 1981, p. 91). Em 1951 esta passa a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

vendida. Entretanto, houve também a existência de grandes propriedades, pois aquelas com área superiores a 72,6 ha, embora tenham sido apenas 6,4% das mesmas, ocuparam uma área de aproximadamente 39,0% do total vendido (BRAGUETO, 1996, p. 76 e 79).

Decorrente do surto do café, formou-se na região um núcleo de população densa, em que as cidades e vilas se multiplicavam dia-a-dia. As cidades surgidas estavam em grande parte ligadas por uma estrada tronco, o que possibilitou um rápido avanço da frente pioneira pelo Norte paranaense. A partir deste momento, com a logística da Companhia de Terras Norte do Paraná, “um rosário de cidades e vilas vai-se formando progressivamente para oeste”, do qual surgem Cambé, Rolândia, Maringá e outras até Cianorte (BERNARDES, N., 1952, p. 449).

A partir dessa breve caracterização do processo de povoamento do Norte do Paraná, busca-se entender o desenvolvimento da cafeicultura no período de 1930 a 1962, bem como, o tamanho das propriedades por ela ocupada e as relações de trabalho empregadas nesta cultura.

De acordo com Padis (1981, p. 113), embora as primeiras referências da cafeicultura no Paraná sejam do início da década de 1920, até os fins da Segunda Guerra Mundial, esta cultura apresenta um desenvolvimento bastante fraco em termos relativos no conjunto da produção nacional. A partir deste momento, o café no Estado começa a crescer de forma acelerada, para “em pouco mais de uma década de um lado, fazer dele o maior produtor do País e, por outro, tornar-se o principal gerador da capacidade nacional de importar”. Assim, em menos de meio século este passa de uma produção de cerca de 0,4%, para aproximadamente 60,0% do total do café produzido no país.

Cancina (apud Bragueto, 1996, p. 111) em estudo acerca da cafeicultura paranaense, aponta três conjunturas decorrentes do comportamento dos preços deste produto:

a) a primeira, que vai de 1903 a 1929, mostra que a produção esteve incentivada em decorrência da defesa e sustentação dos preços;

b) a segunda, compreendida entre 1930 a 1945, apontou uma retração em virtude da depressão mundial e logo depois pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial;

c) a terceira, apresentou uma dinamização após 1945 por efeito dos preços mais altos de toda sua história, até perder de novo o impulso devido à superprodução e se iniciarem os programas de erradicação no início da década de 1960.

Quanto à primeira conjuntura, até o final da década de 1920, a cultura cafeeira teve pouca repercussão no Norte do Paraná, pois mesmo com os solos de alta fertilidade, a distância dos centros econômicos de São Paulo, juntamente com a deficiência dos transportes,

elevava os custos da produção. Até esse período, a cafeicultura se restringia ao Norte Velho paranaense, com um crescimento modesto. Já, no Norte Novo com a ação da Cia de Terras Norte do Paraná, este processo ganha novos vultos, especialmente a partir de 1930, embora com pouco dinamismo até 1945.

O período de 1929 a 1945 é marcado por uma profunda crise do setor cafeeiro, resultando numa série de medidas buscando a manutenção dos preços internacionais e um equilíbrio na produção interna. Com a crise internacional, que de certa forma perdurou de 1929 até a Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro buscou uma retração forçada da oferta de café no mercado internacional, com a destruição de cerca de 80 milhões de sacas até 1944, concomitante com o controle da expansão das culturas – em 1931 se chegou a estabelecer um imposto anual sobre cada cafeeiro plantado (PADIS, 1981, p. 116 - 120).

Nesse cenário nacional, a economia paranaense encontrava-se num contexto em que o mate, até então o principal produto do estado, passava por um processo de decadência (conforme já enfocado) e o café já apresentava em 1935 uma importância considerável em termos de exportação e arrecadação²³.

Segundo Bragueto (1996, p. 124 e seguintes) é no período após a Segunda Guerra, de 1945 a 1962, que a cafeicultura passou por uma intensificação na região Norte paranaense devido à recuperação do preço do produto no mercado internacional – especialmente com o aumento da demanda de café pela recuperação econômica da Europa.

Assim, de 1954 a 1957 já se verificava uma crise de superprodução de café no país. Isso porque,

Boa parte da superprodução verificada já a partir de 1957, se deve à produção paranaense. Com o final da Segunda Guerra Mundial e a recuperação do mercado europeu, ocasionando a elevação dos preços, nada mais natural que fossem plantados novos cafeeiros. A tendência da cafeicultura foi a busca acelerada de terras virgens de alta fertilidade. (...) Além do estímulo representado pela alta dos preços no mercado internacional e interno, outros fatores contribuíram para este acelerado aumento da capacidade produtiva. Por um lado, a rede de transportes sofria constantes melhorias, tanto no que se refere à ampliação e pavimentação da malha rodoviária, quanto ao prolongamento da ferrovia para as áreas recém colonizadas. Por outro lado, o *rush* populacional ocorrido, proporcionou a força de trabalho requerida na formação de novos cafezais (BRAGUETO, 1996, p. 128).

²³ Em 1931, o Governo Federal cria uma medida para conter os elevados estoques de café, limitando a expansão dos cafezais no Estado do Paraná sem a cobrança de imposto a 50 milhões de pés. Entretanto, como este teto estava além do número de cafezais do estado, tal medida passa de certo modo a ser benéfica à expansão das plantações paranaenses.

Segundo Padis (1981, p. 121 - 122), com as condições favoráveis, a cultura cafeeira no Estado atinge sua produção máxima na safra de 1962/63, pois foi nesse período “que o Paraná assumiu definitivamente a dianteira, como produtor”. A participação relativa da produção paranaense no contexto nacional se esboçava nessa época superior à paulista, ou seja, enquanto a produção cafeeira do Paraná atingiu 62,8% do total nacional, São Paulo veria sua participação decair de 48,0% na safra 1956/57, para apenas 17,4%, em 1962/63.

Essa safra (1956/57) marcou uma época crítica de superprodução, dando início ao processo de planejamento para a redução da capacidade produtiva existente, através dos programas de erradicação da cafeicultura.

Antes porém de se tratar da erradicação da cafeicultura e, com isso, das culturas que a substituiu, cabe uma discussão acerca da importância das relações de trabalho empregadas nesta cultura, especialmente a parceria e o colonato²⁴. Pois, a partir de meados da década de 1940, com a intensificação do povoamento no Norte do Paraná, especialmente no Norte Novo, ocorreu um verdadeiro *rush* populacional para esta região, suprimindo localmente a necessidade de mão-de-obra na agricultura.

De acordo com Bragueto (1996, p. 150), dessa leva de migrantes faziam parte vários “personagens”: os empreiteiros formadores de café; os derrubadores de mata vindos do Nordeste brasileiro; antigos colonos paulistas e mineiros, agora proprietários; os próprios colonos das fazendas paulistas em decadência; os imigrantes estrangeiros instalados em pequenas propriedades e em grandes fazendas.

Em tal contexto, com a região numa dinâmica econômica característica da frente pioneira, a posse da terra se dava principalmente pela compra, ou, por intermédio de relações como a parceria (meeiro, terceiro, quartista).

Na década de 1950 a estrutura fundiária do Norte Paranaense, especialmente no Norte Novo, constituiu-se, na sua maioria, de pequenos e médios estabelecimentos, sendo que estes representavam 91,0% do total – embora ficassem com 40,0% da área (BRAGUETO, 1996, p. 82).

Em 1960, com a incorporação de novas terras pela economia de mercado, ocorreu uma redução na concentração fundiária, pois aumentou a participação do número de estabelecimento com áreas inferiores a 100 ha, representando 96,0% do total, bem como, a área ocupada passou para 54,1% do total. Em 1970, tal cenário se torna mais acentuado, uma

²⁴ A caracterização acerca da importância da parceria e do colonato na cultura cafeeira norte paranaense, está respaldada na análise de Bragueto (1996).

vez que esses estabelecimentos passam a representar mais de 97,0% do total, ocupando quase 60,0% da área.

Esse crescimento do número de estabelecimentos é explicado por Bragueto (1996, p. 84), como sendo decorrente de uma fragmentação dos estabelecimentos maiores, que resultou no aumento de unidades produtivas organizadas por proprietários (em menor grau), como principalmente, pelo fato “do incremento tanto do número quanto da área dos pequenos e médios estabelecimentos, (...) ocorrer em função do excepcional aumento das terras em parceria e arrendamento”. Neste sentido, “no ano de 1970, estas duas condições chegaram a representar quase 51% do total dos estabelecimentos (correspondendo à 48.966 estabelecimentos)”.

Em síntese, os dados do IBGE utilizados por Bragueto (1996, p. 82), mostram que o número de estabelecimentos arrendados (incluindo as terras em parceria) teve um crescimento significativo, pois, em 1950, estes representavam 4,6% do total dos estabelecimentos agropecuários; em 1960 esse percentual atingia 28,2% e, em 1970, 50,9%. Para as terras próprias, nestes respectivos anos, os percentuais do número de estabelecimentos eram de 88,4%, 69,0% e 44,2%, passando em 1975 para 59,9% e, em 1980, para 65,3%.

Explicitando a importância da parceria e do colonato, Mungui Payes (apud Bragueto, 1996, p. 152 - 153), analisou em estudo realizado em 1961, as relações de trabalho na cafeicultura do Norte do Paraná a partir da distribuição dos cafeeiros em quatro grupos. O primeiro grupo que engloba os cafezais com até 1,9 mil pés era representado por pequenas chácaras que também cultivavam o café, embora com pouca importância; o segundo, de 2,0 a 31,9 mil pés de café, abrangeu a grande maioria dos produtores simples, com área cultivada com café entre 2,8 ha a 45,5 ha e, explorada, fundamentalmente, com relações de trabalho não-capitalistas (produtores familiares e parceiros); o terceiro grupo, com cafezais de 32 a 63,9 mil pés, incluiu os produtores intermediários, com relações de trabalho ora assalariada, ora pelas relações não assalariadas. O quarto grupo, com mais de 64 mil pés de café, abrangeu os produtores capitalistas, explorando os cafezais fundamentalmente com relações de assalariamento: colonos²⁵ e diaristas.

²⁵ Embora o autor referenciado considere o colonato como uma relação assalariada, vale destacar que para Martins (1975, p. 49 - 50), esta relação não se configura como tipicamente capitalista. Isso não quer dizer que a mesma seja alheia ao capitalismo desenvolvido na frente pioneira, ao contrário, “essas relações são, na verdade, as possíveis e necessárias à acumulação e reprodução do capital. (...) Na verdade, o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração de relações sociais de produção típicas formuladas em termos de compra e venda de força-de-trabalho por dinheiro. O que a caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade”.

Portanto, o que se constata é a importância do parceiro principalmente nas pequenas propriedades (embora sua participação também ocorreu em propriedades maiores), seja pelo fato dos pequenos produtores encontrarem dificuldades na formação e manutenção dos cafezais, basicamente pela falta de capital e pela carência de mão-de-obra para a colheita, seja pelo fato do proprietário não participar diretamente da produção em determinada propriedade, delegando tal função ao parceiro²⁶ (BRAGUETO, 1996, p. 153).

Nas propriedades mais capitalizadas, a relação de trabalho não se fundamentava no produtor familiar autônomo e na parceria, mas principalmente por intermédio do colono e do diarista.

Segundo Braguetto (1996, p. 153), o colonato até o início da década de 1960 foi um relação importante na cafeicultura, especialmente nas propriedades maiores, que exigiam o trabalho permanente. Paralela a essa relação, os cafeicultores capitalizados recorriam aos assalariados temporários, principalmente na época da colheita.

Verificou-se que até o início da década de 1960 a cafeicultura paranaense alcançou uma produção expressiva no contexto nacional, conseguido essencialmente pela produção desenvolvida no Norte do Estado. Esta cultura desenvolveu-se em pequenas, em médias (na sua maioria) e em grandes propriedades, calcada em relações não-capitalistas de produção (como o trabalho familiar de pequenos proprietários, parceiros e colonos), como em relações capitalistas, por intermédio do trabalho assalariado temporário (o trabalhador volante e diarista).

Com base nisso, constata-se que na referida região existia uma parcela significativa de trabalhadores que embora estivessem na terra, não eram donos da mesma, como é o caso dos parceiros e colonos. Não é novidade que os baixos salários recebidos em dinheiro, ou a renda em produto, não era suficiente, muitas vezes, para que essa parcela da população rural pudesse comprar determinada área de terra no Norte paranaense.

A constatação da expressiva participação de parceiro e colonos na cafeicultura Norte paranaense é importante para se entender o processo de loteamento e de ocupação das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila. Isso porque, as terras loteadas no município de Ortigueira no início da década de 1960, que deram origem a essas comunidades rurais, também tiveram como compradores pequenos produtores, parceiros, colonos e trabalhadores volantes do Norte paranaense. O que foi possível pelo fato da renda e dos salários obtidos

²⁶ O sistema de parceria constituía-se da exploração da unidade produtiva por intermédio da policultura, tendo o café como atividade principal, da qual se recebia uma porcentagem da produção, combinada com a produção de gêneros alimentícios, tanto para o sustento quanto para o mercado.

com a atividade cafeeira não ser suficiente para a compra de terra nesta região, mas em outras área do estado, como em Ortigueira, em que o preço da terra era até cinco vezes mais barata (DAHER, 76, Londrina, 08/06/00)²⁷.

Desse modo, mesmo com os problemas enfrentados com a cafeicultura na década de 1960 e com os programas de erradicação dos cafezais, que se estendeu de 1962 a 1967/68, o sistema de parceria não desapareceu. Ou seja, mesmo com a redução dos cafezais decorrentes de uma série de políticas governamentais, e com a significativa substituição desta lavoura permanente por outras temporárias, há ainda a permanência do sistema de parceria na região em questão, bem como, a importância dos pequenos proprietários.

Com a erradicação de grande parte dos cafezais na década de 1960, juntamente com a geada de 1975 e a adoção do pacote tecnológico da modernização da agricultura, o Norte paranaense passou por uma série de transformações. Dentre elas, a cultura cafeeira passou a ser cultivada com espécies melhoradas, com o uso de inseticidas, fertilizantes, etc.

Além disso, verifica-se a partir da década de 1970, a substituição de grande parte da área cultivada com café, por pastagens e por culturas de soja, trigo e milho.

De acordo com dados apresentados por Bragueto (1996, p. 263), em 1985 a soja passa a ser o principal produto agrícola da Microrregião Geográfica de Londrina, representando quase 30,0% da área colhida. Além disso, também ganham expressão o milho e o trigo, ocupando quase 22,0% e 21,0% da área, respectivamente. O incremento da área cultivada com estas lavouras ocorreu fundamentalmente em detrimento das lavouras cafeeiras, fazendo a área cultivada reduzir-se para pouco mais de 13,0%. Houve também redução da área das culturas alimentares, fazendo com que estas, em relação às outras lavouras temporárias, chegassem a representar menos de 4,0% da área colhida.

No bojo dessas transformações, a agricultura paranaense, especialmente no Norte do estado, passa por grandes mudanças, de modo que o capital industrial passa a transformar a matéria-prima produzida no campo, tanto por intermédio da instalação de unidades industriais constituídas de empresas individuais, como sob o sistema cooperativista.

Segundo Tsukamoto (2000), essas unidades industriais contribuíram para o reordenamento do espaço norte paranaense, uma vez que a partir da década de 1970, incrementa-se a implementação e atuação das agroindústrias sucro-alcooleira, de transformação da soja, do café, do algodão, entre outras. Além disso, começa a se destacar as indústrias de transformação de matéria-prima de origem animal, como da avicultura de corte,

²⁷ Entrevista realizada em 08/06/00, Londrina.

da sericicultura, da pecuária leiteira (entre outras), “inserindo-se aqui, basicamente, o pequeno produtor familiar, regidos pelo sistema de ‘integração’ ou parceria agrícola” (TSUKAMOTO, 2000, p. 130).

Enfim, a partir da década de 1970 e, especialmente, na de 1980, a agricultura do Norte paranaense passou por profundas transformações decorrentes da chamada modernização da agricultura e, embora se reconheça a importância de tais transformações, não se adentrará nesta discussão, uma vez que não é o objetivo deste trabalho.

Após se caracterizar o processo de ocupação e as principais atividades econômicas desenvolvidas nas regiões do Paraná Tradicional e do Norte paranaense, acredita-se que se têm as condições necessárias para o entendimento das relações estabelecidas entre essas regiões e a constituição territorial do município de Ortigueira. Primeiramente, por intermédio da ocupação e formação do referido município e, posteriormente, no loteamento e ocupação das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

1.3 – Processo de Formação Territorial do Município de Ortigueira como Frente de Expansão

Nessa parte da análise objetiva-se discutir o processo de ocupação do espaço no qual se constituiu o município de Ortigueira, visando focar principalmente a formação de latifúndios, de média e de pequenas explorações. Posteriormente, após se caracterizar o tipo de povoamento decorrente da frente de expansão, abordar-se-á a atividade suinocultora proveniente do sistema de safra, que se constituiu até o início da década de 1960 como a principal atividade econômica do referido município.

Entender o processo de formação territorial do município de Ortigueira não é uma tarefa fácil. Em primeiro lugar, pela dificuldade de bibliografia oficial sobre a sua história, o que não é encontrado nem na Prefeitura; em segundo lugar, além da precariedade de informações, quando alguma bibliografia é encontrada (KINCHESKI e SOUZA, 198-; ORTIGUEIRA, 1996), o que se constata é uma leitura acrítica a respeito dos processos sociais, econômicos e políticos acerca da constituição desse município. Tais bibliografias têm como base a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (Paraná), publicada pelo IBGE (1959) que, embora seja rica em detalhes, apresenta uma leitura romantizada da formação histórica de Ortigueira.

Um exemplo dessa visão romantizada e acrítica é encontrada no trabalho de Kincheski e Sousa (198-), intitulado “Conheça Melhor Ortigueira”, no qual os autores afirmam que tal publicação visa levar à

todos os leitores um perfil de nossa Ortigueira, em vários setores da atividade humana, mostrando que **entre nós Ortigueirenses não existe ódio nem ressentimentos mas sim, união e trabalho, em prol de uma pátria livre e democrática** (KINCHESKI E SOUSA,198-, p. 04, grifo nosso).

Esta publicação, escrita por dois professores de Geografia e patrocinada pela Prefeitura na gestão (1982 a 1988) de Antonio de Oliveira Mattos, está carregada de uma ideologia que prega a participação de toda a sociedade ortigueirense no desenvolvimento municipal. Para isso, os referidos autores afirmam que na compreensão da problemática do município, deve-se partir de

dados reais [“com levantamento geral do meio físico, social, econômico e administrativo da região”] e planejar um programa de ação em **dados ideais**. Partimos do lema de que é preciso *conhecer* para compreender, julgar ou diagnosticar para poder intervir (KINCHESKI e SOUSA,198-, p. 11, grifo nosso).

Entretanto, se pressupõe que conhecer é ir a fundo na formação territorial do referido município, o que não ocorre nas bibliografias referenciadas (KINCHESKI e SOUSA,198- e IBGE, 1959). As contradições dessa sociedade são escamoteadas, não tratando de questões como a formação de latifúndios e da grilagem de terras²⁸; da expropriação de posseiros e safristas por meio da ação de grileiros; assim como, na esfera político administrativa, que mesmo com as sucessivas gestões de algumas famílias que embora estejam no poder municipal a vários anos (dentre elas, a administração da família Mattos de 1964 a 1968, de 1982 a 1988, de 1993 a 1996 e de 2000 a 2004 – ORTIGUEIRA, 1996), não se verifica políticas concretas de melhoria da qualidade de vida da população, mas pelo contrário, a conjugação desses e de outros fatores levaram Ortigueira a ser considerada um dos municípios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) da região Sul do Brasil e o pior do Estado do Paraná no ano de 2000 – conforme já enfocado.

²⁸ Caracterizando no município de Ortigueira até o último Censo Agropecuário de 1995/96 uma estrutura fundiária concentrada, o que acaba sendo cenário legítimo de ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Desse modo, ao se buscar caracterizar o povoamento do município de Ortigueira, as primeiras referências enfocam que em

princípios dêste (sic) século [XX], três indômitos sertanejos, procedentes de lugares distantes, chegaram à localidade, onde viria surgir, muitos anos mais tarde, a cidade de Ortigueira, no âmago do sertão paranaense. Eram êles (sic) Adolfo Alves de Souza, Dominiciano Cordeiro dos Santos e Marcílio Rodrigues de Almeida que, abandonando suas terras no bairro do Socavão [município de Castro], no interior do Estado do Paraná, partiram, quase sem destino, em busca de novos paradeiros, à procura de guarida para as suas criações e terras que lhes propiciassem melhores e mais promissoras colheitas” (FIBGE, 1959, p. 343).

Esses “autênticos bandeirantes do século XX, percorreram longas e intermináveis distâncias, cruzaram regiões desertas (sic), vadearam rios e chegaram, finalmente, ao seu destino” (IBGE, 1959, p. 343).

A saga desses homens está inserida no contexto de ocupação da região do Paraná Tradicional e, como já enfocado, é a partir da frente de expansão proveniente dos Campos Gerais, principalmente de Tibagi, que Ortigueira começa a ser povoada.

No entanto, por volta de 1.900, a área entre os rios Ivaí e Tibagi, principalmente a oeste dos atuais municípios de Tibagi e Reserva, em que se localiza atualmente o município de Ortigueira (na época, era parte do território do primeiro destes municípios), não era atingida pela fronteira demográfica. O que somente vai ocorrer entre 1.900 a 1.920 (conforme Mapa 04).

Essa área de povoamento ao sul do paralelo de 24° se fez de modo diverso, na qual os

ocupantes definitivos das terras, os que vão possuí-las e explorá-las, são precedidos por batedores anônimos que salpicam a mata em largas áreas, indivíduos geralmente semi-nômades, que são os primeiros a explorar os ervais e os pinhais, ou a fazer grandes roças em terrenos devolutos (BERNARDES, N., 1952, p. 55).

Bernardes N. (1952) nas várias excursões realizadas no Estado do Paraná, constatou que a maior parte do município de Tibagi constituía-se de um povoamento realizado de modo irregular,

[...] dando origem a um povoamento ralo, de escassa densidade e limite de tal modo impreciso, que em uma enorme área, equiparável à de muitos municípios do

Leste, passa-se insensivelmente (sic) da zona povoada para a não povoada. (BERNARDES, N., 1952, p. 53).

O povoamento de grande parte do município de Tibagi, que por sinal constituía uma área significativa do Estado do Paraná, especialmente à noroeste, se formou, na sua maioria, pela figura do chamado “caboclo”, sendo só em parte colonizada por imigrantes europeus. Nesta localidade surgiria o núcleo que daria origem à cidade de Ortigueira, que posteriormente se emanciparia de Tibagi, formando o município de Ortigueira, conforme pode se observar no Mapa 05.

A história do início desse povoado é a seguinte. Os três “sertanejos” já referenciados, primeiramente se alojaram num outeiro denominado de Monjolinho, que ficava no interior do antigo município de Tibagi²⁹. De lá, dois deles seguiram em frente, até atingirem às margens de um rio que denominaram de Formigas (não há relatos da atual localização deste rio). A travessia entre Monjolinho e o rio era difícil devido a um espesso taquaral seco ali existente, motivo este que os levou a queimá-lo, devastando uma área de aproximadamente 300 alqueires de terra. Com o passar dos anos, em 1905, resolveram plantar 5 litros de feijão nas “queimadas”, dos quais, devido à fertilidade da terra virgem, obtiveram 2.130 litros (ou seja, o equivalente a uma área de 53 alqueires). Nestas terras se fixaram outras famílias e, do aglomerado humano, nasceu a vila de Queimadas, chamada assim até 1939, quando passa a ser denominada de Ortigueira³⁰ (IBGE, 1959, p. 343).

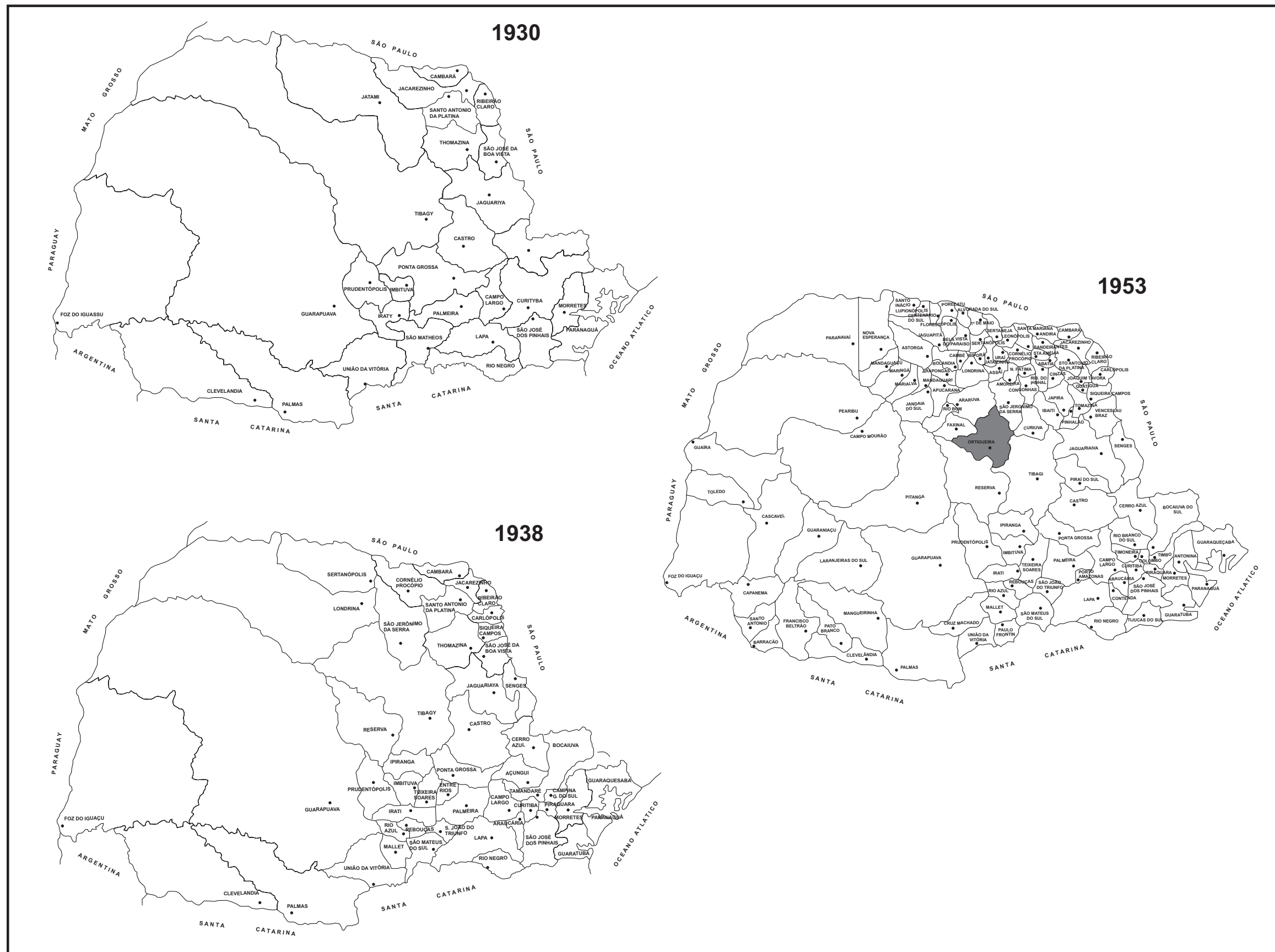
Com o ritmo populacional crescente, o povoado de Queimadas foi ganhando importância por se localizar no “centro de onde se irradiavam as trilhas de tropas que nos anos pouco anteriores a 1920 davam margem à expansão dos caboclos e dos descendentes de europeus que demandavam a região” (BERNARDES, N., 1952, p. 69).

Na década de 1920, esse povoado se estabeleceu como o avanço da frente de expansão vinda dos Campos Gerais, como pode se observar no Mapa 06, especificamente da cidade de Tibagi, que já apresentava um desenvolvimento econômico e social significativo, uma vez que tinha as maiores vendas dos Campos Gerais paranaenses, perdendo só para Ponta Grossa. Além disso, esta exercia as funções de centro de mineração e lugar de baldeação nos transportes.

²⁹ Como se observa na Mapa 02, atualmente localizado ao sul de Ortigueira – próximo da divisa com os municípios de Telemâco Borba e Reserva.

³⁰ Por alguns chamada de Urtigueira – devido ao nome da Serra de Urtigueira, com vogal U, originário de Urtiga, planta da família das urticáceas / *Urtica dioica*, abundantes na região (FERREIRA, 2000, p. 203).

MAPA 05 EVOLUÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DO PARANÁ 1930 - 1953



LEGENDA

■ ORTIGUEIRA



Escala: ESCALA GRÁFICA APROXIMADA 0 180 360 540 720 km.	
Autor: JOSÉ ALVES	Orientadora: ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
Fonte: PADIS - 1981	Edição Gráfica: Flora H. Sato
	Mapa: 05 Página: 57
Apoio Financeiro: 	Instituição:

A frente de expansão originária dessa localidade em 1926 “já estava em Ortigueira, Lajeado Bonito, Caeté e São Jerônimo. Faxinal, antigamente chamado Faxinal de São Sebastião, era um pôsto (sic) avançado dessa frente, fundada em 1920” (VALVERDE, 1957, p. 196).

Todavia, o caráter do povoamento daí resultante dificultava o reconhecimento da área que poderia ser considerada povoada, pois

o limite é impreciso e os elementos da vanguarda estão isolados e desconhecidos da área civilizada [a leste, no município de Tibagi]. Ao longo desta franja, onde o povoamento se esbate, lentamente se esboça a organização econômica e o regime de trocas com a retaguarda, [que] devido às más condições de comunicações, faz-se precariamente (sic). (BERNARDES, N., 1952, p. 71).

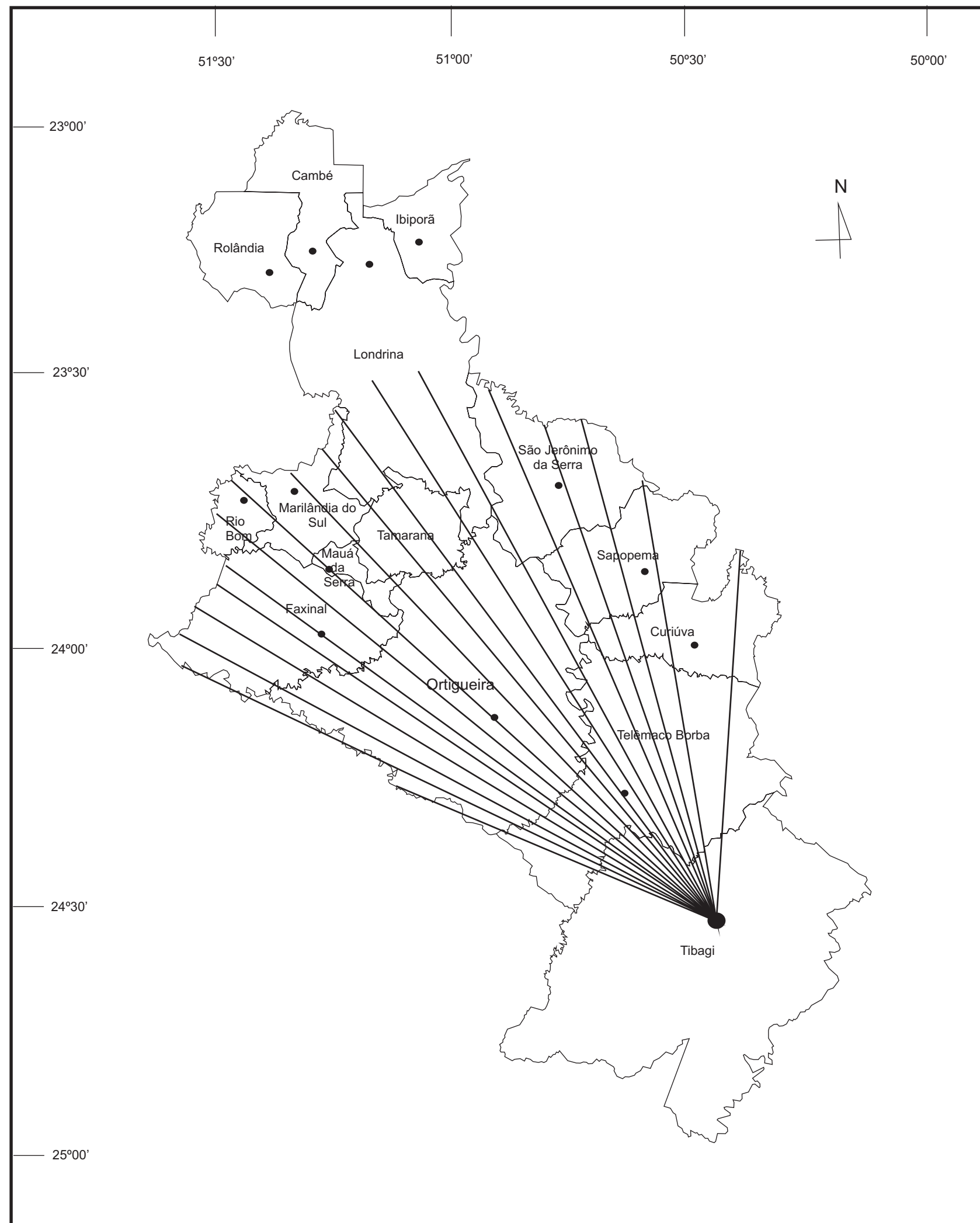
Como se constata, até as duas primeiras décadas do século XX, o povoamento do espaço que se constituiria o município de Ortigueira (até então denominado de vila de Queimadas), apresentava uma ocupação bastante dispersa. A partir da década de 1920, o povoado começa a se estruturar: em 1921, a vila de Queimadas foi elevada à categoria de Distrito Judiciário; em 1929 começaram a transitar caminhões até a localidade, pois, de automóvel se poderia ir de Ponta Grossa à Tibagi, mas desta cidade ao Distrito de Queimadas, o transporte tinha que ser feito de carroça. Daí em diante, para o chamado “sertão”, partiam tropas que chegavam até Faxinal de São Sebastião.

Nessa localidade passava uma antiga estrada boiadeira, caminho das tropas de gado vindas de Mato Grosso para abastecer as cidades paranaenses (VALVERDE, 1957). O traçado desse caminho ia do referido Distrito até Faxinal, o qual foi aproveitado para a construção da estrada de rodagem, construída em 1948, que depois melhorada e asfaltada, em 1961, passou a ser chamada de Rodovia do Café.

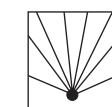
Queimadas, ao norte do rio Alonzo, serviu como ponto de apoio no início da década de 1920 para as primeiras penetrações no Terceiro Planalto paranaense a oeste do rio Tibagi, na região de Faxinal de São Sebastião, atual município de Faxinal. Suas terras férteis, ocupadas por vastos pinheirais facilmente penetráveis atraíram “caboclos” e ex-colonos, que

partindo da vila de Urtigueira, galgaram a escarpa e, no alto do planalto, estabeleceram suas roças espontâneas e desordenadamente. Muitos dêstes (sic) elementos eram provenientes da colônia Açungui e de outros núcleos decadentes. Em regra geral eram indivíduos despejados de terras ocupadas indevidamente ou foragidos da lei (BERNARDES, L. M. C., 1953, p. 29).

MAPA 06 AVANÇO DA FRENTE DE EXPANSÃO ORIUNDA DOS CAMPOS GERAIS



LEGENDA



ÁREA APROXIMADA SOBRE A QUAL HOUVE O DESLOCAMENTO DA FRENTE DE EXPANSÃO

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



Escala:		ESCALA GRÁFICA APROXIMADA	
Autor:	JOSÉ ALVES	Orientadora:	ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
Fonte:	BRAGUETO/1996 Mapa do Estado do Paraná de 1993, com base nas informações de BERNARDES, L. M. C. (1953) e VALVERDE, O. (1957).	Edição Gráfica:	Flora H. Sato
Apoio Financeiro:		Mapa:	06
		Página:	59
		Instituição:	

A frente de expansão formada pelos “caboclos”, constituía-se principalmente pelos safristas, posseiros e grileiros que tinham em Queimadas um ponto de apoio, inclusive para se chegar ao Terceiro Planalto paranaense. Na década de 1920, devido ao tipo de povoamento da área, se esboçava uma lenta organização econômica, estruturada principalmente com a cidade de Tibagi, considerada centro de referência.

Com a precariedade das vias de comunicação, os comerciantes – chamados “cometas” – vindos de Ponta Grossa e Tibagi, visitavam o Distrito com tropas de burros cargueiros carregados de grande variedade de mercadorias, dos quais abasteciam as pequenas casas de secos e molhados existentes – as chamadas vendas.

O movimento característico da frente de expansão que partindo de Tibagi, atingia o Distrito de Queimadas e daí ia até Faxinal, perdurou até o final da década de 1920 e início da de 1930, quando a mesma paralisou-se. Valverde (1957, p. 197) destaca dois motivos principais desta paralisação da frente de expansão: “o avanço de uma nova frente pioneira muito mais importante no Norte do Paraná, a partir de Londrina, em 1932, e a constituição da indústria de papel e celulose Klabin S.A., de Monte Alegre, em 1935”.

A respeito da referida frente pioneira, já se verificou a importância da mesma no povoamento do Norte paranaense. Com relação à Klabin, indústria de papel e celulose, constituída no município de Telemâco Borba, teve uma localização estratégica na zona mista de mata e campo; da mata recebia lenha para as fornalhas e, no campo, mantinha bosques artificiais de pinheiros para o fornecimento de matéria prima (VALVERDE, 1957).

Diante do exposto, verifica-se que com a ocupação da vila de Queimadas, o acesso à terra se deu fundamentalmente pela ação de “caboclos” que a posseavam. Desta ocupação, “predominavam latifúndios e terras devolutas onde penetraram intrusos constituindo um povoamento espontâneo, desordenado e mal fixado” (BERNARDES, N., 1952, p. 69).

Ainda a esse respeito, Bernardes, N. (1952) afirma que:

Um novo termo (sic) passou a ter grande circulação designando êstes (sic) povoadores – ‘intruso’; por derivação, ‘terra intrusada’ é a terra particular ou devoluta que sem estar à venda e muito menos dividida em lotes é invadida e ocupada por êsses (sic) indivíduos na ânsia de solos novos. Aos elementos que se radicam, aliás muitos assim procedem, o estado concede a posse da terra ao cabo de certo número de anos de ocupação e de acôrdo (sic) com a área aproveitada. (...) Ao cabo de certo tempo o ocupante, não vendo satisfeita sua pretensão, desloca-se para novas terras. A um bom número dêsses (sic) indivíduos, por outro lado, nem mesmo interessa a condição de proprietários uma vez que desejam indistintamente a exploração de solos sempre novos, dado o sistema primitivo que adotam. (...) A retaguarda passa

a ser povoada pelos elementos mais acomodaticios ou que viram satisfeitas suas pretensões de proprietário [não no sentido de compra da terra, mas da posse da terra] (BERNARDES, N. 1952, p. 71).

Isso não é uma regra, pois se para muitos safristas o interesse maior é a posse da terra para nela poder engordar a safra (sistema utilizado para a criação do porco caipira), e para o posseiro é manter uma agricultura de subsistência, para outros indivíduos que grilavam áreas mais significativas, a terra servirá como reserva de valor, esperando o momento em que a mesma possa ser vendida, transformada em renda capitalizada. Assim, se a ocupação ocorre por intermédio da frente de expansão, o acesso à terra se dá pela posse, diferentemente da frente pioneira, em que o acesso à mesma se dá pela compra, sendo a terra transformada em mercadoria. Como a posse era a forma de acesso à terra na localidade, os conflitos eram constantes entre os grileiros e os posseiros. Os grileiros norteados pela acumulação da terra, agiam tanto pela força, expulsando os posseiros, ou quando isso não acontecia, mantinham os mesmos trabalhando em suas posses, mas lhes cobravam o foro – caso este não fosse pago, a expropriação era certa.

Além da presença dos posseiros e dos grileiros de terras, em 1933, verificou-se também a de colonos de origem alemã vindos de Joinville (SC), Cândido de Abreu (Pr), entre outras localidades, para a então fundada colônia Augusta Vitória. Esta foi considerada uma colônia particular, em pequenas propriedades, sendo o dono das terras, o latifundiário Brasília França, um dos promotores da colonização juntamente com o pastor W. Fugmann.

Segundo Valverde (1957, p. 202), o governo alemão, por intermédio do seu cônsul no Paraná, esteve diretamente envolvido com a criação da colônia, devido a fatores políticos ocorridos na Alemanha com o advento do nazismo.

Embora não se desconsidere a diversidade no processo de ocupação do município de Ortigueira, necessário se faz chamar a atenção para o fato de que foi mais expressivo a ação dos “intrusos”, tanto na figura do grileiro / latifundiário, como do posseiro. As atividades desenvolvidas nessa época se constituíam principalmente da criação de porcos – por meio da safra, e de uma agricultura de subsistência, praticada por posseiros – calcada inclusive no sistema primitivo da rotação de terras.

A suinocultura se manteve como a atividade econômica principal do município até a década de 1960, embora fosse realizada em menor escala até o início da década de 1980, enquanto a agricultura de subsistência, calcada na produção familiar, é significativa até os dias atuais (2004), como se constatará melhor no capítulo seguinte.

Entre 1920 e 1940 o município de Tibagi e Reserva vêm sua população crescer de forma significativa, o que pode ser explicado pela ocupação de áreas novas até então quase despovoadas. Nesses dois municípios se verificou o avanço do povoamento para noroeste, e “é nos novos distritos aí criados que se localiza a população responsável por taxa de crescimento tão elevada (Cândido de Abreu, Erval de Baixo e Três Bicos no caso de Reserva, Queimadas e Bela Vista em Tibaji)” (BERNARDES, L. M. C., 1951, p.269).

De acordo com a mesma autora referenciada (1951, p. 271), a população do município de Tibagi em 1920 era constituída de 16.386 habitantes e, em 1940, alcançara 33.156, demonstrando um aumento absoluto de 16.770 habitantes. Embora sem apresentar dados, Bernardes, L. M. C. (1951) enfoca que grande parte desse crescimento populacional presenciado em Tibagi, se encontrava no Distrito de Queimadas, que já apresentava um desenvolvimento significativo, uma vez que de vila, esta é elevada à categoria de Distrito em 1921³¹.

Deste modo, conforme Ortigueira³² (1996, p.06), este Distrito por ser considerado um dos mais ‘populosos’ e “progressista”, despertou o interesse das lideranças políticas do Distrito para a sua elevação à categoria de município. A constituição territorial de Ortigueira se deu, fundamentalmente, a partir da ação da elites locais que ao defenderem sua emancipação política de Tibagi, assegurou-lhe sua inserção, por exemplo, na esfera político administrativa.

Em tal contexto, em 14 de novembro de 1951, em virtude da Lei estadual n.º 790 foi criado o município de Ortigueira, com território desmembrado parte do município de Tibagi e parte do de Reserva, sendo solenemente instalado em 14 de novembro de 1952, conforme se observa na Mapa 05. A primeira eleição para prefeito e vereadores foi realizada no mesmo ano, sendo o primeiro Prefeito Municipal, o Sr. Francisco Sady de Brito (IBGE, 1959, p. 344).

A seguir, passar-se-á a focar o loteamento e a ocupação das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

³¹ Em 1920, Manoel Teixeira Guimarães juntamente com Salvador Donato deram início ao movimento de pró criação do Distrito Judiciário de Queimadas, sendo aprovado através da Lei 2.030 de 31 de março de 1921. No mesmo ano foi criado o Distrito Policial e o Cartório Judicial de Queimadas (ORTIGUEIRA, 1996).

³² Em 1939, devido às questões administrativas, por ordem do Ministério das Comunicações – Departamento Nacional de Correio e Telégrafos, o então interventor do Estado, Manoel Ribas, decretou a mudança do nome de Queimadas para Ortigueira, devido à existência de um município com o mesmo nome no Estado da Bahia (ORTIGUEIRA, 1996, p. 05).

1.4 – Safra, safristas, grilagem de terras e surgimento das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica

1.4.1 – A safra, os safristas e a grilagem de terras

Como se verificou, o povoamento de Queimadas se deu de modo disperso, no qual, a terra ocupada por meio da posse e da grilagem, gerou, concomitante aos latifúndios, as pequenas e médias explorações.

A atividade econômica principal desenvolvida, ou seja, a suinocultura, esteve calcada no sistema de safras.

É justamente esse fato que se procura chamar a atenção na construção territorial do município de Ortigueira, ou seja, que o povoamento do município se caracterizou em decorrência de processos da frente de expansão. O espaço existente entre a fronteira demográfica, que se localizava em Faxinal de São Sebastião, e a fronteira econômica, que já se estruturava em Tibagi, foi em parte a área que deu origem ao município de Ortigueira. Esta absorveu o excedente demográfico que não conseguiu ganhar seus meios de vida na área economicamente mais estruturada e foi responsável pela produção do excedente que se realizava como mercadoria na fronteira econômica.

É a partir do entendimento dessa dinâmica da frente de expansão, com a formação de latifúndios, nos quais, a terra é tida como reserva de valor – embora nesse momento a mesma não se constituía enquanto mercadoria, uma vez que é posseda e não comprada – que se entenderá o surgimento das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica no início da década de 1960. Assim, a terra posseda/grilada é transformada em mercadoria no momento da venda, pois com o loteamento da mesma o acesso a ela passa a se dar pela compra e não pela posse; “a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade” (MARTINS, 1975, p. 47).

Para melhor se entender a importância da atividade suinocultora e a forma de acesso à terra por ela estruturada, primeiramente, se caracterizará a safra e os safristas; e, num segundo momento, se enfocará que a forma de acesso à terra decorrente dessa atividade não se deu de forma pacífica, mas pelo contrário, o conflito entre os grileiros de terras e os posseiros marcaram essa atividade econômica em Ortigueira.

A suinocultura (as safras) em Ortigueira remonta ao início da década de 1920, perdurando como principal atividade até meados da década de 1960³³, quando esta atividade entra em decadência “com os loteamentos das fazendas do Quinhão 2 (Vista Alegre), Quinhão 3 (Pinhalzinho), Quinhão 4 e posteriormente o Quinhão 12” (ORTIGUEIRA, 1996, p. 28).

A criação de porcos no referido município e, antes mesmo deste se constituir enquanto tal, estruturou-se no chamado sistema de safra. Tal sistema não foi específico desta região do Paraná, pois se desenvolveu também no Norte Pioneiro e no Sudoeste (BERNARDES, L. M. C., 1953 e WACHOWICZ, 1987).

Com o povoamento da Vila de Queimadas se verificou uma organização econômica e um regime de trocas com Tibagi de forma muito lenta – o centro mais dinâmico –, devido às precárias condições de comunicação e pelo modo primitivo de criação de porcos praticada pelos safristas.

Segundo Bernardes N. (1952), na atividade suinocultora praticada nas proximidades do povoado:

O tipo característico é o ‘**safrista**’ com seus contratados, sempre à procura de terras novas para as grandes roças de milho que alimentam os porcos. Realizada dêste (sic) **modo primitivo a criação de suínos** é a forma econômica predominante na infiltração do povoamento na mata. (...) É que o porco é o produto mais facilmente (sic) transportável. Ao ser encaminhado para a zona consumidora êle é tocado a pé pelas trilhas estreitas e irregulares até atingir pequenas povoações junto a melhores estradas, de onde o caminhão os leva para a estação rodoviária. Em épocas anteriores ao automóvel, bando de suínos (**‘porcadas’**) eram conduzidas a pé, de Pitanga, Guarapuava, Cândido Abrel, Faxinal de São Sebastião, [Ortigueira, então Queimadas] etc. até a estrada de ferro, em Ponta Grossa, por distâncias que atingiam duzentos ou mais quilômetros! Dêste modo, transformado em **banha**, o milho se escoava mais facilmente (sic) do sertão para os mercados (BERNARDES, N., 1952, p. 71-72, grifo nosso).

A criação de porcos – o porco caipira –, foi realizada em quase todo o município de Ortigueira. Neste sistema, o safrista desenvolvia a exploração mista da terra posseada, cultivando o solo para a produção de milho, concomitante com o cultivo de produtos para subsistência (a roça), como o arroz e feijão, sendo que quando estivesse próximo da colheita, os porcos (corte magro) eram soltos na roça, lá ficando até engordarem e se obter o porco tipo banha.

Em entrevista realizada a um morador que conhece o município desde 1958, este descreveu a abrangência e como aconteciam as safras em Ortigueira.

³³ Embora ainda permanecesse até o início da década de 1980.

Quanto a abrangência das safras, ele relata:

Tinha, aqui tinha muito safrista. Aquela época era o tempo de fartura. Antônio Moraes, Bastião Bueno (Barreiro), tinha o Pedro Luiz (era também safrista forte), o Silvio Moraes tinha safra no rio Pereira. Sempre ele [Silvio Moraes] plantava trinta, quarenta arqueire e fazia safra. (...) Eu conhecia ele em 1964, 1965, ele trabalhava com safra ainda.(...) o Silvio Moraes morava aqui no Pinhalzinho (MATEUS³⁴, 91 anos, Ortigueira, 14/07/03).

A safra funcionava da seguinte forma:

Eles [os safristas] derrubava o mato, fazia a roça, fechava a roça com uma cerca de pau dessa artura assim [mais ou menos 80 cm] e soltava o porco dentro, pra cumê aquele mio na roça. Engorda andando a porcada. Fazia o paió, coia um pouco de mio pra deixá no paió de reserva pro fim, dali ele tirava o porco gordo. Ficava outra ponta mais magra. Ficava pra acabá de engordá comendo mio do paió (MATEUS, 91 anos, Ortigueira, 14/07/03).

Para a criação dos porcos no sistema de safra, os safristas posseavam a terra, demarcando as áreas conforme a capacidade de trabalho da família. A área demarcada era chamada de frente, que normalmente era dividida pela posse de um morro ou de uma água (delimitada por pequenos córregos ou riachos). As áreas posseadas eram terras do Estado e podiam chegar até a 200 alqueires.

Na posse de um safrista, o uso do solo se dava pela rotação de terras, pois nem toda a posse era transformada em roça: enquanto esta se formava, os porcos eram mantidos em mangueirões, os famosos chiqueiros, sendo alimentados com o milho estocado nos paióis; numa outra área da posse se mantinha uma produção (a roça) para a subsistência da família, normalmente com o plantio de arroz, feijão, abóbora, mandioca, entre outras culturas; e, numa outra, a terra ficava em descanso, com a formação da capoeira, além da área de mata não derrubada.

O trabalho na safra era exercido pela família e nos momentos que esta necessitava de mais pessoas para as atividades, principalmente na derrubada da mata (e/ou capoeira) e no plantio do milho, havia a realização de mutirões e trocas de dia de serviço entre as famílias de safristas e de posseiros.

O transporte da porcada (denominado de vara) inicialmente era feito à pé de várias localidades de Ortigueira até Tibagi e, a partir daí, seguia em caminhões até Ponta

³⁴ Mateus é um pseudônimo. Entrevista realizada em Ortigueira no dia 14/07/2003.

Grossa e Jaguariaíva (Pr). Jaguariaíva era o principal mercado onde tinha se instalado em 1924 o frigorífico Matarazzo (este fechou em 1947).

Esse momento era considerado uns dos mais trabalhosos, pois para tocar os porcos tinha que ir uma comitiva formada por várias pessoas.

Na rota da entrega, tinha várias safras que davam suporte pra alimentação dos porcos; o milho era comprado de outro safristas. Os porco que não agüentava andá, era morto, a carne salgada e usada pra alimentação. (...) Não ia um safrista só; os porco era marcado e ia vários safristas levando a porcada. Era um mutirão, cada família de safrista cuidava do seu lote (L. M. dos S., 44 anos, Vila Rica, 22/03/03)³⁵.

A partir de 1945, o transporte passou a ser feito por caminhões apropriados, os chamados caminhões porcadeiros, entretanto devido às péssimas condições da estrada, uma viagem para Ponta Grossa, podia demorar até três dias.

Aí nesse tempo já não tinha mais o frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva, tinha fechado e mudado pra São Paulo. Aí levava os porcos pra vendê em São Paulo; Sorocaba pra diante tão vendendo. Levava de caminhão direto. Pegava em Ortigueira. Vinham tocando a pé até Ortigueira, colocava no mangueirão, lá tinha o carregadô, colocava uma parte em baixo e otra em cima e levava pra São Paulo (MATEUS, 91 anos, Ortigueira, 14/07/03).

A partir de 1950, já com o fechamento do frigorífico Matarazzo em Jaguariaíva, a produção do porco gordo passou a ser comercializado em São Paulo, com a Swift do Brasil e, no Rio de Janeiro, com a Casa da Banha (Ortigueira, 1996).

Dentre os principais safristas de Ortigueira destacaram-se: Pedro Luiz de Oliveira, na localidade da Água da Pedra; Bastião Bueno, no Barreiro; Silvio Moraes, que juntamente com outros safristas, tinha safra nas proximidades do rio Pereira (onde no início da década de 1960 seriam loteadas as comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica); entre outros.

Quanto aos principais compradores de porcos, destacaram-se: Francisco Sady de Brito (que foi proprietário de grandes extensões de terra em Ortigueira), Djalma Rocha Lima, Antônio de Oliveira Mattos, Antonio de Lima Moraes, Antonio Ferreira da Luz e Antonio Justus (ORTIGUEIRA, 1996, p. 28).

Como verificado até o momento, a criação de porcos por meio das safras foi uma importante atividade econômica exercida no município de Ortigueira desde a época em que este era Distrito do município de Tibagi. Esta atividade embora fosse praticada de modo

³⁵ O entrevistado é filho de um dos mais antigos safristas da localidade em que foi loteada a comunidade de Pinhalzinho.

arcaico, mantinha uma relação de troca com a área economicamente mais estruturada, se realizando como mercadoria por meio da compra das empresas processadoras de banha.

Neste sentido, foi por meio das safras que grandes áreas de terras devolutas do Estado foram posseadas/griladas no município de Ortigueira. Além das grandes e médias áreas dedicadas, na maioria das vezes, à criação de porcos (também se tem relato da criação de gado no município na época), se verificava a ocupação de pequenas áreas por posseiros.

Nas pequenas áreas viviam “caboclos muito esparsos (...), [que mantinham] suas rocinhas de subsistência contendo mandioca, milho, e com as quais alimentam também alguns porcos”, que eram em parte vendidos para os safristas engordarem na safra (VALVERDE, 1957, p. 191).

O processo de ocupação da terra no município de Ortigueira, tendo concomitantemente a figura do grileiro, do safrista e do posseiro, constitui-se num palco propício para os conflitos de terra.

Embora seja difícil conseguir provas a respeito da grilagem de terras no referido município, o que exige uma pesquisa mais intensa e prolongada, os fatos a respeito são de conhecimento de grande parte da população ortigueirense. Neste sentido, quando uma pessoa é questionada a respeito, constata-se que à princípio há desconfiança em falar sobre o assunto, mas com o desenrolar da conversa, muitos fatos são relatados e contados. Isso vai desde os moradores mais antigos das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila, alguns filhos(as) de ex-safristas e posseiros, que já habitavam a localidade antes do loteamento da mesma, até conversas informais com funcionários do cartório e do INCRA na cidade de Ortigueira.

Entretanto, só se conseguiu dados mais concretos sobre essa realidade em entrevista realizada com um morador que conhece o município desde a década de 1950.

Segundo entrevista realizada com o Sr. Mateus (91 anos, Ortigueira, 14/07/03), a posse e a grilagem de terras no município não é novidade, inclusive ele cita o caso de um grileiro que legalizou os impostos atrasados de uma área de 200 alqueires e expulsou “à bala” o seu antigo ocupante.

Essa foi terra grilada de um caboclo aqui do Rio das Pedras, pra cá de Ortigueira. Então, ele tava com o imposto atrasado e o fulano (homem de influência), foi em Tibagi, falou com o prefeito de Tibagi, naquele tempo não tinha negócio de Telemâco, todo o movimento era em Tibagi. Ele foi lá (...) pagou o imposto atrasado (...) e passou a minuta [com referência ao documento / escritura] no nome dele. (...) As terras era a par da fazenda dele [do grileiro] aí na serra. Era duzentos alqueires. (...) Ele passou a mão! É, e grilou tudo no nome dele. Tomô e imendô tudo (...); a parte dele [do grileiro] pra cá da estrada [Br 376 – Rodovia do Café] e a parte grilada pra lá da estrada. (...) Aí o [P.L] ficô por fora. Perdeu, saiu de lá despejado da fazenda dele (MATEUS, 91 anos, Ortigueira, 14/07/03).

Em tal contexto, quando uma grande área de terras era grilada e nela tinha a presença de outros posseiros, o que se verificava era a expropriação dos mesmos pelos grileiros. Caso a expropriação não ocorresse, os posseiros da terra grilada tinham que pagar o foro para continuar na terra; os safristas mais fortes e estruturados, conseguiam resistir à expropriação e ao pagamento do foro.

Segundo L. M. dos S., nas décadas de 1940 e 1950 o que existia em Ortigueira era a lei do mais forte, a resistência na terra era feita à força, “*na bala*”, inclusive com a morte de muitos “*jagunços*” (L. M. dos S., 44, Vila Rica, 22/03/03).

A respeito da expropriação dos posseiros por grileiros, o Sr. Mateus relatou que:

Ah, ele [em referência a um grileiro] chegava e tomava na marra. Pnhava gente e tomava na marra, mandava desocupá. Até tinha um cumpadre meu que morava com o [P. L] aí, ele chegou lá e deu prazo de 24 horas pra tirá [para sair da terra]. Ele não tinha recurso pra tirá; venceu as 24 hora, ele chegô, mandou um caboco fechá a porcada no sitinho lá e tomô. (...) Ele fazia assim. Agora tinha lugar que ele arrendava a terra pro safrista, por pouco da coeita ela tomava a safra. Mandava despejá, chegava a capangada e tocava fora. Ou saia ou senão morria. Saia, ele passava a mão na porcada tudo. Era ladrão, puro ladrão! E falava que era ladrão pra vê uma coisa! Ele não fazia, ele mandava fazê, mandava empregado. Matá ele não matava ninguém, ele mandava os otro matá. (MATEUS, 91 anos, Ortigueira, 14/07/2003)

Os posseiros que não resistiam à expropriação, acabavam abandonando as terras ocupadas e abriam posse em outra localidade.

Uma outra prática entre os grileiros era a cobrança do foro, ou seja, a cobrança de renda, tanto em produto como em dinheiro que o ocupante pagava ao grileiro para se manter na terra.

Deste modo, o grileiro

(...) mandava os capanga dele cobrar foro dos safrista que tava na terra grilada. (...) O foro é o aluguer da terra, é o foro, o aluguer da terra que arrendava. A terra era do [S. B.], ele alugava pro safrista. Ele cobrava foro no rio Pereira (...). Isso antes dele loteá a terra do Pinhalzinho. Os safristas mais forte ele não cobrava foro, pois não pagava. Eram um povo revortoso [resistiam a cobrança]. (...) Se o safrista não pagasse o foro, ele era expurso, tomava a porcada que tava engordando, que tava gorda e expursava. Se pagasse ele não fazia nada, se atrapaiasse por doença, por qualquer coisa e gastasse o dinheiro, então dava a metade, os poquinho. Aí ele não expulsava (MATEUS, 91 anos, Ortigueira, 14/07/2003).

Constata-se que no processo de ocupação do município de Ortigueira, decorrente da dinâmica da frente de expansão, o acesso à terra não se deu por meio da compra, mas sim pela posse. No caso das áreas já posseadas, com a capoeira derrubada e que interessava aos grileiros, existia a pressão para expulsar/expropriar os posseiros, seja pela violência, seja pela grilagem da terra, forjando o título da mesma.

É nesse contexto que se procura entender como a área onde se estruturou as comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica foram inicialmente ocupadas (pelos posseiros), posteriormente griladas e, depois, loteadas. Num primeiro momento, a área delimitada pelo rio Pereira, a Oeste, pelo rio do Tigre ao Sul, pela antiga estrada boiadeira (posteriormente a Rodovia do Café) ao Norte e, pelo Bairro dos França a Leste, foram terras ocupadas por posseiros, que viviam de uma agricultura de subsistência e, por safristas (também ocupantes de terras), que praticavam a criação de porcos, por meio da safra (MATEUS, 91 anos, Ortigueira, 14/07/03).

Num momento posterior, o que se verifica é a ação de grileiros que agiram expropriando os posseiros e os safristas³⁶. O Sr. Mateus (91 anos, Ortigueira, 14/07/03) afirma que parte dessa área já estava ocupada, sendo posteriormente grilada pelo antigo proprietário. No entanto, a grilagem de terras não ocorreu somente deste modo, mas também, “[...] *ele grilou do Estado*”.

Assim, na análise do processo de ocupação de Ortigueira, presencia-se no avanço da frente de expansão, tanto a ocupação das terras por posseiros, como por grileiros que agiam expropriando-os e ocupando terras devolutas do Estado. Este processo de grilagem de terras não ocorreu de forma linear, ou seja, as terras sendo ocupadas primeiramente pelos posseiros e, em seguida, tendo a ação dos grileiros. Embora isso tenha ocorrido, também se verifica que tal processo ocorreu concomitantemente em duas fretes. Tanto a grilagem de terras dos posseiros, como a grilagem de terras devolutas do Estado, sem que a mesma fosse ocupada.

Diante do contexto da dinâmica municipal e com base nas informações levantadas no trabalho de campo³⁷, parte-se da hipótese de que a área onde se localiza as comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica constituiu-se, primeiramente, de terras posseadas por posseiros e safristas; posteriormente, estas foram griladas e com a influência política do seu ex-proprietário, quando o mesmo foi prefeito do município de Ortigueira e depois Deputado

³⁶ Nem todos foram expropriados da terra, pois algumas famílias de posseiros resistiam à expulsão e à cobrança do foro. Dessas famílias, alguns descendentes ainda moram na comunidade, sendo que uma delas chegou na localidade em meados da década de 1930.

³⁷ Por meio das entrevistas com os moradores mais antigos da localidade e com o Sr. Mateus que foi um dos capatazes desse latifúndio.

Estadual, este conseguiu legalizá-las. Assim, com a transformação da posse em propriedade privada da terra por meio dos tramites legais e jurídicos, no início da década de 1960, a área foi loteada em pequenas propriedades dando origem às comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

Embora os fatos relatados levem à confirmação dessa hipótese, prefere-se, por enquanto, considerá-la enquanto tal, pois acredita-se que para maiores conclusões faz-se necessário uma pesquisa mais aprofundada no Cartório de Imóveis de Tibagi para se saber como a área (terra) foi legalizada³⁸.

A área loteada se refere à parte do latifúndio denominado de Fazenda Apucarana Grande, que representava uma área expressiva do município de Ortigueira, abrangendo parte significativa do Sudoeste e Noroeste do município, indo do rio do Tigre ao rio Tibagi (MATEUS, 91, Ortigueira, 14/07/03). Para se ter uma idéia, somente uma pequena porção deste, compreendida por parte dos Quinhões 03 e 3A, representava 593,10 alqueires, ou seja, 1.435 hectares. E é de uma parte deste loteamento que surgiu as comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. Segundo o Engenheiro Agrônomo responsável pelo loteamento, este latifúndio pertencia ao Sr. Francisco Sady de Brito³⁹.

Feito tal ressalva, passar-se-á a enfocar o processo de loteamento da área e a ocupação das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, que a partir dos primeiros anos da década de 1960, além da permanência de alguns ex-posseiros e ex-safristas (agora proprietários), aglomera-se na localidade, novos moradores vindos de outras áreas do Estado, principalmente do Norte paranaense, além de outras unidades da federação.

1.4.2 – Loteamento e ocupação das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica

No que tange ao loteamento e ocupação das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, dois pontos merecem uma reflexão:

a) o primeiro, se refere ao fato da terra grilada, tanto dos posseiros como do Estado, se transformar em reserva de valor e, com a sua legalização, esta é loteada, sendo vendida em pequenas propriedades, gerando ao latifundiário renda capitalizada;

³⁸ Entretanto, isso exige do autor um esforço que poderia ser transformado numa outra pesquisa de Mestrado e, devido às limitações impostas pelo tempo disponível, isso não é possível no momento. Além do mais, tal investigação não é o objetivo desta pesquisa.

³⁹ Entrevista realizada com o Sr. Elias Daher, 76 anos, na cidade de Londrina em 08/06/2000.

b) o segundo, se refere ao fato das pequenas propriedades possibilitarem a criação e recriação da produção familiar, seja de migrantes do Norte do Estado, seja dos posseiros que para não serem expulsos da terra, acabaram comprando um lote na localidade.

No primeiro ponto, a estratégia do antigo proprietário em lotear o latifúndio em pequenas propriedades teve como objetivo auferir uma maior renda da terra. Para isso, bastava demarcar os lotes e fazer algumas vias de acesso. Assim, a terra grilada por meio da frente de expansão é transformada em mercadoria, proporcionando ao proprietário, renda capitalizada.

Nos últimos anos da década de 1950 e, principalmente, nos primeiros da década de 1960, iniciou-se uma série de loteamentos na porção oeste do município de Ortigueira, todos fazendo parte do latifúndio Fazenda Apucarana Grande.

O Sr. Daher em entrevista (76 anos, Londrina, 08/06/00) afirma que as primeiras áreas loteadas foram os Quinhões 04 e 12, que ficavam ao Norte da Rodovia do Café, quando a construção desta ainda estava na terraplanagem, ou seja, por volta de 1959. Devido ao sucesso do empreendimento, passou-se, por volta de 1961, ao loteamento de parte dos Quinhões 03 e 3A, que se localizavam a Sudoeste da referida Rodovia, indo até o rio do Tigre, sendo que parte dessas terras constituíram as comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. Em 1965 foram loteadas as terras do atual Distrito de Vista Alegre, a Sudoeste das referidas comunidades rurais (conforme Mapa 02, p. 21).

No loteamento dos Quinhões 03 e 3A, no início da década de 1960, o projeto se constituiu com base em pequenas propriedades, pois se tinham melhores resultados econômicos e um mercado garantido no Norte do Paraná; o que faltava era possibilitar que os parceiros, colonos e pequenos proprietários (que quisessem aumentar sua terra) tivessem condições de pagar pela compra.

Assim, o tamanho dos lotes variaram de 03 a 20 alqueires, ou seja, de quase 08 a 48 hectares, respectivamente. O pagamento era facilitado, pois o comprador dava 40,0% de entrada e o restante era parcelado em até cinco anos. A escritura do terreno só era entregue ao proprietário ao quitar o pagamento integral da dívida.

A divulgação do empreendimento se deu por meio do rádio e de panfletos, tanto nos municípios vizinhos de Ortigueira, como no Norte do Estado, onde se buscava mostrar aos possíveis compradores que as terras tinham facilidades para o pagamento e que eram mais baratas que na região cafeeira.

Segundo o Sr. Daher, as pessoas interessadas em comprar terras nas comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica vieram de várias localidades.

Esses moravam na região de Londrina, Cornélio Procópio, Faxinal, alguns vindos de Minas Gerais, Estado de São Paulo, porque naquela época vinha muita gente de Minas e São Paulo comprar terra aqui. Essas pessoas eram empregados de fazendas, parceiros ou colonos (DAHER, 76 anos, Londrina, 08/06/00).

Além desses compradores, também foi desenvolvida uma estratégia para que os posseiros e safristas que estavam na área, “legalizassem” suas ocupações, pois embora “*essas pessoas assim meio valente se titulavam de posseiros e resistiam ao loteamento, com jeitinho foi possível fazer um loteamento sem briga, sem nada*”. Dentre as estratégias, o “*jeitinho*” encontrado pelo latifundiário e pelo Engenheiro foi que “*a gente chegava e vendia aos posseiros mais barato, dava mais prazo; entendeu? E a gente acertava. Não houve nenhuma ação judicial e, nem briga e nem tiro. Embora tivesse gente muito valente lá!*” (DAHER, 76 anos, Londrina, 08/06/00).

Desse modo, com o loteamento, a área passou a ser ocupada não mais só pelo ex-ocupante / posseiro, mas também, por parceiros, colonos e pequenos proprietários vindos do Norte do Estado e de outras unidades da federação.

Como se enfocou anteriormente, na atividade cafeeira desenvolvida no Norte paranaense, o preço da terra atingia valores significativos, até cinco vezes maior do que em Ortigueira (DAHER, 76 anos, Londrina, 08/06/00), impossibilitando à maioria dos pequenos proprietários de aumentarem suas terras e, dos parceiros e colonos, de adquirí-la. Enfim, constituiu-se na região um significativo excedente populacional que embora tivesse acesso à terra, não era proprietário da mesma.

Em suma, procurou-se analisar por meio da dinâmica regional paranaense, os fatores gerais que influenciaram na constituição territorial do município de Ortigueira e, concomitantemente, das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. Seja com a formação do latifúndio, que não pode ser entendida sem a correlação dos processos da frente de expansão, seja com o loteamento deste em pequenas propriedades, possibilitando a criação e a recriação da produção familiar.

Neste contexto, é a partir do entendimento do desenvolvimento do capitalismo, que se entenderá as particularidades do município estudado e, conseqüentemente, das referidas comunidades rurais. Entretanto, tais particularidades não podem ser compreendidas dissociadas da totalidade social e atrelada à dinâmica da sociedade local.

Desse modo, compreender a constituição territorial do município de Ortigueira, é fundamental para o entendimento de outras questões que serão discutidas no capítulo 02. Ou seja, da dinâmica agrária do referido município a partir da década de 1960, com especial

atenção para o comportamento da produção familiar perante as transformações pela qual passou a agricultura nacional após a década de 1970 e na de 1980, bem como, sua expressividade sócio-econômica para o desenvolvimento municipal.

CAPÍTULO 02
A DINÂMICA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE
ORTIGUEIRA E A PRODUÇÃO FAMILIAR

A partir do estudo da constituição territorial do município de Ortigueira, verificou-se, de um lado, a grilagem de vastas áreas de terras e, de outro, a formação de pequenas e médias unidades produtivas, originadas tanto pela posse como pelos loteamentos de latifúndios na década de 1960 – especialmente em pequenas propriedades. Entretanto, não se caracterizou quais os reflexos desses loteamentos na estrutura agrária, bem como, se houve mudanças expressivas na estrutura fundiária, na forma de produzir, do que e de como produzir e do pessoal ocupado no campo a partir da década de 1960.

Deste modo, neste capítulo objetiva-se identificar a expressividade sócio-econômica da produção familiar no contexto da dinâmica agrária do município de Ortigueira no período que se constitui da década de 1960 a 2001.

Assim, toma-se como base a análise de importantes componentes da estrutura agrária municipal para o referido período, que são: a estrutura fundiária; a condição do produtor; as formas de utilização das terras; a evolução das lavouras e da produção animal; os reflexos do processo de modernização da agricultura e a constituição do pessoal ocupado.

Adotou-se os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Agrícola de 1960, nos Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96, nos Censos Demográficos de 1960 a 2000 e na Pesquisa Agropecuária Municipal (PAM) de 1990 a 2001⁴⁰.

Inicialmente, ressalta-se que fazer referência à discussão da questão agrária, independente da escala de análise (nacional, regional, estadual ou municipal), necessário se faz o enfoque na constituição do processo de modernização pela qual passou a agricultura brasileira a partir da segunda metade da década de 1960 e, intensificado após as décadas de 1970 e de 1980, calcado na adoção do chamado pacote da “Revolução Verde”⁴¹.

Apesar de não se realizar neste texto uma discussão da constituição deste processo, vale lembrar que os reflexos da (re)organização produtiva pela qual passou a agricultura nacional foram considerados “parciais”, “excludentes” e “conservadores”. Parcial porque não se deu do mesmo modo para as diferentes culturas, fases produtivas (plantio e

⁴⁰ Considerando algumas das limitações em se trabalhar com os dados estatísticos, procurou-se analisá-los de forma crítica, pois estes são a única série histórica que se dispõe no país. Assim, o fato do IBGE adotar como unidade base para o levantamento de dados o estabelecimento agropecuário, pode ocorrer a contagem de dois estabelecimentos em uma única propriedade, desde que a mesma seja administrada por outra categoria que não seja a do proprietário.

⁴¹ Segundo Martine (1991, p. 9-10), com a modernização, “a agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial [CAI]. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. Deste modo, a base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção”.

colheita) e regiões brasileiras. Excludente, uma vez que muitos dos produtores, pequenos principalmente, foram excluídos desse processo, além dos milhares que foram expulsos do campo e; conservador, pois se a agricultura se modernizou, não alterou a concentrada estrutura fundiária⁴². Isso sem falar nos problemas ambientais decorrentes deste processo.

Assim, procura-se ter como referência que no Estado do Paraná o processo de modernização da agricultura não fugiu à regra do contexto nacional. Tal consideração pode ser verificada no trabalho intitulado *A modernização da agricultura paranaense*, no qual, Moro (2001) analisa a partir de dados dos Censos Agropecuários de 1970 a 1985 o caso paranaense. Segundo o autor (MORO, 2001, p. 95) “a marcha do processo da modernização da agricultura paranaense não foi homogênea no tempo e no espaço, segundo as mesorregiões geográficas do Estado”. Na região Norte, a modernização agrícola e seus efeitos demográficos foram mais dinâmicos, enquanto que nas demais regiões, “embora ela tenha começado na década de 70, não apresentou de início o mesmo ímpeto, seus efeitos demográficos foram mais expressivos na década de 80”.

Desse modo, a modernização da agricultura brasileira não ocorreu de forma homogênea pelo território nacional, mas se processou de forma diferenciada tanto nas regiões como nas unidades da federação e no interior destas, no âmbito das meso e microrregiões e, nos municípios.

No Estado do Paraná isso também ocorreu, tanto na escala das mesorregiões, como no interior destas, além de se constatar as conseqüências sociais desse processo com o elevado êxodo rural. Não é novidade que o chamado “celeiro do Brasil”, com safras recordes (para 2003 estimada em 28 milhões de toneladas)⁴³, apresenta uma realidade com tremendas disparidades, tendo municípios com os piores índices de desenvolvimento humano (IDH-M) dos estados da região Sul. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2003), 72,0% dos municípios desse estado têm o IDH-M inferior à média brasileira e, dentre eles, encontra-se o de Ortigueira com um dos mais baixos índices.

Nesse sentido, procura-se entender a dinâmica da questão agrária ortigueirense no período da modernização da agricultura brasileira, principalmente, como a produção familiar se comportou nesse período e a sua importância no contexto municipal. Além disso, diante da significativa participação da produção familiar na produção leiteira se contextualizará as mudanças pelas quais a cadeia produtiva do leite passou a partir da década de 1990 e quais as

⁴² Martine (1991); Graziano da Silva (1996a e 1996b); Oliveira (1981) e Gonçalves Neto (1997).

⁴³ Conforme reportagem publicada no Jornal de Londrina no dia 06/07/2003 (OKUBARU, 2003, p. 8A).

implicações do recente processo de modernização da pecuária leiteira para os pequenos produtores.

No período compreendido entre as décadas de 1960 a 1990, a dinâmica populacional do município de Ortigueira, como se observa na Tabela 01, passou por expressivas transformações e o entendimento da mesma é o ponto de partida para se compreender sua estrutura agrária. No intervalo das décadas de 1960, 70 e 80, se constatou um significativo aumento da população total do município em 32.435 habitantes, o que significa que a população total quase triplicou: em 1960 esta era de 17.678 habitantes; em 1970 passou para 36.688 e, em 1980, para 50.113, conforme dados dos respectivos Censos Demográficos. Este aumento esteve ligado principalmente à população rural que no período das três décadas teve um aumento de 30.027 pessoas, ou seja, em 1960 a população era de 15.534; em 1970 passou para 34.930 e, em 1980, para 45.561. Já a população urbana para as respectivas décadas, embora apresentasse algumas variações, manteve um pequeno aumento: em 1960 esta era de 2.144 pessoas; em 1970 reduziu para 1.758 e, em 1980, aumentou para 4.552 indivíduos.

O Gráfico 01 demonstra o aumento e a redução da população total, urbana e rural ortigueirense, sendo que no período de 1960 a 1970, houve um aumento em 19.010 pessoas e, entre 1970 e 1980, em 13.425. Para a população urbana, enquanto que na primeira década se constatou uma redução de 386 habitantes, para a segunda, houve um crescimento de 2.794 pessoas. A população rural, por sua vez, apresentou um crescimento de 1960 a 1970 de 19.396 pessoas e de 1970 a 1980 de 10.631.

Diante do exposto, mesmo não se realizando uma investigação mais aprofundada sobre a dinâmica populacional, percebe-se que o elevado crescimento para o período de 1960 a 1980 está muito acima do índice de crescimento vegetativo da população, o que indica um intenso processo migratório para o município de Ortigueira. Processo migratório que, como enfocado no capítulo anterior, pode ser explicado pelo elevado número de pessoas que se deslocaram para o município à procura de terras baratas, especialmente para a aquisição de pequenas unidades produtoras, geradas com os loteamentos realizados a partir da década de 1960.

Segundo Moro (2001, p. 120), na década de 1970 pode-se presenciar uma mudança no comportamento espacial da população paranaense conforme as mesorregiões geográficas, sendo que enquanto algumas perderam população (como as do Norte do Paraná, especialmente no Noroeste), outras, como “as mesorregiões do Centro Oriental [onde se localiza Ortigueira], do Sudoeste e metropolitana de Curitiba acusa[ra]m aumento”. No caso

da Mesorregião Centro Oriental Paranaense, uma das causas do aumento populacional verificado pelo autor no referido período se deve à “existência de espaços agrícolas ainda não valorizados pela mecanização, [que] aparecem como fatores, em parte, associados ao seu crescimento populacional, conseqüentemente, de sua participação relativa” [no contexto do Estado].

Tabela 01

**Evolução da população total, urbana e rural do município de Ortigueira –
1960 a 2000**

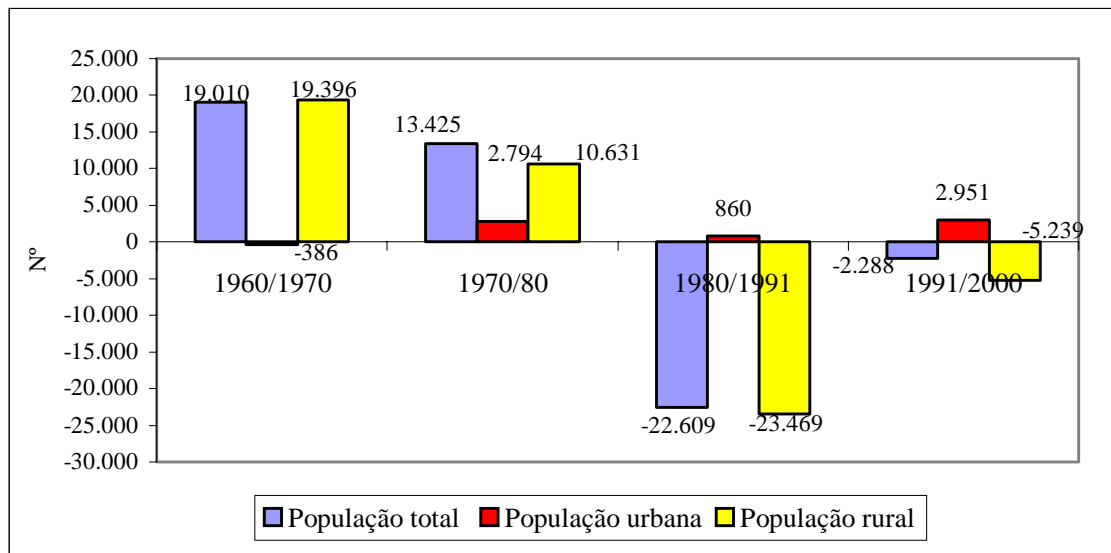
Recenseamentos	População total	População urbana	%	População rural	%
1960	17.678	2.144	12,1	15.534	87,9
1970	36.688	1.758	4,8	34.930	95,2
1980	50.113	4.552	9,1	45.561	90,9
1991	27.504	5.412	19,7	22.092	80,3
2000	25.216	8.363	33,2	16.853	66,8

Fonte: IBGE – Censos Demográficos do Paraná – 1960 a 2000.

Org.: O autor

Gráfico 01

Ortigueira: aumento e redução da população total, urbana e rural - 1960 a 2000



Fonte: IBGE – Censos Demográficos do Paraná – 1960 a 2000.

Org.: O autor

Ainda com base no Gráfico 01, constata-se que a partir da década de 1980 a dinâmica populacional ortigueirense passou a ser outra, ou seja, se nas décadas de 1960 e 1970 se observou um aumento populacional, entre o período de 1980/1991 e 1991/2000,

constatou-se uma drástica redução da população total que esteve ligada à diminuição da população rural. Assim, no período de 1980/1991 houve uma redução da população rural em 23.469 pessoas. Redução que também pode ser constatada entre 1991/2000, num total de 5.239 pessoas.

Esse forte êxodo populacional no campo ortigueirense não está atrelado diretamente ao processo de tecnificação da sua base produtiva, uma vez que não se constata no referido município uma expressiva modernização na agricultura, como a ocorrida no Norte paranaense. Isso mostra que além do processo de modernização da agricultura que foi considerado um dos fatores centrais no êxodo da população rural brasileira, outros também devem ser considerados. Ou seja, para o município de Ortigueira, o que se constata é que dentre os fatores centrais da redução da população no campo está a forte (re)concentração fundiária pelos médios e grandes estabelecimentos após a década de 1980 e, com ela, o aumento significativo da pecuária bovina.

O aumento da população ocorrido nas décadas de 1960 e 1970 em decorrência do deslocamento populacional e, posteriormente, o êxodo rural constatado após a década de 1980, bem como, o processo de desconcentração e reconcentração fundiária atrelado a essa dinâmica do campo ortigueirense, podem ser melhor compreendidos considerando-se a análise da estrutura fundiária do município.

2.1 – Estrutura fundiária, Condição do produtor e Utilização das terras

Os dados acerca da estrutura fundiária – calcados no número e na área dos estabelecimentos – possibilitam compreender como se processou a (des)concentração das terras no município de Ortigueira no período compreendido entre as décadas de 1960 a meados da de 1990 (Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96).

Como os dados censitários estão organizados por estrato de área, isso permitiu o agrupamento dos mesmos e a sua classificação em pequenas, médias e grandes explorações. Adotou-se como pequenas unidades produtivas os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares; como médias, os estabelecimentos com área de 100 a menos de 1.000 hectares; e, como grandes explorações, os estabelecimentos no estrato de área acima de 1.000 hectares – o maior estabelecimento verificado foi de 12.558 ha⁴⁴.

⁴⁴ Esse agrupamento dos estabelecimentos em pequenos, médios e grandes tem como base o trabalho de Bragueto (1996) e Oliveira (1997).

Assim, uma análise histórica da estrutura fundiária no referido município a partir da década de 1960 até meados da década de 1990, comprova o predomínio em termos numéricos dos estabelecimentos com área inferior a 100 ha. Com exceção da década de 1960, na qual os estabelecimentos desse estrato de área representavam 86,9% do número total, observa-se que a partir da década de 1970, o percentual esteve acima de 90,0%; ou seja, no levantamento do Censo Agropecuário de 1970, estes representavam 94,3% do total; no de 1975 era de 95,4%; em 1980 era de 94,7%; em 1985 foi equivalente à 93,9%; e em 1995/96, tais estabelecimentos representavam 92,5% do total, como pode ser observado na Tabela 02.

Com base na Tabela 02 e no Gráfico 02, se constata que de 1960 a 1975 houve um aumento no número dos estabelecimentos com área inferior a 100 ha, passando de 86,9% para 95,4% - o maior percentual alcançado pelas pequenas unidades produtoras. Esse crescimento está relacionado à redução do número dos estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha, sendo que em 1960 estes representavam 12,8% do total, reduzindo em 1975, para 4,4%. Os estabelecimentos com área superior a 1.000 ha, que em 1960 representavam 0,3% do total, em 1970 reduziram sua participação para 0,1%.

Tais dados demonstram que no período de 1960 a 1975 ocorreu um processo de desconcentração fundiária, que apesar de não ter sido suficiente para mudar a concentração da terra no município, possibilitou o aumento expressivo do número de pequenos estabelecimentos em 4.291.

Este quadro possibilita afirmar que o aumento das pequenas unidades produtoras se deu em virtude da redução do número dos médios e grandes estabelecimentos agropecuários, especialmente durante as décadas de 1960 e 1970, quando ocorreram os loteamentos de grandes propriedades em pequenas no município de Ortigueira. Isso pode ser visto não só pelo aumento do número de estabelecimentos com área inferior a 100 ha durante o período, mas também pelo aumento da área ocupada pelos mesmos, como se constata na Tabela 03 e no Gráfico 03.

Assim, constata-se que além do número total dos estabelecimentos ter aumentado durante as décadas de 1960 a 1980, passando de 1.596 para 5.541, a área total ocupada praticamente dobrou no período, passando de 95.523 ha em 1960, para 183.736 ha em 1980 e para 242.891 ha em 1995/96.

Quanto ao aumento no número total de estabelecimentos para o período de 1960 a 1995/96, que passou de 1.596 para 5.723, além do fato de estar atrelado ao aumento no número de pequenos estabelecimentos, também houve o aumento da área de expansão das terras ocupadas no município de Ortigueira.

Tabela 02

Estrutura Fundiária de Ortigueira: número de estabelecimentos - 1960 a 1995/96

Grupo de área total (ha)	Número de estabelecimentos											
	1960		1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 10	---	---	2.580	55,5	3.523	59,2	3.182	57,4	3.168	59,8	3.080	53,8
10 a menos de 20	---	---	809	17,4	1.116	18,8	1.080	19,5	920	17,4	1.127	19,7
20 a menos de 50	---	---	716	15,4	777	13,0	738	13,4	676	12,7	814	14,3
50 a menos de 100	---	---	281	6,0	262	4,4	246	4,4	215	4,0	272	4,7
Menos de 100	1.387	86,9	4.386	94,3	5.678	95,4	5.246	94,7	4.979	93,9	5.293	92,5
100 a menos de 200	---	---	162	3,5	157	2,6	134	2,4	136	2,6	167	2,9
200 a menos de 500	---	---	82	1,8	89	1,6	111	2,0	130	2,4	182	3,2
500 a menos de 1.000	---	---	16	0,3	15	0,2	37	0,7	43	0,8	59	1,0
100 a menos de 1.000	204	12,8	260	5,6	261	4,4	282	5,1	309	5,8	408	7,1
1.000 a menos de 5.000	---	---	5	0,1	12	0,2	11	0,19	11	0,19	20	0,39
5.000 a menos de 13.000	---	---	1	0,0...	2	0,0...	2	0,01	2	0,01	2	0,01
1.000 a menos de 13.000	5	0,3	6	0,1	14	0,2	13	0,2	13	0,2	22	0,4
Total	1.596	100,0	4.652	100,0	5.953	100,0	5.541	100,0	5.301	100,0	5.723	100,0

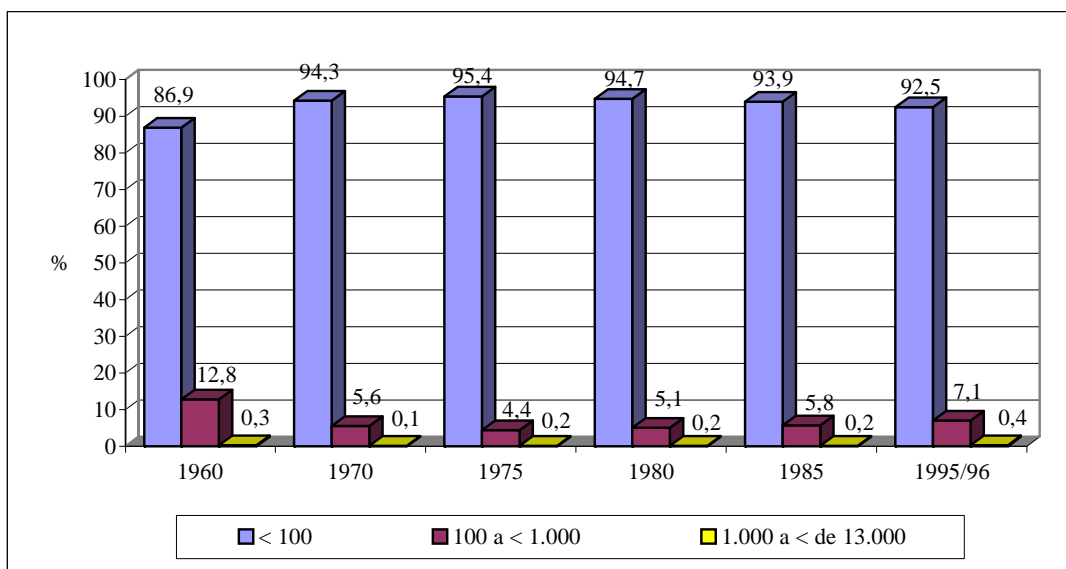
--- Estes dados não constam no Censo

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários do Paraná de 1970 a 1995/96

Org.: O autor

Gráfico 02

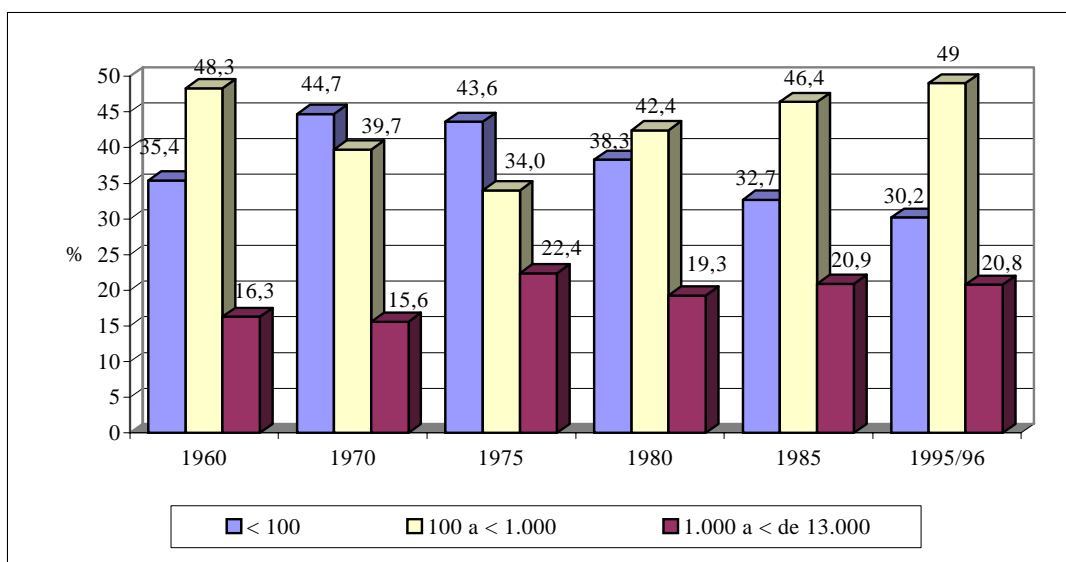
Estrutura Fundiária de Ortigueira: nº de estabelecimentos – 1960 a 1995/96



Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96
Org.: O autor

Gráfico 03

Estrutura fundiária de Ortigueira: área (ha) dos estabelecimentos - 1960 a 1995/96



Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96
Org.: O autor

Tabela 03

Estrutura Fundiária de Ortigueira: área (ha) ocupada pelos estabelecimentos agropecuários - 1960 a 1995/96

Grupo de área total (ha)	Área dos estabelecimentos											
	1960		1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 10	---	---	11.996	8,1	16.745	9,6	14.857	8,1	14.067	7,2	13.474	5,5
10 a menos de 20	---	---	11.525	7,8	15.808	9,1	15.289	8,3	13.247	6,8	16.680	6,9
20 a menos de 50	---	---	22.370	15,1	24.414	14,0	22.573	12,3	20.902	10,8	24.014	9,9
50 a menos de 100	---	---	20.201	13,7	18.832	10,9	17.687	9,6	15.356	7,9	19.190	7,9
Menos de 100	33.641	35,4	66.092	44,7	75.799	43,6	70.406	38,3	63.572	32,7	73.358	30,2
100 a menos de 200	---	---	22.829	15,6	22.651	13,0	19.213	10,5	19.457	10,0	23.855	9,5
200 a menos de 500	---	---	24.956	16,8	26.414	15,2	32.159	17,5	40.143	20,6	55.597	23,0
500 a menos de 1.000	---	---	10.761	7,3	10.108	5,8	26.541	14,4	30.623	15,8	39.690	16,5
100 a menos de 1000	46.090	48,3	58.546	39,7	59.173	34,0	77.913	42,4	90.223	46,4	119.142	49,0
1.000 a menos de 5.000	---	---	12.191	8,3	22.214	12,8	23.095	12,6	20.366	10,4	30.081	12,4
5.000 a menos de 13.000	---	---	10.854	7,3	16.551	9,6	12.316	6,7	20.302	10,5	20.310	8,4
1.000 a menos de 13.000	15.522	16,3	23.045	15,6	38.765	22,4	35.411	19,3	40.668	20,9	50.391	20,8
Total	95.253	100,0	147.682	100,0	173.737	100,0	183.736	100,0	194.469	100,0	242.891	100,0

--- Estes dados não constam no Censo

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96

Org.: O autor

Tomando como base os dados do Gráfico 03 e da Tabela 03, verifica-se que a área ocupada pelos estabelecimentos inferior a 100 ha aumentou de 35,4% em 1960 para 44,7% em 1970. Mas, em 1975, esta reduziu-se para 43,6%, em 1980 para 38,3%, em 1985 para 32,7%, chegando em 1995/96 à 30,2%. Para os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha, o que se verificou foi uma redução da área ocupada, passando de 48,3% do total em 1960 para 39,7% em 1970 e para 34,0% em 1975⁴⁵. Entretanto, em 1980 verificou-se uma reconcentração para 42,4%, que se manteve aumentando em 1985 para 46,4% e, em 1995/96, para 49,0%.

Todavia, embora tenha ocorrido um aumento tanto do número quanto da área ocupada pelos estabelecimentos do estrato de área inferior a 100 ha no período de 1960 a 1980, o mesmo não foi suficiente para mudar a concentração fundiária municipal.

Isso pode ser melhor visualizado no gráfico 02, pois enquanto os estabelecimentos inferiores a 100 ha representavam a maioria em termos numéricos para o período de 1960 a 1995/96, estes não concentraram a maior parte das terras, que ocorreu somente entre 1970 a 1975, quando houve uma desconcentração de terras em Ortigueira.

No Censo Agropecuário de 1970, embora os estabelecimentos inferiores a 100 hectares tenham aumentado para 94,3% do número total, estes ainda permaneceram ocupando menos da metade da área total do município, ou seja, 44,7% - o maior percentual de terras já ocupado por estes estabelecimentos.

No outro extremo, enquanto que os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha representavam em 1960 apenas 12,8% do número total, estes detinham 48,3% da área ocupada na agropecuária e, em 1970, estes concentravam 39,7% da área ocupada, alcançando o menor percentual em 1975, com 34,0%. Se tal concentração já é expressiva, quando verificada a área ocupada pelos estabelecimentos acima de 1.000 ha, constata-se que embora estes representassem menos de 1,0% do número total de estabelecimentos no período de 1960 a 1980, em termos de área ocupada pelos estabelecimentos, estes detinham em 1960 nada menos que 16,3% da área; em 1970 concentravam 15,6%; em 1975 este percentual foi de 22,4%, em 1980 de 19,3%, em 1985 de 20,9% e, em 1995/96, de 20,8%.

Diante do exposto, se constata que apesar dos estabelecimentos do estrato de área inferior a 100 ha terem uma participação expressiva quanto ao número de estabelecimentos para o período de 1960 a 1995/96, os mesmos tiveram uma baixa concentração da área

⁴⁵ Vale lembrar que embora os dados apresentados na tabela 02 mostrem um aumento da área ocupada pelos estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha, constata-se que na proporção geral, a área ocupada por estes estabelecimentos teve uma redução, sendo que o aumento verificado se deu devido ao aumento da área total utilizada na produção agropecuária, passando de 95.253 ha em 1960 para 183.736 ha em 1980.

ocupada. O contrário aconteceu com os estabelecimentos com área superior a 100 ha, que embora sejam poucos numericamente, concentram a maior parte da área agrícola ocupada no município de Ortigueira. Essa concentração fundiária tem suas raízes no processo de ocupação do referido município que, como enfocado anteriormente, esteve calcado na ocupação e grilagem de terras, dando origem a vários latifúndios, sendo motivo de conflitos de terras até os dias atuais (2004).

Embora alguns latifundiários tenham realizado o loteamentos de grandes áreas de terras em pequenas propriedades na década de 1960 a 1970, isso não possibilitou uma reversão na concentração da terra, pois se houve uma desconcentração, a partir de 1980 constata-se novamente a reconcentração de terras pelos médios e grandes estabelecimentos.

A partir desse panorama da estrutura fundiária municipal, procura-se identificar como se processou o aumento do número e da área dos estabelecimentos inferiores a 100 ha, ou seja, como se deu a dinâmica dos sub-estratos de área dos pequenos estabelecimentos⁴⁶.

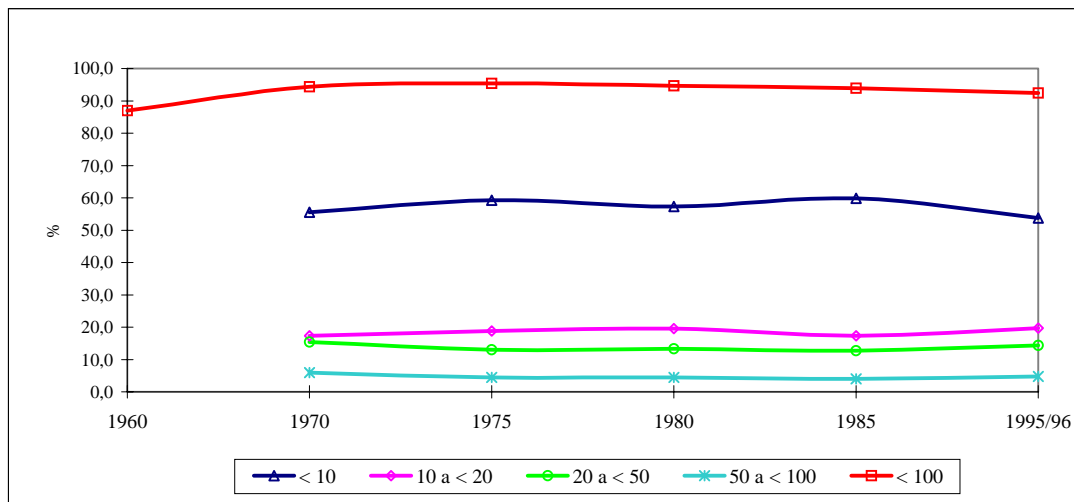
No gráfico 04 se constata o ritmo diferenciado de crescimento do número de estabelecimentos com áreas inferiores a 100 hectares no período de 1970 a 1995/96. Os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares foram a maioria em todos os Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96), apresentando percentual acima de 50,0% - com pequenas oscilações entre um Censo e outro – em relação ao número total dos estabelecimentos. Estes que em 1970 eram 55,5% do total, passaram em 1975 para 59,2%; em 1980 reduziram-se em número, para 57,4%, voltando a crescer em 1985 para 59,8%. Em 1995/96 houve novamente uma redução para 53,8%. O estrato de área de 10 a menos de 20 hectares aparece logo em seguida na concentração no número de estabelecimentos, variando em 1970 de 17,4% do total dos estabelecimentos para 19,7% em 1995/96. O estrato com a menor concentração em termos do número de estabelecimentos foi o de 50 a menos de 100 hectares, variando de 6,0% em 1970 a 4,7% em 1995/96.

Entretanto, se o número de estabelecimentos inferior a 100 ha para o período em questão (1960 a 1995/96) não apresentou grandes variações, o mesmo não pode ser dito para a área ocupada. Tomando como base os dados já apresentados na Tabela 03, elaborou-se o Gráfico 05 sobre a constituição e evolução da área ocupada por estes estabelecimentos.

⁴⁶ Somente o Censo Agrícola de 1960 não disponibiliza os dados por estrato de área menor do que 100 ha.

Gráfico 04

**Ortigueira: evolução do nº de estabelecimentos com área inferior a 100 ha
1960 a 1995/96**

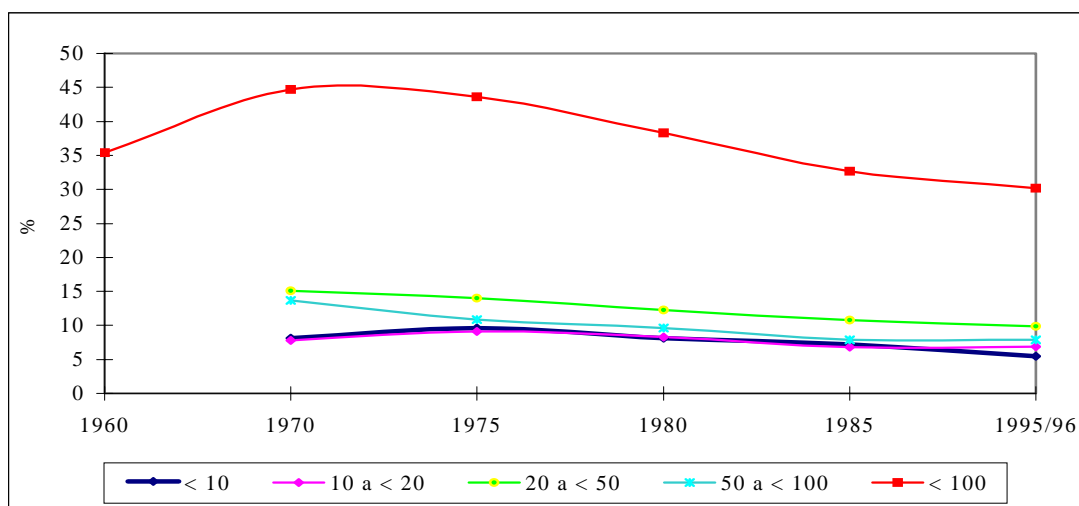


Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96

Org.: O autor

Gráfico 05

**Ortigueira: evolução da área (ha) ocupada pelos estabelecimentos inferiores a 100 ha
1960 a 1995/96**



Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96

Org.: O autor

Em 1970 os estabelecimentos inferior à 100 hectares ocuparam o maior percentual de área, ou seja, 44,7%. Já em 1975, a área ocupada reduziu-se para 43,6%; em 1980 para 38,3%; chegando em 1985, a 32,7% e, em 1995/96, a 30,2%.

Em tal contexto dois pontos merecem ser destacados: o primeiro se refere ao fato da maior área ser ocupada pelos estabelecimentos nos estratos de área de 20 a menos de 50 e de 50 a menos de 100 hectares, apesar destes serem numericamente menores; e o segundo, é que os estratos menos de 10, de 10 a 20, de 20 a menos de 50 ha e de 50 a menos de 100 ha, a partir de 1975 apresentaram uma redução da área ocupada.

Em contrapartida, se de um lado houve uma redução da área destes estabelecimentos (inferiores a 100 ha) no período de 1975 a 1995/96, de outro, se constata que os estabelecimentos com área superiores a 100 hectares, ou seja, os médios e grandes estabelecimentos, tiveram um aumento da área ocupada, conforme se verifica na Tabela 03. Esse aumento se deu tanto pelo inserção de novas áreas de terra no processo produtivo, mas também pela concentração por estes da área que foi sendo liberada pelos pequenos estabelecimentos.

Assim, como se constata nas Tabelas 02 e 03, se no período de 1960 a meados da de 1970 ocorreu uma desconcentração de terras no município de Ortigueira, por meio do aumento do número dos pequenos estabelecimentos, no período de 1975 a 1995/96, se presencia uma reconcentração de terras pelos médios e grandes estabelecimentos, elevando os percentuais de concentração fundiária.

Entretanto, os dados acerca da redução da área ocupada pelos estabelecimentos no estrato inferior a 100 hectares devem ser vistos com cuidado, pois caso contrário pode-se imaginar ocorreu a eliminação dos pequenos produtores do campo. Tal reflexão é fundamental pois, apesar da extrema concentração de terras no município de Ortigueira (não muito diferente do padrão brasileiro), se constata a expressividade do número total dos pequenos estabelecimentos no período de 1960 a 1995/96.

Para se entender a criação, recriação e permanência desses pequenos estabelecimentos, calcados tanto na produção familiar desenvolvida por proprietários, como por parceiros e ocupantes/posseiros se tomará como apoio analítico os dados referentes à condição do produtor.

2.1.1 – Condição do produtor

De antemão, vale lembrar que na questão agrária brasileira, a produção familiar não se desenvolve somente por intermédio da propriedade privada da terra, apesar desta ser importante para a reprodução social dessa categoria, pois o fundamental é o acesso à terra. Este pode ocorrer tanto pela propriedade, como por outras formas, como o arrendamento, por

meio do sistema de parceria ou pela posse. Além disso, quando se faz menção à propriedade familiar, necessário se faz distingui-la da propriedade capitalista, ainda que esta seja propriedade privada⁴⁷.

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem muito. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre o trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho.

[...] Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio, quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro.

Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para exploração do trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura. O monopólio de classe sobre a terra assegura ao capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra. É a chamada renda fundiária ou renda da terra.” (MARTINS, 1980, p. 59).

Nesse sentido, tendo como base essa distinção do regime de propriedade capitalista e familiar da terra, há também a necessidade de esclarecer que quanto aos tipos de acesso à terra, na categoria arrendatário nem sempre estão inclusos somente o arrendatário do tipo capitalista, ou seja, que explora o estabelecimento com mão-de-obra assalariada, mas também aí podem estar inclusos os chamados rendeiros.

Segundo Oliveira (1997, p. 65 – 69), levando-se em conta a estrutura produtiva do campo brasileiro, constata-se que a prática de arrendamento não corresponde necessariamente ao acesso à terra por parte do capitalista para explorá-la com o trabalho assalariado⁴⁸, mas o que ocorre é que os produtores familiares, sem ou com pouca terra, arrendam outras áreas

⁴⁷ Segundo Martins (1980, p. 59), a respeito dos conceitos de regimes de propriedades capitalista e familiar, deve-se ressaltar que “a propriedade capitalista é um regime distinto da propriedade. Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade de quem tem função de assegurar ao capital o direito de exploração”.

⁴⁸ Como nos casos da cultura de arroz e parte da soja no Rio Grande do Sul, ou mesmo na onda recente de arrendamentos de terras no Oeste Paulista para o plantio da soja em substituição à pecuária.

para se manterem no campo. Assim, “na realidade, são *rendeiros* e não arrendatários. Pagam portanto por esse uso, renda, em produto, trabalho ou dinheiro” (OLIVEIRA, 1997, p. 66). (Grifo do autor)

Desse modo, no município de Ortigueira, no Censo Agropecuário de 1995/96, se constata que 55,8% do total da área dos estabelecimentos em arrendamento se refere aos estabelecimentos dos estratos inferiores a 100 hectares, ou seja, que estão ligados à pequenos produtores. Entre os pequenos estabelecimentos constata-se que: 18,9% da área arrendada encontra-se nos estabelecimentos inferiores a 10 hectares; 8,0% nos estabelecimentos de 10 a menos de 20; 19,4% nos de 20 a menos de 50 ha; e, 9,5% da área está nos estabelecimentos de 50 a menos de 100 ha. Os médios estabelecimentos, com área entre 100 a menos de 500 ha, correspondem à 44,2% do total.

Assim, ao se buscar analisar a evolução da condição do produtor no município de Ortigueira no período de 1960 a 1995/96, tanto em termos de número quanto de área, se constata a importância dos proprietários, arrendatários/rendeiros e ocupantes.

No geral, o que se verifica em todos os levantamentos realizados no período é o predomínio, com algumas pequenas oscilações, do número de estabelecimentos conduzidos pelo proprietário. Conforme os dados apresentados na Tabela 04, observa-se que em 1960 os proprietários detinham 62,6% do número total dos estabelecimentos. Apesar de ocorrer uma redução do percentual dessa categoria de produtores para 55,0% em 1970, pode-se considerar que essa diminuição foi relativa, uma vez que ocorreu um expressivo aumento no número dos estabelecimentos, ou seja, em 1960 estes eram 999; em 1970 chegaram à 2.560. O aumento também foi verificado em 1975, quando chegou a 3.328 estabelecimentos (55,9%). Em 1980 ocorreu uma redução para 3.263, em 1985 para 2.938; e, em 1995/96, novamente se verificou um aumento, totalizando 4.030 estabelecimentos conduzidos pelos proprietários, ou seja, de 72,9%.

Significativo também é a área ocupada pelos estabelecimentos conduzidos pelo proprietário, conforme se constata na Tabela 05, que em 1960 representava 78,6% (74.686 ha) das terras utilizadas, em 1970 passou para 90,5% (133.592 ha), 90,9% (166.945 ha) em 1980 e 93,4% (227.681 ha) em 1995/96. Esse aumento do número de estabelecimentos conduzidos pelos proprietários de 1985 para 1995/96, bem como o aumento da área verificado de 1960 a 1995/96, estão atrelados tanto à redução do número de estabelecimentos dos arrendatários e dos parceiros, que foi, em termos absolutos, de 174 e de 830, respectivamente, mas principalmente pela expansão das terras ocupadas no referido município no período de 1960 a 1995/96.

Tabela 04**Ortigueira: evolução do número de estabelecimentos segundo a condição do produtor - 1960 a 1995/96**

Condição do produtor	1960		1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Proprietário	999	62,6	2.560	55,0	3.328	55,9	3.263	58,9	2.938	55,4	4.030	72,9
Arrendatário	548	34,5	1.231	26,5	999	16,9	923	16,7	406	7,7	232	4,2
Parceiro	25	1,5	208	4,5	547	9,2	372	6,7	892	16,8	62	1,1
Ocupante	23	1,4	653	14,0	1.077	18,0	983	17,7	1.065	20,1	1.205	21,8
Total	1.595	100,0	4.652	100,0	5.951	100,0	5.541	100,0	5.301	100,0	5.529	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96

Org.: O autor

Tabela 05**Ortigueira: evolução da área dos estabelecimentos segundo a condição do produtor - 1960 a 1995/96**

Condição do produtor	1960		1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Proprietário	74.686	78,6	133.592	90,5	149.892	88,0	166.945	90,9	174.569	89,7	227.681	93,4
Arrendatário	6.629	7,0	8.696	5,9	7.287	4,3	7.809	4,2	5.191	2,6	3.825	1,6
Parceiro	12.029	12,6	1.033	0,7	4.073	2,4	3.001	1,7	5.805	3,0	693	0,3
Ocupante	1.736	1,8	4.361	2,9	9.031	5,3	5.940	3,2	8.903	4,7	11.509	4,7
Total	95.080	100,0	147.682	100,0	170.283	100,0	183.695	100,0	194.468	100	243.708	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96

Org.: O autor

A categoria dos proprietários, além de possuírem a maior parte da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, também mantiveram um constante aumento na sua concentração: em 1960 estes detinham 78,6% da área dos estabelecimentos (74.686 ha); em 1970, o percentual subiu para 90,5% (113.592 ha). Essa diferença de 11,9% se deu basicamente devido aos loteamentos dos latifúndios em pequenas propriedades, realizados na década de 1960 no município de Ortigueira. A partir da data do Censo Agropecuário de 1970, se manteve a importância dos proprietários na concentração da área dos estabelecimentos, com percentuais em 1975 de 88,0%; em 1980 de 90,9%; em 1985 de 89,7% e, em 1995/96, de 93,4%.

Um outro aspecto que merece destaque nas Tabelas 04 e 05 é quanto ao aumento progressivo e expressivo tanto do número quanto da área dos estabelecimentos conduzidos por ocupantes⁴⁹ – posseiros –, no município de Ortigueira, que de 23 estabelecimentos em 1960 (1,4%)⁵⁰, passou para 653 (14,0%) em 1970, para 1.077 (18,0%) em 1975 e para 1.205 (21,8%) em 1995/96. Quanto à área ocupada, apesar de menos expressiva no contexto municipal em termos percentuais, a mesma deve ser considerada, uma vez que esta passou de 1.736 ha em 1960, para 4.361 em 1970, para 9.031 ha em 1975 e, apesar de diminuir em 1980 e 1985 para 5.940 ha e 8.903 ha, respectivamente, em 1995/96 esta foi de 11.509 ha.

O aumento da área ocupada pelos posseiros se deu tanto pela incorporação de novas áreas ao processo produtivo, que desde 1960 vem sendo cada vez maior, como em detrimento da ocupação de médios e grandes estabelecimentos.

A respeito do aumento no número dos posseiros no município de Ortigueira, conforme se pode observar nos dados do Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96, este se deve tanto pela atuação dos mesmos em várias partes do município, que ocorre desde a sua formação territorial, como pelas ocupações ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) após meados da década de 1980.

A respeito da atuação do MST por meio de ocupações de terras em Ortigueira, se constata, conforme dados do DATALUTA (2002), que de 1987 até 1999 foram efetivados sete assentamentos, os quais ocupam uma área total de 15.159 ha, beneficiando 749 famílias. Os assentamentos que tiveram como origem as ocupações de terras pelo MST foram: o

⁴⁹ Segundo o Censo Agropecuário de 1995/96 (IBGE), a constituição dos estabelecimentos segundo a condição legal das terras na discriminação ocupadas, se referem à ocupação à título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário.

⁵⁰ Esse pequeno percentual do produtor ocupante em 1960 também deve ser visto com cuidado, pois como focado no capítulo 01, a forma de acesso à terra por posseiros, safristas e grileiros foi expressiva no processo de ocupação do município de Ortigueira, o que pode indicar números superiores aos verificados no Censo Agrícola de 1960.

assentamento Imbauzinho, iniciado em 1987, numa área de 802 ha com 27 famílias; o assentamento Estrela Quinhão 9, iniciado em 1989 ocupando uma área de 469 ha com 26 famílias; o assentamento Volta Grande/Estrela, iniciado em 1989, numa área de 76 ha com 03 famílias; o assentamento Apucarana Grande, efetivado em 1996, numa área de 1.331 ha com 60 famílias; o assentamento Estrela, iniciado no mesmo ano, numa área de 496 ha com 23 famílias; o assentamento Libertação Camponesa, também iniciado em 1996, numa área de 11.602 ha com 600 famílias⁵¹; e, o assentamento Padre Josino, iniciado em 1999, numa área de 383 ha com 10 famílias.

Além desses assentamentos, o município de Ortigueira no ano de 2003 foi palco de vários conflitos por ocupações de terras, nos quais se destacaram a ocupação das fazendas Barra Bonita (1.875 ha) e Boa Vista (986 ha) em janeiro, das fazendas Vale do Sol (360 ha) em agosto e Santa Maria⁵² (566 ha) em novembro.

Esses dados possibilitam afirmar que a manutenção dos produtores familiares no campo ortigueirense, mesmo diante da forte concentração de terras, é uma realidade que se concretiza tanto pela propriedade familiar da terra - a terra de trabalho -, como pelo sistema de parceria, por meio do pagamento de renda e, pela posse, na qual o produtor nega a propriedade privada da terra. Segundo Martins (1980, p. 42), esses posseiros travam um luta pelo reconhecimento de que a terra é um bem coletivo, um bem comum, que está sujeita ao trabalho privado, mas não à propriedade privada.

O acesso à terra por meio da posse revela uma forma dos trabalhadores que não têm a terra buscarem o acesso a mesma sem concordarem com o pagamento da renda para alguém. Assim, no município de Ortigueira a ocupação pelos posseiros é uma forma dos mesmos terem acesso à terra desde o início do processo de formação territorial do município, mas além disso, também se constata nas últimas décadas a ocupação por trabalhadores sem terra, ligados ao MST, que acabam contestando a concentrada estrutura fundiária do campo ortigueirense.

Tendo como base a análise da estrutura fundiária, que revelou o seu caráter concentrador, bem como a forma de acesso à terra pelos produtores no município de

⁵¹ Há divergências quanto ao número de famílias assentadas no Libertação Camponesa, pois segundo informações do Secretário de Agricultura de Ortigueira (17/12/2003), este assentamento conta com a média de 600 famílias, enquanto os dados do DATALUTA são de 386.

⁵² Segundo reportagem publicada no jornal Folha de Londrina (2003), esta fazenda foi ocupada por um grupo de cerca de 400 famílias do MST logo após as mesmas desocuparem a Fazenda Vale do Sol, também no município de Ortigueira. Segundo a reportagem, em 1999 o MST fez a primeira ocupação na fazenda Santa Maria, o que ocorreu após a apreensão no local pela Polícia Federal de um avião e de um lote de 300 quilos de cocaína (fato que também acarretou a prisão do empresário José Antônio Daher de Londrina). A desocupação aconteceu alguns dias depois da ocupação de forma violenta, com o MST fazendo denúncias de tortura.

Ortigueira, na qual se constata, apesar da concentração da terra, a importância dos pequenos estabelecimentos, seja pela propriedade, parceria e pela posse, passar-se-á a enfatizar a evolução da utilização das terras no período pós 1960.

2.1.2 – Utilização das terras

Segundo Moro (2001, p. 98 – 99), no contexto do processo de modernização da agricultura paranaense, constatou-se que as lavouras – permanente e temporária – e as pastagens passaram por profundas transformações. Entre 1970 e 1985, as lavouras permanentes, caracterizadas sobretudo pelo café, tiveram uma redução de cerca de 59,0% pontos percentuais. Concomitantemente, as lavouras temporárias, calcadas sobretudo no binômio soja/trigo, ampliaram-se na mesma proporção (59,0%). Além disso, se constatou também uma ampliação das pastagens em torno de 32,0%.

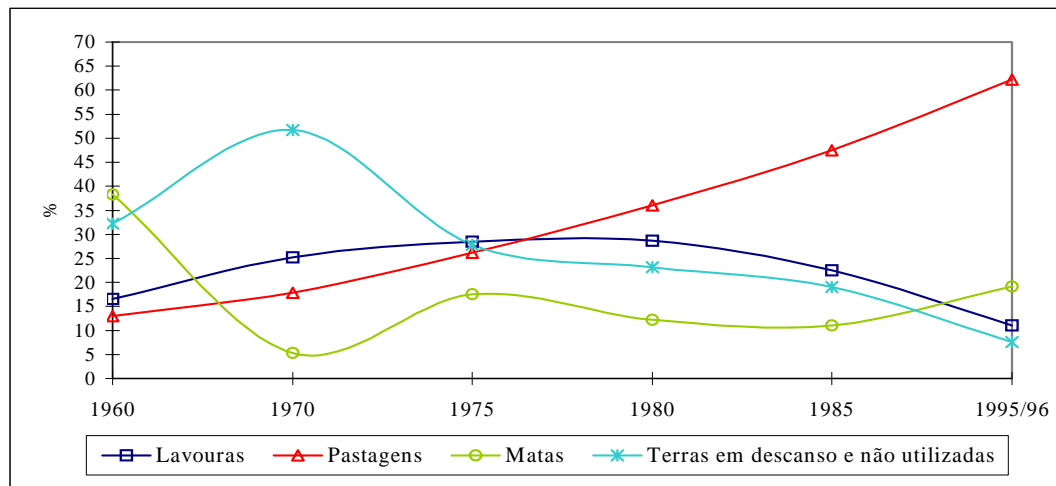
No mesmo trabalho, o referido autor (2001, p. 98) analisando a utilização das terras nas mesorregiões geográficas paranaenses, observa que na Mesorregião Centro Oriental Paranaense⁵³, o processo foi um pouco diferenciado do contexto estadual. Assim, ocorreu um aumento na área cultivada tanto das lavouras permanentes (de 4.961 ha em 1970 para 5.486 ha em 1985), como das lavouras temporárias (de 165.491 ha em 1970 para 368.703 ha em 1985) e das pastagens (de 596.818 ha em 1970 para 616.706 ha em 1985).

No município de Ortigueira, como se observa no Gráfico 06, no período entre 1960 e 1995/96, também se constatou uma intensa (re)organização da utilização das terras. As lavouras tiveram um crescimento de 12,2% pontos percentuais da área ocupada de 1960 (16,5%) a 1980 (28,7%), mas de 1985 a 1995/96, estas apresentaram uma redução de 11,5% da área utilizada, passando a representar 22,5% em 1985 e 11,0% em 1995/96. A área com pastagens, pelo contrário, apresentou um constante crescimento no período: se de 1960 a 1970 teve sua área ampliada em apenas 4,8%, a partir de 1975 os percentuais foram mais significativos, ou seja, de 1970 a 1995/96 a área ocupada aumentou em 44,4%, passando a representar 17,8% em 1970 e 62,2% em 1995/96. As terras em descanso e não utilizadas que em 1970 representaram 51,7% do total, a partir deste ano até 1995/96, tiveram uma grande redução de 44,1%, chegando em 1995/96 a representar 7,6% do total da área dos estabelecimentos. As matas, que reduziram bruscamente a área ocupada de 1960 (38,3%) a 1970 (5,3%) em 33,0%, cresceram 13,9% entre 1970 a 1996.

⁵³ Mesorregião na qual está localizado o município de Ortigueira.

Gráfico 06

Ortigueira: evolução da utilização das terras - 1960 a 1995/96



Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96.

Org.: O autor

A Tabela 06 apresenta a evolução da utilização das terra no período de 1960 a 1995/96, de acordo com as subcategorias: lavouras permanentes e temporárias; pastagens naturais e plantadas; matas naturais e plantadas; e, terras em descanso e produtivas não utilizadas.

Na utilização das terras com as lavouras, o que se constata é o predomínio das temporárias em relação às permanentes durante todo o período de 1960 a 1995/96. Deste modo, as lavouras temporárias apresentaram um crescimento de 12,0% do Censo Agrícola de 1960 – quando equivaliam à 16,3% do total – para o Censo Agropecuário de 1975 – quando correspondiam à 28,3%. Após atingir este último percentual, iniciou-se um processo de redução gradativa da área ocupada pelas lavouras temporárias de 1980 (27,9%) a 1995/96 (10,5%).

Quanto à utilização das terras pelas lavouras dois aspectos merecem atenção. O primeiro é que o crescimento da área das lavoura temporárias e permanentes até a década 1980 se explica pela aumento do número de pequenos estabelecimentos, proporcionado pela ampliação da população rural a partir da década de 1960. Tais produtores exerciam como principal atividade a agricultura para subsistência.

Tabela 06
Ortigueira: evolução da utilização das terras (ha) - 1960 a 1995/96

Utilização da terra	Ano 1960		1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Lavouras permanentes	190	0,2	199	0,2	288	0,2	1.354	0,8	559	0,3	984	0,5
Lavouras temporárias	15.071	16,3	31.150	25,0	44.393	28,3	47.729	27,9	41.295	22,2	25.649	10,5
Total das lavouras	15.261	16,5	31.349	25,2	44.681	28,5	49.083	28,7	41.854	22,5	26.633	11,0
Pastagens naturais	10.950	11,8	1.413	1,1	19.663	12,5	18.561	10,8	27.762	15,0	50.074	20,5
Pastagens plantadas	1.170	1,2	20.751	16,7	21.455	13,7	43.083	25,2	60.550	32,5	101.709	41,7
Total das pastagens	12.120	13,0	22.164	17,8	41.118	26,2	61.644	36,0	88.312	47,5	151.783	62,2
Matas naturais	32.666	35,2	3.819	3,0	21.277	13,5	17.157	10,0	18.055	9,7	37.032	15,2
Matas plantadas	2.798	3,1	2.761	2,3	6.164	4,0	3.719	2,2	2.403	1,3	9.608	4,0
Total das matas	35.464	38,3	6.580	5,3	27.441	17,5	20.876	12,2	20.458	11,0	46.640	19,2
Terras em descanso	---	---	64.247*	51,7	43.741*	27,8	30.227	17,6	16.246	8,7	4.121	1,6
Terras produtivas não utilizadas	29.955	32,2					9.409	5,5	19.170	10,3	14.526	6,0
Total	92.800	100,0	124.340**	100,0	156.981	100,0	171.239	100,0	186.040	100,0	243.703	100,0

--- Estes dados não constam no censo

* As terras em descanso e as terras produtivas não utilizadas fazem parte da mesma categoria no censo

** A soma das formas de utilização das terras equivale a 124.340 (ha), mas o censo trás como 147.682 (ha)

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96.

Org.: O autor

Esse aumento da área cultivada que foi de 12,2% no período (1960 a 1980) não ocorreu em virtude da intensificação do processo produtivo com a adoção de fertilizantes e insumos modernos ou da substituição dos produtos da lavoura de subsistência (arroz, feijão e milho) por outros cultivares como a soja e o trigo, considerados os carros chefes da modernização agrícola verificado no Norte paranaense; mas se deu pela incorporação de novas área ao processo produtivo⁵⁴.

O segundo aspecto diz respeito à progressiva redução da área utilizada com as lavouras (tanto permanentes quanto temporárias) após os Censos Agropecuários de 1980, que se deu em virtude de um acelerado processo de expansão das terras utilizadas com pastagens.

Assim, enquanto que para o Estado do Paraná se verificou uma redução da área das lavouras permanentes – com a redução da cafeicultura – e, concomitantemente, um crescimento da área ocupada com lavouras temporárias e pastagens; no município de Ortigueira, verificou-se uma redução das lavouras – tanto permanentes quanto temporárias – e o aumento das pastagens.

As pastagens que ocupavam 13,0% (12.120 ha) da área total dos estabelecimentos agropecuários em 1960, em 1995/96 alcançavam 62,2%. Deste modo, em 35 anos ocorreu um aumento de 49,2% desse tipo de uso, passando de 12.120 hectares (1960) para 151.783 (1995/96), ou seja, um aumento efetivo na área utilizada de 139.663 hectares.

No que tange à área ocupada com matas – tanto naturais como plantadas –, identifica-se para o período em análise dois momentos distintos. No primeiro, compreendido entre 1960 e 1970, presenciou-se uma redução da área ocupada pelas matas em 33,0%, o que está ligado à incorporação de novas áreas pelas lavouras e pastagens.

No segundo, entre 1975 e 1995/96, iniciou-se, com algumas variações, um progressivo aumento da área utilizada pelas matas naturais como para as plantadas. Assim, o aumento das matas naturais está ligado tanto à ampliação da formação das capoeiras (devido à rotação de terras), como em decorrência da intensificação da vigilância ambiental nas últimas décadas para a formação obrigatória de reservas florestais nos estabelecimentos. No que se refere ao aumento das matas plantadas, este se deve tanto pela áreas cultivadas nas unidades produtivas para o suprimento das próprias necessidades do produtor⁵⁵, como pela forte atuação da Indústria Klabin de Papel e Celulose, localizada no município de Telêmaco

⁵⁴ As principais lavouras cultivadas e a evolução da adoção de insumos e fertilizantes utilizados será enfocado no tópico 2.2.1 e 2.4.

⁵⁵ Tanto para o uso de lenha, como para palanques empregados na reforma de cercas, entre outros usos.

Borba⁵⁶, que aumentou sua ação no município de Ortigueira por meio da compra de propriedades e por meio do arrendamento de terras⁵⁷. Embora com variações da área cultivada, esta atividade sempre foi expressiva: em 1975 a silvicultura ocupava 12.352 ha no município de Ortigueira; em 1980 a área era de 4.215 ha; em 1985 de 337 ha e, em 1995/96, esta chegou a 13.891 hectares.

Na categoria terras em descanso e terras não utilizadas, constata-se até 1975 percentuais bastante elevados para ambas, sendo que em 1960 as terras produtivas não utilizadas equivaliam à 32,2% do total; em 1970 as terras em descanso equivaliam à 51,7% do total e, em 1975, embora reduzindo, ainda apresentou um percentual expressivo de 27,8%. O aumento das terras em descanso e produtivas não utilizadas, se deve tanto ao aumento total da área utilizada pelos estabelecimentos agropecuários, como à adoção de técnicas de cultivo pelos produtores, como a rotação de terras para a formação de capoeiras, como estratégia para a recuperação da fertilidade natural dos solos. A redução da área ocupada por essa categoria a partir de 1980 se deve em grande parte à expansão da pecuária em substituição às áreas anteriormente ocupadas com as lavouras, e também pela ocupação de áreas que estavam em descanso.

Tomando como base os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 no que se refere à categoria utilização das terras por grupo de área total, constata-se na Tabela 07 que as maiores áreas das lavouras (67,5% das permanentes e 71,3% das temporárias) se encontravam nos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares. Os médios estabelecimentos com estrato de área entre 100 e menos de 1.000 hectares foram responsáveis por 31,0% da área ocupada com lavouras permanentes e por 26,7% das temporárias; nos grandes estabelecimentos, com área entre 1.000 e 13.000 hectares, as lavouras permanentes ocuparam apenas 1,5% e as temporárias 2,0% da área dos estabelecimentos.

⁵⁶ Segundo Kincheski e Souza (198-, p. 19), a indústria embora instalada no município vizinho de Telemaco Borba, atua no município de Ortigueira aumentando sua área de ação por intermédio da compra de área dos produtores e reflorestando-as com pinus (*Pinus*) e eucaliptos (*Eucalyptus*). A área de atuação no município em 1980 foi de 17.000 hectares, ocupando principalmente terras de solos com melhores fertilidades e de melhor relevo. Com o avanço do reflorestamento da Klabin vários problemas sociais e ambientais são verificados no município, pois com a venda das propriedades muitos produtores são expulsos do campo, tornando-se inclusive, trabalhadores assalariados permanentes ou temporários - os bóias-frias - , para a própria empresa.

⁵⁷ Embora os dados disponíveis (1995/96) não permitam afirmar a expressividade dos arrendamentos pela empresa, acredita-se que a Klabin também atue arrendando terras para o reflorestamento, pois ao se comparar os estratos de área com silvicultura, percebe-se que estes coincidem com os estabelecimentos arrendados. Ou seja, a silvicultura se concentra principalmente nos estabelecimentos de 50 a menos de 100 ha e de 200 a menos de 1.000 hectares, sendo que para estes estratos os números de estabelecimentos arrendados foram de sete no grupo de área de 50 a menos de 100 ha e, de oito, no grupo de 200 a menos de 1.000 hectares. Vale lembrar que parte desses estabelecimentos também poderia estar arrendado para o desenvolvimento da pecuária.

A situação não é muito diferente para as pastagens, na qual os pequenos e médios estabelecimentos são muito mais produtivos do que os grandes estabelecimentos. Enquanto que os pequenos estabelecimentos, com área inferior a 100 hectares, foram responsáveis por 23,5% das terras ocupadas com pastagens; os médios correspondem à 57,3% e, os grandes, a apenas 19,2%.

Para as matas naturais e plantadas, o destaque maior se dá para os médios estabelecimentos, que concentram 40,5% da área ocupada de matas naturais e 53,4% das plantadas; em seguida aparecem os grandes estabelecimentos, com 34,0% das naturais e 36,6% das plantadas e, por fim, os pequenos estabelecimentos, que correspondem a 25,5% das matas naturais e por 8,0% das plantadas. Este percentual é mais significativo nos médios, pois nestes se desenvolve a silvicultura.

Em suma, se constata na análise da evolução do uso das terras no município de Ortigueira no período de 1960 a 1995/96 a redução na área das lavouras e o aumento expressivo das pastagens e, em menor escala, das matas plantadas, especialmente da silvicultura.

Além disso, outro ponto pertinente se refere à importância assumida pelos pequenos e médios estabelecimentos na produção agrícola (lavouras permanentes e temporárias) e nas pastagens. Os dados revelam que os estabelecimentos inferiores a 100 hectares, embora com pouco área, acabam assumindo papel importante na produção agrícola municipal, o que é possível devido à dispersão produtiva por um elevado número de estabelecimentos. Isso é um fato de extrema importância, pois estes estabelecimentos superaram os grandes estabelecimentos, tanto na área cultivada com as lavouras como com as pastagens.

Nesse sentido, busca-se focar como se processou a evolução dos principais produtos das lavouras permanentes e temporárias, bem como, dos principais efetivos da pecuária desenvolvida no período compreendido entre a década de 1960 a 2001⁵⁸ no município de Ortigueira, para assim, se compreender a importância da produção familiar.

⁵⁸ Os dados referentes à produção agropecuária no período de 1990 e 2001 tem como base a Pesquisa Agropecuária Municipal da FIBGE.

Tabela 07

Ortigueira: área (ha) dos estabelecimentos segundo a utilização das terra por grupos de área total - 1995/96

Grupos de área total (ha)	Lavouras						Pastagens		Matas e florestas				Terras			
	Permanentes		Temporárias		Temp. em descanso		Naturais e plantadas		Naturais		Artificiais		Prod. não utilizadas		Inprove- itáveis	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Menos de 10	193	19,7	6.690	26,1	431	10,4	3.538	2,3	1.251	3,4	118	1,2	232	15,0	1.021	7,7
10 a menos de 20	173	17,6	5.944	23,2	455	11,0	6.131	4,0	2.387	6,5	198	2,0	228	14,8	1.164	9,3
20 a menos de 50	213	21,7	4.195	16,3	1.593	38,6	13.014	8,7	3.181	8,6	151	1,6	330	21,4	1.339	10,3
50 a menos de 100	84	8,5	1.464	5,7	678	16,5	12.939	8,5	2.611	7,0	306	3,2	188	12,2	920	7,0
Menos de 100	663	67,5	18.294	71,3	3.157	76,6	35.622	23,5	9.430	25,5	773	8,0	978	63,4	4.444	34,3
100 a menos de 200	51	5,2	2.208	8,7	278	6,7	16.677	11,0	2.922	7,8	744	7,7	172	11,2	802	6,2
200 a menos de 500	160	16,2	2.860	11,1	505	12,3	41.996	27,7	6.516	17,7	1.623	16,9	185	12,0	1.752	13,5
500 a menos de 1.000	95	9,6	1.774	6,9	133	3,2	28.293	18,6	5.593	15,0	2.769	28,8	13	0,8	1.022	7,8
100 a menos de 1.000	306	31,0	6.842	26,7	916	22,2	86.966	57,3	15.031	40,5	5.136	53,4	370	24,0	3.576	27,5
1.000 a menos de 2.000	15	1,5	393	1,5	48	1,2	14.912	9,8	4.493	12,1	1.098	11,4	195	12,6	750	5,8
2.000 a menos de 5.000	---	---	72	0,3	---	---	3.605	2,4	2.168	5,8	2.359	24,6	---	---	782	6,0
5.000 a menos de 10.000	---	---	48	0,2	---	---	6.969	4,5	2.420	6,5	---	---	---	---	242	1,8
10.000 a menos de 13.000	---	---	---	---	---	---	3.709	2,5	3.490	9,6	242	2,6	---	---	3.189	24,4
1.000 a menos de 13.000	15	1,5	513	2,0	48	1,2	29.195	19,2	12.571	34,0	3.699	36,6	195	12,6	4.963	38,2
Total	984	100,0	25.649	100,0	4.121	100,0	151.783	100,0	37.032	100,0	9.608	100,0	1.543	100,0	12.983	100,0

--- Estes dados não constam no Censo

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1995/96

Org.: O autor

2.2 – Evolução da Produção Agrícola e da Pecuária no período de 1960 a 2001

Constatou-se, anteriormente, a importância dos pequenos estabelecimentos tanto na produção agrícola (nas lavouras temporárias e permanentes, com percentuais superiores aos encontrados nos médios e grandes estabelecimentos), quanto nas pastagens, que também foi muito expressivo.

No entanto, não foi possível pela análise dos dados disponíveis identificar quais produtos das lavouras temporárias e permanentes foram os mais cultivados, quais criações de animais mais se destacaram no município de Ortigueira e qual foi a participação dos pequenos estabelecimentos na produção agropecuária.

Com isso, passar-se-á, primeiramente, a identificar a evolução da produção agrícola e sua distribuição por estrato de área para o ano de 1995/96 e, posteriormente, se fará a mesma análise para os principais efetivos da pecuária e para a produção leiteira.

2.2.1 – Evolução das principais lavouras permanentes e temporárias

Por meio da área colhida das principais lavouras temporárias e permanentes no período de 1960 a 2001, conforme a Tabela 08, pode-se constatar a importância dos produtos das lavouras temporárias, sendo mais expressivo o arroz, o feijão e o milho e, a partir de 1980, observa-se que a soja e o trigo também ganharam expressividade. Nas lavouras permanentes se destacaram o café, a banana, a laranja e a amora⁵⁹.

O milho foi a lavoura com maior área colhida tanto no Censo Agrícola de 1960, como nos Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96, sendo que em 1960 esta cultura ocupava 80,8% (10.458 ha) da área das principais lavouras temporárias; em 1970, apesar de haver uma redução percentual para 60,1%, em termos relativos, se verificou um aumento da área em 15.504 hectares, ampliando-se de 10.458 ha (1960) para 25.962 ha (1970). De 1975 a 1980 houve um aumento da área colhida, passando de 28.993 ha (53,9%) para 29.058 ha (62,0%), respectivamente. Entre 1985 e 1995/96 houve uma redução de 4.524 ha, passando de 24.509 ha para 19.985 ha; deste ano a 2001, a redução foi de 6.985 ha, chegando a 13.000 ha.

⁵⁹ A área com amora se deve à sericicultura (criação do bicho da seda) desenvolvida a partir de meados da década de 1990 por um grupo de 50 pequenos produtores integrados à indústria Kanebo Silk do Brasil, de capital japonês, localizada no município de Cornélio Procópio, no norte paranaense.

Tabela 08

Ortigueira: evolução da área colhida com as principais lavouras temporárias e permanentes (ha) - 1960 a 1995/96

Produto	1960		1970		1975		1980		1985		1995/96		2001*	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Algodão	---	---	7	0,0...	5	0,0...	242	0,5	3.024	7,0	12	0,0...	---	---
Arroz	784	5,2	6.918	16,0	16.281	30,3	3.378	7,3	3.134	7,4	3.332	10,0	550	2,3
Aveia	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	97	0,3	1.000	4,3
Mandioca	---	---	113	0,3	15	0,0...	69	0,1	195	0,5	353	1,0	600	2,6
Feijão	1.679	13,0	10.188	23,6	6.125	11,5	4.223	9,0	8.019	18,8	5.681	17,0	2.080	8,8
Milho	10.458	80,8	25.962	60,1	28.993	53,9	29.058	62,0	24.509	57,6	19.985	59,9	13.000	55,0
Soja	---	---	3	0,0...	1.617	3,0	6.151	13,1	3.531	8,3	2.938	8,8	4.500	19,0
Trigo	15	0,1	3	0,0...	730	1,3	3.745	8,0	163	0,4	990	3,0	1.900	8,0
Total das lavouras temporárias	12.936	100,0	43.194	100,0	53.766	100,0	46.866	100,0	42.575	100,0	33.376	100,0	23.630	100,0
Amora	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	74	16,3	---	---
Banana	9	17,6	35	10,9	2	1,4	45	63,4	26	14,4	59	13,0	---	---
Café coco	39	76,5	280	86,9	111	77,6	*		128	70,7	121	26,5	---	---
Laranja	3	5,9	7	2,2	1	0,7	23	32,4	21	11,6	142	31,2	8	66,6
Bergamota (mexerica, Tangerina)	---	---	---	---	29	20,3	3	4,2	6	3,3	59	13,0	4	33,4
Total das lavouras permanentes	51	100,0	322	100,0	143	100,0	71	100,0	181	100,0	455	100,0	12	100,0

--- Estes dados não constam no Censo

* Dados referentes à Produção Agrícola Municipal de 2001.

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96.

Org.: O autor

Outras duas lavouras com expressividade na área colhida foram o feijão e o arroz. Em 1960 a área colhida com o feijão representava 13,0% do total (1.679 ha), aumentando em 1970 para 23,6% (10.188 ha) e, em 1975, passou para 11,5% (6.125 ha). Em 1980 esta cultura apresentou uma redução significativa para 9,0% (4.223 ha), voltando a crescer a partir desse ano, atingindo em 1995/96, 17,0% da área colhida (5.681 ha). Em 2001, a área colhida reduziu-se novamente para 8,8% (2.080 hectares) do total.

Para a lavoura de arroz também verificou-se um aumento da área colhida de 15.497 ha entre os anos de 1960 e 1975; mas para 1980 se constatou uma redução de 12.903 ha e, posteriormente, um pequeno aumento de 198 ha para 1995/96. No período de 1995/96 e 2001 esta reduziu novamente em 2.782 ha.

Essa expressividade do milho, do feijão e do arroz nas lavouras temporárias só pode ser entendida no contexto de uma produção desenvolvida principalmente por pequenos produtores, que a destinam preferencialmente para o autoconsumo familiar, seja empregando-a diretamente na alimentação, como é o caso do arroz e do feijão, seja indiretamente, como é o caso do milho, com a criação de suínos e aves. Além destes destinos, tais produtos também são comercializados, embora sua produção não se destine preferencialmente para este fim.

Essa variação da área colhida das principais lavouras temporárias (arroz, feijão e milho) no período de 1960 a 2001, se deve a uma série de fatores, como: a redução da criação de porcos por meio do sistema de safras, que tinha na produção de milho a principal fonte de alimentação desses animais; a redução da fertilidades natural dos solos que, com o passar dos anos, não tendo um tratamento adequado com insumos industriais (como se verá posteriormente), acabou afetando a produtividade das lavouras, levando à redução das áreas; a própria aptidão dos solos que devido à localização do município na área de transição de Planaltos (do Segundo para o Terceiro Planalto Paranaense)⁶⁰, tem grande parte das terras com uso não adequado às lavouras, mas sim, à pecuária ou a outro uso; os reduzidos preços pagos por esses produtos na comercialização e ao próprio destino da produção que sempre esteve direcionada principalmente à subsistência (embora o excedente fosse comercializado); e, pelo aumento da área da pecuária a partir de meados da década de 1980.

A significativa área colhida com o milho desde a década de 1960 se deve à importância da criação de porcos por meio do sistema de safra no município de Ortigueira, que foi a principal atividade econômica até o início da década de 1960. Deste modo, como o

⁶⁰ O município de Ortigueira localiza-se na transição do Terceiro para o Segundo Planalto paranaense, que apresenta quanto ao relevo uma geomorfologia bastante movimentada, com formação geológica composta pelo arenito Botucatu, formações Serrinha-Terezina e Serra Alta do grupo Estrada Nova, da série Passa Dois, além dos folhelhos, tilitos e arenitos flúvio-glaciais (MAACK, 1981, p. 412).

milho era a principal fonte da alimentação desses animais, se constata os elevados percentuais das áreas cultivadas para o período (se comparada aos outros cultivos).

Além disso, a lavoura do milho, juntamente com o arroz e o feijão, são produtos importantes da agricultura para subsistência mantida pelos pequenos produtores no município. Tais culturas tiveram um crescimento expressivo no período de 1960 a 1975 em decorrência tanto do aumento numérico das pequenas propriedades surgidas com os loteamentos, como da participação de rendeiros, parceiros e posseiros, por meio da pequena produção.

A redução dessas lavouras a partir de meados da década de 1970 e 1980 se deve à diminuição do número de estabelecimentos com área inferior a 100 ha e ao aumento expressivo da pecuária, especialmente de bovinos, que passou a ter sua área ampliada pelos produtores (conforme será focado no sub-tópico seguinte). Entretanto, mesmo com tais reduções, se constata que estas lavouras temporárias (arroz, feijão e milho) assumem papel importante na produção agrícola municipal, uma vez que as mesmas representam 66,1% da área colhida. Além disso, estas são consideradas de extrema importância ao autoconsumo familiar, fundamentalmente nos pequenos estabelecimentos com área inferior a 100 ha.

É isso que pode ser comprovado na análise da área colhida com essas lavouras por grupo de área no Censo Agropecuário de 1995/96, no qual os estabelecimentos com área inferior a 100 ha são responsáveis por 92,9% da produção de arroz, os de 100 a menos de 1.000 ha por 6,8% e os acima de 1.000 ha por 0,3%. Na produção de feijão, os pequenos estabelecimentos foram responsáveis por 94,0% da área colhida, os médios estabelecimentos por 5,9% e os grandes por 0,01%. Já na produção de milho, os índices foram: 84,8%, 13,1% e 2,1%, respectivamente.

Um outro ponto que merece destaque se refere ao aumento da área cultivada com as lavouras de soja e trigo a partir de 1975, sendo que neste ano, tais lavouras representavam 3,0% e 1,3%, respectivamente. Em 1980 a área cultivada com a soja foi de 13,1% e do trigo de 8,0% e, em 2001, de 19,0% e 8,0%, respectivamente. Estas lavouras que tiveram suas áreas cultivadas ampliadas de forma mais expressiva no Norte do Paraná no período da modernização da agricultura, no município de Ortigueira foram cultivadas em menores áreas devido ao fato da maioria das terras não serem propícias à mecanização (uma das exigências para essas culturas), uma vez que as mesmas se encontram na região de transição do Terceiro para o Segundo Planalto Paranaense.

Entretanto, na porção centro-leste do município, onde o relevo é menos movimentado, constatou-se na década de 1990 um aumento expressivo da cultura da soja: em 1990 esta lavoura ocupava uma área de 1.200 ha, equivalente à 1,9% da área das lavouras

temporárias do município; em 1995, identifica-se um aumento da área para 2.000 ha (4,8%) e, em 2001, para 4.500 ha, ou seja, representando 19,0%⁶¹.

Essa produção ocorre basicamente nos médios estabelecimentos (100 a menos de 1.000 ha), que segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, foram responsáveis por 98,5% da produção de soja e por 97,8% da produção de trigo.

Por fim, além do arroz, do feijão, do milho, da soja e do trigo, também se identificam outras lavouras temporárias no período de análise que, apesar de ocuparem áreas menos expressivas, não devem ser deixadas de lado⁶². Dentre elas, destacam-se o algodão, a aveia e a mandioca.

O algodão que passou a ter a área cultivada ampliada entre 1980 e 1985, se tornou uma alternativa econômica ao pequeno produtor, pois com a redução das lavouras de feijão e de arroz, também ocorreu uma redução do excedente comercializado, afetando a renda das famílias.

O surgimento da aveia entre as principais lavouras temporárias a partir de 1995/96, representa 0,3% da área (97 ha) e, o seu crescimento em 2001, para 4,3% (1.000 ha), está ligado ao fato dos produtores a utilizarem como complemento da alimentação do rebanho bovino nos meses de inverno, em consequência da redução da capacidade dos pastos em virtude das geadas.

2.2.2 – Evolução dos principais efetivos da pecuária: a suinocultura, a pecuária bovina e a produção leiteira

O município de Ortigueira sempre teve na pecuária uma importante atividade econômica, tanto que no decorrer do seu processo de formação territorial, a suinocultura destacou-se por meio do sistema de safras e, em menor grau, também teve importância na constituição de uma produção de subsistência efetivada por pequenos produtores, conforme se constatou no capítulo 01. Esta atividade – a suinocultura por meio das safras – teve grande importância até o início da década de 1980, vindo no decorrer desta década a perder sua expressividade⁶³. A partir de 1980, a suinocultura passou a ser desenvolvida

⁶¹ Segundo o Engenheiro Agrônomo da EMATER, em entrevista concedida em 19/04/02, o aumento da área de cultivo da soja se deu devido ao crescimento do arrendamento de médias propriedades, nas quais os arrendatários estão substituindo as pastagens pela soja.

⁶² Além dessas, outras culturas temporárias e permanentes foram cultivadas no município de Ortigueira no decorrer da década de 1990 (o alho, a batata-inglesa, a mamona, a melancia, o melão, o limão e o pêssego), mas devido à pequena área acredita-se que as mesmas se destinam preferencialmente ao consumo familiar.

⁶³ Segundo o Secretário de Agricultura do Município de Ortigueira, em entrevista concedida no dia 19/04/02.

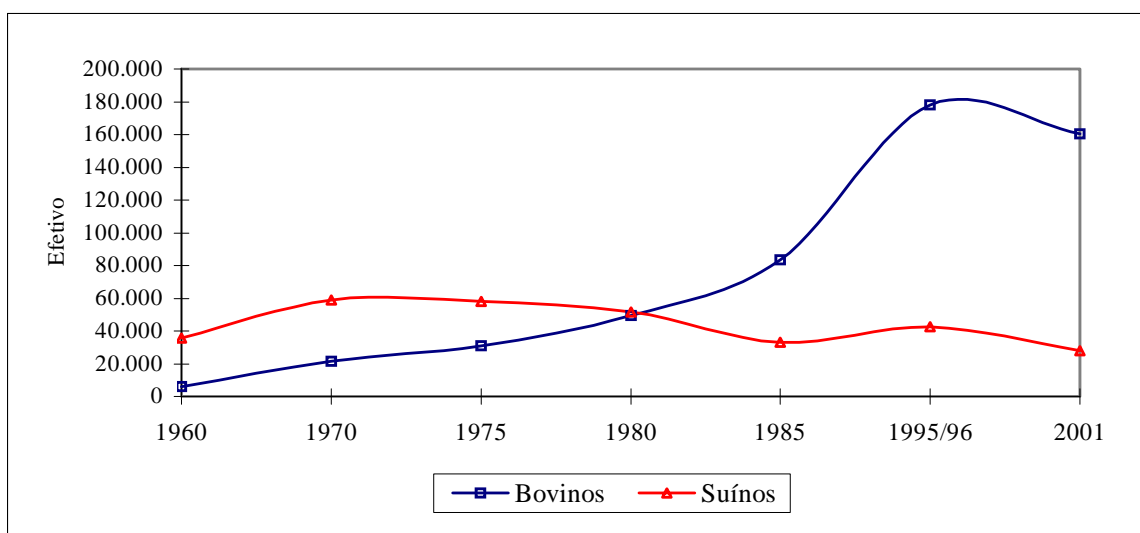
tanto em escala comercial, pelo sistema intensivo realizado em granjas, como por pequenos produtores familiares, para o consumo e com a venda do excedente.

Como se observa no Gráfico 07, com a redução dos sistemas de safras a partir de 1980, a pecuária bovina que já vinha se desenvolvendo, começou a se expandir, chegando em 1995/96 a um efetivo de 178.142 cabeças.

No entanto, a bovinocultura não se constituiu numa atividade especializada, mas de uma pecuária diversificada para cria, recria, engorda, corte e de leite. Esta característica da pecuária municipal segue o mesmo padrão da pecuária nacional que, em geral, não se especializou no que se refere à finalidade econômica do rebanho⁶⁴.

Gráfico 07

Ortigueira: evolução da criação de bovinos e suínos - 1960 a 2001



Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96.
 Obs.: Os dados de 2001 se referem à Pesquisa Pecuária Municipal da FIBGE.
 Org.: O autor

Nesse contexto, busca-se primeiramente entender como se deu a evolução dos principais efetivos da pecuária no município, ou seja, da suinocultura e da criação de gado, especialmente da leiteira e, posteriormente, qual é a importância da produção familiar nestas atividades.

⁶⁴ Todavia, mesmo não tendo ocorrido uma especialização da pecuária nacional, verificou-se um aumento significativo do número de cabeças existentes no país no período de 1940 a 2000, no qual destacou-se as regiões Sudeste e Centro-Oeste, com um crescimento de 34,0% e 25,4%, respectivamente. Além disso, de 1990 a 2000, o efetivo bovino nacional aumentou 13,4%, o percentual de vacas ordenhadas reduziu 6,6%, e a produção de leite teve um aumento de 27,2% no período. Para a região Sul, o efetivo bovino aumentou 3,7%, as vacas ordenhadas 2,3% e a produção de leite teve um crescimento significativo de 33,4% (STEVANATO, 2002, p.19-20).

Os dados da Tabela 09 e do Gráfico 07 possibilitam uma melhor compreensão da evolução da criação animal⁶⁵ (bovinos e suínos) e da produção leiteira desenvolvida no município de Ortigueira no período de 1960 a 2001.

A suinocultura desenvolvida até o início da década de 1980 foi representativa na pecuária municipal, constituindo-se em 1960 de um efetivo de 35.485 cabeças e, dez anos depois, em 1970, atingindo o maior número já verificado, de 59.1289 cabeças; de 1975 a 1980 verificou-se uma pequena redução de, respectivamente, 57.947 para 51.420 cabeças. Esta redução acentuou-se a partir do Censo Agropecuário de 1985.

Deste dados dois pontos merecem destaque. O primeiro é de que até o início de 1980, a suinocultura esteve calcada principalmente no sistema de safra, no qual o tipo característico era o porco caipira para a produção de banha, criado pelos safristas. A perda de importância das safras se deu devido ao loteamento de grandes propriedades em pequenas e, com este, a expulsão dos safristas, que desenvolviam sua criação nestas áreas. Com esta (re)organização do espaço, a maioria dos pequenos produtores que passaram a ocupar as áreas loteadas, não praticavam a criação de porcos como a principal atividade econômica, uma vez que os mesmos se dedicavam às lavouras temporárias, consubstanciadas numa agricultura de subsistência. Os porcos criados se destinavam ao consumo e à comercialização – só que em menor escala. Além disso, o próprio avanço da pecuária bovina também contribuiu para a redução das safras.

Tabela 09

Ortigueira: evolução do efetivo da produção animal e quantidade de leite produzida - 1960 a 1995/96

Ano	1960	1970	1975	1980	1985	1995/96	2001*
Animais	Efetivo	Efetivo	Efetivo	Efetivo	Efetivo	Efetivo	Efetivo
Bovino	6.117	21.301	31.111	49.293	83.341	178.142	160.270
Vacas ordenhadas	259	2.102	1.851	2.977	3.669	7.800	10.062
Leite produzido (mil/litros)	----	1.060	826	1.561	2.937	10.845	8.855
Suínos	35.485	59.129	57.947	51.420	33.232	42.701	27.969

---- Estes dados não constam no Censo.

* Dados da Pesquisa Pecuária Municipal da F IBGE – 2001, obtidos a partir de estimativas.

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96.

Org.: O autor

⁶⁵ Cabe esclarecer que, analisando os dados da pecuária no município de Ortigueira, no decorrer da década de 1990 (dados da Pesquisa Pecuária Municipal - IBGE), identifica-se os seguintes tipos de rebanho, além dos bovinos e suínos: eqüino, asinino, muar, bubalino, coelho, ovino, galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, codornas e caprinos.

O segundo ponto se refere ao fato dos criadores que continuaram com a criação de porcos como **atividade econômica**, a partir de 1980, passaram a fazê-la de forma mais intensiva, em granjas. O porco tipo banha começa a ser substituído pelo suíno branco, tipo carne, destinado aos açougues⁶⁶ de Ortigueira e de outros municípios vizinhos. A partir de 1980, embora ainda ocorrendo a criação de porcos caipiras para o consumo por pequenos produtores, também se verifica no município a criação de suínos em granjas, de forma intensiva. São essas formas de criação que mantêm o efetivo da suinocultura expressivo no município no período de 1985 a 2001: em 1985, apesar de ter havido uma redução de 18.188 cabeças em relação à 1980, ainda se observou um número significativo de 33.232 cabeças deste efetivo da pecuária. Este número aumentou para 42.701 em 1995/96 e, desta data à 2001, houve uma redução de 14.732 cabeças, passando para 27.696 animais.

Os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 possibilitam uma melhor compreensão da distribuição da criação de suínos conforme os grupos de área. Deste modo, constata-se que do efetivo total de 42.701 cabeças, 88,8% (37.924) concentram-se nos pequenos estabelecimentos, sendo que 45,2% (19.321) encontram-se nos estratos de área inferiores a 10 hectares, 36,6% (15.619) nos de 10 a menos de 50 ha e 7,0% nos de 50 a menos de 100 ha. Estes dados, juntamente com o conhecimento empírico da realidade, permitem afirmar que a criação de porcos pelos pequenos produtores tem significativa importância para a produção municipal, isso independente do destino da produção, seja para o consumo familiar, seja para a comercialização da criação excedente.

Para os médios estabelecimentos agropecuários, a criação de suínos está direcionada essencialmente para a comercialização, uma vez que a mesma é realizada em média escala. Estes estabelecimentos com área de 100 a menos de 1.000 ha são responsáveis por 11,0% do efetivo, sendo que a maior concentração ocorre nos de 100 a 500 hectares, ou seja, de 9,0% (3.884 cabeças), enquanto que os de 500 a 1.000 ha são responsáveis por 2,0%.

Diante do exposto, constata-se a importância da suinocultura para o município de Ortigueira que, num primeiro momento, até o início da década de 1980, baseou-se fundamentalmente nas safras e, num segundo, a partir de meados da referida década, tanto de forma intensiva como por pequenos produtores, que desenvolvem esta atividade voltada tanto para o consumo familiar quanto para a comercialização.

⁶⁶ Embora tenha ocorrido uma (re)orientação da criação de suínos, na qual o tipo banha passa a ser substituído pelo tipo carne, não se instalou no município nenhum frigorífico ou agroindústria que pudesse desenvolver algum sistema de integração com os produtores. A comercialização desta produção se estruturou basicamente com os açougues de Ortigueira e de municípios vizinhos, como Telemãco Borba.

Entretanto, apesar da suinocultura permanecer como atividade de destaque na pecuária municipal até o início do século XXI, é a criação de gado que passa no decorrer da primeira metade da década de 1980, a ser a principal atividade da pecuária, como se observa no gráfico 07.

Voltando à Tabela 09 e ao Gráfico 07, constata-se o significativo aumento da criação de bovinos no município de Ortigueira no período de 1960 a 2001. Deste modo, os dados revelam um crescimento do efetivo bovino de forma significativa, sendo que a cada 10 anos o rebanho tem no mínimo duplicado: em 1960 este era de 6.117 cabeças; em 1970 houve um aumento de 15.184, passando para 21.301 animais. O aumento verificado em 1980 foi muito mais expressivo, ou seja, de 27.992 cabeças, atingindo 49.293. Deste ano (1980) a 1995/96 houve um acréscimo expressivo de 128.849 cabeças, chegando a 178.142. Para 2001, embora tenha ocorrido uma redução no efetivo bovino para 160.270 animais, o mesmo ainda é extremamente expressivo no contexto municipal e regional.

No decorrer da década de 1990 – conforme os dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE –, apesar de algumas variações no efetivo bovino, a regra foi um constante crescimento, que por sinal, já vinha ocorrendo da década de 1960 a 1980. No entanto, nada que se comparasse ao aumento verificado entre os Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96.

No ano de 1990 (Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE) o rebanho bovino municipal que era de 113.950 cabeças, elevou-se para 120.370 em 1992 e, embora tenha ocorrido uma redução para 98.870 animais no ano de 1993, isso não mostrou um enfraquecimento da pecuária, pois no ano de 1995 o rebanho voltou a crescer, atingindo 145.435 cabeças; crescimento que perdurou até 1999, quando se verificou o maior efetivo da década, de 174.000 cabeças.

Tais dados acerca do efetivo bovino, juntamente com a importância da área utilizada com pastagens e o valor da produção animal⁶⁷, possibilitam afirmar que a pecuária é uma importante atividade econômica no município de Ortigueira, não só pelas receitas geradas, mas também pela quantidade de pessoas que sobrevivem desta atividade, especialmente os pequenos produtores e suas famílias.

Entretanto, segundo o Secretário de Agricultura do município⁶⁸, apesar da pecuária ser significativa, esta apresenta sérios problemas, pois como grande parte dos

⁶⁷ Os valores da produção animal e vegetal no município de Ortigueira, conforme os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, foram de R\$ 14.236.000,00 e R\$ 16.635.000,00, respectivamente.

⁶⁸ Entrevista realizada no dia 19/04/02 em Ortigueira.

pecuaristas são de outros municípios do Estado (como Londrina, por exemplo), a renda gerada pelos mesmos não é investida em Ortigueira. Uma outra prática comum é a sonegação de impostos por meio da não declaração do efetivo bovino comercializado.

Os dados censitários de 1995/96 permitem entender a participação dos pequenos estabelecimentos na criação do rebanho bovino, sendo que os inferiores a 100 hectares são responsáveis por 31,9% do efetivo, ou seja, 56.727 cabeças. Os médios estabelecimentos respondem por 50,7%, equivalendo a 90.337 cabeças, enquanto que os grandes estabelecimentos, com área acima de 1.000 hectares, detém 17,4% do total (31.078 cabeças) do efetivo bovino.

O percentual da participação dos pequenos produtores na criação do rebanho bovino merece uma atenção especial, pois ao contrário dos médios e grandes criadores, que muitas vezes acabam não investindo os resultados desta atividade no município de Ortigueira, são os pequenos produtores que dinamizam a econômica local, seja comprando no comércio, pagando seus impostos, gerando a maioria dos empregos, uma vez que o pessoal ocupado no campo ortigueirense é maciçamente composto do produtor e membros não remunerados da família.

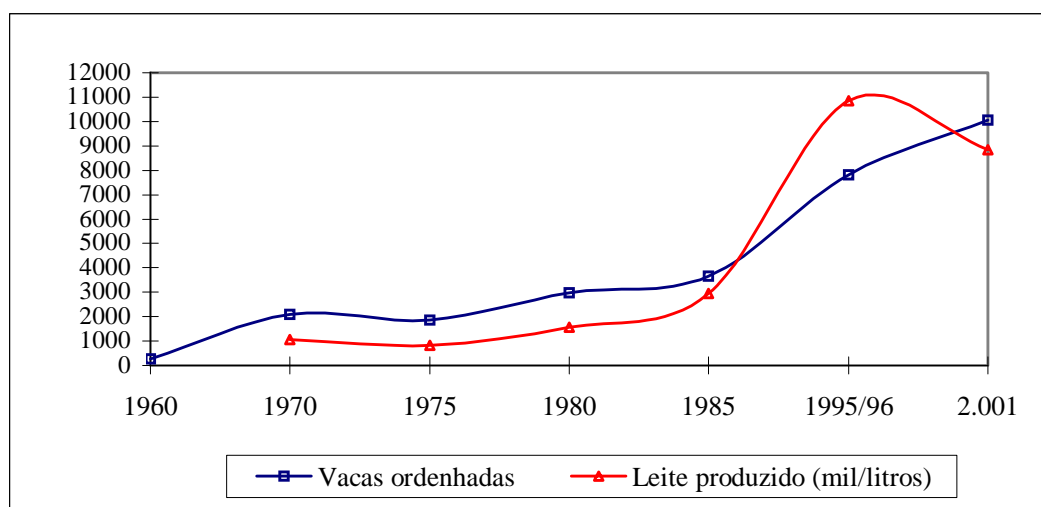
Apesar do crescimento significativo da pecuária merecer uma análise que possibilite verificar as transformações ocorridas conforme a finalidade econômica do rebanho bovino (cria, cria, engorda, corte e leite), deter-se-á a análise nas variações da produção leiteira no município, fundamentalmente, no número de vacas ordenhadas e na quantidade de leite produzida para, assim, se entender a importância dos pequenos produtores familiares nesta atividade. Além disso, procurar-se-á focar quais os reflexos deste aumento da bovinocultura na dinâmica agrária municipal e, por fim, quais as transformações que a pecuária leiteira vem passando desde a década de 1990 e suas implicações para os pequenos produtores.

Com base na Tabela 09 e no Gráfico 08, constata-se o aumento da produção de leite no referido município no período compreendido entre 1960 a 2001, que se deu fundamentalmente pelo aumento do número de vacas ordenhadas. As vacas ordenhadas que em 1960 eram de 259 cabeças; em 1970, aumentaram para 2.102; em 1975 para 1.851; passando para 2.977 cabeças em 1980; para 3.669 em 1985; 7.800 em 1995/96; e, para, 10.062 em 2001.

Com isso, a produção de leite também teve um aumento no período analisado, sendo que em 1970 a quantidade produzida foi de 1.060.000 litros; em 1975 houve uma redução para 826.000 litros; em 1980, a produção voltou novamente a crescer atingindo

1.561.000 litros. Em 1985, o aumento foi mais expressivo, atingindo 2.937.000 litros, mas nada que se compare com o de 1995/96, que bateu o recorde de 10.845.000 litros. Em 2001 houve uma redução da quantidade produzida para 8.855.000 litros, mas a mesma ainda foi muito significativa.

Gráfico 08
Ortigueira: evolução do nº de vacas ordenhadas e da quantidade de leite produzida (mil/litros) - 1960 a 2001



Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96.
Os dados de 2001 referem-se à Pesquisa Pecuária Municipal.
Org.: O autor

Tais dados embora apresentem pequenas variações, no geral, revelam o crescimento da produção de leite que a cada ano só tem aumentado, se tornando cada vez mais expressiva, especialmente entre 1985 e 1995/96.

Entretanto, o crescimento constatado na produção de leite no referido período se deve principalmente ao aumento do número de vacas ordenhadas e não à melhoria genética e da produtividade do rebanho. Isso pode ser melhor verificado na relação da produção anual de leite por vacas ordenhadas, sendo que no ano de 2001 foram 8.855.000 litros para 10.062 vacas, o que dá uma média de 880 litros/vaca/ano, ou seja, um média de 2,4 litros/leite/dia.

Essa relação do crescimento da produção de leite em decorrência do aumento do efetivo de vacas ordenhadas pode ser melhor compreendido na análise da produção no decorrer dos anos 1990 a 2001⁶⁹, conforme os dados apresentados na Tabela 10 e no Gráfico 09.

⁶⁹ Dados mais recentes fornecidos pela Pesquisa Pecuária Municipal.

De acordo com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE), verifica-se que no período de 1990 a 2001 a produção de leite no município de Ortigueira se manteve ascendente, passando de 4.308.000 litros em 1990 para 6.238.000 litros em 1995, ou seja, em cinco anos a produção aumentou 1.930.000 litros. Entretanto, para o mesmo quinquênio também consta-se a ampliação do número de vacas ordenhadas, passando de 5.300 para 6.930 cabeças; um aumento de 1.630 animais. Crescimento parecido também foi constatado de 1996 a 2001, no qual a produção de leite passou de 7.080.000 litros para 8.855.000, elevando-se em 1.775.000 litros, enquanto que o número de vacas ordenhadas passou de 7.800 cabeças para 10.062; com um aumento de 2.262 vacas.

Tabela 10
Evolução da produção de leite (mil/litros) no município de Ortigueira
no período de 1990 a 2001

Ano	Leite produzido		
	Vacas ordenhadas	Quantidade (mil/litros)	Produtividade média (litros/leite/dia)
1990	5.300	4.308	2,2
1991	4.834	4.459	2,5
1992	5.240	4.779	2,5
1993	4.850	4.365	2,5
1994	6.020	5.430	2,5
1995	6.930	6.238	2,5
1996	7.800	7.080	2,5
1997	8.100	7.290	2,5
1998	8.300	7.221	2,4
1999	9.000	7.830	2,4
2000	8.750	7.700	2,4
2001	10.062	8.855	2,4

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal – 1990 a 2001.

Org.: O autor

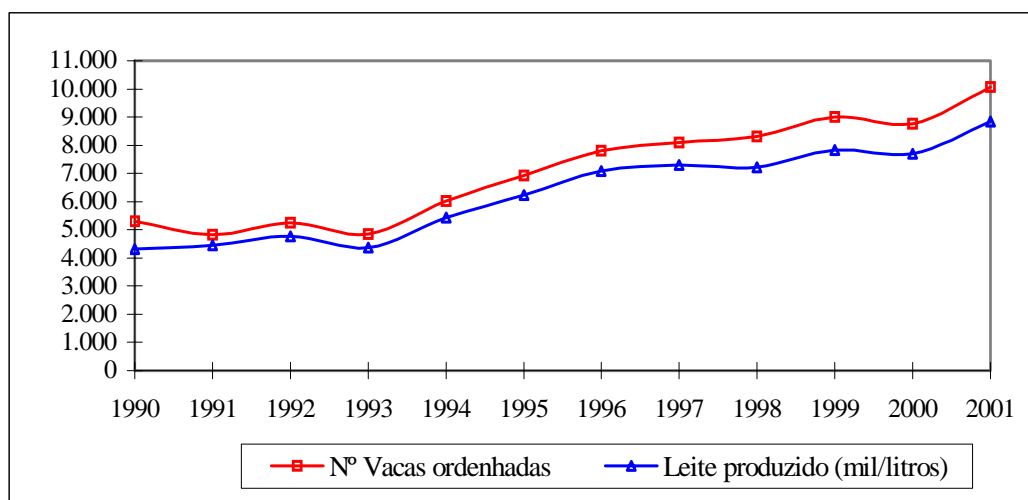
Diante do exposto, é fato que a produção de leite no município, com exceção de pequenas variações de um ano para o outro, se mantém num constante crescimento. Dentre as causas dessas variações na produção destacam-se os fenômenos climáticos que afetam as pastagens (estiagem prolongadas e geadas); a redução do número de vacas em ordenha; e, a própria qualidade genética do rebanho, que afeta a produtividade.

Como já enfocado, a pecuária bovina no município de Ortigueira não se constitui de um rebanho especializado conforme a finalidade econômica, ou seja, é uma pecuária diversificada, que apesar de prevalecer o efetivo para cria, recria, engorda e corte, também se verifica a importância do gado de leite. No caso, conforme informações fornecidas pelo

Engenheiro Agrônomo da EMATER/ local⁷⁰, este também não é especializado, mas é composto de um rebanho sem raça definida, com baixa produção e produtividade, criado principalmente por pequenos produtores.

Gráfico 09

Evolução da produção de leite (mil/litros) no município de Ortigueira no período de 1990 a 2001



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal de 1990 a 2001.
Org.: O autor

Embora nos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 não conste a produção de leite de acordo com a raça das vacas, a partir da produção por finalidade do rebanho bovino, pode-se ter uma idéia de como esta atividade não é específica de um rebanho leiteiro especializado. Assim, de uma produção total de 10.845.000 litros de leite, 63,0% é proveniente de um rebanho leiteiro e 37,0% de um rebanho misto (10,8% de cria; 6,9% de cria e recria; 10,4% de cria, recria e engorda; e, 8,9% de corte e leite).

Outro ponto de destaque é que a produção de leite no município de Ortigueira está calcada fundamentalmente na produção familiar, sendo que o maior percentual é proveniente de pequenos estabelecimentos com área inferior a 100 hectares⁷¹. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 apresentados na Tabela 11, estes estabelecimentos foram responsáveis por 71,8% da produção de leite, o que equivale a uma produção de 7.787.000 litros. Os médios estabelecimentos, com área de 100 a menos de 1.000 hectares, foram

⁷⁰ Entrevista realizada no dia 19/04/02, no município de Ortigueira.

⁷¹ Segundo o Engenheiro Agrônomo da EMATER / Ortigueira em entrevista realizada no dia 19/04/02, a produção leiteira realizada nos pequenos estabelecimentos se dá basicamente de um gado sem raça definida, enquanto que nos médios estabelecimentos é mais significativo o rebanho geneticamente melhorado, específico para a produção de leite.

responsáveis por 26,4% da produção (2.860.000 litros), enquanto que os grandes tiveram uma participação de apenas 1,8%.

Tabela 11
Ortigueira: produção de leite (mil/litros) por grupo de área

Área dos estabelecimentos	Quantidade (mil/litros)	%
Menos de 10	1.648	15,2
10 a menos de 20	2.049	18,9
20 a menos de 50	2.290	21,1
50 a menos de 100	1.800	16,6
Menos de 100	7.787	71,8
100 a menos de 200	854	7,9
200 a menos de 500	1.549	14,3
500 a menos de 1.000	457	4,2
100 a menos de 1.000	2.860	26,4
1.000 a menos de 5.000	173	1,6
5.000 a menos de 13.000	25	0,2
1.000 a menos de 13.000	198	1,8
Total	10.845	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário do Paraná - 1995/96.

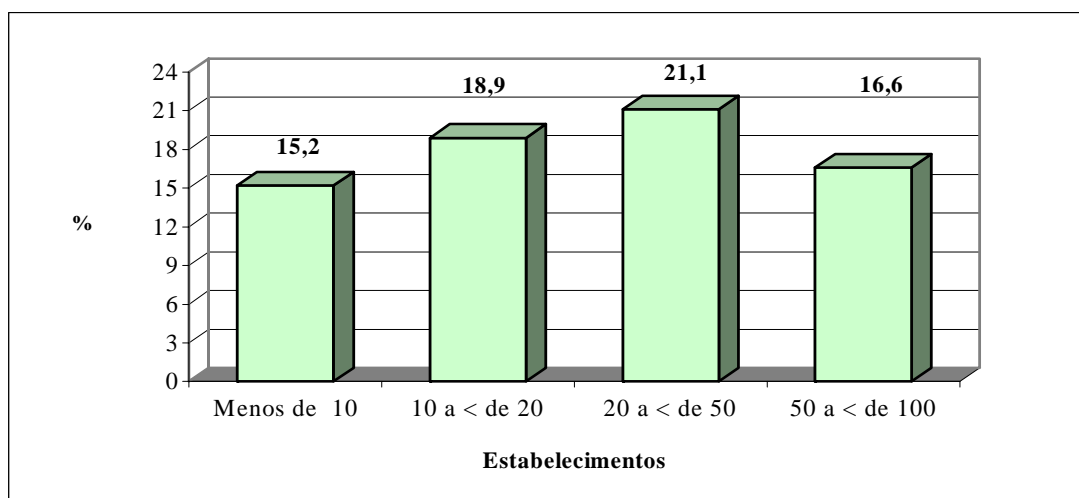
Org.: O autor

Nos pequenos estabelecimentos os dados revelam, conforme se observa no Gráfico 10, que a produção de leite é mais significativa entre os estratos de área inferiores a 50 hectares, sendo que 21,1% da produção é proveniente do estrato de 20 a menos de 50 ha; 18,9% dos de 10 a menos de 20 ha; e, 15,2%, dos estabelecimentos inferiores a 10 ha. Já os de 50 a menos de 100 hectares respondem por 16,6%.

Segundo o Engenheiro Agrônomo da EMATER local em entrevista realizada no dia 19/04/02, as comunidades rurais (ver Mapa 02, p. 21) com maior produção de leite no município de Ortigueira são: Caetê, Pinhalzinho e Vila Rica, Briolândia, Natingui, Sapé, Gleba Aurora, Colônia Augusta Vitória e os Distritos de Vista Alegre e o Bairro dos França.

Embora essa produção de leite realizada no município seja composta essencialmente por pequenos produtores e na maioria ainda de forma tradicional - sem o resfriamento e a adoção do tanque de expansão -, a mesma é comercializada com empresas de outras localidades do Estado, como a Cooperativa de Laticínios de Mandaguari / Pr (Colari), Cooperativa Agropecuária de Londrina (Cativa), os laticínios Tamalat de Tamarana e Reserva no município de Reserva⁷².

⁷² Em março de 2003, o único laticínio instalado no município de Ortigueira entrou em falência.

Gráfico 10**Ortigueira: participação dos pequenos estabelecimentos na produção de leite (mil/litros)**

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário do Paraná - 1995/96.

Org.: O autor

A análise da produção agrícola e da pecuária revelam que nos últimos 40 anos o município de Ortigueira passou por transformações expressivas, nas quais se constatou a redução das áreas de lavouras e o aumento expressivo da pecuária, tanto em termos da área de pastagens como do efetivo do rebanho e da produção leiteira. Nesse contexto, a produção familiar calcada em pequenos estabelecimentos teve e continua exercendo papel fundamental, embora tenha ocorrido uma redução da área ocupada por estes produtores. Essa categoria de produtores é responsável por importantes produtos de consumo do mercado interno (tanto das lavouras quanto da pecuária), bem como, para o próprio sustento familiar.

Entender as transformações ocorridas, que envolvem a redução da área cultivada com as lavouras e o expressivo aumento da pecuária e da produção leiteira verificado anteriormente, não é uma tarefa fácil devido aos vários fatores responsáveis por este processo.

Entre eles destacam-se:

a) as formas tradicionais de uso e manejo dos solos adotadas pelos produtores com a rotação de terras, formação e queima das capoeiras, a exposição dos solos a constante erosão e a redução da fertilidade;

b) a própria aptidão do uso da terra, que em grande parte do município, principalmente na parte leste, não é propícia às lavouras, mas à pecuária, devido à elevada declividade do terreno, característica da transição de Planaltos;

c) a busca pelo produtor e sua família por outras fontes de renda além da comercialização excedente da produção agrícola (arroz, feijão e milho), sendo neste caso adotado a pecuária leiteira, com a comercialização do bezerro;

d) a falta de acompanhamento técnico especializado pela EMATER local para orientar os produtores;

e) as reduzidas áreas das unidades produtoras que compõem o elevado percentual dos estabelecimentos inferiores a 10 hectares (abaixo do módulo rural estipulado pelo INCRA para o município que é de 20 hectares) e, mesmo de estabelecimentos um pouco maiores, que não são suficientes para o sustento da família;

f) pela falta de renda gerada nas unidades de produção familiar em decorrência dos baixos preços pagos aos produtos no momento da comercialização;

g) a ação dos intermediários;

h) a falta de políticas públicas direcionadas para este segmento de produtores que durante a modernização da agricultura esteve à margem das políticas, especialmente do crédito rural;

i) a falta de infra-estrutura e de serviços no campo, que mostram a precariedade de atuação do poder municipal;

j) a subordinação do produtor rural ao capital agroindustrial, pagando-lhes preços miseráveis pelos produtos comercializados.

Enfim, como os fatores são muitos, corre-se o erro de deixar de focar alguns de maior relevância.

Diante do exposto, se constatou a importância da pecuária, fundamentalmente a leiteira (embora não especializada) com a comercialização de bezerros e a produção agrícola direcionada principalmente para o autoconsumo, que passaram a ser algumas das estratégias econômicas encontradas pelos pequenos produtores para resistirem às difíceis condições vivenciadas no campo, seja pela apropriação da renda gerada na produção agrícola pelo capital, seja pela redução da mão-de-obra familiar causada pelo forte êxodo rural.

Nesse contexto, tendo como referência a expressividade da produção leiteira realizada por pequenos produtores no município de Ortigueira, e devido às profundas transformações que a cadeia produtiva do leite passou no decorrer da década de 1990, questiona-se sobre os impactos das mesmas no cotidiano do produtor familiar no município e nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, áreas de estudo. Isso porque, embora os reflexos da modernização pela qual passou a agricultura foram mais significativos em algumas culturas, a pecuária brasileira, principalmente a leiteira, de certa forma ficou à

margem dessas mudanças até o final da década de 1980, mas a partir da década de 1990, o contexto nacional passou a ser outro.

A partir da década de 1990, no entanto, a cadeia produtiva do leite passou por uma série de transformações, afetando desde os segmentos à montante, como aqueles à jusante (pequenos e médios laticínios e cooperativas), bem como os pequenos produtores e os consumidores. É claro que nessa cadeia os mais afetados são os produtores descapitalizados, numa ponta, por receberem preços irrisórios pela produção, e os consumidores na outra, por pagarem preços elevados pelo leite e seus derivados.

Desse modo, no tópico seguinte, busca-se caracterizar quais as mudanças que a cadeia produtiva do leite no Brasil vem passando, pois apesar destas estarem ocorrendo em escala nacional, acredita-se que as mesmas possam ter fortes reflexos em âmbito local, trazendo sérias implicações aos produtores familiares do município de Ortigueira, inclusive podendo levá-los à expropriação da terra e a perda de sua autonomia enquanto produtor.

2.3 – Apontamentos Sobre a Cadeia Produtiva do Leite no Brasil: entendendo o contexto nacional

A cadeia produtiva do leite no Brasil apresentou a partir década de 1990 grandes alterações no seu “*agrobusiness*”⁷³. Tais mudanças estruturais já ocorreram ou ocorrem em grau variado em países produtores e exportadores de leite, entretanto, “não de forma tão rápida e atropelada quanto aqui” (BORTOLETO e CHABARIBERY, 1998, p. 25).

É esse “atropelo” com que o setor leiteiro nacional se expõe ao mercado externo, se (re)estruturando com políticas governamentais e por pressões do setor agroindustrial, bem como os seus reflexos para os pequenos produtores, cooperativas e laticínios, que merece uma reflexão.

Um dos primeiros sinais dessas mudanças foi o fim do tabelamento de preços do setor pelo Governo Federal, que se manteve de abril de 1945 a setembro de 1991. Neste período, a falta de investimentos na produção, a dependência de importações, a predominância de rebanho não especializado e a forte participação no mercado informal, caracterizaram a pecuária leiteira nacional. O tabelamento do leite preconizava, de um lado,

⁷³ Segundo Bortoleto e Chabaribery (1998, p. 25), o “*agrobusiness*” é composto por diferentes setores, dentre eles os de produtos veterinários, vacinas, rações, sementes, ordenhadeiras, laboratórios para melhoria genética do rebanho, equipamentos para inseminação artificial e silagem, etc.

preços acessíveis à população com baixo poder aquisitivo e, de outro, desestimulava o incremento da produção, mantendo uma produção de leite em moldes tradicionais.

De acordo com Nogueira Netto (1996, p. 07), ao se avaliar os resultados obtidos pela intervenção governamental no setor, chega-se à conclusão “de que não foram beneficiados nem o consumidor, nem o produtor. O tabelamento do preço não atendeu ao consumidor no que diz respeito à qualidade, preço e disponibilidade do produto no mercado. Ao mesmo tempo freou a modernização da pecuária leiteira”. O resultado dessa política acabou criando um setor deficiente e marcado por crises recorrentes de abastecimento.

Um outro ponto se refere ao fato de que com a estabilização da economia e a redução da inflação com o Plano Real, em julho de 1994, houve um aumento tanto do consumo de leite e derivados, como da sua produção no país. Isto foi possível devido ao aumento do poder aquisitivo da população, principalmente da mais carente, proporcionando mudanças nos preços relativos, afetando toda a cadeia de processamento do leite e de produtos derivados (STEVANATO, 2002 e TSUKAMOTO e SILVA, 2001).

Ainda segundo os autores referenciados, nos anos de 1994 e 1995, o setor respondeu positivamente à demanda por esses produtos, sendo que a produção cresceu 11,9% em 1995, contra um crescimento anterior de aproximadamente 3,0%. No entanto, se houve um crescimento da produção de leite, esta não foi suficiente para suprir o crescimento do consumo *per capita* que foi de 20,6% correspondendo ao dobro da produção. A produção de leite no Brasil em 1980 foi de 11.162 bilhões de litros; em 1995 de 18.005 bilhões de litros; em 1997 de 19 bilhões e, em 2002, de 21 bilhões de litros produzidos. No que se refere à importação, esta foi de 774,0 milhões de litros em 1980 e, em 1995, de 3.200 bilhões de litros. Em 2002, o consumo estimado foi de 23 bilhões de litros.

Estes dados demonstram que a demanda é bem maior do que a produção, sendo o abastecimento do mercado interno de leite em pó e derivados lácteos possível em função das importações, principalmente dos países do MERCOSUL – Mercado Comum do Sul e da União Européia (NOGUEIRA NETTO, 1996, p. 07; STEVANATO, 2002, p. 25).

Tais importações foram favoráveis devido aos prazos de pagamento, com encargos financeiros baixos; pelos subsídios praticados pela União Européia e países do MERCOSUL, principalmente Argentina e Uruguai, nas importações para o Brasil, caracterizando uma concorrência desleal com o mercado nacional. Além é claro da prática de *dumping*⁷⁴ em 1998 e 1999.

⁷⁴ “Depois das devidas investigações a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) publicou a Resolução número 1 (em fevereiro de 2001), no qual conclui que efetivamente houve prática de ‘dumping’ no período de julho de

Nesse contexto de abertura econômica⁷⁵, desencadeada pelo processo de globalização, as empresas nacionais buscaram aumentar sua competitividade frente aos produtos importados desses países, de modo a reduzirem os custos de produção, de transporte, mantendo os baixos preços aos produtores e exigindo leite com melhores condições sanitárias e higiênicas. Fora isso, intensificaram-se as fusões de empresas, principalmente de capital estrangeiro e as integrações de cooperativas para manterem seu lugar no mercado lácteo.

A atuação do capital industrial internacional no campo brasileiro não é datado das duas últimas décadas, pelo contrário,

a gênese da pecuária leiteira no Brasil está intimamente ligada à própria história da Nestlé, pois como ela era a fornecedora do leite em pó e do leite condensado importado no começo do século [XX], quando essas importações foram ficando difíceis (devido ao início da produção nacional e ao aumento da produção de leite no país, particularmente no Sudeste) ela conseguiu uma primeira fábrica no Brasil em Araras (1921) (OLIVEIRA, 1981, p. 31).

Entretanto, foi nas duas últimas décadas que ocorreu uma rápida concentração entre as empresas do sistema agroalimentar do leite. Segundo Bortoleto e Chabaribery (1998, p. 28), mais da metade dos grandes laticínios existentes em 1981 foram adquiridos por grupos industriais ou realizaram alianças estratégicas⁷⁶. A liderança desse processo de fusão/aquisição está com as multinacionais, sendo que só a Parmalat desde 1989 já adquiriu dezenove empresas no Brasil, com um investimento de R\$ 500 milhões⁷⁷. Mas, além dessa, destacam-se a Bombril-Círio, com a compra da Peixe, e a Nestlé, com a compra da Itasa (MG) e CIA Goiânia.

Com esse processo de reestruturação, as empresas mais atingidas têm sido os laticínios, as de porte médio e as cooperativas com alcance regional. No que tange às cooperativas, Bortoleto e Chabaribery (1998, p. 28) observam que nos anos de 1980 haviam nove grandes centrais cooperativas no setor, sendo que em 1998 ficaram reduzidas a três:

1998 a junho de 1999, nas importações de leite proveniente da Argentina, do Uruguai, da Nova Zelândia e da União Européia” (STEVANATO, 2002, p. 28).

⁷⁵ Lopes e Jank (1995, p. 16), em estudo sobre a abertura comercial e seus reflexos na política de leite no Brasil, constataram que a competitividade nacional nesse segmento foi prejudicada pela combinação de: “a) desproteção do setor (com sua exposição à concorrência predatória de produtos subsidiados na origem); b) tributação explícita e implícita (representada pelos impostos que gravam a atividade e pelas tarifas alfandegárias que protegem a indústria produtora de insumos para a pecuária leiteira); e, c) defasagem cambial”.

⁷⁶ “Alianças estratégicas constituem-se em parcerias realizadas pelas empresas com o objetivo de reduzir custos e aumentar participação no mercado” (BORTOLETO e CHABARIBERY, 1998, p. 28).

⁷⁷ Processo este que certamente será interrompido devido ao escândalo financeiro mundial que envolveu a empresa no primeiro semestre de 2004, que inclusive acabou ocasionando o pedido de concordata da Parmalat Brasil.

Paulista, em São Paulo; Cooperativa Central de Produtores de leite (CCPL), no Rio de Janeiro; e, Itambé, em MG.

A parceria entre cooperativas para se imporem à concorrência é uma estratégia cada vez mais adotada, pois com isso as mesmas reduzem os custos de operacionalização, de funcionários, viabilizam uma logística na captação do leite, barateando o transporte. Para se tornarem mais competitivas no mercado interno vale tudo, inclusive a integração entre as empresas. Só que mesmo o mercado nacional não sendo auto-suficiente na produção de leite, as empresas, dentre elas as cooperativas, não estão interessadas somente neste mercado, pelo contrário, sua lógica de atuação também está voltada para o mercado externo.

É o que está acontecendo com oito cooperativas do Norte do Paraná, dentre elas a Cativa, a Central Norte, a CONFEPAR (Confederação das Cooperativas Centrais Agropecuárias do Paraná) de Londrina e a Colari, de Mandaguari, que integraram com a Embaré (MG), Itambé (MG), Ilpesa (AL) e a Cooperativa Central de São Paulo (CCL). Essas empresas, integradas pela Serlac Trading, criada oficialmente no segundo semestre de 2002, passaram a exportar, a partir de outubro do referente ano, 15 mil toneladas/ano de leite em pó para países da África e do Oriente Médio, além do México e da China. Desse total, 2.040 toneladas por ano serão fornecidas pela CONFEPAR, a responsável pela industrialização do leite em pó das cooperativas paranaenses, sendo que o restante da cota será completado pelas outras empresas (VALOR ECONÔMICO, 2002).

A integração das cooperativas paranaenses aumentou significativamente a produtividade das empresas, tirando-as da crise que se encontravam.

Assim,

Em 1999, quando começaram a trabalhar juntas, elas produziram 1,3 mil toneladas de leite em pó. No ano passado [2001], já foram 5,79 mil toneladas e, para este ano [2002], a previsão é chegar a 8 mil toneladas. Agora, com foco no leite em pó, as cooperativas pretendem conquistar mercados no exterior, para obter melhor remuneração para os cooperados (...). Em menos de quatro anos, elas conseguiram reverter uma situação de graves problemas financeiros para resultados positivos. As cooperativas Cativa, Central Norte e Confepar, de Londrina, e a Colari, de Mandaguari, além de suas filiadas, amargaram resultados negativos por vários anos seguidos até 1998. Para viabilizar a atividade, juntaram suas forças no ano seguinte, quando conseguiram equilíbrio financeiro, com financiamento de R\$ 59 milhões. Agora, já prevêem R\$ 119 milhões em faturamento para este ano [2002]. No ano passado, foi de R\$ 84 milhões (VALOR ECONÔMICO, 2002).

Como estratégia desta integração, as cooperativas desativaram seus parques industriais e passaram a entregar o leite para ser processado na Confepar⁷⁸ – a única a manter sua indústria em operação. Com a fusão, houve “redução de custos operacionais e de pessoal, ‘possibilitando o início de uma escalada no processo de recuperação financeira’” – conforme relato do presidente desta cooperativa, Renato Belezze (apud VALOR ECONÔMICO, 2002).

Uma outra estratégia adotada pelas cooperativas, inclusive da Cativa e da Colari com atuação no município de Ortigueira, é a pressão aos cooperados para trocarem o latão de leite pelo tanque de expansão, possibilitando assim, a coleta a granel. Segundo Paulino (2003, p. 205), nesse aspecto os métodos das indústrias e das cooperativas com relação aos produtores são bastante próximos e, embora “se deva considerar a diferença essencial entre ambas, em razão do destino da renda da terra gerada na atividade (...) apenas eventualmente, a relação cooperativista têm se revertido em vantagens palpáveis”.

Com o sistema de granelização em tanques isotérmicos até as agroindústrias, as empresas se beneficiam de uma redução dos custos de transporte, uma vez que a coleta pelo caminhão pode ser feita até 48 horas após a ordenha. No entanto, as transformações que são esperadas para o setor não se limitam a granelização⁷⁹, mas a busca “de um padrão único de qualidade para o leite cru na plataforma da usina, para que se realize, em alguns anos, uma transformação que deixou de ser feita em décadas” (BORTOLETO e CHABARIBERY, 1998, p. 32).

Essa padronização da qualidade do leite visa eliminar a classificação do leite tipo A, B e C no país.

A meta é

o controle sanitário do rebanho e as condições adequadas à higiene na ordenha, o leite deve ser resfriado [numa temperatura de 4°C, no máximo, após três horas da ordenha] na propriedade imediatamente após essa operação, para evitar o desenvolvimento de microorganismos e, em seguida, deve ser coletado por caminhão dotado de tanque isotérmico (granelização) (BORTOLETO e CHABARIBERY, 1998, p. 32-33).

⁷⁸ A partir de fevereiro de 2002, o departamento de captação da Colari foi assumido pela Confepar. Conforme nota do Presidente daquela cooperativa, Newton G. Kimura, no jornal informativo aos cooperados da Colari: “com esta integração a logística de captação se torna mais eficiente, traduzindo em alguns centavos a mais por litro para o produtor” (KIMURA, 2003). No entanto, até o presente momento, com a redução dos custos com a captação do leite na localidade de estudo, não se constatou melhoria do preço do leite ao produtor.

⁷⁹ “A meta final, a longo prazo, será produzir leite cru de qualidade higiênico-sanitária nos níveis que a União Européia, Estados Unidos e Nova Zelândia exigem de seus produtores, quais sejam: contagem total máxima de microorganismos de 100 mil unidades formadoras de colônias por ml (ufc/ml) e contagem máxima de células somáticas (CCS) de 400 mil/ml” (BORTOLETO e CHABARIBERY, 1998, p. 32).

Todavia, estima-se que mais de 80,0% da produção de leite no Brasil é recolhida de forma convencional, além do percentual significativo de produtores no mercado informal⁸⁰. Com o objetivo de mudar esse quadro e aumentar a competitividade da cadeia produtiva do leite no país, o Governo Federal desenvolveu uma série de medidas sanitárias visando à modernizar a pecuária leiteira.

Assim, no dia 5 de maio de 1998, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), do Ministério de Agricultura e Abastecimento (MAA), apresentou o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL). A partir deste Programa, técnicos desse ministério, representantes da indústria, produtores e participantes do setor privado do leite elaboraram um Programa de Modernização do Setor Produtivo do Leite e Derivados e de Aumento de sua Competitividade.

O PNMQL envolve tanto os produtores quanto às empresas processadoras (agroindústrias, cooperativas e laticínios).

No que tange aos produtores, a Resolução de 29 de junho de 2000, institui o Programa de Incentivo à Mecanização, Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite (PROLEITE), amparado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado ao financiamento (com limite de 40.000,00 por produtor) da aquisição de máquinas e equipamentos necessários à modernização da pecuária leiteira. Dentre os equipamentos destacam-se: distribuidor de adubo e calcário, distribuidor de esterco líquido, ensiladeira, tanque de resfriamento, triturador e vagões forrageiros (BANCO CENTRAL, 2000).

Quanto às empresas processadoras, a Portaria 56 estabelece normas igualitárias para a indústria de produtos de origem animal e a coleta a granel, especialmente no que se refere ao processamento e a comercialização. O que mais chama a atenção nessa Portaria é o regulamento fixando as condições sob as quais o leite cru resfriado deverá ser colocado na propriedade rural e transportado a granel até a indústria processadora, visando reduzir custos e a conservação de sua qualidade (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1999).

Conforme Paulino (2003, p. 203), tal Portaria transfere o ônus da qualidade do leite ao elo mais fraco da cadeia, qual seja, os produtores.

O Estado, ao legislar nesses termos, não apenas se desobriga de intervir nos problemas que a própria desregulamentação criou, mas também beneficia

⁸⁰ Segundo Stevanato (2002, p. 79), estima-se que 40% da produção nacional de leite seja distribuído informalmente, sem qualquer controle sanitário.

diretamente as indústrias, as grandes interessadas na Portaria, pois terão a seu dispor matéria-prima com qualidade monitorada, com o intocável direito de arbítrio sobre os preços aos produtores (PAULINO, 2003, p. 203).

Desse modo, verifica-se a pressão sofrida pelo pequeno produtor, tanto pelas cooperativas, pelas agroindústrias como pelos laticínios, para que a produção leiteira seja resfriada em tanques de expansão, o que possibilita às empresas uma matéria-prima de melhor qualidade. Entretanto, de um lado, com o rebaixamento do preço do leite verificado por parte das empresas, e de outro, com o elevado preço dos produtos industrializados utilizados na criação animal, como remédios, antibióticos, vacinas, complemento mineral e etc., o produtor se encontra sempre descapitalizado, muitas vezes impossibilitado de se enquadrar nas normas sanitárias vigentes.

É com base nessas transformações que a cadeia produtiva do leite vem passando, com o intuito de modernizá-la, que se questiona qual é a relação estabelecida entre as cooperativas e os laticínios com os produtores de leite, bem como, quais são as estratégias desenvolvidas pelos mesmos para se manterem na atividade, tendo em vista a subordinação ao capital agroindustrial, por meio da drenagem da renda proveniente desta atividade.

Tal preocupação é latente uma vez que se contactou anteriormente a expressividade dos pequenos produtores na produção leiteira no município de Ortigueira e, como esta atividade está estruturada numa produção tradicional, não se tem uma dimensão exata das conseqüências de tais políticas no campo ortigueirense. Para tal reflexão é necessário um contato direto com os produtores para se compreender como os mesmos estão lidando com as dificuldades presentes nesta atividade; tal análise será realizada no capítulo 03, quando da discussão da produção familiar nas comunidade rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

Isso é plausível pois o que se constatou na análise da dinâmica agrária ortigueirense na década de 1980 foi o forte êxodo rural, que embora menor, também pode ser verificado na década de 1990. Este ocasionou uma redução populacional na década de 1980 de 22.609 pessoas expropriadas do campo. Apesar de menos significativa, na década de 1990 também constatou-se uma retração da população rural de 5.239 pessoas. Entretanto, mesmo com esta redução, o município de Ortigueira é um dos poucos do Estado do Paraná a manter a maioria da população no meio rural; em 2000, do total da população de 25.216 pessoas, 66,8% era rural (16.853 pessoas), enquanto que apenas 33,2% era urbana (8.363 pessoas).

No que se refere à década de 1980, as causas do êxodo rural parecem não estar relacionadas diretamente com a mudança do padrão tecnológico na agricultura municipal, uma vez que, como já verificado, o aumento da área das culturas como a soja e o trigo (os

carros chefe do processo de modernização, se assim pode-se dizer), com pouca absorção de mão-de-obra não foi tão significativa como no Norte paranaense. Muito pelo contrário, as principais lavouras continuaram sendo as culturas já desenvolvidas como o milho, o arroz e o feijão, ou seja, produtos característicos de uma produção familiar direcionados fundamentalmente ao autoconsumo.

Por fim, na análise da dinâmica agrária do município de Ortigueira cabe discutir quais foram as mudanças ocorridas no que tange à tecnificação agrícola no período de modernização da agricultura e, apesar do forte êxodo rural decorrente da concentração fundiária e do avanço da pecuária bovina, a produção familiar permaneceu sendo a face mais importante do campo ortigueirense.

2.4 – Processo de Tecnificação Agrícola no Município de Ortigueira

No geral, a modernização agrícola no município de Ortigueira foi pouco expressiva, tanto que no início do século XXI (2004) ainda é elevado o percentual de utilização pelos produtores de técnicas tradicionais de produção, tais como arados com tração animal e plantadeiras manual; se mantém os baixos índices de tratorização e de consumo de defensivos e fertilizantes; o predomínio de culturas que não estiveram à frente do pacote tecnológico da modernização como o arroz, o feijão e o milho⁸¹, que no município são desenvolvidas principalmente em pequenos estabelecimentos e em áreas reduzidas voltadas principalmente para o autoconsumo familiar; e, dentre outros fatores, a falta de assistência técnica e de procedimentos de conservação dos solos.

Desse modo, os dados acerca da tecnificação agrícola no município no período de 1960 a 1995/96, como se observa na Tabela 12 e no Gráfico 11, revelam que não houve a adoção de máquinas e instrumentos de forma tão expressiva, seja pelo número de tratores que aumentou de 02 em 1960 para 420 em 1995/96, seja pelo reduzido número de máquinas para o plantio e para a colheita que atingiu o número máximo de 120 e 57, respectivamente, em 1980.

O aumento mais expressivo do número de instrumentos agrícolas foi verificado para os arados de tração animal, que de 95 unidades em 1960, aumentou para 528 em 1970, 680 em 1975 e 726 em 1980. Para o Censo Agropecuário de 1985 se constata um aumento expressivo de 474 arados, chegando a 1.200 e, 1.277 em 1995/96.

⁸¹ Isso não significa que em outras área do território nacional tais lavouras não sejam produzidas em bases modernas e de forma intensiva.

A adoção de fertilizantes químicos também não foi tão significativa, pois como se verifica na Tabela 13, os dados mais recentes disponibilizados nos Censos Agropecuários mostram que apenas 333 estabelecimentos (10,9%) adotavam adubos químicos e orgânicos em 1985⁸²; apenas 92 estabelecimentos (1,7%) usavam calcário ou outros corretivos. Verificou-se também no Censo Agropecuário de 1985 um percentual mais significativo de estabelecimentos utilizando-se de defensivos, sendo que em 1.533 estabelecimentos (28,9%) era adotado defensivos para animais e em 1.368 (25,8%) era utilizado os defensivos para vegetais – conforme pode ser observado nas Tabelas 13⁸³.

Tabela 12

Ortigueira: evolução do nº de máquinas e instrumentos agrícolas - 1960 a 1995/96

Equipamento	Ano 1960		1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Nº	Área/ maq. *	Nº	Área/ maq.	Nº	Área/ maq.	Nº	Área/ maq.	Nº	Área/ma q.	Nº	Área/ maq.
Trator	2	47.626	27	5.469	218	796,9	286	642	353	551	420	578
Máquinas para o plantio	---	---	---	---	---	---	120	1.531	129	1.507	89	2.729
Máquinas para colheita	---	---	4	36.920	46	3.777	57	3.223	65	2.992	43	5.648
Arados de tração animal	95**	1.002	528	279	680	255	726	253	1.200	162	1.277	190
Arados de tração mecânica	---	---	24	6.153	127	1.368	227	809	282	689	332	731

* Média da quantidade de hectares por máquina/equipamento

** No censo de 1960 não há discriminação entre tração animal e tração mecânica

--- Estes dados não constam no Censo

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96.

Org.: O autor

Comparando os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 referente à mecanização agrícola do município em relação ao Estado do Paraná, constata-se em Ortigueira um reduzido índice de tratorização, de utilização de máquinas tanto para o plantio quanto para a colheita, como de arados de tração mecânica. Enquanto que para o estado presencia-se o índice de 121 hectares/trator, no município esse é de 580 hectares/trator. Quanto às máquinas para o plantio e para a colheita, a disparidade também é grande, pois enquanto que para o estado a relação é de 193 hectares/máquina e 665 hectares/colheitadeira, no município é de 2.738 hectares/máquina e 5.667 hectares/colheitadeira. O mesmo ocorre com o número de arados de tração mecânica, sendo de 161 hectares/arado para o Paraná e 734 hectares/arado para o município. Somente o número de arados de tração animal foi mais significativo, uma vez que estes são mais adequados à topografia do município, bem como necessitam de menos investimento para a sua

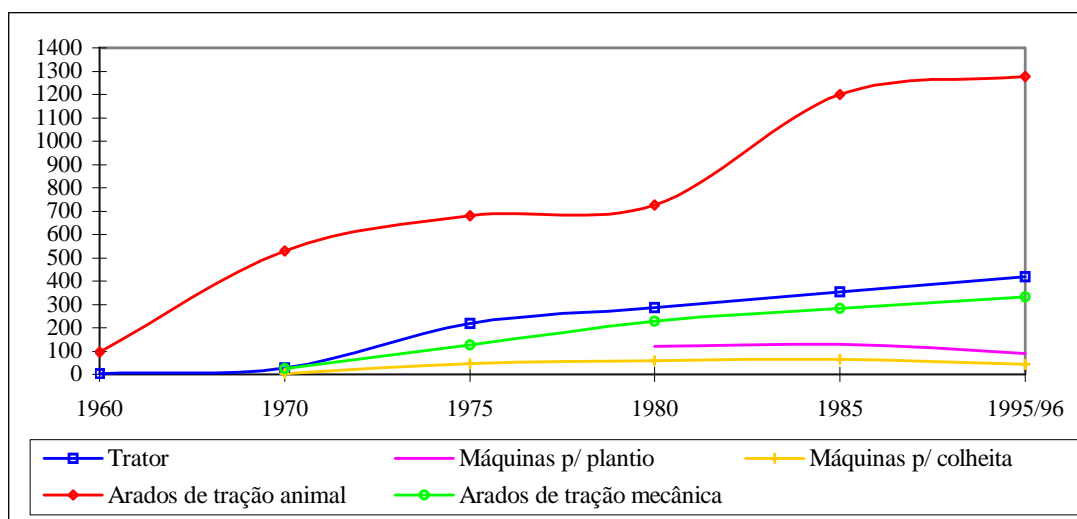
⁸² Estes dados não estão disponíveis no Censo Agropecuário de 1995/96.

⁸³ Tais dados devem ser vistos com cuidado, pois no intervalo de 18 anos o campo brasileiro presenciou mudanças significativas impulsionadas pelo processo de modernização da agricultura. Isso especialmente para os defensivos animal e vegetal, que é adotado por grande parte dos estabelecimentos agropecuários do município de Ortigueira.

aquisição; assim, para o estado são de 79 hectares/arado enquanto que para o município são de 190 hectares/arado.

Gráfico 11

Ortigueira: evolução do nº de máquinas e instrumentos agrícolas - 1960 a 1995/96



Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96.
Org.: O autor

Tabela 13

Ortigueira: uso de fertilizantes e defensivos conforme o nº de estabelecimentos

Produto	Ano		1960		1970		1975		1980		1985	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Adubos químicos	*		11	0,2	72	1,2	233	4,2	284	5,3		
Adubos orgânicos	*		3	0,0...	40	0,7	65	1,2	298	5,6		
Total de adubos	*		14	0,3	112	1,9	298	5,4	333	10,9		
Calcário e outros corretivos	*		7	0,1	32	0,5	69	1,2	92	1,7		
Defensivos animal	*		---	---	1.422	23,9	1.515	27,3	1.533	28,9		
Defensivos vegetal	*		---	---	67	1,1	268	4,8	1.368	25,8		
Total dos estabelecimentos			1.596	100,0	4.652	0,4	5.953	27,4	5.541	38,7	5.301	67,3

* Sem uso de fertilizantes e defensivos.

--- Estes dados não constam no Censo.

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96.

Org.: O autor

Além disso, o número expressivo de arados de tração animal verificado no Gráfico 11 está ligado ao significativo percentual de pequenos produtores no município de Ortigueira, que conforme enfocado no Gráfico 02, representaram no Censo Agropecuário de 1995/96, 92,5% dos estabelecimentos. Estes dados, juntamente com o tipo de cultura desenvolvida (arroz, feijão e milho) revelam que tais produtores não se enquadram num padrão que se poderia classificar como “profissionais agrícolas”, ou seja, aqueles que gerenciam suas unidades produtivas visando competitividade e eficiência.

Assim, tendo como base esse baixo padrão tecnológico do campo ortigueirense, só se pode entender o êxodo rural verificado no decorrer das décadas de 1980 e 1990 em virtude da forte concentração de terras pelos médios e grandes estabelecimentos, bem como, pelo significativo aumento da área utilizada com a pecuária bovina.

Entretanto, embora não se tenha verificado uma expressiva tecnificação na agricultura do município, com exceção da introdução das culturas de soja e trigo em bases tecnológicas intensivas, acredita-se que as mudanças ocorridas no contexto nacional acabaram afetando direta ou indiretamente o espaço local. Isso porque, com a modernização da agricultura brasileira houve um direcionamento dos investimentos e dos créditos por parte do Governo Federal para as culturas de exportação, ficando os produtores tradicionais e, em especial, os pequenos excluídos desse processo. Essa exclusão refletiu-se de forma especial na área de estudo, ou seja no município de Ortigueira, em que há o predomínio dos pequenos produtores, os quais ficaram abandonados à própria sorte.

Nesse sentido, com o forte êxodo rural verificado no município de Ortigueira nas décadas de 1980 e 1990, constata-se os reflexos diretos deste processo no total do pessoal ocupado na agropecuária municipal.

Os dados da Tabela 14 revelam a distribuição do pessoal ocupado no campo ortigueirense no período de 1960 a 1995/96, sendo que entre 1960 e 1975 evidencia-se um expressivo crescimento no número de pessoas ocupadas de 4.935 para 22.279, respectivamente. Aumento este que, como já enfocado, está estritamente ligado aos deslocamentos da população para o município de Ortigueira neste período.

A partir de 1975, constata-se uma redução do pessoal ocupado, chegando em 1980 a 20.336 pessoas, continuando em ritmo decrescente até 1985, quando se registrou 16.468 pessoas ocupadas; uma redução de 3.687 pessoas em apenas cinco anos. Todavia, em 1995/96 identifica-se novamente um aumento do pessoal ocupada em 3.438 pessoas, atingindo 19.606.

A redução do pessoal ocupado entre 1980 e 1985 se deve ao forte êxodo verificado no campo ortigueirense, sendo os principais fatores responsáveis por este processo a forte (re)concentração de terras e o aumento da área da pecuária.

Todavia, além desse êxodo outro ponto merece uma reflexão, qual seja, o aumento de 3.438 pessoas no total do pessoal ocupado verificado em 1995/96. Tal aumento esteve ligado principalmente ao trabalho familiar que passou de 13.431 em 1985, para 17.275 em 1995/96.

Tabela 14
Evolução do pessoal ocupado no município de Ortigueira no período de 1960 a 1995/96

Condição	Ano		1960		1970		1975		1980		1985		1995/96	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Trabalho familiar	3.834	77,7	15.420	93,0	19.487	87,5	17.559	86,0	13.431	81,6	17.275	86,8		
Assalariado permanentes	261	5,3	366	2,0	760	3,4	639	3,1	630	3,8	1.054	5,3		
Assalariado temporários	691	14,0	609	3,0	1.870	8,5	1.918	9,4	2.284	13,9	1.052	5,3		
Parceiros	10	0,2	72	2,0	59	0,2	15	0,5	40	0,2	50	0,2		
Outras	139	2,8	14	0,0...	103	0,4	205	1,0	83	0,5	475	2,4		
Total	4.935	100,0	16.481	100,0	22.279	100,0	20.336	100,0	16.468	100,0	19.906	100,0		

Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 a 1995/96.

Org.: O autor

Assim, como se constatou nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, acredita-se que tal aumento refere-se ao retorno de pessoas que saíram do município de Ortigueira na década de 1980, mudando para São Paulo e outras cidades do Estado do Paraná como Londrina e Curitiba e, devido às difíceis condições encontradas como a do desemprego urbano e a violência, acabaram voltando para o município.

Além disso, destacam-se também o fato de devido à idade avançada dos pais, alguns filhos voltaram para as unidades produtivas, bem como, esse aumento do pessoal ocupado também se deu em virtude dos 07 assentamentos do MST que foram realizados no município de Ortigueira no período pós meados da década de 1980, que possibilitaram um retorno de 749 famílias para o campo.

Desse modo, a partir dos dados do pessoal ocupado apresentados na Tabela 14, verifica-se um contínuo aumento do trabalho familiar na categoria do pessoal ocupado no campo no período de 1960 a 1975, no qual em números absolutos passa-se de 3.834 para 19.487 pessoas, respectivamente. Entre 1975 a 1985 constata-se uma redução de 6.056 pessoas, passando de 19.487 para 13.431, respectivamente. De 1985 a 1995/96, verifica-se novamente o aumento de 3.844 pessoas, representando em 1995/96, 17.275 pessoas. De modo geral, o trabalho familiar no período em questão predominou entre as relações de trabalho com pontos percentuais acima de 77,7%, atingindo seu máximo em 1970, com 93,0%; em 1995/96, representou 86,8% do total do pessoal ocupado.

Além do trabalho familiar, também se constata na mesma tabela, de forma menos expressiva, as relações de assalariamento – tanto permanentes quanto temporários – e de parceria.

No geral, o trabalho assalariado temporário foi menos expressivo do que o assalariado permanente para o período de 1960 a 1985. O número de trabalhadores temporários que se manteve estável de 1960, com 691 pessoas, a 1970, com 609, em 1975 aumentou em 1.261 pessoas, ocupando 1.870. Em 1980 este aumentou em 0,9% pontos percentuais, chegando a 1.918 pessoas, e em 1985 para 4,5%, ocupando 2.284. Em 1995/96 constata-se uma redução de 1.232 postos, ou seja de 4,1%, se mantendo em 1.052 postos. Quanto ao trabalho assalariado permanente, em números absolutos observa-se que passou de 261 pessoas em 1960 para 366 em 1970 e para 760 em 1975. De 1980 a 1985 este se manteve estável, ocupando 639 em 1980 e 630 em 1985. No entanto, para 1995/96 constata-se um aumento de 424 pessoas, ocupando 1.054.

Os parceiros que em 1960 ocupava 0,2% do pessoal total (10 pessoas), em 1970 passaram para 2,0%, 72 pessoas. Em 1975 se constata uma redução de 1,8%, equivalente a 13

pessoas e, em 1980, esta foi de 44 pessoas, mas em 1985 verifica-se um aumento de 25 pessoas, chegando a 40; em 1995/96 chegou a 50.

Em suma, apesar de se constatar que o campo ortigueirense não se tecnificou de forma tão expressiva como em outras áreas do Estado, as transformações verificadas no mesmo nos últimos 40 anos revelam que a concentração de terras e o aumento da pecuária tem sido uma constante e com elas ocorreu um êxodo rural significativo, especialmente entre as décadas de 1980 e 1990.

Entretanto, mesmo com a presença significativa das médias e grandes explorações na concentração da terra, um dos aspectos que mais chama a atenção na questão agrária do município é a importância da produção familiar desenvolvida em pequenos estabelecimentos. Esta, que embora seja superior em número de estabelecimentos, não o é em termos da área ocupada, e mesmo assim é responsável pela maioria do pessoal ocupado no campo, pela produção de importantes produtos agrícolas e da pecuária, se destacando principalmente na produção leiteira.

Os dados sobre o pessoal ocupado no Censo Agropecuário de 1995/96 revelam que mesmo com a redução da área dos pequenos estabelecimentos verificada após a década de 1980, que se deu concomitante à reconcentração de terras nos médios e grandes, a produção familiar não foi eliminada do campo ortigueirense. Mas, pelo contrário, demonstram que o trabalho familiar é maciço neste município, representando 86,8% do pessoal empregado na agricultura.

Assim, contrariando a tese da eliminação da produção familiar do campo, o que se constata na análise da dinâmica agrária do município de Ortigueira é a (re)criação da produção familiar, que ocorre não só pela permanência destes produtores, apesar das difíceis condições econômicas e sociais encontradas, mas também pelo retorno de alguns que foram expulsos e expropriados dos seus meios de produção. A luta travada entre os trabalhadores sem terra – pela conquista da terra de trabalho – com o latifúndio – a terra de negócio –, é um ponto de extrema importância que não pode ser deixado de lado, muito pelo contrário, esse fato indica a possibilidade de mudança no contexto de tal disparidade social no município.

Esta criação e recriação da produção familiar pode ser observada no processo de formação territorial do referido município, pois na análise realizada no primeiro capítulo verificou-se o conflito entre grileiros e posseiros que não foram expulsos do campo. O produtor familiar se manteve na terra por meio da posse, resistindo à expulsão e expropriação, se negando a pagar renda a alguém.

Além dessa forma de se manter na terra, a criação e recriação da produção familiar no meio rural ortigueirense se deu também pela compra da terra, o que ocorreu após o loteamento de grandes propriedades, como parte do latifúndio Apucarana Grande em pequenas propriedades, possibilitando assim a migração de parceiros, colonos e pequenos proprietários que saíram com suas famílias do Norte do Paraná para o município de Ortigueira no início da década de 1960 em busca de terras mais baratas.

Visando melhor compreender essa criação e recriação passar-se-á no capítulo 03, a analisar a produção familiar nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica por meio da organização espacial da área e da permanência desses produtores no campo calcado na pequena propriedade, no trabalho familiar e numa série de estratégias que lhes permitem sua reprodução social.

CAPÍTULO 03

**A PRODUÇÃO FAMILIAR NAS COMUNIDADES RURAIS DE
PINHALZINHO E VILA RICA: ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL**

Neste capítulo objetiva-se analisar a produção familiar nas comunidades de Pinhalzinho e Vila por meio das estratégias de reprodução adotadas pelos produtores familiares tanto no âmbito das relações sociais de produção e da organização do trabalho na unidade familiar; como na diversificação da produção; na obtenção de outras fontes de renda e pela importância do autoconsumo. Além disso, buscou-se entender as formas de sociabilidade e de solidariedade mantidas pelos produtores, de modo a manterem seu modo de vida e o vínculo com o lugar, permitindo assim, a reprodução social da família ou de parte de seus membros nas referidas comunidades rurais.

Para tanto, o capítulo encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente realizar-se-á uma análise da história de vida dos produtores entrevistados para se compreender como se deu a conquista da terra e como se procedeu a adaptação dos mesmos nas comunidades rurais. Posteriormente, objetiva-se caracterizar a constituição das famílias visando à identificar a composição das mesmas. Dando continuidade a análise, verifica-se a diversificação produtiva com a produção agrícola e a pecuária leiteira, com destaque para o autoconsumo, que se constitui numa forma de garantir a sobrevivência no campo, o que é engendrado por relações sociais de produção calcadas principalmente no trabalho familiar, com o complemento do trabalho temporário e da ajuda mútua.

Dentre as formas de organização do trabalho, presencia-se que o cooperativismo é uma saída encontrada pelos produtores para se manterem na atividade leiteira. Em seguida busca-se focar as diferentes formas de comercialização da produção agropecuária; a importância de outras fontes de renda para a família como o trabalho acessório, a aposentadoria e os recursos provenientes de Programas Sociais do Governo Federal; a importância dos financiamentos para o custeio e para os investimentos nas unidades produtivas familiares; e, por fim, constata-se a busca de qualidade de vida no campo e a relação dos produtores familiares com o lugar.

3.1 – Acesso a Terra e a Adaptação ao Novo Lugar

No contexto da questão agrária brasileira, marcado pela concentração e especulação da terra como reserva de valor, a constante luta dos produtores familiares para se manterem no campo é um fato que chama a atenção. Esse segmento de produtores que resistiram à expulsão e à expropriação dos seus meios de produção, se mantendo em pequenas unidades produtivas, seja por meio da propriedade, do sistema de parceria, do pagamento de renda (o rendeiro) ou pela posse, revela o quanto o acesso à terra é fundamental para a

constituição de um espaço produtivo que possibilite a reprodução familiar. Entretanto, para que isso ocorresse, muitos tiveram que se deslocar de sua área de origem, tentando o acesso à terra num outro lugar.

É esse contexto de busca que se verifica na história de vida dos produtores familiares das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica para adquirir “*um pedaço de terra*”, transformá-lo num espaço produtivo capaz de permitir a existência e a reprodução da família no meio rural. Assim, os dados coletados em campo, conforme se verifica nos Quadros 01 e 02, revelam o caráter itinerante desses produtores antes de se fixarem nas comunidades rurais, pois analisando a história de vida dos mesmos, constata-se que 90,0% dos entrevistados do Pinhalzinho e 100,0% de Vila Rica, migraram de sua área de origem em busca do acesso a terra e de melhores condições sociais.

Deste modo, dos 29 produtores entrevistados no Pinhalzinho, embora 97,0% deles sejam de origem rural, a maioria, ou seja, 90,0%, se deslocou do local de nascimento. Apesar de 55,0% serem naturais de municípios do Estado do Paraná, apenas 28,0% são de Ortigueira. Além disso, 44,0% são de outros estados brasileiros: 21,0% de Minas Gerais, 14,0% de São Paulo e 9,0% de Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Contexto semelhante se verifica na comunidade de Vila Rica, uma vez que embora os 15 produtores entrevistados fossem de origem rural, todos migraram do seu local de nascimento. Destes, 20,0% são naturais de municípios do Estado do Paraná (sendo 7,0% de Ortigueira), 33,0% de Minas Gerais, 27,0% de São Paulo e 20,0% da Bahia. Todavia, este processo de migração dos produtores não ocorreu diretamente do município de origem para as comunidades rurais, uma vez que, conforme se observa nos Quadros 01 e 02, 88,0% dos entrevistados de Pinhalzinho se deslocaram de duas a seis vezes, enquanto que os de Vila Rica, 93,0% se deslocaram de duas a cinco vezes.

No entendimento dos fatores responsáveis pela mobilidade espacial dos produtores familiares, antes destes adquirirem a propriedade nas referidas comunidades rurais, constata-se a vulnerabilidade e precariedade do acesso à terra, bem como, a baixa renda dos entrevistados. Assim, mesmo que fosse significativo o percentual dos produtores do Pinhalzinho e da Vila Rica de origem rural, a maioria não era proprietária de terras, prevalecendo os parceiros, com 38,0% e 46,0%, respectivamente; os proprietários eram 28,0% e 27,0%, e, os empregados rurais, 17% e 7%.

Quadro 01

Pinhalzinho – trajetória das famílias

UPF*	Município de origem				Nº de deslocamentos						Três últimos deslocamentos	Mudou na comunidade em:
	PR	SP	MG	Outros Estados	0	01	02	03	04	06		
01			Guiricema					x			Volta Redonda (RJ), Cambira (Pr) e Ortigueira	1969
02	Marilândia do Sul						x				Marilândia do Sul e Ortigueira (Pr)	1975
03	Ribeirão do Pinhal							x			Mauá da Serra (Pr), MS e Ortigueira	2000
04	Ortigueira				x						Sempre morou em Ortigueira	Nasceu
05	Ortigueira								x		Faxinal (Pr), Santo André (SP) e Ortigueira	1999
06	Ortigueira				x						Sempre morou em Ortigueira	Nasceu
07			Itajuba				x				Itajuba (MG), Apucarana e Ortigueira (Pr)	1979
08	Apucarana					x					Apucarana e Ortigueira (Pr)	1974
09				PB				x			Ortigueira, Curitiba e Ortigueira (Pr)	2000
10			MG						x		Bragança Paulista (SP), Califórnia e Ortigueira (Pr)	1992
11	Marilândia do Sul							x			Ortigueira, Telêmaco Borba e Ortigueira (Pr)	1988
12		Jaú						x			Jaú (SP), Terra Nova e Ortigueira (Pr)	1967
13				RN				x			Marilândia do Sul e Ortigueira (Pr)	1970
14	Ortigueira							x			Sorocaba (SP) e Ortigueira	2000
15	Marilândia do Sul						x				Mauá da Serra e Ortigueira (Pr)	1975
16	Prudentópolis						x				Ivaiporã e Ortigueira (Pr)	1955
17	União da Vitória						x				S. J. do Ivaí, Apucarana e Ortigueira (Pr)	1961
18	Santo A. do Pinhal								x		Monteiro Lobato (SP), Cornélio Procópio e Ortigueira	1965
19			Salinas						x		Uraí, Londrina e Ortigueira (Pr)	1980
20	Ortigueira							x			Telemâco Borba, Londrina e Ortigueira	1977
21		C. N. Paulista					x				Campo Novo Paulista (SP) e Ortigueira	1962
22	Jataizinho								x		Jataí, Londrina e Ortigueira (Pr)	1981
23	Ortigueira				x						Sempre morou em Ortigueira	Nasceu
24			Malacacheta				x				Malacacheta e Ortigueira	1972
25				Pien – SC				x			Faxinal e Ortigueira	1979
26		Avaré								x	Londrina, Grandes Rios e Ortigueira (Pr)	1999
27	Ortigueira					x					Sempre morou em Ortigueira	1976
28			Santa Cruz				x				Santa Cruz (MG) e Ortigueira	1973
29	Ortigueira					x					Apucarana e Ortigueira	Nasceu

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (março/03).

* Unidade de produção familiar

Org.: O autor

Quadro 02
Vila Rica – trajetória das famílias

UPF	Município de origem				Nº de deslocamentos						Três últimos deslocamentos	Mudou na comunidade em:
	PR	SP	MG	Outros Estados	0	01	02	03	04	05		
01			Itajuba					x			São Domingo (Norte do Pr) e Ortigueira	1994
02		Monteiro Lobato					x				Monteiro Lobato e Ortigueira	1970
03		Marília						x			Marilândia do Sul, Faxinal e Ortigueira	1999
04		Mococa							x		Londrina e Ortigueira	1972
05			Itajuba					x			Apucarana e Ortigueira	1982
06	Ortigueira						x				Sempre morou na localidade	Nasceu
07	Santa Cruz do Rio Pardo							x			Cornélio Procópio, Nova Fátima e Ortigueira	1981
08			Forrado							x	Ortigueira – Bairro dos França e Vila Rica	1983
09			MG			x					Londrina e Ortigueira	1967
10	Ortigueira								x		Santo André (SP), Maringá (Pr) e Ortigueira	1963
11				Vitória da Conquista (BA)					x		Londrina, Faxinal e Ortigueira	1972
12			Malacacheta					x			Ortigueira, Londrina e Ortigueira	1998
13	Nova América							x			Ortigueira	1992
14				Vitória da Conquista (BA)				x			Andradina (Pr) e Ortigueira	1973
15				Vitória da Conquista (BA)					x		Andirá (Pr), Faxinal e Ortigueira	1991

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (março/03).

Org. O autor

Já no momento da pesquisa, constatou-se que nas referidas comunidades rurais predominam os proprietários, sendo esta categoria de produtor composta por 96,5% no Pinhalzinho e 73,0% na Vila Rica, enquanto que os parceiros são 3,5% e 7,0%, respectivamente. Na Vila Rica, 20,0% dos entrevistados são produtores rendeiros.

Com o processo de loteamento do latifúndio Apucarana Grande (especialmente de partes dos quinhões⁸⁴ 03 e 3A - com 1.435 hectares) na primeira metade da década de 1960, os produtores encontraram no município de Ortigueira condições favoráveis para adquirirem suas propriedades, uma vez que o preço da terra era mais barato em relação a outras localidades do Estado do Paraná – especialmente na região Norte, área produtora de café. Este parcelamento da terra em pequenas propriedades possibilitou a criação e recriação da produção familiar, tanto dos parceiros e colonos, que embora tivessem o acesso a terra no Norte paranaense, não detinham a propriedade da mesma, como de pequenos proprietários, que buscavam ampliar sua área.

Neste sentido, dentre as causas de deslocamentos dos produtores para as localidades de estudo, constata-se para a comunidade de Pinhalzinho que 65,0% migrou devido ao baixo preço da terra, 14,0% por causa do desemprego urbano e 10,0% para acompanharem os parentes. Para a comunidade de Vila Rica, 60,0% migraram devido ao baixo preço da terra e em busca de melhoria de vida, 14,0% por motivos familiares e 7,0% devido ao desemprego urbano.

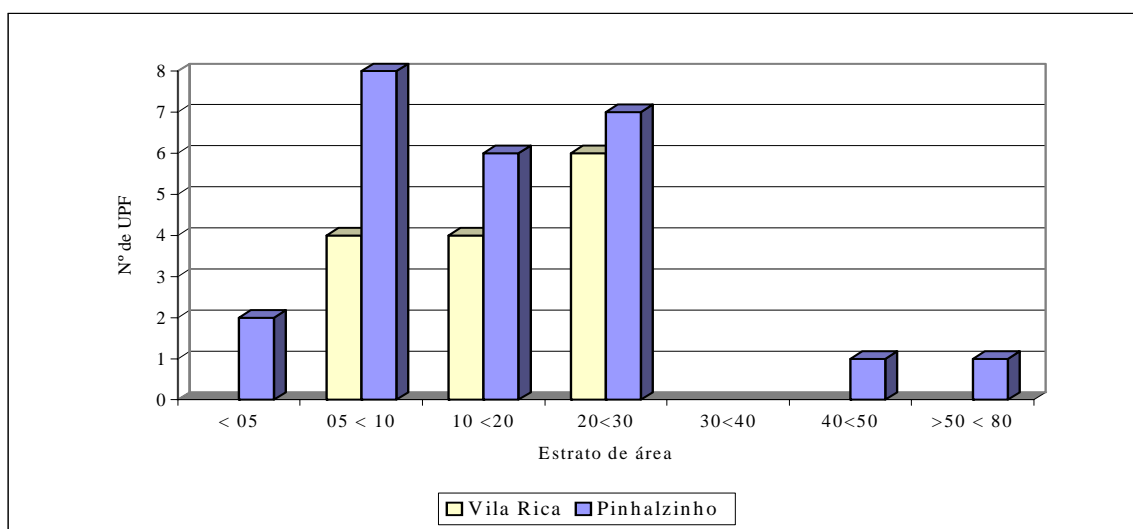
Sendo o deslocamento populacional mais expressivo no Pinhalzinho, verifica-se o maior fluxo ocorrendo na década de 1970, com 35,0% dos entrevistados migrando para este local; na de 1960, o percentual foi de 17,0%, e nas de 1980 e 1990, 10,0%, respectivamente. Os anos de 1950 foram os com menores índices, 3,0%; 15,0% dos produtores nasceram na localidade e 10,0% para lá mudaram no ano de 2000. Dos entrevistados da comunidade de Vila Rica, o fluxo migratório mais significativo ocorreu na década de 1990, com 33,0%; nas décadas de 1970 e de 1980 o percentual foi de 27,0%, respectivamente, e nos anos de 1960, 13,0%.

A forma de acesso à terra pelos produtores se deu fundamentalmente por meio da compra, chegando a 80,0% no Pinhalzinho e 60,0% na Vila Rica, vindo em seguida o acesso por herança, 11,0% e 7,0%, respectivamente e, posteriormente, pelo sistema de parceria, 9% e 33%.

⁸⁴ O latifúndio Apucarana Grande era dividido em quinhões, ou seja, grandes porções de terras.

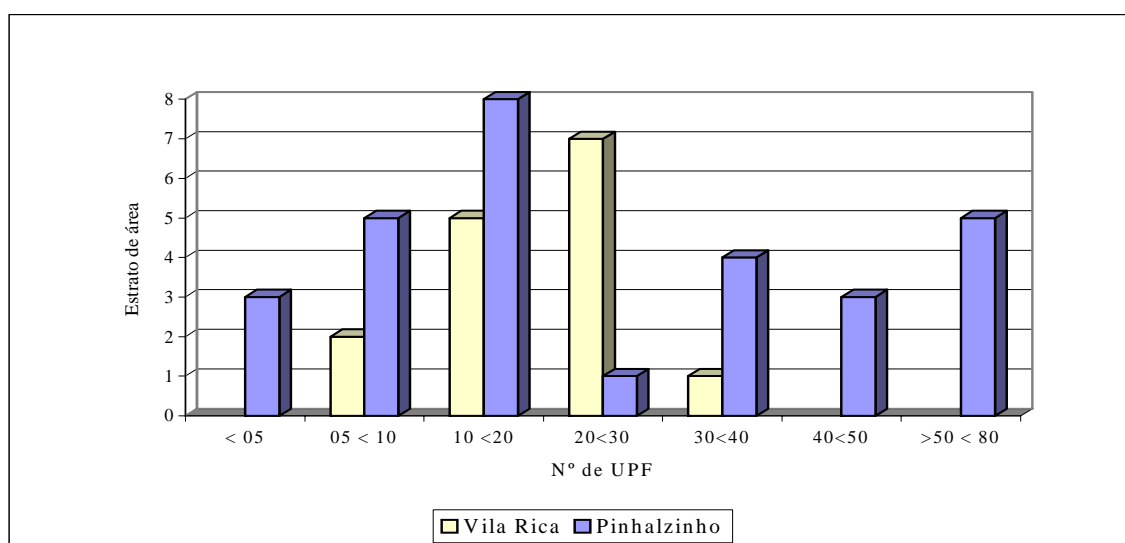
Como se observa no Gráfico 12, o tamanho das unidades de produção adquiridas pelos produtores eram bastante reduzidas, na maioria com área menores do que 30 hectares. Todavia, ao se comparar o tamanho das propriedades quando adquiridas com o tamanho das existentes no momento do trabalho de campo, constata-se, como se verifica no Gráfico 13, que houve, de um lado, uma redução do número de unidades produtivas nos estratos de área menores e, de outro, o aumento significativo nos estratos maiores.

Gráfico 12
Tamanho da unidade de produção familiar quando adquirida segundo o estrato de área (ha)



Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03). Org.: O autor

Gráfico 13
Tamanho atual da unidade de produção familiar por estrato de área (ha)



Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03). Org.: O autor

Embora isso tenha ocorrido nas duas comunidades rurais, tal fato fica mais perceptível para o Pinhalzinho, no qual se observa a redução dos estratos de área de 05 a menos de 10 hectares e de 20 a menos de 30. Concomitantemente, houve um aumento expressivo para os estratos de área entre 30 a menos de 80 hectares. Apesar de menos explícito, o mesmo ocorreu na comunidade de Vila Rica, pois reduziu-se o segmento de cinco a menos de 10 hectares e aumentou os estratos de 10 a menos de 40 hectares.

Essa reorganização do tamanho das unidades produtivas está ligada a um conjunto de fatores responsáveis pela saída de muitas famílias das referidas comunidades rurais, pois até meados da década de 1970 já chegaram a morar na comunidade de Pinhalzinho cerca de 60 famílias e 42 na Vila Rica. Entretanto, no momento do trabalho de campo constatou-se uma redução deste número para 40 e 20, respectivamente.

A redução dos estratos menores de área e, concomitantemente, a saída de várias famílias das comunidades, esteve atrelada a uma série de dificuldades encontradas pelos produtores na localidade, que são: as difíceis condições de tráfego das estradas, a falta de transporte coletivo, de atendimento médico, de acesso a escola, de água encanada, o excesso de capoeira nos sítios, a inexistência de assistência técnica e de financiamento para custear a produção, as difíceis condições econômicas, enfim, as dificuldades foram muitas.

Com referência às condições de transporte, um dos primeiros moradores de Vila Rica revelou que *“não tinha estradas, mas carreadô, a mata tomava conta de tudo, não tinha ônibus, o transporte tinha de ser feito a pé ou a cavalo. O atendimento médico era feito em Ortigueira, Apucarana, Faxinal ou onde a carona fosse”* (P.A., 79 anos, Vila Rica, 19/19/99).

Outras dificuldades acabaram forçando muitos produtores a saírem das comunidades, como as próprias condições naturais características da transição do Terceiro para o Segundo Planalto Paranaense⁸⁵ (especialmente na área da Serra de Ortigueira) que, embora não possam ser consideradas como fator central, contribuiu, juntamente com o tipo de uso da terra por eles desenvolvida, para a redução do número de famílias no local. Isso porque, apesar de muitos produtores usarem a rotação de terra até meados da década de 1990, essa técnica tradicional não evitou a redução da fertilidade natural do solo, que se intensificou com o processo erosivo decorrente dos desmatamentos.

Entretanto, mesmo diante das dificuldades, as famílias que permaneceram buscaram desenvolver uma série de estratégias para a sua reprodução social, seja por meio da troca de dias de serviços; pela sociabilidade com os vizinhos; pela intensificação na utilização

⁸⁵ Como a estrutura geológica, os solos arenosos e rasos e a alta declividade dos terrenos.

da força de trabalho familiar para tornar o sítio economicamente viável e / ou pelo aumento do tamanho da propriedade, de modo a suprir as necessidades da família; seja comprando outro sítio na mesma comunidade ou numa comunidade vizinha, ou arrendando terra para aumentar a produção agrícola, além da diversificação das atividades desenvolvidas.

A busca por “*um pedaço de terra*” que possibilitasse a constituição do espaço produtivo no campo nem sempre foi conseguido devido ao tamanho da unidade produtiva. É o caso dos segmentos menores (conforme abordado nos Gráficos 12 e 13) que não permitiram a manutenção de algumas famílias na localidade, uma vez que a renda gerada nos pequenos sítios não fora suficiente nem para a subsistência das mesmas. Assim, muitos dos produtores ao chegarem nas comunidades desenvolveram uma produção agrícola de subsistência – a chamada “*lavoura branca*” (arroz, feijão e milho), com a venda do excedente. As poucas experiências com o café, cultura praticada por aqueles vindos do Norte do Estado e direcionada principalmente para o mercado, não foram satisfatórias devido às constantes geadas.

É neste contexto que se pode entender porque ocorreu uma redução de alguns segmentos de área e um aumento de outros, bem como, da saída de um número expressivo de famílias do Pinhalzinho (20) e da Vila Rica (22). Aqueles produtores que resistiram às condições desfavoráveis, acabaram com o tempo aumentando a área da unidade de produção, comprando alguns dos sítios que se tornou disponível com a saída dessas famílias. Além disso, muitos sítios foram comprados por médios proprietários de terras vizinhos das comunidades. Durante os 40 anos após o loteamento das comunidades rurais, ocorreu uma concentração de terra por parte dos fazendeiros vizinhos e, em menor grau, os próprios produtores familiares que foram se estruturando acabaram adquirindo outras propriedades nas comunidades.

Em suma, a discussão acerca da conquista de um “*pedaço de terra*” que possibilite a existência da família no meio rural, bem como, as dificuldades e estratégias de adaptação ao novo lugar, possibilitam entender como se constitui a organização espacial nas localidades com base na produção familiar. Deste modo, inicialmente se caracterizará a constituição das famílias como unidade básica para o entendimento desse segmento de produtores.

3.2 – Constituição Familiar

Neste item objetiva-se caracterizar a constituição das famílias nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, possibilitando, deste modo, identificar o tamanho das mesmas, a distribuição da população por sexo, estado civil, faixa etária e o grau de escolaridade.

No Pinhalzinho, como se observa na Tabela 15, a maioria das famílias entrevistadas são compostas por poucos membros, sendo: 77,0% de dois a cinco, 35,0% por três e somente uma família (3,0%) com 13. Na Vila Rica, a menor parte das famílias são formadas de três a quatro pessoas (46,0%) e 54,0% são constituídas de seis a 10 membros. No entanto, embora na primeira comunidade prevaleçam as famílias menores, isso não significa que o número de filhos por casal é pequeno, já que muitos deles deixaram o campo devido às dificuldades (já mencionadas) encontradas nas localidades.

A população total das unidades produtivas pesquisadas foi de 122 indivíduos no Pinhalzinho e de 91 na Vila Rica, prevalecendo na primeira comunidade rural a população feminina, com 51,0%, e na segunda, a masculina, com 58,0% do total. Das famílias do Pinhalzinho, 52,5% das pessoas são casadas, 45,9% solteiras e 1,6% divorciadas. Já na Vila Rica, as pessoas casadas representam 39,8%, as solteiras 57,1%, as divorciadas 1,0% e, as viúvas, 21,0%.

Analisando a distribuição da população por faixa etária para as duas comunidades, que está representada no Gráfico 14, verifica-se um percentual significativo de adolescentes e jovens de 10 a menos de 25 anos: 34,3% no Pinhalzinho e 37,0% na Vila Rica. Ainda para a primeira comunidade é representativo o número de pessoas de 50 a menos de 55 anos, com 12,0%, e de 70 a 86 anos, representando 11,2% do total. Para a segunda comunidade, também é significativo o número de pessoas de 50 a 86 anos (19,8%): a faixa etária de 50 a menos de 55 anos equivale a 5,5%, de 55 a menos de 70 anos, 12,1% e, de 75 a menos de 85 anos, 2,2%.

Assim, é perceptível o número de pessoas com idade acima de 55 anos para as duas comunidades, o que acaba refletindo no percentual de aposentados, sendo que 23,0% da população do Pinhalzinho (28 pessoas) e 9,0% da Vila Rica (12 pessoas) recebem esse benefício.

Com referência ao grau de escolaridade da população local, como se constata no Gráfico 15, em ambas as comunidades a maior parte da população tem as quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, o antigo Primário. Além disso, 25,0% da população do Pinhalzinho e 15,0% da Vila Rica são analfabetos; cursando o Ensino Médio são 13,0% e 12,0%, respectivamente.

Tabela 15

Distribuição do tamanho das famílias conforme o número de pessoas nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica

Nº pessoas Comunidades	01		02		03		04		05		06		07	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pinhalzinho	01	3,0	04	14,0	10	35,0	04	14,0	04	14,0	02	7,0	02	7,0
Vila Rica	-	-	-	-	03	20,0	04	26,0	-	-	01	7,0	01	7,0

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Continuação

Nº pessoas Comunidades	08		09		10		13	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Pinhalzinho	01	3,0	-	-	-	-	01	3,0
Vila Rica	03	20,	02	13,0	01	7,0	-	-

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

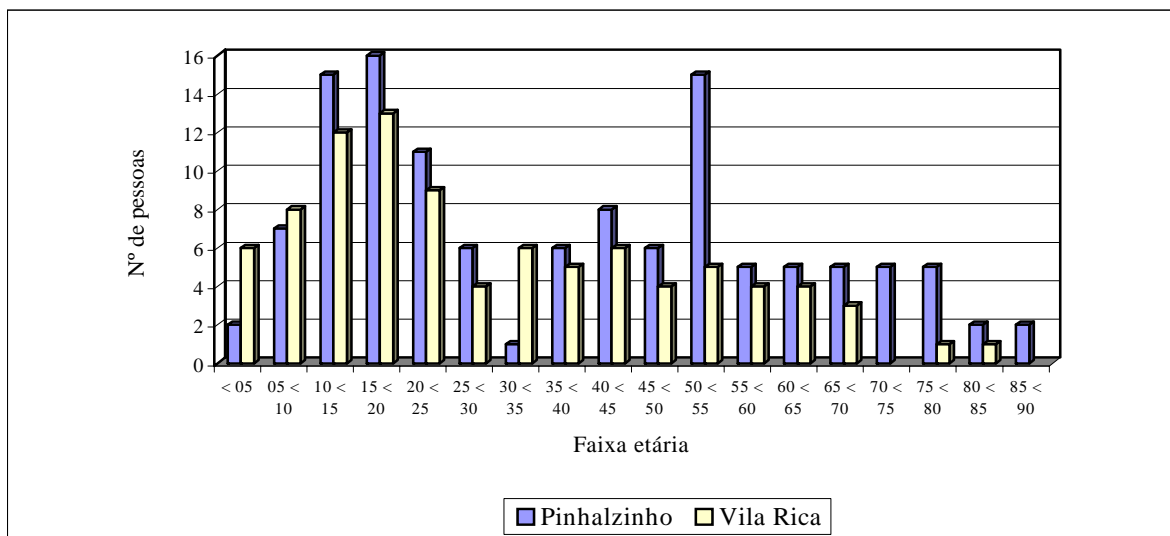
O elevado percentual de pessoas analfabetas e com as séries iniciais do Ensino Fundamental, reflete uma visão seguida por muitos dos progenitores dos produtores, de que os filhos não precisavam estudar para o trabalho na propriedade, uma vez que para exercê-lo bastava ter o antigo primário ou apenas saber assinar o nome. Entretanto, quando do trabalho de campo, percebeu-se uma outra visão, pois para muitos pais, os filhos devem estudar, terminar o ensino médio, se preparar para o mercado de trabalho urbano, evitando assim as dificuldades que eles sempre enfrentaram no campo.

Além dessa visão de que o estudo não era necessário para o trabalho desenvolvido na roça, muitos produtores e produtoras não tiveram condições de estudar na sua infância devido à inexistência de escola próxima ao local de moradia ou devido ao difícil acesso a mesma. Todavia, apesar da realidade vivida pelos mais novos na época do trabalho de campo (março de 2003) ser diferente da realidade vivida por seus pais, ainda se presencia poucos avanços nas precárias condições de acesso à escola. Isso sem falar na atuação dos Governos municipal e estadual em fechar as escolas rurais multiseriadas.

No Pinhalzinho há duas escolas multiseriadas, em média 04 quilômetros distantes uma da outra, que atendem até a quarta série inicial do Ensino Fundamental e, na Vila Rica, embora exista uma escola, a mesma está desativada. A respeito ver Fotos 01 e 02.

Gráfico 14

Distribuição da população entrevistada nas comunidades rurais por faixa etária

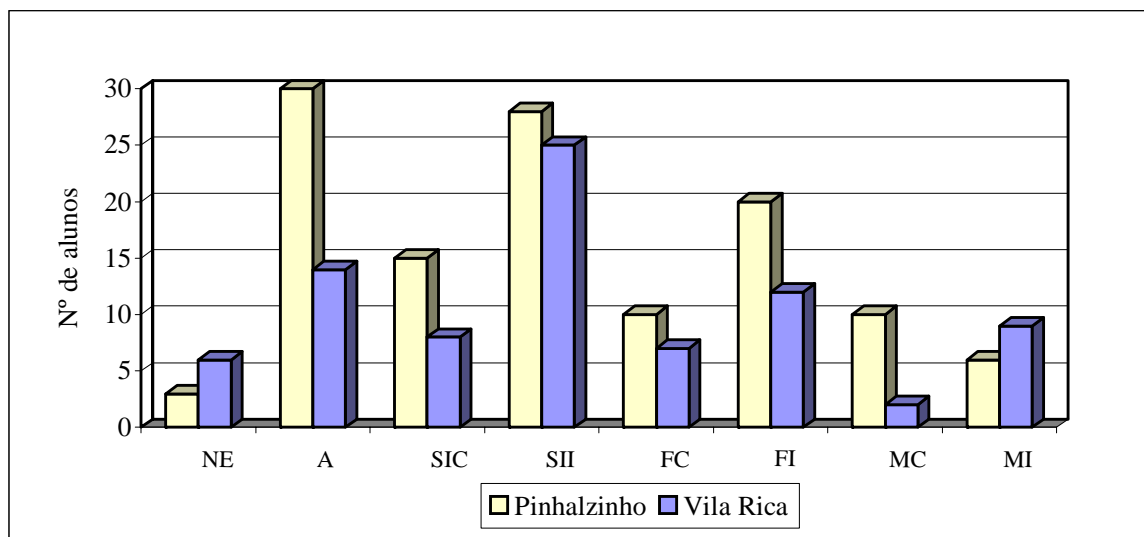


Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Gráfico 15

Grau de escolaridade da população entrevistada nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica



Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Legenda:

NE: Não estuda; A: Analfabeto; SIC: Séries iniciais completas; SII: Séries iniciais incompletas; FC: Fundamental completo (5ª a 8ª séries); FI: Fundamental incompleto; MC: Médio completo; MI: Médio incompleto

Obs.: As Séries Iniciais referem-se aos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental – antigo Primário.

Para os que não estudam, estão as crianças que ainda não têm idade para frequentar à escola.



Foto 01: Escola multiseriada municipal localizada na comunidade rural de Pinhalzinho.
Fonte: José Alves, 18/03/03.



Foto 02: No primeiro plano observa-se a escola multiseriada municipal desativada e, no segundo, a capela, ambas na comunidade rural de Vila Rica.
Fonte: José Alves, 18/09/99.

As crianças em idade escolar, bem como, os alunos do ensino fundamental e médio que moram na comunidade de Vila Rica têm que se deslocar até o Distrito mais próximo, que é o de Vista Alegre (ver Mapa 02). O transporte até a escola é realizado pelo ônibus escolar fornecido e mantido pela Prefeitura Municipal. Este ônibus só passou a transportar os alunos (do ensino médio e fundamental) até a comunidade de Vila Rica a partir de março de 2003, pois antes eles tinham que andar quatro quilômetros até chegar à estrada principal; as crianças estudavam na própria comunidade. No Pinhalzinho, 70,0% dos alunos estudam no Distrito do Bairro dos França, a 15 km, 13,0% na cidade de Ortigueira (mais ou menos 30 km) e 17,0% na própria comunidade (se deslocando a pé em média três quilômetros).

Após essa breve caracterização das famílias entrevistadas, passar-se-á a seguir, a identificar as estratégias econômica desenvolvidas nas unidades produtivas, de modo, a torná-las sócio e economicamente viáveis. Enfocar-se-á, primeiramente, um resgate histórico das atividades que os produtores exerceram desde que chegaram nas comunidades rurais, para posteriormente, identificar qual é a importância da produção agrícola e da pecuária leiteira nas unidades produtivas no momento da realização do trabalho de campo.

3.3 - Diversificação Produtiva: a busca pela sobrevivência no campo

A diversificação de atividades desenvolvidas no âmbito das unidades de produção familiar é uma estratégia de reprodução há muito tempo utilizada por esse segmento de produtores. Deste modo, diante do intenso processo de sujeição da produção familiar ao capital agroindustrial por intermédio da renda da terra, e decorrente da variação dos preços no mercado, nem todos os produtores conseguem se manter no campo contando com a renda advinda de um único produto. Então, diversificam as atividades e buscam produzir o máximo de produtos para o autoconsumo, reduzindo a dependência em relação ao mercado.

Nesse sentido, verifica-se nas localidades estudadas, a diversificação das unidades produtivas com a produção agrícola, voltada principalmente para o autoconsumo e, a pecuária leiteira (não especializada) com a venda de bezerros, mais direcionada para o mercado. Deste modo, primeiramente discutir-se-á a produção agrícola e a importância do autoconsumo nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica e, posteriormente, focar-se-á a pecuária de leite.

3.3.1 – A produção agrícola e o autoconsumo

Como já enfocado, as dificuldades de adaptação por parte dos produtores nas comunidades rurais foram muitas, de modo que nem todos resistiram ao processo de expulsão e expropriação da terra. Para aqueles que se mantiveram no campo, tornar o sítio economicamente produtivo foi uma luta constante. No início, quando a capoeira passa a dar lugar a chamada “*lavoura branca*” (agora não mais sobre o comando dos safristas, mas do novo sitiante), a fertilidade do solo enchia os olhos daqueles que cultivavam a terra; “*a lavoura era um colosso*”, a alta produtividade era nítida.

Com a contínua utilização dos solos, a fertilidade natural já não era mais a mesma, além de outras dificuldades que passaram a fazer parte da vida do produtor. É nesse contexto que, com o passar dos anos, a agricultura de subsistência (a chamada *lavoura branca* – arroz, feijão e milho), com a venda do excedente da produção, por si só não gerava uma renda suficiente para o sustento da família e, novas culturas começaram a tomar conta da paisagem. Num primeiro momento, tem-se uma experiência com o algodão e, posteriormente, a pecuária leiteira com a venda de bezerros passa a ser uma outra opção.

O Quadro 03 dá uma noção da evolução das atividades agrícolas nas UPFs (unidades de produção familiares) das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, mostrando o período do predomínio de cada atividade.

Como se verifica no quadro, muitas foram as dificuldades, incluindo não só as condições técnicas de produção, mas também problemas como a falta de mão-de-obra decorrente do êxodo e casamento do(a)s filho(a)s dos produtores, a falta de renda e de infraestrutura no campo, pelo reduzido tamanho da unidade de produção, a quase inexistência de assistência técnica e os baixos preços recebidos pelos cereais.

Embora o algodão fosse introduzido como uma alternativa de renda – 28,0% das unidades produtivas adotaram essa cultura no Pinhalzinho e 47,0% na Vila Rica – não ocorreu um abandono da produção agrícola, que concomitantemente servia para o autoconsumo familiar e como geradora de renda obtida com a venda do excedente da produção. Outra ressalva é que embora essa cultura tenha permanecido no primeiro momento de 1980 a 1988 na localidade, nas unidades de produção o prazo máximo de cultivo contínuo foi de três anos, sendo impossibilitado prazos maiores devido ao aumento da incidência de pragas – como o “*Bicudo*”. Várias tentativas de uso de inseticidas foram feitas, mas a falta de orientação técnica e a inexperiência dos produtores acabou causando vários casos de

intoxicação com agrotóxicos. Fora isso, os investimentos feitos nas lavouras não estavam sendo remunerados no momento da comercialização devido ao preço baixo recebido.

Quadro 03

Evolução das principais atividades agrícolas nas UPFs das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica

Atividades	Período	Motivo da mudança de atividade
Agricultura de subsistência (arroz, feijão e milho) e algumas experiências com o café.	De 1961 ao final da déc. de 1980 e início da de 1990.	Redução da fertilidade dos solos; baixa produção e produtividade; uso intenso da força de trabalho; falta de mão-de-obra com a saída dos filhos da UPF (casamento e êxodo); declividade do terreno impossibilitando a mecanização; falta de assistência técnica e financiamento com juros mais acessíveis para custear a produção; baixo preço dos cereais e necessidade de aumentar a renda familiar.
Concomitante à agricultura de subsistência, tem-se a introdução do algodão como fonte alternativa de renda	1º momento: 1980 a 1988 2º momento – com menor intensidade nas safras de 1992/95 na Vila Rica e 2000/01 no Pinhalzinho.	Introduziu-se essa cultura visando aumentar a renda. No entanto, devido à falta de orientação técnica ocorreu uma redução da produção causada principalmente pelo aparecimento de pragas como o “Bicudo”. Mesmo com o uso de inseticidas, o preço pago pelo produto não cobria os custos de produção.
Concomitante à agricultura, foi introduzida a pastagem para criação de gado de leite (pecuária mista: leiteira, cria e recria de bezerros)*.	Começa após meados da década de 1980, mas intensifica-se nos anos 1990.	A introdução da pastagem e da pecuária mista passou a ser uma alternativa de renda das famílias. Além disso, considera-se que o cuidado com o gado é menos intenso do que com a produção agrícola. Esse tipo de criação possibilita uma renda fixa mensal com a venda do leite e, esporadicamente, de bezerros e descarte das vacas, que reduzem a produção.
Café e mamona em algumas UPF - 9,0%	1999 a 2003	Objetivo de diversificar a produção nas UPF que não trabalham com o leite – poucas unidades.

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo realizado (Março/03).

Org.: O autor

* Após a introdução da pecuária mista, a produção agrícola na maioria das UPFs passou a ser direcionada principalmente para o autoconsumo.

Quando o algodão deixa de ser uma fonte de renda viável, muitos produtores não retomam a produção agrícola com a mesma intensidade, partindo então para a pecuária leiteira. Apesar desta atividade ser adotada após meados da década de 1980, somente nos anos de 1990 é que a mesma ganha mais adeptos, passando a ser vista como uma atividade mais valorizada no meio rural, seja pela obtenção de renda mensal, seja pela possibilidade de venda de bezerros e vacas para descarte. Entretanto, não ocorreu um abandono da produção

agrícola em detrimento da expansão da pecuária, o que houve foi uma redução da área cultivada nas UPFs de ambas as comunidades rurais.

Essa forma de organização espacial calcada na diversificação produtiva engendrada pelos produtores familiares, pode ser melhor visualizada nos Gráficos 16 e 17, nos quais apresenta-se o uso da terra nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica com a produção agrícola, pastagens e outros usos como a área de reserva, de pomar e de construção – casa e tulha.

No momento da realização do trabalho de campo, ao se identificar nas UPFs as áreas de cultivo de lavouras e pecuária, constata-se que a área destinada à criação animal é mais expressiva do que a destinada à produção agrícola. Do total das terras agricultáveis do Pinhalzinho (753 hectares), 77,0% destinam-se às pastagens (577 ha) e 15,0% (115 ha) à produção agrícola. A mesma disparidade de uso também é verificada na Vila Rica, sendo que dos 279 hectares, 76,0% (212 ha) se destinam à criação animal e 18,0% (50 ha) à produção agrícola. Ficam destinados para outros usos, como a área de reserva, de pomar e de construção, 8,0% no Pinhalzinho e 6,0% na Vila Rica.

Quanto à produção agrícola na safra 2001/02 observa-se, conforme o Gráficos 18, que na comunidade de Pinhalzinho os principais produtos cultivados foram: o milho, com 61,0% da área plantada e com a produção de 1.930 sacas (60 kg); o feijão, ocupando 22,0% da área e com 221 sacas produzidas; o arroz, com 9,0% da área, produzindo 147 sacas; o café ocupou 7,0% da área com a produção de 55 sacas; e a mamona ocupou 1,0% da área com 3 hectares plantados.

Quadro parecido também é verificado para a Vila Rica, como se observa no Gráfico 19, sendo que a produção do milho ocupou 49,0% da área cultivada produzindo 586 sacas; a do feijão ocupou 26,0% da área com 106 sacas; a do arroz ficou com 17,0% da área com 53 sacas e a do café ocupou 8,0% da área, produzindo 17 sacas.

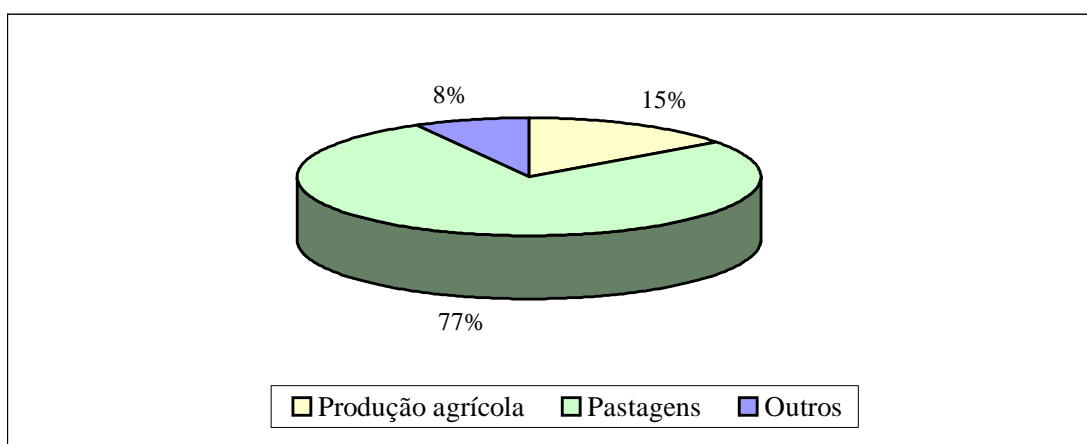
Como se percebe nas Tabelas 16 e 17, se o milho foi a cultura com maior área cultivada entre os produtos na safra 2001/02, esse não foi o mais comercializado. Nesse aspecto destaca-se o feijão, comercializado em 62,0% das UPFs do Pinhalzinho e 53,0% nas unidades produtiva da Vila Rica. O milho ficou como o segundo produto mais comercializado nas unidades de produção familiares de ambas as comunidades, com 42% e 20%, respectivamente.

O feijão foi o produto comercializado com o melhor resultado econômico, alcançando segundo os produtores, um bom preço no mercado - em janeiro de 2003 a saca de 60 Kg foi vendida a R\$ 60,00. Já o milho, mesmo tendo a maior produção, não obtêm

resultados tão satisfatórios ao ser comercializado, ficando então para custear a criação de aves (galinha e frango caipira, pato e peru) e suínos. Este produto constitui-se num importante recurso na unidade de produção, pois ao ser utilizado na alimentação e engorda de aves, suínos e ovinos⁸⁶, tanto possibilita ao produtor obter fontes de carne e banha, como com a venda desses animais, um complemento da renda.

Gráfico 16

Uso da terra nas unidades de produção familiar na comunidade de Pinhalzinho

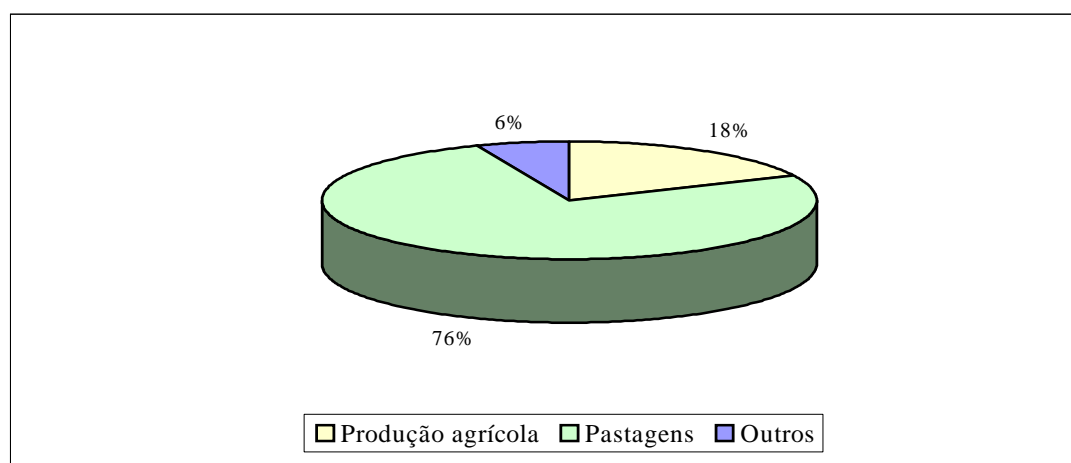


Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Gráfico 17

Uso da terra nas unidades de produção familiar na comunidade de Vila Rica

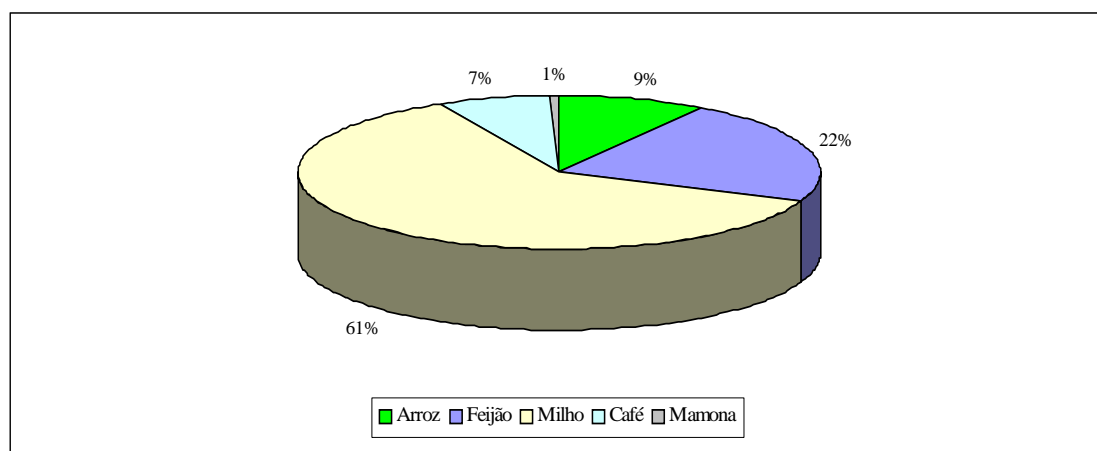


Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

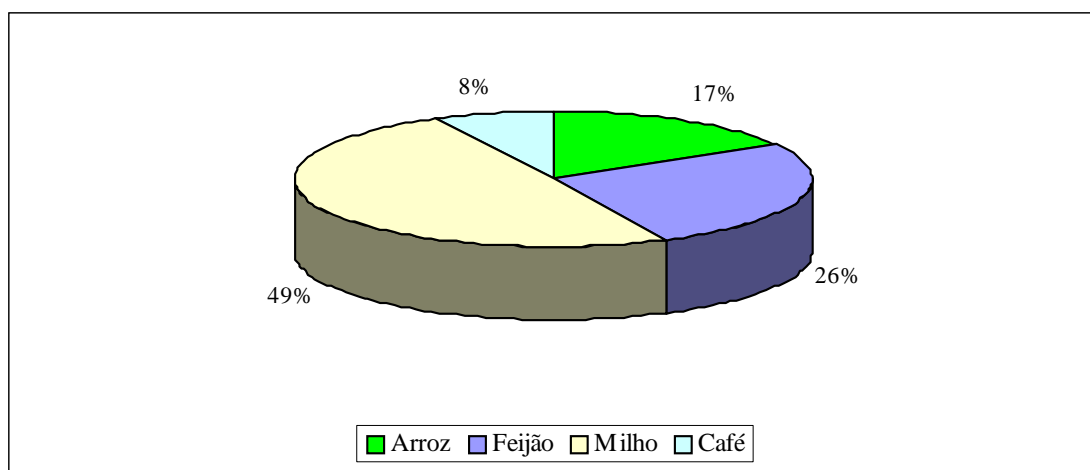
⁸⁶ Para o total das UPFs da comunidade de Pinhalzinho, o efetivo de suínos foi de 179 cabeças, 17 de ovinos e 1.004 aves (na sua maior parte constituída de galináceos) e, na Vila Rica, 76 suínos e 430 galináceos.

Gráfico 18
Pinhalzinho: principais produtos por área (ha) cultivada na safra 2001/02



Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03). Org.: O autor

Gráfico 19
Vila Rica: principais produtos por área (ha) cultivada na safra 2001/02



Fonte: Dados coletados no trabalho de campo em março/03. Org.: O autor

Os dados colhidos no trabalho de campo, como se observa nas Tabelas 16 e 17, revelaram que o destino da produção agrícola se dá fundamentalmente para o autoconsumo familiar, sendo a venda do excedente um complemento da renda. No Pinhalzinho, 48,0% das unidades produtivas destinam a produção agrícola para o consumo, 38,0% a tem como complemento da renda com a venda do excedente e 14,0% não está exercendo a produção agrícola⁸⁷. O mesmo ocorre na Vila Rica, em que 53,0% dos produtores destinam esse tipo de produção para o consumo, 40,0% vende o excedente e 7,0% não está exercendo esta atividade.

⁸⁷ Nenhum produtor exerce essa atividade como a principal fonte de renda.

Tabela 16
Pinhalzinho: produto e destino da produção - safra 2001 / 02

Produtos	Produção (sacas 60 kg)	Autoconsumo (sacas)	Comércio (sacas)
Arroz	147	88	65
Feijão	221	104	101
Milho	1.930	1.565	365
Café	55	2	53
Total:	2.353	1.759	584

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).
 Org.: O autor

Tabela 17
Vila Rica: produto e destino da produção - safra 2001 / 02

Produtos	Produção (sacas 60 kg)	Autoconsumo (sacas)	Comércio (sacas)
Arroz	53	48	5
Feijão	106	56	49
Milho	586	490	76
Café	15	10	5
Total:	760	604	135

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).
 Org.: O autor

Pelo fato da produção agrícola ter esse destino principal, e devido a outros fatores já abordados, como a declividade dos terrenos, a baixa produção e fertilidade dos solos e os baixos preços obtidos com a comercialização, os produtores não investiram e nem investem em equipamentos e insumos para a produção. É claro que a declividade das vertentes é um fator a contribuir com a dificuldade em mecanizar a terra, mas ela não deve ser considerada como fator determinante, pois as reduzidas áreas e a falta de condições econômicas reais dos produtores em investirem em equipamentos são fatores mais significativos. Além do que, devido à baixa produção e produtividade, e ao baixo preço conseguido com a venda da produção, não há um retorno dos investimentos para o produtor.

Assim, percebe-se que a modernização pela qual passou a agricultura brasileira e algumas regiões paranaenses, não ocorreu da mesma forma em Ortigueira, especialmente nas comunidades rurais em questão. Ao se identificar os equipamentos utilizados na produção agrícola destacam-se o trator e seus implementos (utilizados principalmente por meio do aluguel), a plantadeira manual (matraca) e o arado de tração animal (como se observa nas Fotos 03 e 04,) e o cambão⁸⁸, utilizado para o beneficiamento do feijão.

⁸⁸ Instrumento de produção artesanal constituído de uma peça de madeira comprida, com uma corda que o une a uma outra peça de ferro, utilizado para o beneficiamento manual do feijão.



Foto 03: O arado de tração animal é um instrumento empregado pelos produtores nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica para o preparo do solo no plantio e na limpeza de ervas daninhas da plantação. Na foto, observa-se no primeiro plano, o produtor utilizando-se do arado de tração animal para o preparo do solo e, no segundo, outros membros da família realizando o plantio com a plantadeira manual. Fonte: José Alves, Vila Rica, 18/01/01.



Foto 04: A plantadeira manual é o principal instrumento utilizado pelos produtores para o plantio de sementes. Fonte: José Alves, Vila Rica, 18/01/01.

No Pinhalzinho, apenas 7,0% dos produtores familiares têm trator próprio, 59,0% o alugam e 26,0% não o utilizam. Dos que alugam, 55,0% o fazem pela Patrulha Agrícola (tratores comprados pela Prefeitura com recursos do PRONAF Infra-Estrutura Municipal⁸⁹) e 24,0% via outros produtores que têm o equipamento. Na Vila Rica a situação é a mesma: 80,0% utilizam o trator por intermédio do aluguel e 20,0% não o utilizam; 60,0% alugam da Patrulha Agrícola e 20,0% de terceiros, com valor cobrado por hora trabalhada de R\$ 35,00. A utilização do trator e de implementos como a grade e o debulhador, se dá tanto no preparo da terra, no cultivo da produção agrícola, como na recuperação de pastos e no beneficiamento do milho e feijão.

Entre os outros equipamentos destacam-se: a plantadeira manual, com utilização por 89,0% dos produtores do Pinhalzinho e 100,0% da Vila Rica; o cambão, utilizado para beneficiar o feijão, sendo adotado por 34,0% dos produtores da primeira comunidade e por 86,0% da segunda. O uso de arado de tração animal é comum na localidade, seja para “*riscar*” o solo para o plantio, seja como substituto da enxada no combate as ervas daninhas, quando o solo é arado.

Embora os produtores utilizem esses equipamentos mais tradicionais, não se pode dizer que eles estão totalmente excluídos da adoção de alguns insumos do pacote tecnológico disseminados pela modernização agrícola. É um fato que a adoção dos insumos não chegou nem próximo da realidade do Norte Paranaense, por exemplo, ou de outras áreas do estado, mas a conjuntura de mercado acabou impondo a esses produtores a necessidade de utilizarem alguns produtos. Entre eles se destaca os agrotóxicos, principalmente os herbicidas (Gramocil e Glifosato) e os fertilizantes e corretivos como o calcário e uréia. No entanto, é mais significativo o uso dos herbicidas, sendo adotado por 69,0% dos produtores do Pinhalzinho e por 67,0% na Vila Rica. Na maioria das UPFs não se utiliza os fertilizantes – 86,0% na primeira comunidades e 100,0% na segunda –, e os corretivos – 93,0% dos produtores de ambas as comunidades não o adotam.

O percentual de produtores adotando os herbicidas é decorrente da tentativa de aliviar o uso intensivo do trabalho familiar com a capina, liberando essa mão-de-obra para outras atividades do sítio, como a pecuária e a roça de pasto. Além disso, sua utilização se deu também devido à redução no tamanho de algumas famílias, com a saída dos filhos das unidades produtivas. Enfim, o uso dos herbicidas possibilita a agilidade e uma menor intensificação do uso do trabalho familiar na produção agrícola.

⁸⁹ O pagamento do aluguel do trator da Patrulha Agrícola era de R\$ 15,00 a hora. A partir de março de 2003, o valor cobrado passou a ser de R\$ 25,00 h.

Uma outra dificuldade encontrada pelos produtores nas comunidades rurais se dá pela falta de acompanhamento e assistência técnica por parte da Emater (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), seja no esclarecimento sobre o uso desses insumos e destino posterior dos frascos⁸⁹, seja no acompanhamento técnico voltado para o manejo de cultivos, que em virtude da declividade dos terrenos e a inexistência de cordão em nível (com exceção de uma unidade produtiva) torna os solos totalmente expostos à erosão.

Somente um dos produtores visitados no Pinhalzinho, de um total de 44 unidades produtivas nas duas comunidades rurais, adotou o uso de cordão em nível e, mesmo assim, sem o acompanhamento técnico. Este produtor, com a área da unidade produtiva bastante reduzida – 4,8 ha –, tornou o seu sítio um dos mais produtivos da localidade. Ele e sua esposa, construíram o cordão em nível com fragmentos de rochas de basalto de modo a conter o processo erosivo. Nesse sítio, como se observa na Foto 05, cultiva-se o café, o milho (consorciado com este), o arroz, o feijão, a mandioca, a abóbora, sendo que na última safra (2001/02) plantou-se a mamona, há também a horta e o pomar.



Foto 05: No primeiro plano observa-se o cultivo de café e, no segundo, a plantação de milho após a colheita. Além disso, observa-se uma barreira construída de rochas de basalto para conter a forte erosão do solo devido à elevada declividade do terreno.

Fonte: José Alves, Pinhalzinho, 20/03/03.

⁸⁹ Não é difícil encontrar frascos de agrotóxicos jogados nos pastos ou até mesmo próximo das casas. Entretanto, no geral, percebe-se uma preocupação com o destino dos frascos, mas mesmo que o produtor o guarde, não há outro destino a não ser a unidade produtiva.

Além do cordão em nível adotado por este produtor, 10,0% dos demais produtores do Pinhalzinho fazem uma espécie de plantio direto, pois plantam a aveia para a alimentação do gado no inverno e, após a retirada dos animais, cultivam a terra sem arar. Técnica semelhante é usada por 8,0% dos produtores da Vila Rica, que após a colheita do milho não aram a terra para o próximo cultivo.

Como elucidado, a produção agrícola praticada pelos produtores das comunidades rurais constitui-se principalmente para o autoconsumo familiar. Isso fica mais explícito após a redução da área cultivada devido às constantes dificuldades enfrentadas pelos produtores, seja no âmbito produtivo, técnico, de comercialização e/ou da própria disponibilidade do trabalho familiar. Além disso, as técnicas adotadas no processo produtivo caracterizam-se pelo uso de equipamentos tradicionais, além do uso de herbicidas e, em menor projeção, de outros insumos, não ocorrendo nas localidades alterações significativas na forma de produzir em virtude do processo de modernização que a agricultura passou após meados da década de 1960.

3.3.2 – (Re)organização da paisagem: a importância da pecuária leiteira

Como se verificou no quadro 03, a pecuária começa a ser adotada como atividade econômica nas comunidades rurais após meados da década de 1980, quando a produção agrícola já não gerava renda suficiente para o sustento da família.

Naquele momento, a pecuária não passou a ser adotada em todas as unidades de produção familiar e, mesmo aqueles produtores que a adotaram, o fizeram como uma atividade experimental. Isso porque, a criação de gado exigia e exige do produtor certos investimentos não disponíveis a todos, como para a compra de arames, palanques e animais (o gado), além da imobilização de áreas agricultáveis com a pastagem. *“Trabalho até hoje [com a “lavoura branca”], mais a terra tá muito fraca, tá ruim de tudo aqui. O certo era eu te aplicado no gado, mais eu não pude aplicá na criação*⁹¹ (J.B.C. 66 anos, Vila Rica, 19/19/99)⁹². Neste contexto, essa atividade foi sendo inserida de forma tímida, sem muita expressão, mas aos poucos ganhando novos adeptos.

As áreas dos sítios que não estavam sendo destinadas à criação de gado, tinham a produção agrícola como atividade principal. Todavia, devido ao fato dos produtores não adotarem a utilização de insumos para a recuperação da fertilidade dos solos, era comum até

⁹¹ Denominação dado pelos produtores à pecuária leiteira.

⁹² Entrevista cedida em 18/09/1999

recentemente (final da década de 1990), a rotação de terras com a formação de capoeiras, a roça e queima da mesma e, em seguida, o plantio. A fertilidade conseguida com esta técnica tornava-se momentânea e relativa, durando no máximo três rotações de culturas, pois o tempo para a formação da capoeira não era suficiente para manter a fertilidade natural do solo, gerando uma boa serapilheira⁹³.

Em outros trabalhos de campo realizados na localidade em 1999 (ALVES e TSUKAMOTO, 2000, p. 120), verificou-se a técnica de rotação de terras, na qual após a retirada da capoeira, introduzia-se cultivos como o milho, o feijão, o arroz, buscando assim, aumentar a produção possibilitada pelo “*descanso*” da terra. Já nos anos seguintes percebeu-se uma diminuição do pousio da terra e o aumento da pastagem, caracterizando o uso atual de 77,0% das terras no Pinhalzinho e 75,0% na Vila Rica.

Um produtor ao ser questionado sobre os motivos da redução da lavoura e do aumento da pastagem, com a criação de gado, afirma que:

Sinceramente, porque o grão vai indo, a terra tá fraca do jeito que tá, o adubo do preço que tá, a gente vai fazê uma análise de terra aí, pra sabê qual é o adubo, já querem cobrá 10 real pra fazê a análise. E se ocê pega um punhado aqui, outro lá, outro lá, leva lá num sei onde, o cara já cobrá 10 real pra fazê a análise da terra. Pra vê a qualidade do adubo pra colocá ali. Agora o adubo é um preço enorme, dependendo da qualidade do adubo. A gente vai adubá uma terra aí, as veiz o valor do que põe na terra, o mantimento não dá aquela importância, né, não compensa. E o pasto, pranta a grama, tá ali ó, ela não acaba, é só não dexá virá capoeira, ela não acaba, né! E põe gado de veis em quando, o bico vai pastando e vai criando cada veiz mais. Por enquanto o gado tá sendo mais lucrativo que a cultura de grão (P. A. 79 anos, Vila Rica, 19/09/99)⁹⁴.

Assim, a adoção da pecuária não é tomada como uma atividade que visasse um retorno financeiro elevado para o produtor, mas como um complemento da renda familiar, como uma espécie de reserva, poupança, com a reprodução do rebanho. Essa lucratividade mencionada pelo produtor, não pode ser vista como o lucro do capitalista, como “a razão da produção capitalista”, na qual se visa ampliar o dinheiro aplicado na produção de mercadorias, transformando-o em capital (KAUTSKY, 1998, p. 100). Isso porque, essa “*lucratividade*” viria uma vez que “*a vaca cria, o bezerro cresce com seis mês, e a gente pode*

⁹³ Refere-se a matéria orgânica decomposta que ocorre no topo dos solos, podendo ser formada a partir de restos de folhas, sementes, frutos, galhos e restos de animais que vivem em áreas florestais. “As bactérias e fungos são responsáveis pelo trabalho de decomposição da matéria orgânica. As minhocas também contribuem para a formação da serapilheira”. A matéria orgânica decomposta possibilita maior fertilidade do solo, além de diminuir o *atravessamento* e a lixiviação (GUERRA e GUERRA, 1997, p. 569).

⁹⁴ Entrevista cedida em 19/09/1999.

vendê o bezerro; e a vaca que dá o leite, vende o leite e tem o dinheiro do leite. Então tem o bezerro de lucro [sic] e o leite” (P. A. P. A. 79 anos, Vila Rica, 19/09/99)⁹⁵.

Essa forma de encarar a pecuária leiteira pelos produtores nas comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica, mostra o por que eles não se especializaram, uma vez que os mesmo seguem uma racionalidade diferente do empresário capitalista. Isso porque, enquanto este busca auferir renda e lucro com a atividade agropecuária, aqueles visam com a pecuária leiteira uma renda, ou pelo menos o que eles conseguem reter da mesma para si, que complementa a sobrevivência da família no meio rural. Assim, ao venderem a produção leiteira e os bezerros, tais produtores vão realizar a troca do dinheiro conseguido por outras mercadorias não produzidas no sítio, necessárias a reprodução social no meio rural, e não reinvestem este dinheiro, transformando-o em capital.

Tendo como base este contexto da adoção da pecuária leiteira nas comunidades rurais, no qual percebe-se que esta atividade econômica passa a ser uma possibilidade de renda para o produtor familiar, buscar-se-á entender qual é a importância atual da mesma nas unidades produtivas.

Os dados da Tabela 18 dão um indicativo do quanto a terra é importante para a reprodução da produção familiar no campo, no sentido de proporcionar a constituição de um espaço produtivo que dê condições para o sustento da família, a terra de trabalho e não a terra de especulação. Deste modo, a maioria dos estabelecimentos abaixo de cinco hectares (dois num total de três no Pinhalzinho), por exemplo, não têm essa atividade, uma vez que para a adoção da mesma, o produtor teria de reduzir a produção agrícola, fonte principal do autoconsumo. No entanto, com o aumento do estrato de área, ocorre também a possibilidade relativa do aumento efetivo do rebanho bovino. No Pinhalzinho, no momento do trabalho de campo (março de 2003), das 956 cabeças de gado, 44,0% encontravam-se nos estabelecimentos de 50 a menos de 80 hectares, que representam 17,0% das UPFs. Na Vila Rica, das 409 cabeças, 68,0% estavam distribuídas no estrato de área de 20 a menos de 30 ha, responsável por 47,0% das UPFs.

O mesmo raciocínio serve para o efetivo bovino leiteiro (não especializado), no qual, das 166 cabeças para o Pinhalzinho, 53,0% encontra-se em unidades produtivas com áreas maiores, de 40 a menos de 80 ha. Na Vila Rica a concentração do rebanho bovino leiteiro nos sítios com maior área também é representativo, sendo de 55,0%.

⁹⁵ Entrevista cedida em 19/09/1999.

Tabela 18
Efetivo total do rebanho bovino e leiteiro por estrato de área

Área (ha)	Pinhalzinho				Vila Rica			
	Efetivo do rebanho		Efetivo do rebanho leiteiro		Efetivo do rebanho		Efetivo do rebanho leiteiro	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Menos de 05	–	–	–	–	–	–	–	–
De 05 a menos de 10	33	4,0	6	4,0	26	6,0	8	10,0
De 10 a menos de 20	108	11,0	25	15,0	105	26,0	17	21,0
De 20 a menos de 30	32	3,0	4	2,0	278	68,0	55	69,0
De 30 a menos de 40	168	18,0	44	26,0	–	–	–	–
De 40 a menos de 50	193	20,0	25	15,0	–	–	–	–
Acima de 50 a menos de 80	422	44,0	62	38,0	–	–	–	–
Total	956	100,0	166	100,0	409	100,0	80	100,0

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Tendo como base a Tabela 19, distribuição do rebanho bovino e leiteiro por UPF, constata-se que a maior parte das unidades produtivas do Pinhalzinho, ou seja, 71,0%, apresentam efetivo bovino de até 50 cabeças, não dispondo de elevado rebanho, uma vez que 59,0% dessas estão abaixo de 30 ha. As unidades produtivas com rebanho entre o estrato de 51 a 137 cabeças, estão acima de 40 hectares e representam a minoria, 29,0%. Todavia, mesmo em poucos sítios, a quantidade do rebanho é mais significativa nessas unidades produtivas. Na Vila Rica, a maior parte das UPF, 55,0% delas, têm de 21 a 50 cabeças, representando um efetivo bovino razoável para os índices da comunidade. A maior concentração do rebanho está nos sítios do maior estrato de área, 47,0% de 20 a menos de 30 ha.

Tabela 19
Distribuição do efetivo total do rebanho bovino e leiteiro por UPF

Nº de cabeças	Pinhalzinho					Vila Rica				
	Nº de UPF c/ bovino	%	Nº de UPF c/ gado leiteiro	%	Litros/leite mês	Nº de UPF c/ bovino	%	Nº de UPF c/ gado leiteiro	%	Litros/leite mês
Até 10	5	21,0	16	76,0	5.806	2	15,0	11	100,0	11.063
De 11 a 20	7	29,0	3	14,0	3.796	2	15,0	–	–	–
De 21 a 50	5	21,0	2	10,0	5.050	7	55,0	–	–	–
De 51 a 80	3	12,5	–	–	–	2	15,0	–	–	–
De 81 a 110	3	12,5	–	–	–	–	–	–	–	–
De 111 a 140	1	4,0	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	24	100,0	21	100,0	14.652	13	100,0	11	100,0	11.063

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Ao verificar a distribuição do gado leiteiro por unidade produtiva, percebe-se que nas comunidades rurais, a maior parte dos sítios, ou seja, 76,0% no Pinhalzinho e 100,0% na Vila Rica, dispõe de um rebanho de até 10 cabeças. Deste modo, mesmo naquelas unidades de produção com o rebanho bovino mais significativo, não ocorre um número proporcional de vacas ordenhadas. Aliás, isso acaba sendo uma constatação geral, uma vez que apenas 17,0% do efetivo bovino do Pinhalzinho e 19,5% da Vila Rica estavam no momento da realização do trabalho de campo (março de 2003) no período de ordenha. Nesse contexto, 40,0% da produção de leite/mês no Pinhalzinho é fornecida por essas unidades produtivas com até 10 cabeças. Na Vila Rica, o índice é de 100,0%. Essa diferença do total do rebanho para as vacas leiteiras produzindo não é atípico, pois nem todo o efetivo bovino é leiteiro, tendo os bezerros, as novilhas fora do ciclo de reprodução, as vacas prenhas e não prenhas. E, mesmo o efetivo leiteiro, segue o ciclo natural de reprodução, não havendo uma intensificação do ciclo produtivo por meio de melhoria genética ou inseminação artificial.

Um ponto que chama a atenção para a produção leiteira no Pinhalzinho se refere ao fato de duas unidades produtivas apresentarem uma produção de 5.050 litros/mês, ou seja, 34,50% da produção total dessa comunidade. Isso ocorre, não por que o rebanho é especializado, mas o número de cabeças é mais elevado, tornando a produção (e não a produtividade) maior.

O gado leiteiro nas unidades produtivas das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, como pode se observar nas Fotos 06 e 07, não constitui-se num rebanho especializado, composto por exemplo, de vacas Holandesas e Girolandas, pelo contrário, é um gado misto, sem raça definida, denominado pelos produtores como “*pé duro*”. Esse gado, conseqüentemente, apresenta uma baixa produtividade. No Pinhalzinho, a média obtida por unidade produtiva é de 697 litros/leite/mês e, na Vila Rica, o índice é mais significativo, 1.005 litros/leite/mês. No entanto, nas duas comunidades rurais a produtividade média é baixa, sendo de 3 litros/leite/dia na primeira e, de 4,6 litros/leite/dia, na segunda.

Essa baixa produtividade da pecuária leiteira se explica pelo sentido dado pelos produtores para esta atividade, ou seja, de não se especializarem na produção leiteira, mas que a mesma contribua para a reprodução social da família no campo. Assim, com a criação de um gado não especializado no leite, os produtores embora mantenham uma baixa produção, têm a possibilidade de vender o bezerro, pois a característica genética do rebanho permite obter animais machos que podem ser comercializados para engorda e para o abate. A venda de bezerros é um diferencial, uma vez que a mesma possibilita recuperar os baixos preços recebido pela produção de leite.



Foto 06: A pecuária leiteira, com a venda de bezerros constitui-se numa atividade importante para os produtores familiares da comunidade de Pinhalzinho. Assim, no primeiro plano, observa-se o rebanho não especializado e, no segundo, a esquerda, a mangueira, espaço de trabalho para ordenha das vacas; a direita, a casa, a morada.

Fonte: José Alves, Pinhalzinho, 07/04/03.



Foto 07: No primeiro plano observa-se o rebanho leiteiro característico criado pelos produtores familiares da comunidade de Vila Rica. No segundo, identifica-se a declividade acentuada do relevo.

Fonte: José Alves, Vila Rica, 10/04/03.

Além disso, a falta de investimentos pelos produtores na atividade acaba sendo um reflexo do desestímulo provocado pelo tabelamento dos preços mantidos pelo Governo Federal que perdurou até 1991. Esses fatos, juntamente com os baixos preços recebidos, não permitiram que os produtores investissem na atividade leiteira.

Neste sentido, a baixa produtividade encontrada na produção leiteira nas comunidades estudadas, se dá tanto pela característica genética do rebanho, como pela própria alimentação dos animais, que é basicamente com a pastagem, sem um complemento alimentar, como a silagem, por exemplo. Os únicos complementos alimentares recebido é o sal comum e o mineral. No inverno alguns produtores adotam o plantio de aveia devido à redução das pastagens em consequência das constantes geadas. No local, somente 10,0% dos produtores no Pinhalzinho e 13,0% na Vila Rica complementam a alimentação de bezerros com farelo de trigo.

Em tal contexto, ao contrário do que se verificou com a produção agrícola, na criação animal, o uso de insumos industrializados é mais significativo; seja com a utilização de remédios (anti-inflamatórios, vermífugos, carrapaticidas, vitaminas, entre outros); vacinas (principalmente contra a Aftosa); no complemento da alimentação; na melhoria das pastagens com a introdução de novas espécies de gramíneas; na reforma das cercas e na construção de estábulos para a ordenha do gado.

Mais recentemente, presencia-se a adoção de novos equipamentos como o tanque de expansão, que como se observa na Foto 08, visa à melhoria da qualidade do leite por meio do seu resfriamento a granel. Este equipamento é adotado por um produtor no Pinhalzinho e por um grupo de seis na Vila Rica. Assim, no Pinhalzinho, das 16 unidades produtivas que comercializam o leite, somente um produtor dispõe do tanque resfriador. Na Vila Rica esse percentual é maior, já que 67,0% dos produtores têm acesso ao tanque de resfriamento – a aquisição deste equipamento se deu de forma grupal, por meio de recursos provenientes do PRONAF Investimento.

Entretanto, o tanque resfriador acaba sendo um alto investimento para os demais produtores familiares, impossibilitando à maioria de adquirí-lo, sendo que estes produtores, como se constata na Foto 09, armazenam a produção em tambores. Assim, na comunidade de Vila Rica, o percentual dos produtores que têm acesso ao tanque só é maior devido à organização, que ao formarem um grupo conseguiram financiar a compra do equipamento. No Pinhalzinho, o tanque resfriador com capacidade de 400 litros foi comprado com recursos do próprio produtor – investimento de R\$ 3.578,00. Na segunda comunidade, o resfriador com capacidade para 1.200 litros (Foto 08), ficou estimado em R\$ 7.750,00, com o pagamento sendo efetuado parcelado em 36 meses, com valor na média, de R\$ 216,00 ao mês e de R\$ 36,00 por produtor.



Foto 08: A adoção do tanque de expansão (o resfriador) pelo pequeno produtor, acaba sendo um reflexo das transformações que a cadeia produtiva do leite vem passando desde a década de 1990. Após o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL) e da Portaria 56, o leite a granel deve ser resfriado na propriedade e transportado em tanques isotérmicos até a indústria processadora.
Fonte: José Alves, Vila Rica, 10/04/03.



Foto 09: Devido aos altos investimentos na compra do tanque de expansão, nem todos os pequenos produtores têm condições de adquirir este equipamento. Assim, como se observa na captação do leite pela Confepar na comunidade de Vila Rica, o armazenamento em tambores ainda se mantém.
Fonte: José Alves, Vila Rica, 10/04/03.

A adoção dos tanques de resfriamento se dá devido a certas pressões que a pecuária leiteira enfrenta atualmente, tanto por parte do mercado como do Estado, tendo o transporte de ser realizado a granel e resfriado e não mais em tambores. Assim, com a perspectiva de modernização do setor leiteiro no país após a década de 1990, visando à melhoria da qualidade do leite, os produtores familiares acabam sofrendo pressões para se modernizarem, seja pelos laticínios, cooperativas ou agroindústrias.

A aquisição dos tanques de resfriamento nas comunidades rurais se deu em virtude da ação da Colari (Cooperativa de Laticínio de Mandaguari – Pr), pois esta cooperativa, direta ou indiretamente, passou a partir de 2000 a ser um agente importante nesse processo de tecnificação do setor. No caso em particular, o produtor ao entregar a produção de leite resfriado à cooperativa recebe R\$ 0,01 a mais por litro e um adicional de 5,0% no valor da produção mensal destinado aos custos com energia elétrica. Além dessa relativa melhoria do preço do leite⁹⁶, constituindo um incentivo para o produtor, outros elementos acabam fazendo com que os mesmos busquem se enquadrar na proposta da cooperativa. Primeiramente, com a vacinação do rebanho em dia e o resfriamento do leite, esses pequenos produtores ainda têm mercado garantido para a produção e, secundariamente, os produtores terão a produção absorvida de dois em dois dias (isso não acarreta redução de custos para o produtor, pois o transporte do leite é cobrado por litro) na própria unidade de produção, não precisando transportá-la 4 km à cavalo até uma outra estrada rural de melhores condições, em que era o ponto do leiteiro.

Pode-se dizer que a melhoria da qualidade do leite nas unidades produtivas ainda não se enquadra nas normas do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL) e da Portaria 56, pois os passos nessa direção ainda são tímidos: o rebanho não é especializado na produção leiteira; a ordenha é manual; as condições de higiene dos estábulos não são as melhores; enfim, essa atividade mesmo sendo comercializada não é vista pelos produtores como um negócio, mesmo porque, para tais investimentos estes necessitam de recursos disponíveis, não sendo o caso das localidades estudadas.

Ao se identificar a importância econômica da pecuária nas unidades de produção familiar, verifica-se que a renda obtida nos sítios com essa atividade na maior parte das UPFs, 52,0% no Pinhalzinho e 47,0% na Vila Rica, advém da venda conjunta do leite (mensal), com a de bezerras e de vacas – descartadas por produzirem pouco ou por estarem doentes. A renda exclusiva do leite obtida nas unidades produtivas da primeira comunidade, representa 7,0% e

⁹⁶ Relativa uma vez que o percentual adicional não cobre os custos com a energia elétrica, sendo um encargo a mais para o produtor.

de 20,0% na segunda; a venda de bezerros e vacas (sem a comercialização do leite) representa 10,0% da renda nas unidades produtivas de Pinhalzinho e 7,0% da Vila Rica⁹⁷. As unidades que têm a criação animal só para o consumo (o leite não é comercializado) corresponde a 28,0% no Pinhalzinho e 20% na Vila Rica.

Diante do exposto, constata-se que a criação do gado constitui-se numa atividade importante no complemento da renda nas unidades de produção familiar, embora não deva ser considerada a única, haja visto a diversificação dos sítios com a produção agrícola, o que demonstra a importância da produção para o autoconsumo da família. Além disso, se o produtor dependesse só da produção leiteira não conseguiria se manter enquanto tal, uma vez que como será discutido no capítulo 04, a maioria da renda oriunda do leite não fica com o produtor, mas é drenada para outros setores da sociedade. Ou seja, a renda da atividade mercantil destes produtores está subordinada pelo capital, sendo que para os mesmos fica somente o suficiente para se reproduzirem enquanto tal.

3.4 – Relações Sociais de Produção e Organização do Trabalho

Como se procurou demonstrar a conquista da terra, a adaptação ao novo lugar e as estratégias de existência adotadas pelos produtores para tornar a unidade produtiva sócio e economicamente viável são pontos pertinentes na análise da produção familiar. No entanto, estes por si só não bastam, pois se faz necessário entender como se constitui as relações de produção e organização do trabalho, os motores do processo produtivo familiar. Deste modo, visa-se caracterizar, num primeiro momento, as relações sociais de produção encontradas nas unidades produtivas, como o trabalho familiar, o temporário, a ajuda mútua e o trabalho acessório. Posteriormente, se privilegia as formas de organização do trabalho, enfocando-se as contradições presentes no cooperativismo, no qual o produtor embora seja cooperado, na prática não se sente como tal.

3.4.1 – O trabalho familiar, o temporário e a ajuda mútua.

Tavares dos Santos em *Colonos do Vinho* (1978, p. 27) afirma que na unidade de produção familiar, quem move o processo de trabalho “é a força de trabalho familiar”. Essa é

⁹⁷ No capítulo 04 será realizado uma análise mais detalhada da participação da venda do leite e de bezerros na constituição da renda de um grupo de 14 produtores das comunidades de Vila Rica e Pinhalzinho.

a principal relação estabelecida no âmbito da produção por meio da divisão do trabalho entre os membros da família e sem a contrapartida do pagamento de salário. A família munida de objetivos normalmente consensuais constitui a principal relação de trabalho presente no sítio. É ela que se organizará para a execução das múltiplas tarefas cotidianas a serem desenvolvidas, tanto na “*lida*” com o gado, na ordenha, nos cuidados com a saúde do rebanho, na reforma de cercas e na roça de pasto, na alimentação de suínos e aves, bem como, na própria manutenção da casa – cortando lenha, puxando água ou ligando a bomba, no preparo das refeições, entre outras tarefas. Enfim, a força de trabalho familiar é a característica básica e fundamental nessa categoria de produtores.

A família só recorrerá a outras formas de relação de trabalho quando a mesma não conseguir desenvolver todas as atividades na unidade produtiva e, quando isso ocorre, é por pouco tempo. Entre as outras formas de relações de trabalho destacam-se o trabalho temporário, na forma de empreita e diárias – o mais utilizado entre os produtores – e a ajuda mútua. Porém, antes de se adentrar nessas outras formas, procurar-se-á entender como se dá a constituição da força de trabalho familiar nas comunidades rurais de Pinhalzinho, apresentada no Quadro 04, e Vila Rica, apresentada no Quadro 05.

Com base nos Quadro 04, constata-se que a força de trabalho familiar das 29 unidades produtivas da comunidade de Pinhalzinho, equívale a 56,5% da população total, com 69 pessoas. Para a Vila Rica, conforme o Quadro 05, o percentual é de 46,0%, com 42 pessoas. Quanto ao pessoal ocupado por unidade produtiva, para a primeira comunidade, os percentuais são os seguintes: 21,0% da força de trabalho é composta com uma pessoa, 38,0% com duas, 28,0% com três, 10,0% com quatro e 3,0% com cinco. Na Vila Rica, 20,0% das unidades produtivas têm uma pessoa ocupada, 20,0% duas, 40,0% três, e 20,0% com quatro, cinco e seis. Assim, a maioria das unidades produtivas (79,0% no Pinhalzinho e 80,0% na Vila Rica) ocupam de duas a seis pessoas.

Ainda com base nos referidos quadros, no que tange ao grau de parentesco, torna-se perceptível o fato da maior parte das famílias serem chefiadas pelo patriarca⁹⁸, tornando-o uma figura importante na composição da força de trabalho, sendo ele na maioria das vezes, quem decide o quê e como produzir e para quem vender. Entretanto, esse gerenciamento não ocorre sozinho, pois se a decisão final parte do chefe da família, antes que este a tenha tomado, a esposa e os filhos mais velhos são consultados. O papel da esposa, embora na

⁹⁸ As exceções existem, uma vez que algumas unidades de produção são gerenciadas por mulheres: duas no Pinhalzinho e uma na Vila Rica.

maioria dos casos pareça secundário, por não estar à frente das decisões mais importantes tomadas no sítio, não deve ser desprezado. O marido sempre à consulta e, as vezes, aos filhos mais velhos, sobre a tomada de alguma decisão. Isso ficou claro ao responder os questionários; em vários casos, a resposta só era confirmada por ele após consultar a esposa ou os filhos. Os dados referentes as datas de nascimento e escolaridade dos filhos, os anos dos deslocamentos, meses de venda da produção ou de animais, normalmente é a esposa quem responde ou informa ao marido. Já os dados acerca da produção, área plantada, sacas colhidas, vacas ordenhadas, quantidade de litros de leite produzidos por mês e o preço recebido, por exemplo, é o esposo ou os filhos quem sabem.

Quadro 04

Pinhalzinho – composição da força de trabalho familiar

N.º UPF	N.º de Pessoas	Grau de parentesco					
		Chefe da família	Esposa	Filho	Filha	Neto	Cunhado
01	2	1	1				
02	2	1	1				
03	3	1	1		1		
04	4	1		2			1
05	4	1		3			
06	3	1	1	1			
07	3	1		1	1		
08	3	1	1	1			
09	2	1		1			
10	2	1	1				
11	1	1					
12	5	1		1		3	
13	2	1			1		
14	1	1 (mulher)					
15	2	1		1			
16	4	1	1	2			
17	3	1	1	1			
18	2	1				1	
19	1	1					
20	1	1					
21	2	1	1				
22	1	1 (mulher)					
23	2	1		1			
24	3	1	1	1			
25	2	1		1			
26	3	1	1	1			
27	3	1	1	1			
28	2	1		1			
29	1	1					
Total	69	29	11	21	3	4	1
%	100,0	42,0	16,0	30,5	4,0	6,0	1,5

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

A esposa geralmente acaba exercendo uma dupla jornada, ou as vezes até tripla, pois esta também participa dos trabalhos na lavoura e na roça de pasto, em especial quando se faz necessário intensificar o trabalho, além de estar incumbida das tarefas domésticas, ou seja, lavar, cozinhar, arrumar a casa, cuidar da alimentação de pequenos animais e, quando têm filhos pequenos, cuidar das crianças. As filhas também, na maioria dos casos, ocupam-se das atividades domésticas e nos momentos mais “apurados vão prá roça”.

Quadro 05

Vila Rica – composição da força de trabalho familiar

N.º UPF	N.º de pessoas	Grau de parentesco			
		Chefe da família	Esposa	Filho	Filha
1	3	1		2	
2	3	1		2	
3	2	1	1		
4	3	1		2	
5	3	1	1		1
6	6	1	1	4	
7	1	1			
8	1	1			
9	4	1 (mulher)		1 e sua esposa	1
10	1			1	
11	3	1	1	1	
12	2	1	1		
13	2	1		1	
14	3	1	1	1	
15	5	1	1	3	
Total	42	14	7	19	2
%	100,0	33,0	17,0	45,0	5,0

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Os filhos constituem importante elemento da força de trabalho familiar, pois são os homens que realizam os serviços considerados mais pesados, tanto na produção agrícola (preparar a terra, capina, colheita e beneficiamento da produção) como na criação animal (roçar pasto, curar os animais doentes, ordenhar as vacas etc.).

Na Comunidade de Vila Rica, como se observa no Quadro 05, eles são a maior parte do pessoal ocupado, sendo que em cinco unidades estes são de dois a quatro pessoas, além das cinco unidades com um membro cada uma. No Pinhalzinho, como se constata no Quadro 04, em 12 dos sítios a família conta com um filho trabalhando e, em quatro unidades produtivas, eles são de dois a quatro indivíduos. Os filhos em idade escolar também ajudam em horários diferenciados: aqueles que estudam durante o período matutino ou vespertino, trabalham meio período; aqueles que estudam à noite, são liberados mais cedo das obrigações, embora trabalhem o dia todo.

Desse modo, considera-se que na unidade de produção familiar, “a força de trabalho é utilizada segundo o seu valor de uso”, pois é como atividade orientada para a realização das diferentes tarefas “que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 33 – 34). Cada pessoa desempenha um trabalho útil e concreto, conforme o momento e a necessidade, estruturando-se no interior da família uma divisão do trabalho, que também é sexual – entre mulheres e os homens –, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada pelos vários membros da família.

Todavia, como pode ser observado nos Quadros 06 e 07, quando a família não consegue completar totalmente a sua necessidade de mão-de-obra, ela cria a possibilidade da combinação de outras formas de relação no âmbito do sítio, recorrendo às vezes ao trabalho assalariado temporário – especialmente pela empreita e diária –, a ajuda mútua e a parceria. Segundo Oliveira (1997, p. 56), tal complementaridade e complexidade de relações é fundamentalmente articulada pela família, “a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo”.

O fato do produtor familiar recorrer ao trabalho assalariado, mesmo que seja por poucos dias, não implica numa relação capitalista, entre patrão e empregado. Isso porque, este só recorre a esse tipo de relação quando a família por si só não dá conta de todas as atividades a serem feitas no sítio, principalmente no momento da roçada de pastos e na colheita. Os pastos são roçados periodicamente, pelo menos uma vez a cada seis meses, o que deve ser feito para não prejudicar a sua qualidade, que nem sempre é boa.

Assim, procura-se deixar as pastagens sempre roçadas, tanto para facilitar a circulação do gado, como para não passar uma impressão de abandono ou de desleixo com a terra. Para essa tarefa, como se constata nos Quadros 06 e 07, a empreita é a mais utilizada, já que 52,0% dos produtores do Pinhalzinho a adotam, sendo 41,0% para a roça de pastos e reforma de cercas. Na Vila Rica, 47,0% dos produtores recorrem a esse tipo de relação de trabalho temporário; 40,0% a utilizam para a roça de patos e reforma de cercas.

No que tange ao uso de diária para completar o trabalho familiar nas comunidades rurais, ainda com base nos referidos Quadros, constata-se que 41,0% dos produtores do Pinhalzinho e 40,0% da Vila Rica adotam esse tipo de trabalho temporário, destinando-se principalmente para a produção agrícola, com ênfase na fase da colheita. A colheita é um momento em que se concretiza um longo ciclo de trabalho da família, no qual a produção nem sempre pode esperar para ser retirada da terra, ainda mais quando as condições do tempo não são favoráveis, como por exemplo, no verão, com a estação chuvosa.

Quadro 06

Pinhalzinho – relações de trabalho adotadas nas UPFs

N.º UPF	Trabalhado temporário												Ajuda mútua (troca de dias)					
	Empreita						Diária						Sim	Preparo da terra	Plantio	Capina	Colheita	Roça de pasto / Reforma de cercas
	Sim	Preparo da terra	Plantio	Capina	Colheita	Roça de pasto / Reforma de cercas	Sim	Preparo da terra	Plantio	Capina	Colheita	Roça de pasto / Reforma de cercas						
01	X				X		X				X		X			X		X
02																		
03							X	X			X							
04																		
05							X		X		X							
06	X	X				X	X		X	X								
07																		
08	X					X												
09													X			X		
10	X					X												
11	X				X													
12																		
13							X						X			X		
14	X					X	X					X						
15	X					X	X	X			X							
16																		
17							X											
18	X					X												
19	X					X												
20	X					X	X					X						
21	X					X												
22	X					X	X											
23													X				X	
24	X					X												
25													X				X	
26							X						X				X	
27	X					X												
28													X				X	
29	X	X			X		X				X							
Total	15	2	0	0	3	12	12	2	1	1	6	2	7	0	0	3	4	1
%	52,0	7,0	0,0	0,0	10,0	41,0	41,0	7,0	3,0	3,0	21,0	7,0	24,0	0,0	0,0	10,0	14,0	3,0

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Quadro 07

Vila Rica – relações de trabalho adotadas nas UPFs

N.º UPF	Trabalhado temporário										Ajuda mútua			
	Empreita					Diária					Sim	Preparo da terra	Plantio	Colheita
Sim	Preparo da terra	Plantio	Colheita	Roça de pasto / Reforma de cercas	Sim	Preparo da terra	Plantio	Colheita	Roça de pasto / Reforma de cercas					
01											X		X	X
02														
03	X				X									
04	X				X	X	X		X		X	X		X
05											X		X	X
06	X			X		X		X						
07						X	X							
08	X				X	X			X					
09	X				X	X		X	X		X			X
10	X				X	X				X				
11	X				X									
12														
13											X			
14														
15														
Total	7	0	0	1	6	6	2	2	3	1	5	1	2	4
%	47,0	0,0	0,0	7,0	40,0	40,0	13,0	13,0	20,0	7,0	33,0	7,0	13,0	27,0

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

O fato do produtor familiar recorrer ao trabalho assalariado temporário não deve ser entendido como uma relação capitalista, pois a força de trabalho utilizada não é de trabalhadores expropriados dos seus meios de produção, proletários rurais, mas, de outros produtores das próprias comunidades, donos do seu meio de vida e produção, que estão exercendo o trabalho acessório para complementar a renda familiar.

Desse modo, “tanto do lado da procura quanto do lado da oferta, é a força de trabalho familiar que provoca a necessidade da utilização do trabalho assalariado, bem como o seu desaparecimento (...)” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 44).

Em tal contexto, da parte do produtor familiar que utiliza o trabalho assalariado, a sua lógica é vender um produto, trocando-o por dinheiro, para comprar outro produto que satisfaça as necessidades da sua família. Conseqüentemente, o dinheiro adquirido com a comercialização da produção não se capitaliza, pois o excedente é destinado ao consumo familiar. Assim, desse processo não “se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 43). Não se verifica a existência de relações capitalistas de produção na relação entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho, ou seja, entre o produtor familiar que necessita da ajuda e, o produtor, dono dos meios de produção, que em determinados momentos consegue ser liberado da sua unidade produtiva, buscando complementar a renda da família por meio do trabalho acessório.

Por isso, é necessário deixar claro a distinção entre a produção familiar e a produção capitalista. Segundo Oliveira (1995, p. 68), na produção capitalista, tem-se o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção familiar,

[...] estamos diante da seguinte forma: $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 1995, p. 68).

A ajuda mútua por meio da troca de dias de trabalho constitui-se numa outra relação de trabalho que a família recorre para os momentos mais críticos ou quando esta necessita de um complemento da mão-de-obra familiar e não dispõe de dinheiro para o pagamento da mesma. Nas comunidades rurais analisadas, essa relação ocorre, conforme os Quadros 06 e 07, principalmente na forma da troca de dias de trabalho entre os produtores familiares, sendo adotada por 24,0% das unidades produtivas do Pinhalzinho e por 30,0% da

Vila Rica. É na produção agrícola, especialmente na colheita, que a troca de dias é mais utilizada, embora também ocorra quando algum produtor fica doente, necessitando de ajuda na produção agrícola, para reformar ou construir uma casa, ou no momento de beneficiar algum produto, como “*bater o feijão ou o arroz*”. No Pinhalzinho, essa prática se dá entre um grupo de produtores familiares de uma das “*águas*”, prevalecendo entre vizinhos e parentes e, na Vila Rica, sua ocorrência também está ligada às pessoas com maior afinidade, alguns vizinhos, parentes e compadres.

A ajuda mútua já foi mais expressiva nas localidades quando a produção agrícola era mais significativa e a lavoura exigia mais braços para o cultivo. Naquele momento se utilizava mais o arado para preparar a terra, para “*tombar*” e “*riscar*” o solo, para posteriormente plantar. A troca de dia passava a ser recorrida no preparo da terra, no plantio, na capina (uma vez que nem todos os produtores adotavam os herbicidas), no momento da colheita e no beneficiamento desta.

Não resta dúvida que tal prática foi se tornando mais rara entre os produtores pela própria diversificação das atividades nos sítios, uma vez que a criação do gado leiteiro não ocupa a mesma quantidade de pessoas como a lavoura, ainda mais nos moldes como esta sempre foi exercida nas comunidades. No entanto, mesmo com as transformações verificadas na paisagem (diversificação produtiva), a ajuda mútua por meio da troca de dias de trabalho ainda é uma importante forma de solidariedade entre os produtores familiares na constituição do seu espaço produtivo.

Outro ponto importante na análise da produção familiar nas comunidades rurais estudadas, se refere à forma de organização dos produtores pelo cooperativismo, com a venda do leite para a Cooperativa de Laticínios de Mandaguari – Colari / Pr. É sobre esta forma de organização que se discutirá no próximo item, visando entender porque entre os produtores cooperados não ocorre um sentimento de pertencimento à cooperativa, ou seja, eles são cooperados, mas na prática não se sentem como tal.

3.4.2 – Ser cooperado e não se sentir cooperado: contradições do cooperativismo no sistema capitalista

O cooperativismo foi visto pelos “socialistas utópicos” como uma proposta de mudança das desigualdades sociais para uma sociedade mais justa e humana, especialmente no momento da Revolução Industrial, no qual as desigualdades, a exploração e o crescente número de desempregados era uma realidade na Europa. Desse modo, o cooperativismo foi

uma forma encontrada pelos trabalhadores para se defenderem da opressão social e econômica do sistema capitalista.

O debate dos teóricos “utópicos” do cooperativismo enquanto possibilidade de mudança social é bastante expressivo e complexo e, conseqüentemente, teve grandes contribuições para o desenvolvimento das concepções teóricas e político-filosóficas sobre essa doutrina. De acordo com Ribas (2001, p. 81), os precursores do cooperativismo contribuíram para a sistematização dos princípios fundamentais desse novo arranjo sócio-territorial,

com a necessidade da associação do trabalho, a organização coletiva do trabalho, a organização da classe trabalhadora perante as ‘mazelas’ do capital, a necessidade de superação do lucro, a gestão democrática das associações cooperativas, o princípio do *self help* entre outros (Ribas, 2001, p. 81).

As primeiras experiências do cooperativismo tiveram sua gênese em Rochdale, distrito de Lancashire na Inglaterra, onde vinte e oito tecelões buscando uma alternativa para melhorar suas precárias situações econômicas, elaboraram os estatutos da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, contendo os princípios a respeito da estrutura e do funcionamento da cooperativa de consumo, que posteriormente passaram a constituir os fundamentos da doutrina cooperativista. Portanto, as sociedades cooperativas eram sociedades de pessoas e não de capitais, que deveriam ser regidas pelos seguintes princípios: governo da sociedade mediante eleição, livre adesão e demissão dos sócios; gestão democrática com direito a um voto apenas por associado (“um homem, uma voz”), taxa limitada de juro do capital social, distribuição das sobras proporcionalmente por associado, imprimindo ideais que visavam não somente a melhoria da situação econômica, mas também o próprio aperfeiçoamento moral e intelectual do cooperado (PINHO, 1977, p. 92).

Destarte, tendo em vista tal concepção filosófica e as experiências concretas que se ampliaram, algumas análises críticas passaram a fazer parte do debate acerca desta temática. Em tal contexto, o sistema cooperativista na análise de alguns autores marxistas não foi visto como sendo um passo para uma sociedade socialista, na qual ocorreria a emancipação dos trabalhadores.

Endossando este raciocínio, Ribas (2001, p. 90) enfoca que

[...] sobre a negação da possibilidade concreta de emancipação dos trabalhadores a partir da organização cooperativa, Rosa Luxemburgo também é muito taxativa, quando afirma que ‘as cooperativas; e em primeiro lugar as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no

seio da economia capitalista: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista' [...]. Para a autora, o cooperativismo estaria restrito a uma oposição ao capital em sua esfera comercial, não estando diretamente em oposição ao capital propriamente dito (Ribas 2001, p. 90).

Kautsky (apud FLEURY, 1983, p. 17-18) é outro autor com importantes contribuições sobre a análise crítica do cooperativismo; pois “em sua análise da questão agrária, descartou a possibilidade das cooperativas virem a constituir uma etapa no caminho para o socialismo”. Na visão deste autor, as cooperativas “constituem um poderoso instrumento para o avanço da industrialização da agricultura, abrindo caminho para a dominação do capital, que sem elas podem encontrar maiores dificuldades”.

Ainda com referência à Kautsky e Rosa Luxemburgo, Fleury (1983, p. 18-19) enfoca que na visão dos mesmos, o capital termina portanto por estruturar a cooperativa e, conseqüentemente, os elementos que lhe conferiam um caráter específico, transformando-as em empresas capitalistas.

No bojo dessas discussões, uma outra concepção teórica busca entender como cooperativas e produtores não capitalistas persistem e se reproduzem em sociedades capitalistas, como é o caso brasileiro, na qual, o desenvolvimento do capitalismo com

[...] a crescente monopolização da indústria sem a contrapartida agrícola, abriu o espaço para reprodução de produtores não capitalistas que, para se defenderem da contínua perda do poder de troca com outros setores da sociedade, assumiram o projeto cooperativista como forma de auto defesa (FLEURY, 1983, p. 20).

Neste contexto, na discussão acerca do cooperativismo agrícola no Brasil, os primeiros estudos a respeito dessa temática enfatizavam a égide doutrinária e seu potencial reformista, sem entretanto penetrar no real significado deste movimento no país. Já a década de 1970 marcou o estudo sob diversas perspectivas, desmistificando justamente o seu caráter “reformista e mostrando como o cooperativismo obedece aos ditames da acumulação capitalista, chegando a cooperativa a reproduzir internamente a estrutura de poder da sociedade em que se insere” (FLEURY, 1983 p. 31).

Dando ênfase ao cooperativismo agrícola inserido na dinâmica do capitalismo, Schneider (1981, p. 11) analisa a dialética da integração entre o movimento cooperativista e as forças propulsoras do capitalismo que não só frustraram as propostas de mudança da sociedade, mas possibilitaram a incorporação desse sistema na própria dinâmica da expansão do capital, enquanto elemento de complementação à economia de mercado.

Nessa linha de interpretação, o mesmo autor ao analisar o cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico, neste caso o Brasil, situa a discussão dentro do contexto maior dos desequilíbrios estruturais gerados e reproduzidos pelo modelo dependente em curso no país. Procura verificar ainda, algumas dimensões da dinâmica de subordinação do setor agrícola ao modelo de acumulação centrado no setor urbano-industrial e o funcionamento do cooperativismo agrícola em relação a essas mesmas dimensões e, por fim, enfoca até que ponto o cooperativismo agrícola se “subordina ou se contrapõe a um processo de diferenciação crescente, que se manifesta, não só a (sic) nível das grandes regiões geográficas, mas também entre produtores e entre subsectores da nossa agricultura” (SCHNEIDER, 1981, p. 13).

Na análise de Schneider (1981), o desenvolvimento do cooperativismo vinha se configurando de forma tímida e descontínua, principalmente no que se refere à incorporação da massa de pequenos produtores rurais que estão localizados “na periferia” da chamada agricultura comercial; produtores estes que constituem o público mais carente de formas de organização que lhes assegure sua sobrevivência enquanto produtores autônomos. Em contraposição, este modelo de acumulação privilegia a agricultura comercial, de exportação (por meio do estímulo de preços, créditos, infra-estrutura, pesquisa, assistência técnica, etc.) se comparado com uma agricultura tradicional, produtora de alimentos básicos, o que acaba sendo uma divisão interna do trabalho imposta pelo modelo de acumulação.

Nesta perspectiva,

É utópico pensar-se que este cooperativismo individualista, inserido no contexto de uma formação social que tem no capitalismo o seu modo de produção dominante, atue no sentido de reverter a dinâmica da expansão do capital e das forças sociais que sustentam esse processo (SCHNEIDER, 1981, p. 31).

Em tal contexto, Schneider (apud PAULINO, 2003, p. 169) conclui que a atual estrutura cooperativa acaba reforçando a desigualdade entre os pequenos agricultores e os grandes proprietários, “visto que a mesma tende a incorporar relações de dominação e subordinação presentes na sociedade maior. Na cooperativa, essa situação se manifesta no exercício do poder pelo grupo economicamente mais poderoso, que tende a se revezar nos cargos administrativos da mesma”.

De acordo com Tavares dos Santos (1978), o sistema cooperativista mesmo mantendo sua organização específica que o caracteriza, não deixa de subordinar a produção familiar de modo a explorar o sobretrabalho e sujeitar a renda da terra, submetendo-a às

exigências do capital. Na visão deste autor, o ponto central da análise é entender a partir das relações de produção a exploração e a subordinação dos produtores familiares, sem expropriá-los, via cooperativas agrícolas, enfocando-as na dinâmica da sociedade capitalista e não como uma instituição a parte.

Após essa explanação, breve por assim dizer, pode-se verificar a origem e o desenvolvimento da proposta cooperativista atrelado à dinâmica capitalista. Desenvolvimento este que, conforme a análise dos referidos autores, não poderá ser vista mais com o enfoque da cooperativa contribuindo enquanto mudança social através dos seus princípios filosóficos, mas como esta será atrelada à dinâmica do sistema capitalista.

Assim, um ponto que merece destaque é que embora algumas cooperativas mantenham formas de gestão mais democráticas, como as do MST, outras mantêm sua lógica de atuação baseada na dinâmica de mercado para poder competir com as empresas. Com isso, primam por algumas regras de produtividade, competição de preços e qualidade dos produtos. Conseqüentemente, as cooperativas que seguem tais características mencionadas, assumem posturas de uma empresa capitalista.

Segundo Fleury (1983, p. 21), ao estudar o cooperativismo atrelado à dinâmica econômica capitalista não se deve ter um apego excessivo a doutrina cooperativista, podendo assim, distorcer as análises. Todavia, não se deve estudá-lo totalmente divorciado de seus princípios doutrinários, “o que em última instância implicaria em reduzir a cooperativa a uma empresa”.

Deste modo, Fleury (1983, p. 21) define a cooperativa como

uma associação de pessoas que se rege por três princípios básicos: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa. A propriedade cooperativa significa que os usuários da cooperativa e não os detentores do capital são seus proprietários; a gestão cooperativa implica em que o poder decisório se concentra em mãos dos associados; a participação cooperativa significa que a distribuição do lucro da cooperativa (as sobras líquidas) é feita proporcionalmente à participação dos associados nas operações da mesma (FLEURY, 1983, p. 21).

Portanto, tais características conferem à algumas cooperativas o caráter de “empresa associada”, uma vez que esta inclui a associação voluntária de pessoas que constituem uma sociedade e empreendimento comum, pelo qual esta sociedade alcança seus objetivos.

Tendo em vista essa ressalva sobre as particularidades da cooperativa como uma empresa, não se pode negar que com o desenvolvimento do sistema capitalista e as

cooperativas fazendo parte da mesma dinâmica, ocorre o que ficou conhecido como “cooperativismo tipicamente empresarial”.

Este teria

sua peculiaridade de ser um instrumento de subordinação dos trabalhadores, a partir da égide do capital e um sistema pelo qual a complexificação das relações, que resultam do aporte de capital inserido na estrutura da empresa, acabam por solapar princípios cooperativista fundamentais, como o de gestão democrática, cristalizando uma separação entre a gestão da cooperativa e a participação política de seus cooperados (RIBAS, 2001, p. 107).

Com isso, segundo Paulino (2003, p. 166 - 167), a burocratização das estruturas oriundas da orientação empresarial representou na prática a fissura entre os cooperados capitalistas e os produtores familiares em seu interior. Ou seja, se para o produtor capitalista, o empresário do agronegócio, a cooperativa se apresentou como canal privilegiado de fortalecimento, inclusive porque muitos deles estão inseridos na estrutura administrativa, aos produtores familiares, esta tornou-se um “instrumento de aparente subordinação, pois esse estranhamento os impede de participar, em pé de igualdade, tanto do processo de tomada de decisões quanto dos encaminhamentos cotidianos da ação cooperativa”.

Em tal contexto, se por um lado, as cooperativas são instrumentos de expropriação dos produtores familiares do campo, uma vez que muitos não conseguem enquadrar-se na adoção técnica por ela exigida, ou ao fazerem isso adquirem dívidas e, impossibilitados de saldá-las, acabam vendendo seus bens, por outro, as mesmas precisam destes produtores familiares comprando insumos, vendendo produtos agrícolas (como o leite, por exemplo) para garantir sua expansão, não interessando neste caso, um produtor expropriado da terra e dos instrumentos de produção.

Todavia, cabe ressaltar que, aqueles produtores mais capitalizados e com melhores resultados produtivos e econômicos acabam tendo tratamento diferenciado na cooperativa. Com base nisso, a mesma incentivará uma diferenciação entre os cooperados, seja pelo pagamento diferenciado conforme a produtividade, seja na administração, também formada por grandes produtores, centralizando as decisões e definindo a política da cooperativa. O que vale no entanto é que o produtor familiar continue fornecendo matéria-prima a preço baixo para a cooperativa; o que para os cooperados acaba sendo um mercado garantido para a sua produção, dando-lhes condições para sua existência no campo.

Essa conjuntura do cooperativismo inserida na dinâmica capitalista, que conseqüentemente acaba reproduzindo as contradições do sistema, possibilita entender que o mesmo embora privilegie o produtor capitalizado em detrimento do pequeno, também possibilita considerar que a cooperativa muitas vezes contribui para a reprodução social deste produtores familiares, uma vez que possibilita a eliminação de intermediários que se apropriam da renda da terra.

Para Oliveira (1995, p. 72), as cooperativas se tornam um instrumento de defesa tanto do pequeno como do grande produtor, uma vez que oferecem as vantagens da compra/venda em escala, consolidando e fortificando o pequeno produtor, e permitindo, assim, a sua reprodução, em oposição à crescente proletarianização a que está historicamente submetido.

Dessa maneira, ainda que a mediação da cooperativa não represente, de imediato, ganhos superiores em relação à mediação de empresas privadas, parte dessa diferença será canalizada para reinvestimento nas estruturas da cooperativas, da qual são partícipes. Assim, a menos que essa venha a falir, a renda que seria retida pelos intermediários pertence aos camponeses cooperados (PAULINO, 2003, p. 168).

A dificuldade para os produtores familiares, que embora sejam cooperados, mas na prática não se sentem como tal, de se reconhecerem como reais proprietários e depositários da renda retida pela cooperativa, encontra-se no fato de que a distribuição das sobras não é comum. Mesmo assim, caso estes venham por qualquer motivo se desvincularem da sociedade, os mesmo terão direito às taxas de capitalização corrigidas.

É neste contexto do sistema cooperativo, que os produtores das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica se consideram, como fazendo parte de uma cooperativa com uma visão empresarial.

A vinculação dos produtores das referidas comunidades rurais com a Colari surge como uma alternativa dos mesmos para se libertarem do atravessador que exercia o monopólio na compra do leite nas localidades. Os produtores vendiam a produção para um leiteiro, que a repassava à associação de produtores de uma comunidade vizinha – a Associação de Desenvolvimento Rural do Caetê. Assim, eles acabavam sendo filiados a mesma, uma vez que pagavam uma taxa de mensalidade e outra de capitalização, que variava conforme a produção.

Com a atuação da Colari nas proximidades⁹⁹ e os baixos preços pagos pela Associação em relação à cooperativa, além dos encargos com o leiteiro, como o frete, por exemplo, alguns produtores começaram a trocar de atravessador, isso no final de 2001 e início de 2002. Assim, a atuação da cooperativa possibilitou uma concorrência entre os compradores de leite na localidade. Como se constatou, a figura do leiteiro nas localidades acabou sendo forte, pois este fazia a conexão dos produtores com a Associação e, num segundo momento, com a Colari.

Em tal contexto, o fato dos produtores recorrerem inicialmente à cooperativa não se dá de forma direta, mas por intermédio do leiteiro que recolhia a produção e a repassava em seu nome para a Colari. Dessa forma, a filiação dos produtores só ocorreu após um determinado período em que a produção local já era recebida pela cooperativa.

A Colari acabou sendo um canal alternativo ao produtor para a comercialização da produção de leite. Assim, a princípio esse foi o caminho norteador para que os mesmos se tornassem cooperados. Entretanto, diante do tipo de cooperativa que os produtores estão atrelados, uma “empresa associada”, estes não se sentem fazendo parte dessa instância de organização, pois há uma distância muito grande em termos de participação efetiva entre a cooperativa e as famílias. Enfim, são cooperados, mas na prática não se sentem como tal.

Há uma falta de comunicação entre a cooperativa e os produtores nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica: portanto, embora ocorram as mini-assembléias no município, não há uma participação efetiva dos produtores. Primeiramente, porque muitos deles não sabem que tais assembléias ocorrem na sua localidade; segundo, aqueles que têm conhecimento por intermédio do leiteiro não participam, pois acreditam não conseguir reverter a relação com a cooperativa.

3.5 – Comercialização: a sujeição do produtor familiar ao capital comercial e agroindustrial

A comercialização é um momento importante para o produtor, pois é aí que a família realizará a troca das mercadorias produzidas na unidade produtiva por dinheiro e, deste, por outras mercadorias que ela necessita. No entanto, se a comercialização contribui com a reposição dos meios de existência da família, uma vez que lhe permite adquirir mercadorias não produzidas no sítio, por outro, é justamente neste momento que ela estará

⁹⁹ Inicialmente, essa atuação se deu muito mais pela figura do leiteiro, que comprava a produção de alguns produtores e acabava repassando para o entreposto da cooperativa no Distrito do Bairro dos Françaes.

mais sujeita aos ditames do capital agroindustrial, por meio da ação da agroindústria, de laticínios e da própria cooperativa, ou mesmo comercial, via ação do atravessador.

Os produtores familiares das comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica desde que chegaram na localidade desenvolveram estratégias de existência de modo que os sítios passaram a constituir-se em unidades policultoras. Embora tal diversificação tenha na maioria das unidades produtivas a produção leiteira como a principal atividade direcionada para o mercado, um percentual significativo dos sítios – 41,0% no Pinhalzinho e 40,0% na Vila Rica – não têm nesta atividade a principal fonte de renda. Portanto, como se observa nos Quadros 08 e 09, a venda de produtos agrícolas passa a ser significativa para um segmento destes produtores.

Assim, a comercialização da produção agrícola acaba sendo mais representativa com os atravessadores e cerealistas e, a produção de leite, com a Colari e laticínios.

No que tange à comercialização dos cereais, os principais compradores são: o atravessador, o cerealista e, em menor grau, os produtores vizinhos.

Quanto ao atravessador, na comunidade de Pinhalzinho, 31,0% dos produtores familiares comercializam sua produção com estes e, na de Vila Rica, o percentual é de 27,0%. Ainda com referência à primeira comunidade, 10,0% dos produtores comercializam a produção com cerealistas do distrito do Bairro dos Franças, de Ortigueira e de outras cidades como Apucarana. Embora os produtores da Vila Rica não tenham declarado que vendam sua produção para os cerealistas, é sabido que a comercialização com este também ocorre.

Já com os vizinhos, embora a comercialização ocorra de forma menos expressiva, pois é “*na basi do picado*”, a mesma não deve ser desconsiderada, visto que esta expressão de ajuda mútua entre os produtores é fundamental quando necessitam de feijão, arroz ou milho, e podem recorrer aos vizinhos por meio da compra ou troca a preços mais baixos. Isso impede que nesses momentos os produtores tenham que se sujeitar ao cerealista ou ao atravessador.

Embora a venda da produção agrícola ocorra por meio desses três canais é ao atravessador que os produtores estão mais sujeitos à exploração devido à falta de concorrência e/ou pelo baixo preço pago, haja visto que um fator acaba ocasionando o outro. Com base nisso, ao serem questionados a respeito dos principais problemas enfrentados na comercialização, os produtores no geral enfocam a falta de concorrência na compra, os baixos preços pagos pelos cereais e a ação do atravessador / intermediário.

Quadro 08
Pinhalzinho – comercialização da produção

N.º UPF	Leite				Bezerros, boi gordo e vaca p/ descarte		Cereais		
	COLARI	Laticínio	Queijo e requeijão	consumo	Atravessador	Vizinhos	Atravessador	Cerealista	Vizinhos
01	X						X		
02**							X		X
03	X				X				
04				X	X		X		
05	X				X				
06	X				X				X
07	X				X		X		
08		X*			X		X		
09**					não tem gado, mas aluga o pasto				X
10	X				X				
11**							X		
12				X				X	
13		X							
14**					X			X	
15**							X	X	
16				X	X				
17**							X		X
18		X			X				
19				X			X		
20		X							
21		X			X				
22	X				X	X			
23			X			X			
24	X				X				
25**					X				
26				X					X
27	X				X	X			
28	X								
29	X					X			
Total	11	5	1	5	15	4	9	3	5
%	65,0***	29,0***	6,0	17,0	52,0	14,0	31,0	10,0	17,0

* Os produtores pararam de entregar o leite para o laticínio devido ao não pagamento nos meses de janeiro, fevereiro e meados de março de 2003. ** Não tem gado de leite. *** Percentual realizado a partir do universo de 17 produtores que comercializam a produção de leite, que representa 59,0%. Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03). Org.: O autor

Quadro 09
Vila Rica – comercialização da produção

N.º UPF	Leite			Bezerros, boi gordo e vaca p/ descarte		Cereais		
	COLARI	Laticínio	Não comercializa	Atravessador	Vizinhos	Atravessador	Cerealista	Vizinhos
01	X			X				
02	X			X				
03	X*			X				
04		X		X				
05	X			X		X		
06	X			X		X		X
07**	Vendeu o gado por motivo de saúde							
08			X	X		X		X
09	X							
10			X	X				
11	X							
12			X			X		X
13	X			X				
14	X*			X				
15**						X		X
Total	9	1	3	10	0	5	0	4
%	90,0 ***	10,0 ***	20,0	67,0%	0,0%	33,0%	0,0%	27,0%

* Esses produtores pararam de entregar o leite para o laticínio devido, pois não receberam o pagamento da produção nos meses de janeiro, fevereiro e meados de março de 2003.

** Não tem gado – 13,0%.

*** Percentual realizado a partir do universo de 10 produtores que comercializam a produção de leite, o que representa 67,0% dos produtores.

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Assim, “*pela falta de organização dos produtores, eles são escravos do atravessadô. Falta de coletividade em eliminá o atravessadô*” (J. M, 50 anos, Pinhalzinho, 30/08/02)¹⁰⁰. Como são poucos os compradores de cereais nas localidades, sendo a maioria do Bairro do França e, apenas um comerciante da comunidade de Pinhalzinho, não há concorrência entre os mesmos. No período da colheita, quando aumenta a oferta de produtos no mercado, a tendência é que o preço reduza e, mesmo a produção sendo pouca, os produtores não conseguem estocá-la para vendê-la na entressafra, quando normalmente os preços são melhores. Diante de tal cenário, o produtor acaba sendo obrigado a vender o excedente pelo preço que lhe pagarem, pois ele necessita honrar seus compromissos no armazém, abastecer a casa e repor os instrumentos de trabalho (enxadas, foices, entre outros).

Quanto à produção de leite, 59,0% das unidades produtivas da comunidade de Pinhalzinho e 67,0% da Vila Rica têm essa atividade direcionada para o mercado. Na primeira comunidade, 17,0% dos produtores e 20,0% na segunda, embora produzam, não comercializam sua produção, destinando-a ao autoconsumo familiar. Além disso, 24,0% e 13,0%, respectivamente, não tem esse tipo de atividade. Das unidades produtivas que exercem a pecuária de leite, 69,0% delas no Pinhalzinho e 90,0% da Vila Rica são produtores cooperados da Colari; 31,0% das unidades produtivas do Pinhalzinho e 10,0% da Vila Rica comercializavam com um laticínio no Distrito do Bairro dos França – Ortigueira – no momento do trabalho de campo. Além disso, apenas uma produtora rural beneficia a produção de leite, fazendo queijo e requeijão e vendendo para os produtores vizinhos.

O percentual de produtores vinculados ao laticínio já foi maior, mas com o não pagamento do leite captado nos meses de janeiro a meados de março de 2003, 13,0% dos produtores de Vila Rica passaram a entregar sua produção para a Colari. Até o momento da realização do trabalho de campo (março de 2003), esses produtores ainda não tinham se tornado cooperados e sua produção era vendida para a cooperativa em nome de outro produtor cooperado. As famílias do Pinhalzinho prejudicadas por não receberem o pagamento do laticínio – 17,0% - não se desvincularam do leiteiro, mas, numa espécie de código de fidelidade e amizade, o acompanharam e passaram a vender a produção para um laticínio localizado no município de Reserva. No entanto, esses produtores não têm garantias sobre o pagamento da produção de leite, uma vez que se o laticínio não pagar, o leiteiro não arca com os prejuízos.

¹⁰⁰ Entrevista cedida em 30/08/2002.

Além do baixo preço pago pelo laticínio, que não é suficiente para remunerar os custos e o trabalho investido na produção, o produtor e sua família ainda estão a mercê dos possíveis “calotes”. Durante as visitas trimestrais realizadas nas localidades pesquisadas, foi possível verificar o desenrolar dos fatos, no qual o responsável pelo laticínio Monte Castelo (com sede em Ourinhos / SP) pedia a compreensão dos produtores, pois uma funcionária tinha desviado recursos da empresa, impossibilitando-a de realizar o pagamento aos produtores em dezembro, o que ocorreu somente no final de janeiro (2003). Para janeiro, o atraso continuou, só que em fevereiro os produtores não receberam e, mesmo assim, estes continuaram fornecendo o leite, o que permaneceu até meados de março, quando decidiram não entregar mais a produção. A interrupção no fornecimento do leite ocorreu porque os cheques emitidos para o pagamento de janeiro e fevereiro não foram honrados. A situação tornou-se mais dramática em março, quando o laticínio fechou sem dar nenhuma satisfação aos produtores lesados¹⁰¹.

Esse foi um momento difícil para os produtores e suas famílias que não receberam até a última visita realizada nas localidades em dezembro de 2003, pois além dos baixos preços pagos ao leite (quando os mesmos recebiam), eles ficaram sem um amparo legal com o “calote” do laticínio.

Já para os cooperados, este tipo de situação torna-se menos provável – embora também ocorra¹⁰² – pois os mesmos acreditam que a cooperativa por ser sólida merece mais credibilidade. Entretanto, se a cooperativa passa a seriedade ao cooperado e a certeza dos mesmos receberem pela produção entregue, isso contribui a seu favor para firmar uma relação de sujeição destes a mesma.

Assim, o processo de sujeição da renda da terra gerada na produção familiar a cooperativa, ocorre de diversas formas, sendo a mais explícita pelo baixo preço pago a produção de leite, uma vez que esta quase detém o monopólio na localidade. Além disso, é descontado do produtor as análises realizadas para verificar o teor de acidez e de água do leite e os elevados custos com o transporte (carreto).

Quanto ao preço pago por litro de leite, a título de exemplo, conforme dados colhidos em campo, este foi em setembro de 1999¹⁰³ de R\$ 0,23, em maio de 2000 foi de R\$

¹⁰¹ As causas do fechamento do laticínio no Distrito do Bairro dos Franças são incertas, pois embora o responsável pela empresa afirme aos produtores lesados que o não pagamento se deu em função do desfalque dado por uma funcionária, o leiteiro, responsável pela coleta nas comunidades rurais, afirma que a causa mais provável foi devido aos prejuízos acumulados em consequência da interdição da vigilância sanitária, que apreendeu 400 barras de mussarela (mais ou menos 400 quilos) produzidas em condições sanitárias inadequadas.

¹⁰² Como é o caso da Coolvap de Presidente Prudente – SP.

¹⁰³ Em pesquisa desenvolvida enquanto bolsista do Grupo PET – Geografia – UEL.

0,28 e em fevereiro de 2003 de R\$ 0,375. Ou seja, em três anos e cinco meses, o preço pago por litro teve um aumento insignificante de R\$ 0,145. Diante de tal conjuntura, os produtores ao serem questionados a respeito dos principais problemas enfrentados ao comercializarem a produção, são unânimes em apontar o baixo preço do leite pago pela cooperativa e pelo laticínio.

Embora não se obtenha dados a respeito da variação do preço de acordo com a qualidade do leite, sabe-se que a cooperativa tem a prática de realizar testes antes de recebê-lo. Os testes de classificação são o de acidez e de quantidade de água, realizados no próprio sítio e, caso acusem índices acima do permitido, o leite não é coletado pelo caminhão tanque. Ainda com referência ao preço do leite, os produtores com o tanque de resfriamento recebem um adicional de R\$ 0,01 e mais 5,0% para abater nos custos com energia elétrica.

Outra reclamação constante refere-se ao custo do frete que, embora estipulado a 10,0% do preço do litro do leite, se observou em notas emitidas pela Colari, taxas de 11 a 12,0%. Se no período de realização do trabalho de campo esse índice já foi considerado elevado pelos produtores, os mesmo enfocam que “foi uma conquista dos produtores o preço do frete ficar à 10% do total da produção; já chegou a ser R\$ 0,05 a 0,07 o preço por litro. Hoje é de R\$ 0,03”. Com o frete tão caro, o produtor acaba pagando para escoar a sua produção; é ele quem paga para tirar o leite da unidade produtiva e levar ao entreposto da cooperativa, localizado no Distrito do Bairro dos França, bem como, pela análise da qualidade do produto comercializado.

Todavia, a situação é tão precária que o fato do transporte chegar na unidade produtiva, ou mesmo na própria comunidade, é uma conquista para os cooperados, pois somente após meados de 2001 o leiteiro passou a visitar as duas comunidades. Até então, só a de Pinhalzinho recebia a visita diária. Os produtores de Vila Rica tinham que transportar a produção de 3 a 4 km para chegarem no ponto em que a coleta era feita. O transporte até este local era realizado à cavalo. Embora tenha reduzido a distância, nesta comunidade nem todas as unidades são visitadas, pelo contrário, os produtores precisam levar o leite ao sítio em que resfriador está instalado. O leiteiro vai até esse ponto de dois em dois dias. Os produtores que fazem parte do grupo do tanque de expansão, levam o leite e depositam-no no resfriador; aqueles não filiados ao tanque – embora cooperados –, vão até o ponto marcado e esperam o leiteiro.

Como o leiteiro busca a produção de dois em dois dias, os produtores que não têm acesso ao tanque de resfriamento, necessitam resfriar o leite em freezer e/ou geladeira para que o mesmo não estrague.

Nesse contexto de sujeição da renda da terra, os produtores familiares estão sempre descapitalizados, pois com a baixa produção e produtividade, além dos preços baixos pagos pelo leite, não obtêm uma renda suficiente para cobrir o valor do trabalho empregado no processo produtivo, isso sem falar nos custos de produção, decorrentes principalmente do uso de remédios (vermífugos, carrapaticidas e vacina contra Aftosa), insumos e complemento alimentar, como o sal comum e mineral. Segundo um produtor, na relação com a cooperativa “*a gente acaba sendo sócio só pra pagá, a cooperativa desconta muito e cobra tudo, por exemplo, visita técnica de rotina*” (B. C. de S., 53 anos, Pinhalzinho, 27/03/03).

Por fim, há também o longo prazo para o pagamento da produção leiteira, pois ao contrário do que a maioria dos produtores pensam, este não é mensal; a cooperativa tem como prática pagá-los somente no décimo segundo dia útil, ou seja, ela coleta o leite durante todo o mês e só vai pagar o produtor depois de em média 27 dias. Nesse período, a produção coletada na localidade é destinada à CONFEPAR (Confederação das Cooperativas Centrais Agropecuárias do Paraná), onde é industrializada e, em seguida, comercializada. Assim, a cooperativa, durante esse período, trabalha com a matéria prima, industrializando-a e vendendo-a, e só depois de transformá-la em capital é que pagará os baixos preços aos produtores.

Entretanto, apesar do difícil cenário exposto da pecuária leiteira, os produtores continuam apostando nesta atividade, pois mesmo com os baixos preços pagos pelo leite, este possibilita uma renda fixa mensal, o que não é o caso da produção agrícola. Além disso, a criação do gado funciona como uma poupança (para os momentos financeiros mais difíceis ou quando o pasto não sustenta o rebanho), na qual, o produtor pode contar com a venda de bezerros, de garrotes (boi gordo) e com o descarte de vacas que estão com uma baixa produtividade. Tal prática é adotada por todos os produtores da comunidade de Pinhalzinho e da Vila Rica que se dedicam a esta atividade.

Como já abordado anteriormente (tópico 3.3.2), a minoria dos produtores das duas comunidades rurais, 27,0% do Pinhalzinho e 7,0% da Vila Rica, têm a criação animal destinada ao comércio, por meio de cria e venda de bezerros e do boi gordo, mas a maioria (55,0% dos produtores da primeira comunidade e 73,0% da segunda), tem tal atividade visando ao custeio da unidade produtiva, por meio da venda do leite e, esporadicamente, de bezerros.

A comercialização dos animais se dá principalmente com o intermediário, sendo que 52,0% dos produtores do Pinhalzinho e 67,0% dos da Vila Rica, vendem para

atravessadores do Distrito do Bairro dos França, de Vista Alegre e um¹⁰⁴ da própria comunidade. Os produtores reclamam da ação do intermediário que nem sempre paga o preço de tabela noticiado no rádio, nem há muita diferença do preço de um comprador para o outro.

Enfim, os produtores familiares estão inseridos num processo de sujeição e pilhagem da renda da terra e do sobretrabalho familiar gerado na unidade produtiva para o capital urbano-industrial, agroindustrial e comercial. Primeiramente, ao comprarem remédios e insumos utilizados na criação animal, verifica-se uma drenagem da sua renda pelo capital industrial. O mesmo pode ser dito com a atuação do laticínio e da cooperativa, quando pagam preços baixos ao leite produzido, além da transferência para o produtor dos custos com a análise química do leite e do transporte da produção. Deste modo, é no momento da comercialização que o produtor familiar é massacrado numa relação desigual, a qual o explora ao máximo, pagando preços baixos que não cobrem os custos com a produção e nem o trabalho familiar envolvido no processo produtivo – como melhor se poderá constatar no capítulo 04.

3.6 – Outras Fontes de Renda: a importância do trabalho acessório, da aposentadoria e dos Programas Sociais Bolsa Escola e Vale Gás

A produção de leite, a venda de bezerros e a produção agrícola, em menor grau, são consideradas as principais fontes de renda nas unidades produtivas familiares localizadas nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. No entanto, nem toda a renda gerada nos sítios fica com os produtores, pelo contrário, observa-se um contínuo processo de sujeição e apropriação desta por outros segmentos da sociedade. Diante desse fato, as famílias são obrigadas a recorrer a outras estratégia para completar o seu orçamento.

Diante de tal contexto, passar-se-á a analisar a constituição da renda familiar e a necessidade de muitos produtores exercerem o trabalho acessório como estratégia de existência para continuarem no campo.

Com base nisso, constatou-se que 38,0% dos produtores familiares (ou algum outro membro da família) do Pinhalzinho e 47,0% dos de Vila Rica, exercem alguma atividade acessória além das praticadas nas unidades produtivas. Essas atividades, na maioria das vezes, são exercidas nas próprias comunidades e estão relacionadas ao trabalho por tarefa (empreita) e / ou diária (53,0% no Pinhalzinho e 91,0% na Vila Rica), prestados para outros produtores, para

¹⁰⁴ Este produtor não faz parte do universo da pesquisa, uma vez que o mesmo tem um empregado permanente. Além disso, este se caracteriza essencialmente como comerciante (sua principal fonte de renda se dá pela comercialização de gado - por meio da compra e revenda – e pelo bar/mercearia), não se enquadrando no perfil dos produtores familiares em questão.

a roça de pastos, capinas, colheita, beneficiamento da produção, ou em outros casos, na prestação de serviços como na construção ou na reforma de casas (11,0% no Pinhalzinho e 9,0% na Vila Rica). Para as diárias com a lavoura, o pagamento recebido no momento da realização do trabalho de campo era de R\$ 10,00 bruto e de R\$ 8,00 com a alimentação; nos outros casos, os preços são combinados conforme o serviço realizado.

Além dessas práticas, identificou-se que 31,0% do trabalho acessório na comunidade de Pinhalzinho está relacionado a serviços mantidos pela prefeitura do município de Ortigueira. Esse percentual se refere a seis casos, sendo cinco produtores(a)s contratado(a)s mensalmente e um por comissão. As funções são: um é o motorista responsável pelo transporte escolar, com salário médio mensal de R\$ 450,00; duas produtoras são agentes de saúde no posto da comunidade, com salário mensal de R\$ 240,00; e os outros dois casos são de professoras da comunidade que lecionam para as séries iniciais do Ensino Fundamental. O produtor que recebe por comissão, tem carro próprio e é responsável pelo transporte de doentes até o hospital na cidade de Ortigueira.

O trabalho acessório acaba constituindo-se numa estratégia de existência das famílias frente ao processo de sujeição já mencionado. Isso é possível pelo fato da diária e a empreita não tomar todo o tempo de trabalho de determinado membro da família e, o assalariamento momentâneo, se dá quando esta consegue liberar algum membro das atividades do sítio.

Neste sentido, não ocorre uma ruptura da condição de produtor rural para o de assalariado, para proletário. Segundo Martins (2002, p. 63-64), o produtor familiar constituiu-se como a pessoa que trabalha para si mesma, com sua família, não necessitando vender sua força de trabalho em troca de um salário por se encontrar expropriado dos seus meios de produção e de vida. Destarte, “embora ele seja socialmente dependente, porque não trabalha sozinho, porque é trabalho familiar, *seu trabalho é independente, é trabalho familiar independente*” (MARTINS, 2002, p. 64, grifo do autor).

Para os produtores e produtoras que são assalariados permanentes, isso também não ocorre, pois esse tipo de cargo acaba sendo temporário, durando no máximo até a troca de prefeito, pois a vaga não é conseguida por concurso público municipal, mas por indicação de alguém do governo municipal, como forma de “gratificação” pelo apoio – especialmente pelo voto – recebido no período das eleições. Isso pode ser constatado na última visita realizada nas comunidades estudadas – em dezembro de 2003, na qual verificou-se que o produtor que trabalhava por comissão e uma das produtoras agentes de saúde, já não estavam mais exercendo tais atividades, porque seu contrato de trabalho tinha se encerrado.

Além da renda gerada com o trabalho acessório, outras contribuem para a manutenção das famílias no meio rural, são elas: a aposentadoria e os recursos advindos de Programas Sociais como a Bolsa Escola e o Vale Gás – estes de forma menos expressiva.

Antes de se identificar a importância do serviço de previdência social para a renda das famílias, cabe ressaltar (como se verificou na análise do Gráfico 14, no tópico 3.2) o elevado percentual de pessoas com idade entre 55 e 90 anos nas comunidades rurais, no qual, 16,0% (34 indivíduos) estão na idade de receber tal benefício (homens acima de 60 anos e mulheres maiores de 55). No Pinhalzinho, as pessoas em tal idade representam 21,0% da população, sendo que 13,0% são aposentados e, na Vila Rica, 12,0% estão na idade de receber, sendo que 9,0% são aposentados. Isso revela não só a expressividade da população aposentada ou com idade próxima para isso, mas também, o quanto é significativo o número de idosos na localidade¹⁰⁵.

Deste modo, como se observa na Tabela 20, no Pinhalzinho, das 29 unidades produtivas visitadas, 55,0% delas têm alguém aposentado, ou seja, 23,0% da população (28 pessoas) recebem esse benefício. E, na Vila Rica, da 15 UPFs, 8 delas têm alguém recebendo esse benefício, o que representa 13,0% da população (12 beneficiados),.

A aposentadoria constitui uma renda importante para as famílias das duas comunidades, sendo que no Pinhalzinho, a aposentadoria de 69,0% dos entrevistados equivale de 60,0% a 100,0% da renda familiar e, em 31,0%, o benefício previdenciário representa de 23 a 55,0% da renda. Importância também significativa é verificada na comunidade de Vila Rica, na qual, em 25,0% das famílias que recebem a aposentadoria, esta representa de 33,0% a 40,0% da renda familiar; em 50,0% equivalem de 60 a 85,0% da renda e, em 25,0% dos casos, sua importância é de 100,0%.

Nesses casos mais expressivos em que a aposentadoria constitui a principal fonte de renda familiar, identifica-se que a produção agrícola e a pecuária leiteira não são atividades representativas, pois muitas dessas famílias são constituídas de pessoas idosas, sem a disponibilidade de mão-de-obra para desenvolver tais atividades. A atividade principal acaba sendo a cria e recria de animais com a venda de bezerras, uma vez que esta não necessita de mão-de-obra sempre presente, podendo ser suprida com o pagamento de “tarefas” – empreitas para a roça de pastos, ou diárias, para certos cuidados com a criação, como aplicação de remédios e vacinas.

¹⁰⁵ Embora se constate o percentual significativo de pessoas com idade superior a 55 anos, necessário se faz esclarecer que a maioria se encontra em plena atividade, exercendo muitas das atividades diárias do sítio.

Um outro recurso importante para algumas famílias, como se observa na Tabela 20, refere-se aos Programas Sociais Bolsa Escola e Vale Gás, fomentados pelo Governo Federal, que visam contribuir para a erradicação do trabalho infantil e ao mesmo tempo evitar o êxodo escolar, pois as famílias com filhos de até 12 anos na escola, recebem uma ajuda mensal de R\$ 15,00 por criança (via Bolsa Escola), atendendo no máximo três filhos, e a cada dois meses, mais R\$ 15,00 para a compra de gás.

Nas comunidades rurais em questão, esses Programas também contribuem com a renda familiar: no Pinhalzinho, 14,0% das famílias recebem esses benefícios e na Vila Rica, o percentual é maior, 27,0%. No Pinhalzinho, os recursos da Bolsa Escola e do Vale Gás equivalem a 8,0% da renda de duas famílias e de 27,0% e 32,0% para outras duas. Na Vila Rica, esses recursos também são significativos, representando para uma família 9,0% da renda mensal, para uma outra 17,0% e 30,0%, em outro caso. Tais recursos são utilizados na compra de material escolar, roupas e calçados, além de auxiliar na alimentação.

Diante do exposto, verifica-se que embora a maioria dos produtores familiares mantenham a pecuária de leite e a produção agrícola como as atividades geradora de renda, para outras famílias, o trabalho acessório acaba sendo uma estratégia encontrada para completar a renda, em especial, das famílias mais carentes que não conseguem sobreviver somente da pecuária ou da produção agrícola.

Fora isso, para os produtores idosos, que já não têm todos os filhos morando na unidade produtiva, a aposentadoria se torna a renda mensal mais significativa. Todavia, esta não exclui a importância do acesso à terra pelo mesmos, uma vez que os recursos provenientes da previdência social são de um salário mínimo (de R\$ 200,00 em março de 2003, momento da realização do trabalho de campo) e, mesmo para as famílias com duas pessoas aposentadas e que recebem dois benefícios, este recursos não são suficientes para manter todas as despesas da casa, da unidade produtiva, sem mencionar os gastos adicionais com remédios. Assim, a criação animal funciona como uma poupança, que assegura a esses produtores e produtoras uma renda extra para os momentos de maiores necessidades. Para as famílias mais carentes, que não contam com uma boa renda da produção agrícola, nem da criação animal, os Programas Sociais mencionados contribuem para manterem os filhos estudando, uma vez que embora os recursos sejam poucos, complementam o orçamento familiar.

Nesse contexto, tomando-se como base o valor do salário mínimo vigente no momento do trabalho de campo (março de 2003) de R\$ 200,00, constata-se no Gráfico 20, a baixa renda obtida pela maioria das famílias nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

Tabela 20

Outras fontes de renda da família nas UPFs das comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica

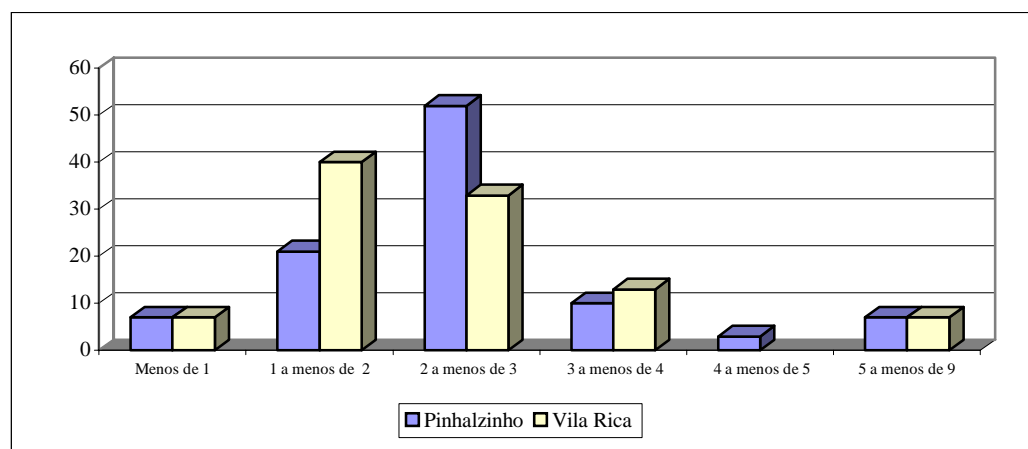
Comunidades	Trabalho fora do sítio					Aposentadoria					Bolsa Escola e Vale Gás				Outras Rendas				
	Sim		Não		Nº de pessoas	Mensal				Sim		Não		Nº beneficiados		Sim		Não	
	Nº UPF	%	Nº UPF	%		Sim (UPF)	%	Não (UPF)	%	Nº UPF	%	Nº UPF	%		Nº UPF	%	Nº UPF	%	Nº UPF
Pinhalzinho	11	38	18	62	19	5	45	6	55	16	55	13	45	28	4	14	25	86	4 (2 tem dinheiro a juro, 1 costura em casa e 1 trab. no bar nos fins de semana)
Vila Rica	7	46	8	54	11	0	0	7	100	8	53	7	47	12	4	27	11	73	0

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Gráfico 20

Distribuição em percentual da renda mensal das famílias nas UPFs em salário mínimo – R\$ 200,00



Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Conforme se observa no Gráfico 20, na comunidade de Pinhalzinho, a maioria das famílias, ou seja 52,0% vivem com uma renda estimada de dois a menos de três salários mínimos mensais; 21,0% de um a menos de dois; e 7,0% de cinco a menos de nove salários mensais. Na comunidade de Vila Rica, constata-se que 40,0% das famílias têm sua renda estimada de um a menos de dois salários mínimos; 33,0% de dois a menos de três; e, 7,0%¹⁰⁶ ganham menos de um salário mínimo mensal.

Estes dados revelam a baixa renda dos produtores familiares de ambas as comunidades rurais, de modo que no Pinhalzinho 79,0% das famílias (23 de um total de 29), obtêm uma renda de menos de três salários mínimos. Na Vila Rica, o percentual das famílias com renda inferior a três salários também é significativo, ou seja, 80,0% (que representa 12 famílias).

Isso implica em afirmar que com tais rendimentos a produção familiar nas comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica não se enquadra num contexto de uma agricultura empresarial, direcionada por uma lógica capitalista de competitividade e empreendedorismo que visa à renda da terra e o lucro, mas pelo contrário, estes produtores seguem uma lógica que objetiva não a acumulação da renda, mas a reprodução da família no campo, sua sobrevivência calcada na unidade familiar, na preservação do seu patrimônio.

É justamente por isso que eles se mantêm mesmo com os baixos rendimentos, que devido ao processo de sujeição da renda da terra pelo capital, os mesmos necessitam diversificar a produção agropecuária de modo que não fiquem à mercê das variações do mercado. Assim, tem-se a pecuária leiteira, possibilitando além da venda do leite, a venda de bezerros e a produção agrícola, direcionada fundamentalmente para o autoconsumo com a venda do excedente. Para o autoconsumo também é fundamental a criação de suínos, de aves, o cultivo de horta e o pomar.

Enfim, considera-se que a geração de renda no campo é uma luta constante dos produtores e suas famílias, obrigando-os a diversificar a unidade produtiva, tendo normalmente uma atividade mais direcionada para o mercado, em alguns casos a produção agrícola, em outros a pecuária leiteira e a venda de animais, de modo que no geral evidencia-se o peso do autoconsumo familiar. Além dessas atividades econômicas, outras estratégias são desenvolvidas por alguns produtores como o trabalho acessório em diversas modalidades. Para os mais idosos, o direito à previdência social, mesmo com o reduzido salário, acaba

¹⁰⁶ Este último percentual refere-se a uma família de parceiros que devido a pouca renda abandonaram o sítio e mudaram-se para a cidade de Cambé / Pr. Entretanto, devido ao desemprego urbano, a falta de moradia e o elevado preço do aluguel, acabaram retornando para a localidade.

sendo um recurso importante para os custos cotidianos. Nas famílias mais carentes é perceptível o quanto os Programas Sociais Bolsa Escola e Vale Gás – apesar de medidas paliativas – complementam a renda familiar, possibilitando que crianças e jovens reduzam sua jornada de trabalho, podendo se dedicar mais à escola.

Neste contexto, como a renda gerada nas unidades de produção familiar normalmente não é suficiente para a realização de investimentos e custeio da produção agrícola e da criação animal (gado), alguns produtores recorrem a outras fontes de recursos para tais fins, de modo a se manterem no campo.

Desse modo, no próximo tópico discutir-se-á a questão dos financiamentos para a geração de renda e para investimentos e custeio nas unidades de produção familiar.

3.7 – Em busca da Geração de Renda no Campo: financiamento para o custeio e para investimentos nas UPFs.

A realização de financiamentos pelos produtores não é uma medida muito adotada, ainda mais quando se exige como garantia a hipoteca da propriedade. A possibilidade da perda da terra é uma hipótese que assusta. Deste modo, a maioria dos produtores acabam não realizando nenhum tipo de financiamento, pois sabem que caso não consigam pagar os recursos emprestados, em última instância, podem ter o patrimônio familiar desestruturado. Assim, para o universos estudado, identificou-se que 76,0% dos produtores da comunidade de Pinhalzinho e 54,0% da Vila Rica não realizam nenhum tipo de financiamento. E aqueles que realizam, 21,0% e 46,0%, respectivamente, o fazem com extrema cautela.

Os programas de geração de renda mais recorridos pelos produtores são o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o Paraná 12 Meses.

O Manual Operacional do PRONAF (PARANÁ, 2003; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003) destaca como objetivo geral do programa propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares. Os objetivos específicos traçados foram: a) ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar; b) viabilizar a infra-estrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural; c) fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar; d) elevar o nível de profissionalização de agricultores familiares, para lhes propiciar novos padrões tecnológicos e

de gestão; e, e) favorecer o acesso de agricultores familiares e suas organizações aos mercados de produtos e insumos.

Nesse sentido, o PRONAF atende os agricultores familiares que são caracterizados por possuir 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária, pesca artesanal, aquicultura ou extrativismo; deter ou explorar área de até 4 módulos rurais, explorar a terra na condição de proprietário, assentado, meeiro, parceiro ou rendeiro; utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar ou de até dois empregados permanentes; residir no imóvel ou em núcleo rural ou urbano próximo e possuir uma renda anual máxima de R\$ 27.500,00.

O PRONAF tem como eixo de atuação as seguintes linhas básicas: financiamento da produção agrícola por intermédio da concessão de financiamento pelos agentes financeiros por meio do PRONAF Crédito Rural; a transferência de recursos orçamentários para desenvolvimento rural de municípios selecionados através do PRONAF Infra-Estrutura e Serviço nos Municípios; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares por meio do PRONAF Capacitação e Profissionalização; e, PRONAF Negociação das Dívidas Públicas.

Nas comunidades estudadas, o PRONAF é o mais conhecido, sendo que 79,0% dos produtores do Pinhalzinho e 73,0% da Vila Rica o conhecem ou pelo menos já ouviram falar no mesmo. O Paraná 12 Meses, embora seja um programa estadual, não tem a mesma popularidade, sendo conhecido por 38,0% dos produtores da primeira comunidade e por 33,0% da segunda.

Entretanto, se a divulgação do PRONAF é mais significativa, quando busca-se verificar o percentual dos produtores que já realizaram financiamento por intermédio deste, constata-se que os números são menos expressivos se comparado aos que o conhecem, ou seja, somente 24,0% dos produtores do Pinhalzinho e 46,0% da Vila Rica já se utilizaram desse programa. Os produtores se enquadram especialmente no Grupo B¹⁰⁷ e os recursos foram para custeio e investimentos, como se pode constatar nos Quadros 10 e 11.

¹⁰⁷ Enquadram-se nesta modalidade, conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003), os agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas e aquícultores; podem ser proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou beneficiários da reforma agrária; que residam na propriedade ou povoado urbano ou rural próximo; que tenham estabelecimento com área de até 4 módulos fiscais; que utilizem, exclusivamente, mão-de-obra familiar; que tenham renda de até R\$ 1.500, proveniente da exploração agrícola e não-agrícola do estabelecimento, excluindo aposentadoria.

Quadro 10
Pinhalzinho: acesso ao crédito rural

N.º UPF	Realiza financiamento		Programa	Custeio		Investimento		Beneficiados pelo Paraná 12 Meses		
	Sim	Não		R\$	Ano	R\$	Ano	Sub-modalidade: combate a pobreza	R\$	Ano
01	X		PRONAF	1.000,00	2001	4.000,00	2001	Paraná 12 Meses (Geração de renda – proj. das codornas)	13.000,00 (Grupo)	2002
02		X						Paraná 12 Meses (Habitação e saneamento)	---	---
03	X		PRONAF	1.000,00	2001	4.000,00	2001			
04		X								
05		X						Paraná 12 Meses (Geração de renda)	Grupo	2002
06	X		PRONAF	1.000,00	2001	4.000,00	2001			
07		X						Paraná 12 Meses (Geração de renda)	Grupo	2002
08		X								
09		X								
10		X								
11		X								
12		X								
13		X								
14		X								
15		X								
16		X								
17		X								
18		X								
19		X						Paraná 12 Meses (Habitação)	2.000,00	---
20		X						Paraná 12 Meses (Habitação)	---	---
21		X								
22		X								
23		X								
24	X		PRONAFINHO	1.500,00	2003	4.000,00	2001			
25	X		PRONAFINHO	1.500,00	2003					
26		X								
27	X		PRONAF	1.500,00	2003	4.000,00	2001			
28		X						Paraná 12 Meses (Geração de renda)	Grupo	2002
29	X		PRONAF			3.000,00	2003	Paraná 12 Meses (Geração de renda)	Grupo	2002
Total	7	22	PRONAF	7.500,00	2001/03	23.000,00	2001/02	Paraná 12 Meses - geração de renda, hab. e saneamento	15.000,00	2002
%	24,0	76,0								

--- Dados não fornecidos pelo entrevistado.

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Quadro 11
Vila Rica: acesso ao crédito rural

N.º UPF	Realiza financiamento		Programa	Custeio		Investimento		Beneficiados pelo Paraná 12 Meses		
	Sim	Não		R\$	Ano	R\$	Ano	Sub-modalidade: combate a pobreza	R\$	Ano
01	X		PRONAF (Grupo)*			3.000,00	2002			
02	X		PRONAF (Grupo)*			3.000,00	2002			
03	X		PRONAF (Grupo)*			3.000,00	2002			
04	X		PRONAF			3.000,00	2002	Paraná 12 Meses (Habitação e Saneamento) e (Geração de Renda)**	2.500,00	1998 / 2002
05	X		PRONAFINHO / PRONAF (Grupo)*	1.000,00	2001	3.000,00	2002			
06	X		PRONAF (Grupo)*			3.000,00	2002			
07		X								
08		X						Paraná 12 Meses (Habitação e Saneamento)	2.500,00	1998
09***		X								
10		X								
11		X								
12		X								
13		X				3.000,00	2002			
14	X		PRONAF							
15		X								
Total	7	8	PRONAF	1.000,00	2001	21.000,00	2002	Paraná 12 Meses - geração de renda, hab. e saneamento	5.000,00	1998 e 2002
%	46,0	54,0								

* Grupo do tanque de expansão para o leite.

** Integrante do Grupo das Codornas

*** Integrante do Grupo do tanque de expansão, mas não fez financiamento do PRONAF

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Embora se perceba por parte dos produtores o receio em fazer o financiamento, o PRONAF têm algumas facilidades que os atraem, como o longo prazo, a carência, os baixos juros e os descontos para aqueles que pagam em dia, possibilitando custear a produção ou de fazer investimentos na unidade produtiva.

Quanto aos valores dos recursos, nota-se nos Quadros 10 e 11, que para a modalidade investimento, estes foram maiores no ano de 2001 (R\$ 4.000,00) do que em 2003 (R\$ 3.000,00), ocorrendo uma redução dos recursos disponíveis. Para o custeio, no ano de 2003 estes foram mais significativos (R\$ 1.500,00) em relação a 2001 (R\$ 1.000,00).

A aplicação dos recursos por parte dos produtores das duas comunidades rurais, destinaram-se para a reforma de pastos (tanto no plantio de gramínea como para a reforma de cercas), na construção de estábulo (mangueira), na compra de animais (especialmente novilhas, com o intuito de substituir as vacas de leite com pouca produção), como para o custeio da produção agrícola e para a compra de um tanque resfriador, que foi efetivada por um grupo de produtores na comunidade de Vila Rica.

O resfriador de leite da comunidade de Vila Rica foi adquirido por um grupo de sete produtores, sendo que seis deles o fizeram com recursos do PRONAF Investimento (conforme Quadro 11) e um com recursos próprios.

No que tange à avaliação deste Programa, 83,0% dos produtores da Vila Rica e 62,0% de Pinhalzinho consideraram-no bom, devido ao longo prazo de carência para o pagamento, os juros baixos e pelos descontos para o pagamento em dia. No entanto, reclamam do fato dos recursos serem poucos e das dificuldades burocráticas em conseguí-lo. Para os produtores da comunidade de Pinhalzinho, a burocracia imposta pelos bancos para a liberação dos recursos do PRONAF também é um ponto de reclamação: *“O Banco do Brasil de Telemâco [Borba - Pr] não mexe com agricultor, muita burocracia, muita papelada para liberar o recurso e falta de atenção com o agricultor”* (J. B. M, 50 anos, Pinhalzinho, 30/08/02).

Além disso, eles reclamam dos descontos com seguro de vida, seguro para caso o empréstimo não seja pago, sindicato e transações bancárias. Entretanto, mesmo com as críticas, há uma certa unanimidade em relação aos pontos favoráveis, como os baixos juros, a carência e os descontos obtidos com o pagamento em dia.

Embora o Programa apresente alguns pontos negativos, especialmente na forma de sua implementação pelas agências bancárias, não se pode negar que este possibilita aos produtores familiares custear a produção agrícola de modo que possam adquirir sementes melhoradas; fertilizantes (herbicidas); equipamentos para o plantio (a plantadeira manual é a

mais usada); além de investirem em melhorias na unidade de produção, por meio da reforma de pastos (pastagem e cercas), construção de estábulos, renovação e /ou aumento do rebanho leiteiro com vacas de melhor qualidade (embora não especializadas na produção como a holandesa e a girolanda); melhoria também no armazenamento do produto, com a aquisição do tanque resfriador, possibilitando assim, o aumento da renda.

Um outro ponto positivo é que nenhum produtor se endividou com o financiamento, isso porque, ou está na carência, como é o caso da maioria dos produtores da Vila Rica, ou porque conseguiram se programar financeiramente para quitar a dívida. Neste caso, muitos relatam que no momento de pagar o financiamento já tinham reservado “*algum gado para prá pagar a dívida*”. Isso vale principalmente para os recursos tomados no ano de 2001.

Nessa mesma linha de melhoria da qualidade de vida dos produtores familiares através do desenvolvimento local e da intervenção no processo de empobrecimento das unidades produtoras, tem-se o Programa Estadual Paraná 12 Meses. Este é um projeto do Governo do Estado do Paraná (custeando 50,0%), em parceria com o Banco Mundial (disponibilizando outros 50,0%), dirigido, entre outras finalidades, para reduzir a situação de pobreza no meio rural e o manejo e conservação dos recursos naturais.

Entre os objetivos do Programa Paraná 12 Meses, destacam-se: melhoria das condições de habitação e de saneamento básico da família rural; recuperação e preservação do solo agrícola e do meio ambiente, para a sustentabilidade da atividade agropecuária e promoção de agregação de renda à família rural, bem como a sua regularidade dentro dos 12 meses do ano. Assim, destaca-se, entre outras, como atividades desenvolvidas pelo Programa a fundo perdido: pequenas construções rurais para uso coletivo dos beneficiários; estímulo à geração de projetos municipais ou regionais de alternativas econômicas da produção agropecuária; e, promoção do aperfeiçoamento profissional dos agricultores e trabalhadores rurais através de treinamentos (PARANÁ, 2000).

A atuação do Paraná 12 Meses nas comunidades rurais estudadas se dá principalmente na modalidade de reforma de habitação e saneamento e, na geração de renda, sendo que 26,0% dos produtores do Pinhalzinho e 13,0% da Vila Rica já foram beneficiados com recursos deste (conforme se observou nos Quadros 10 e 11).

Tomando como base o universo das unidades produtivas beneficiadas com os recursos a fundo perdido do Paraná 12 Meses, constata-se que no Pinhalzinho estes são menos expressivos para a submodalidade habitação e saneamento, pois do número de unidades produtivas beneficiadas, 25,0% destas foram contempladas com recursos para melhoria da

habitação e 12,5% para saneamento; 62,5% das unidades contempladas pelo Programa estavam na submodalidade geração de renda. Na Vila Rica, do número de unidades beneficiadas, 67,0% foram com recursos para habitação/saneamento e 33,0% para geração de renda.

Os recursos destinados à habitação e saneamento possibilitaram que as famílias beneficiadas tivessem melhores condições de moradia, uma vez que em alguns casos, estas moravam em casas de pau-a-pique, de chão bruto, sem saneamento e energia elétrica, como ainda se observa na localidade. E, com as reformas e/ou construções realizadas nas casas, identifica-se uma melhoria na qualidade de vida dessas famílias, que conforme pode-se constatar num dos sítios visitados, como se observa nas Fotos 10 e 11, a partir dos recursos obtidos com o Programa Paraná 12 Meses, o produtor conseguiu, juntamente com recursos próprios, construir uma casa de madeira mais ampla (a antiga era de pau-a-pique), com quartos para os filhos e para o casal, sem infiltração (goteiras), com energia elétrica, piso frio (de cerâmica) e de madeira, com banheiro interno e com fosse séptica.

Quanto à submodalidade do Paraná 12 Meses para a geração de renda e combate a pobreza em comunidades carentes, no Pinhalzinho há um projeto de criação e postura de codornas, gerenciado por um grupo de seis produtores desta comunidade e por um da Vila Rica. Este grupo de sete produtores, alguns deles mais envolvidos politicamente com o Conselho de Desenvolvimento Rural do município de Ortigueira, juntamente com o engenheiro da EMATER local, elaboraram um projeto direcionado para a produção e a venda de ovos de codorna, de modo a captar recursos a fundo perdido deste Programa Estadual. Com a aprovação do projeto, foram liberados R\$ 13.000,00 no início do ano de 2002, com o qual, se construiu um barracão de 72m² com capacidade para 6.000 aves. Atualmente, eles recebem assistência do SEBRAE.

O grupo iniciou com 4.500 aves, mantendo uma produção de 4.000 ovos dia, equiivalendo a 147 caixas (50 dúzias a caixa), as quais foram comercializadas no momento do trabalho de campo (março de 2003) a R\$ 18,00 a caixa. A comercialização da produção ocorre com uma empresa de conservas de Curitiba e, em menor escala, no próprio município, para comerciantes e restaurantes.

Como o projeto é recente, os produtores ainda não têm uma renda mensal, pois as sobras são reinvestidas no custeio e na ampliação do número de aves, bem como para repor as que morreram¹⁰⁸. Em março do ano de 2003 foram compradas mais 2.000 aves.

¹⁰⁸ Devido a uma tentativa de redução dos custos, os produtores trocaram a ração das aves, o que acabou gerando a mortalidade de cerca de 500 animais em poucos meses.



Foto 10: Antiga residência de um dos produtores da comunidade de Vila Rica, construída com as paredes feitas de varas entrecruzadas, recobertas com barro, com piso bruto (sem pavimentação) e sem eletricidade.

Fonte: José Alves, Vila Rica, 18/09/00.



Foto 11: Nova residência de um dos produtores da comunidade de Vila Rica (o mesmo da foto anterior), construída com recursos a fundo perdido do Paraná 12 Meses e com recursos próprios do produtor.

Fonte: José Alves, Vila Rica, 18/09/00.

Dentre as maiores dificuldades encontradas pelo grupo, estão os custos elevados com a alimentação das codornizes, surgindo a hipótese de acrescentar na ração destas uma porcentagem de milho, que seria cultivada pelos próprios produtores. Até o momento da realização do trabalho de campo (março de 2003) isso não tinha ocorrido. No entanto, caso isso venha a ocorrer, os produtores estarão acrescentando mais sobretrabalho nesta atividade, o que certamente não será remunerado no momento da comercialização. Tal contexto acaba exigindo uma intensificação do trabalho dos produtores, que têm de se desdobrar nas múltiplas tarefas da unidade produtiva e também no projeto das codornas. Para as atividades mais simples, como a alimentação e coleta dos ovos, os filhos é que acabam assumindo estas tarefas.

Por fim, a divisão do trabalho entre os membros do grupo ocorre da seguinte forma: cada produtor cuida um dia do barracão, alimentando as aves, coletando e embalando os ovos; outros tem a função específica de fazer os contatos para a compra da ração e para a venda dos ovos; e, um produtor é encarregado da limpeza. Segundo eles, não há um desentendimento quanto à divisão das tarefas.

Diante do exposto, embora o projeto de postura de codornas acabe sendo uma alternativa na geração de renda no campo, não se pode dizer que ele já esteja apresentando resultados, pois o mesmo ainda encontra-se em fase de estruturação, exigindo o reinvestimento das sobras para o custeio. Além disso, destacam-se as dificuldades enfrentadas pelos produtores com o aumento dos custos da alimentação das aves, devido ao aumento do preço da ração – decorrente da alta do dólar e do preço da soja e do milho.

No geral, constata-se que alguns produtores das comunidades de Pinhalzinho e de Vila Rica têm no PRONAF o principal programa de crédito rural, possibilitando o custeio da produção agrícola, bem como, o investimento na melhoria do rebanho e no armazenamento da produção leiteira. É claro que caso as dificuldades e contra-tempos do programa venham a ser superadas, este conseguirá beneficiar um número maior de produtores. Fora isso, um ponto positivo sobre a atuação do mesmo se refere ao fato dos produtores até o momento terem conseguido quitar os financiamentos realizados.

Com relação ao Programa Paraná 12 Meses, constata-se para as unidades produtivas beneficiadas, uma melhoria da habitação e do saneamento no meio rural. Todavia, há a necessidade de uma ampliação dos recursos disponíveis, pois muitas famílias não têm condições de completá-los para a execução das reformas necessárias. Um outro ponto é que este é destinado para a reforma da casa e não para a sua construção.

Quanto aos projetos de geração de renda, estes inserem os produtores como verdadeiros sujeitos transformadores da realidade local, seja se organizando em grupos e lutando por melhoria das condições sócio-econômicas, seja por desenvolverem projetos coletivos e por se inserirem em importantes espaços políticos como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o qual discute a aplicação e fiscalização das verbas públicas em projetos que beneficiem o homem do campo. Entretanto, precisa de um estudo pelos técnicos da Emater, além de outros que se fizerem necessários, para sugerir projetos alternativos de renda que sejam viáveis.

3.8 – Busca pela Qualidade de Vida no Campo: para além do espaço da casa e da comunidade

A constituição de um espaço produtivo no campo, que possibilite a reprodução social da produção familiar, visa ir além do somente o subsistir, uma vez que se busca viver com dignidade e qualidade de vida, de modo que a população rural também usufrua do desenvolvimento social dos dias de hoje.

Isso é perceptível a partir do espaço da casa, entendido como o lugar tanto de moradia como de identidade da família rural, de modo que a mesma seja equipada para proporcionar a seus membros um certo conforto, que é conseguido com a ampliação ou reforma desta; a melhoria da infra-estrutura, como energia elétrica, água encanada, banheiro interno e com a compra de eletrodomésticos considerados mais modernos – como televisão em cores, antena parabólica, geladeira e frizzer, fogão a gás, entre outros.

Na comunidade rural de Pinhalzinho verifica-se que as casas, na maioria das vezes, em 73,0% dos entrevistados, são construídas de madeira, um percentual menos significativo de alvenaria (17%) e 10% é mista – alvenaria e madeira. No geral, são casas em boas condições, mas em alguns casos, observa-se algumas em condições precárias, com a possibilidade de desabamento, pondo em risco a segurança dos seus moradores.

Na Vila Rica, 60,0% das casas são de madeira, 20,0% de alvenaria, 13,0% mista – alvenaria e madeira – e apenas 7,0% de pau-a-pique. Nesta comunidade, as casas são mais simples e menores, como se verifica na Tabela 21, sendo a maior parte, ou seja, 54,0%, com área construída em torno de 40 a menos de 50 m². No Pinhalzinho, a maioria tem de 50 a 60 m² de construção.

Tabela 21
Tamanho da casa – área construída m²

Área (m ²)	Pinhalzinho		Vila Rica	
	nº absoluto	%	nº absoluto	%
Menos de 30	1	3	2	13
De 30 a menos de 40	4	14	–	–
De 40 a menos de 50	4	14	8	54
De 50 a menos de 60	7	24	–	–
De 60 a menos de 70	5	18	2	13
De 70 a menos de 80	4	14	–	–
De 80 a menos de 90	1	3	–	–
De 90 a 100	1	3	1	7
Acima de 100	2	7	2	13
Total	29	100,0	15	100,0

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (Março/03).

Org.: O autor

Mesmos nas casas com áreas mais reduzidas, as famílias procuram supri-las com alguns equipamentos considerados básicos.

Para a comunidade de Pinhalzinho destacam-se: a energia elétrica, instalada em 93,0% das residências; banheiro interno, presente em 86,0%; água encanada em 96,0%, sendo que 7,0% têm poço semi-artesiano e 93,0% captam água de pequenas nascentes - as *minas*. Nenhuma casa do universo pesquisado tem telefone fixo e há somente um nesta comunidade localizado no Posto de Saúde. O carro próprio de passeio é um “*privilégio*” de apenas 21,0% dos produtores. Além disso, 86,0% deles têm geladeira em casa, 96,0% fogão à gás, 83,0% televisão, 72,0% antena parabólica e 96,0% rádio.

Na comunidade de Vila Rica, a maioria das residências, ou seja 93,0%, tem energia elétrica instalada; 73,0% têm banheiro interno; 73,0% das moradias têm água encanada, sendo que 33,0% captam água de poço semi-artesiano e 67,0%, de pequenas nascentes - as *minas* –; nenhum produtor na comunidade tem telefone rural; e, apenas, 20,0% têm carro próprio. Quanto à outros bens de consumo duráveis, 93,0% das casas têm geladeira, 67,0% fogão à gás, 80,0% televisão, 67,0% antena parabólica e 87,0% rádio.

Deixando o espaço da casa e passando para o espaço da comunidade, constata-se que estas não são dotadas de algumas infra-estruturas e serviços básicos. Assim, dentre as reclamações mais comuns dos produtores estão:

✓ a falta de transporte coletivo diário, que embora seja realizado três vezes por semana, ainda não é o suficiente. No Pinhalzinho, 79,0% da população necessita do transporte coletivo e na Vila Rica, 87,0%. O ônibus coletivo não vai até a comunidade de Vila Rica,

obrigando os moradores a caminharem até 4 km para chegarem no ponto onde este passa, localizado na estrada principal de acesso à localidade (como se observa no Mapa 02);

✓ as condições da estrada, que embora tenham melhorado recentemente, normalmente encontra-se em péssimo estado, pois sua manutenção não é realizada pelo poder público municipal. No Pinhalzinho, 31,0% dos produtores a acham boa, 20,0% precária, 28,0% péssima e 21,0% regular. Na Vila Rica, 53,0% acham a estrada boa (devido à recente terraplanagem), 27,0% precária, 13,0% péssima e 7,0% ruim;

✓ a assistência médica ocorre somente no Pinhalzinho, onde há um posto médico para atender a população desta comunidade, da de Vila Rica e de outras vizinhas. Neste posto permanecem diariamente duas agentes de saúde (sem curso de auxiliar em enfermagem) e a cada 15 dias ocorre a visita de um médico e de uma auxiliar de enfermagem vindos de Ortigueira – a sede do município está a uma distância de aproximadamente 30 km das duas comunidades rurais. Segundo os produtores, o atendimento deixa a desejar, pois há reclamações que o médico não é bom; demora na realização de exames especializados (que não são feitos no local) e as consultas são muito rápidas devido à quantidade de pessoas atendidas e há falta de remédios. Esse quadro é grave, pois como enfocado no tópico 2.3, nas localidades o percentual de pessoas idosas e de crianças é bem significativo e, em casos de doença, o paciente tem que ser deslocado até a cidade de Ortigueira e, quando não se consegue o atendimento necessário, as outras opções acabam sendo outras cidade do estado como Apucarana, Telemâco Borba, Faxinal, Mauá da Serra, Londrina e Curitiba;

✓ o problema da falta d'água na Vila Rica é uma outra reclamação de todos os moradores desta comunidade, pois nos períodos de estiagem prolongada – normalmente no inverno – , as mulheres são obrigadas a lavar roupa no rio do Tigre, a mais ou menos 2 km. É uma reivindicação antiga das famílias à Prefeitura de Ortigueira a construção de um poço artesiano, que embora o poder municipal reconheça a sua necessidade, a concretização do projeto fica só na promessa de um dia ser realizado;

✓ a falta de um telefone público na Vila Rica para atender os moradores da comunidade;

✓ a inexistência de projetos sociais de lazer no campo. Ao serem questionados a respeito das atividades de lazer desenvolvidas, os produtores do Pinhalzinho mencionaram principalmente o futebol (48,0% dos entrevistados); posteriormente a participação na igreja (tanto Católica como Protestante), em encontros e festas religiosas, com 41,0%; 24,0% ficam em casa ou visitam amigos; e, 10,0% não realizam nenhuma atividade de lazer. Na comunidade de Vila Rica o jogo de futebol foi a resposta de 33,0% dos entrevistados; vindo

em seguida a participação na igreja, em encontros e festas religiosas, com 26,0%; o mesmo percentual (26%) dos entrevistados, disseram que não tem nenhuma atividade de lazer na comunidade, 20,0% pescam; e, 20,0% visitam os amigos¹⁰⁹.

Diante do exposto, constata-se que a busca por melhores condições de vida não ocorre somente no âmbito da casa, mas também na comunidade. Isso porque, a qualidade de vida não se restringe à escala da casa, mas perpassa por esta e ultrapassa a escala da comunidade e do município, onde as famílias tenham infra-estrutura e prestação de serviços de qualidade, seja no fornecimento de energia elétrica, transporte, saúde, educação, a comunicação/informação, lazer e cultura. Todavia, para que isso ocorra, os moradores devem agir coletivamente cobrando do poder municipal o que lhes é de direito, caso contrário, os problemas e as dificuldades permanecerão e tenderão a se agravar.

3.9 – Produtores Familiares e a Relação com o Lugar

No lugar, conceito de análise importante, “superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo”. Assim, no lugar há um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, no qual cooperação e conflito são a base da vida em comum (SANTOS, 2002, p. 322).

É neste sentido que se procura entender a relação dos produtores familiares com o lugar, ou seja, na escala da comunidade, nos elos de sociabilidade, de modo a verificar quais os fatores que propiciam a permanência destes no meio rural. O lugar é tido como a base da vida cotidiana e da sociabilidade entre as pessoas. Já verificou-se até o momento, que é intrínseco ao sistema capitalista, nas suas contradições, a permanência desse segmento de produtores no campo, uma vez que o capital o subordina via sujeição da renda da terra e pela expropriação do sobretrabalho familiar. Além disso, tem-se na família rural, um produtor de mercadorias para a agroindústria (neste caso a cooperativa) e mercado consumidor para os produtos industrializados. Por isso, o capital cria e recria a produção familiar no campo (OLIVEIRA, 1997).

Com base nessa lógica, tenta-se inserir outros elementos na compreensão da permanência dos produtores familiares no meio rural, que são as relações de sociabilidade

¹⁰⁹ Esses índices ultrapassam a 100%, pois alguns entrevistados responderam mais de uma opção.

decorrentes do trabalho acessório e das formas de ajuda mútua, dos encontros e festas religiosas, das relações de parentesco e vizinhança, do acesso à terra pela propriedade ou não, do apego e sentimento de pertencimento ao lugar, bem como pela perspectiva dos filhos darem continuidade a este modo de vida.

Enfocou-se que o trabalho acessório é um elemento importante de complementação do trabalho familiar nos momentos mais críticos, nos quais a família por si só não dá conta de realizar todas as tarefas. Além disso, as relações estabelecidas entre os moradores das comunidades rurais calcadas na solidariedade, como as formas de ajuda mútua¹¹⁰ e afetividade são considerados relevantes no apego ao lugar.

Um outro ponto importante no entendimento da permanência deste segmento de produtores no campo se dá por intermédio das manifestações religiosas, possibilitando a sociabilidade entre o grupo e a efetivação dos laços de amizade. Isso é possível uma vez que com os encontros religiosos, os produtores se reúnem, e além das manifestações de fé, discutem os problemas da comunidade (falta de infra-estrutura, por exemplo) e as dificuldades na produção e comercialização.

De acordo com Moura (1988, p. 22), as manifestações religiosas podem ser verificadas nas comunidades rurais por intermédio de orações (como as novenas, missas e a rezas do Terço em devoção a algum santo) e “na forma de diferenciar, socialmente, os dias comuns dos dias especiais”. Acrescenta-se a isso a realização das festas religiosas, comum na área de estudo.

Em tal contexto:

São os santos e as divindades que dão sentido aos dias especiais. Os feriados nacionais estabelecidos pelo Estado não têm grande significado no meio rural. Se uma data nacional, como a Independência ou a Proclamação da República, chega ao conhecimento do camponês, não lhe altera a substância simbólica do tempo, como ocorre num dia de festejos de um santo padroeiro. A festa deste é forte o suficiente para gerar a parada do trabalho, enfim, a alteração do cotidiano nas áreas rurais, mesmo que não esteja prevista no calendário nacional (MOURA, 1988, p. 22).

Segundo Candido (1975, p. 87), a parada no trabalho decorrente do “*dia de guarda*” ou “*dia santo*” verificado no modo de vida dos produtores familiares, se dá pelo fato

¹¹⁰ Dentre essas formas de ajuda mútua destacam-se a troca de dias de trabalho, a troca e venda de produtos entre os produtores por preços inferiores ao do mercado varejista, bem como em outras manifestações como o fato de quando algum produtor mata um porco, o mesmo divide uma parte deste com os vizinhos mais próximo e/ou parentes.

da família acreditar que “o trabalho pode causar prejuízo grave, devido ao desrespeito pela norma religiosa”. Ainda segundo o mesmo autor (1975, p. 87), a parada no trabalho necessariamente não ocorre somente nos dias santos estabelecidos pela Igreja Católica, mas também por um calendário especial, “nem sempre coincidindo com o estabelecido pela Igreja, pois quando esta restringiu o número de dias santificados, o caipira continuou a seguir a tradição”.

Deste modo, além do calendário estabelecido pela Igreja Católica, no qual comumente não se trabalha nos dias de Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro) e Natal (25 de dezembro), outros são verificados na área de estudo, como o dia de Santo Antônio (13 de junho), São João (24 de junho) e São Pedro (29 de junho), o dia 19 de março é dedicado à São José e o dia 23 do mesmo mês, a Exaltação da Santa Cruz¹¹¹; que embora nem todos os produtores saibam a que é dedicado, o “*guardam*” devido à tradição passada de geração em geração. Nesses dias, normalmente, algumas famílias não trabalham como de costume, no máximo ordenham as vacas e usam o resto do tempo para descansar, passear, pescar e para celebrações – já que a noite acontece a reza na casa de algum produtor.

Fora os “*dias santos*”, verifica-se a reza do Terço e das novenas na Quaresma; manifestações religiosas que podem acontecer somente com o pessoal da casa ou com o recebimento dos vizinhos por uma família anfitriã. Quanto à reza do Terço, esta ocorre em devoção à Santíssima Trindade, à Nossa Senhora Aparecida e à Santa Rita de Cássia, isso no Pinhalzinho, e à Nossa Senhora Aparecida, na comunidade de Vila Rica. Na primeira comunidade, a reza em devoção a cada uma das santas ocorre conforme a proximidade da vizinhança (comumente estabelecida por microbacia), sendo que os vizinhos decidem qual percurso será feito por cada santa nas visitas às unidades produtivas.

Além dessas manifestações, verifica-se a realização de missas a cada 15 dias no Pinhalzinho e a cada 60 dias na Vila Rica, sendo que todos os domingos acontece a celebração feita pelo ministro de liturgia. Na capela do Pinhalzinho, como se observa na Foto 12, ocorrem duas festas religiosas: uma em janeiro, dedicada à São Sebastião e, outra, em julho, em homenagem à Santo Inácio, nas quais reúnem produtores do Pinhalzinho e da Vila Rica e de outras comunidades, bem como, pessoas de outros distritos de Ortigueira. Fora a celebração religiosa – missa – ocorrem festas, há o almoço e o bingo – que é realizado com as doações dos produtores – sendo encerrada com a realização de um baile à noite.

¹¹¹ Candido (1975) em seu estudo também faz referência a esses dias santos.



Foto 12: Na capela do Pinhalzinho, no primeiro plano, ocorrem as festas religiosas dedicadas à São Sebastião, em janeiro, e à Santo Inácio, em julho, nas quais reúnem produtores dessa comunidade, da de Vila Rica, bem como pessoas de outras localidades do município de Ortigueira. Nos fundos da capela encontra-se o salão Paroquial, onde normalmente ocorrem as festas, os bingos beneficentes e o baile.
Fonte: José Alves, Vila Rica, 18/09/00.

Embora com menos adeptos, há uma Igreja Assembléia de Deus na comunidade de Pinhalzinho, onde os produtores mantêm celebrações todos os domingos e uma vez por mês comparece um pastor.

Neste contexto, constata-se que os encontros religiosos, como as festas, missas, novenas e o culto, além da fé, também são vistos como forma de sociabilidade das famílias. Portanto, como enfoca Queiroz (1973, p. 198), as atividades religiosas, especialmente as festas, são importantes pois garantem maior intensidade das relações entre os membros do grupo, constituindo-se como a principal maneira de reunir a maioria dos seus membros.

Por meio dessas manifestações religiosas, os produtores familiares exercem não somente sua fé, mas também ensinam às crianças sua doutrina, seus valores – como solidariedade, paz e fraternidade – promovendo o encontro entre diferentes gerações de membros das comunidades.

Se tal sociabilidade entre os vizinhos reflete o apego ao lugar e o sentido de pertencimento a ele, outros pontos também o fazem. Quando questionados à respeito do porquê a família continua morando na comunidade, os relatos mais comuns dos entrevistados foram: porque nasceu na comunidade; gosta do lugar e dos vizinhos; consegue sobreviver na unidade produtiva; devido à idade avançada do casal; têm parentes na comunidade ou numa próxima; não tem estudo e por isso tem medo do desemprego, além da violência na cidade; recebeu a terra de herança e, por ter a propriedade ou a posse da terra.

Neste sentido, a terra é um aspecto que merece destaque, pois a mesma constitui-se no principal meio de sobrevivência da família no meio rural, possibilitando-lhe uma autonomia em relação ao proletário. Assim, o produtor familiar “é livre na medida em que é dono de seus instrumentos de trabalho ou, no mínimo, dono de sua vontade quanto ao que produzir, como produzir e para quem vender” (MARTINS, 2002, p. 64). Tal liberdade, em relação ao operário, ocorre uma vez que o produtor não vende sua força de trabalho, em troca de um salário, mas ao se situar no mundo através do seu *trabalho*, tem o seu trabalho oculto no seus produtos (MARTINS, 2002, p. 71).

Em outras palavras, Martins (2002, p. 60) afirma que o vínculo do produtor familiar com o capital não é estabelecido através da venda de sua força de trabalho ao capitalista. Ao contrário do que ocorre com o operário, cujo trabalho é diretamente dependente, subordinado ao capital, o seu trabalho é um trabalho independente, pois o que ele vende não é sua força de trabalho e sim o fruto de seu trabalho e de sua família, os seus produtos, que nasce como sua propriedade.

Isso porque ele ainda dispõe dos instrumentos de produção. Desses instrumentos, o mais importante é a terra. Mesmo que ela não seja sua, que ele a alugue de um proprietário, que pague uma renda da terra, ainda assim, durante o período de vigência do aluguel dela, usará como se fosse sua. Na verdade, ele alugou o meio de produção, como poderia alugar as ferramentas, as máquinas, a casa. Em princípio, é ele quem decide o que fazer na terra (MARTINS, 2002, p. 60).

Em tal contexto, a liberdade do produtor familiar no meio rural, em relação ao proletário, se expressa na conquista da terra e dos seus meios de produção e de vida. Isso pode ser constatado no relato de vários entrevistados: “*Foi um sonho realizado deixar de trabalhar pros outros; ter uma casa; trabalhar a hora que quer; levantar a hora que quer. Trabalhei 10 anos pra ter esse sítio. Foi 10 ano de sofrimento pra ter esse sítio*” (F. F. P., 50 anos, Pinhalzinho, março/03) ... “*é um sonho realizado a conquista da terra*” (J. T. da S., 67 anos,

Pinhalzinho, março/03) ... “A terra, o sítio, é tudo pra família; é tudo. Pela tranqüilidade, trabalha sem horário, ninguém manda, além disso fui criada no sítio” (V. S., 71 anos, Pinhalzinho, março/03) “o sítio é uma firmeza na comunidade, não precisa mudar pra outro lugar” (J. B. L., 48 anos, Vila Rica, março/03) ... “é tudo pra mim, sempre sonhei ser proprietário” (V. G. da S., 60 anos, Pinhalzinho, março/03) “quando trabalhava no que era dos outro, tinha que pagá porcentagem pro patrão. Hoje o pouco que produz é meu” (J. P. da S., 54 anos, Pinhalzinho, março/03).

A terra é considerada a base material da existência da família, seja pela fixação desta no lugar, seja pela possibilidade de sua reprodução social advinda da comercialização de algum produto e pelo autoconsumo, pela liberdade de não ter patrão, de não ser assalariado.

Essa relação com a terra não significa que o produtor deixa de ser itinerante, de buscar melhores condições de vida, caso esta não seja possível onde o mesmo estabelece sua morada, que pode ocorrer devido às dificuldades encontradas tanto na produção e comercialização; pela precariedade de infra-estrutura e prestação de serviços; declividade do terreno e a baixa fertilidade do solo, entre outras. Assim, alguns produtores relataram que até venderiam seus sítios e se mudariam para um outro local, num outro sítio com melhores condições. Segundo uma produtora, “se a gente for vê o lucro que a terra dá, a gente desiste. Só fica mesmo pelo valor sentimental” (I. P., 36 anos, Pinhalzinho, março/03).

Todavia, embora alguns pensem em mudar de localidade caso encontrem um outro sítio melhor, o que se verifica no geral é que a maioria dos entrevistados pretendem continuar no campo. Os filhos também expressam tal opinião. Na comunidade de Pinhalzinho, 62,0% dos filhos dos entrevistados disseram que mesmo com as dificuldades já mencionadas, pretendem continuar na agricultura. Na Vila Rica, o índice foi de 67,0%. De modo menos significativo, 24% dos produtores da primeira comunidade e 27,0% da segunda, informaram que seus filhos não pretendem continuar no campo; e, 14,0% e 6,0%, respectivamente, não responderam.

Para os filhos dos produtores que pretendem sair do campo, sua decisão é influenciada pela baixa renda conseguida e, deste modo, os mesmo vêm no trabalho urbano uma outra opção. A questão da falta de geração de renda no campo e os problemas advindos da mesma, não preocupa só os jovens, mas também os pais:

O sítio é tudo, ninguém sai da terra por saí. Sai porque é forçado. Na época do meu pais os grileiros expulsava; hoje, as pessoas são expulsas sem saber, pois não é repassado os recursos pra agricultura, a condição do campo está cada vez mais difícil. Como não tem mais jeito de continuar no campo, ele

vai pra cidade em busca de melhoria de vida e lá acaba ficando apurado [...] (L. M. dos S., 44 anos, Vila Rica, 22/03/03).

Embora com a possibilidade de sair da terra, a maioria dos jovens (62,0% de Pinhalzinho e 67,0% de Vila Rica) pretende continuar no campo, seja porque gostam, ou “*porque na cidade também tá difícil, falta emprego. Aqui [no campo] tem tranqüilidade pra sair, não tem patrão, a gente trabalha por conta*” (A.R. 22 anos, Pinhalzinho, março/03). Tornar-se empregado assalariado, proletário, é um temor: pois “*a gente*” “*não gosta de ser dominado, não quero ser assalariado. No sítio é mais tranqüilo e posso fazê o meu horário de trabalho*” (G. A. R., 21 anos, Pinhalzinho, março/03).

Como se constata, a saída não é preparar o jovem do campo para o mercado de trabalho urbano, pois neste o desemprego – a face nua e crua do “horror econômico¹¹²” –, é extremamente visível. E, não adianta se iludir com o discurso de que é necessário ser uma mão-de-obra especializada, pois sabe-se que esse discurso neoliberal não é garantia de emprego para ninguém. Falta, entretanto, políticas de geração de renda e de melhoria da qualidade de vida voltados às necessidades do homem do campo¹¹³, bem como a valorização deste por parte da sociedade.

Neste sentido, buscou-se nesse capítulo analisar a produção familiar nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, por meio de uma série de elementos que possibilitaram entender a organização do espaço das mesmas e a permanência e a reprodução social na área de estudo. Permanência esta que foi possível devido ao desenvolvimento de várias estratégias de reprodução social que constituem-se em: assegurar o acesso a terra e torná-la produtiva; a importância das relações sociais de produção familiar mantidas no processo produtivo; as formas de organização e cooperação dos produtores; a diversificação na produção e na comercialização; na manutenção do modo de vida e o vínculo e o sentido de pertencimento ao lugar; além da importância do autoconsumo.

Tais estratégias são fundamentais para que a família consiga resistir ao intenso processo de sujeição da renda da terra imposto pelo capital, de modo a não ser expropriada, mas permanecendo e se reproduzindo socialmente no meio rural.

¹¹² Conforme enfocado por Viviane Forrester em **O horror econômico** (1997).

¹¹³ O único projeto de conhecimento dos produtores de atuação da prefeitura municipal é a Casa Familiar Rural, um projeto francês implementado especialmente na região Sul do Brasil, que no caso do município é tocado em parceria com a prefeitura, sendo que esta repassa recursos para o transporte e alimentação dos alunos e dos funcionários. Na Casa familiar Rural, os alunos ficam estudando uma semana, no regime de internato, e três semanas ficam realizando atividades em casa, onde tentam colocar em prática as técnicas agrícolas aprendidas na escola. O instrutor visita esses alunos nas propriedades buscando dar o apoio necessário.

Assim, no capítulo 04 será analisado a contabilidade de 14 unidades produtivas familiares no período de setembro de 2002 a agosto de 2003, de modo a se compreender como o capital sujeita a produção familiar por meio da renda da terra e do sobretrabalho e, como as respectivas famílias conseguem resistir a este processo se reproduzindo socialmente no campo.

CAPÍTULO 04
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA PRODUÇÃO
FAMILIAR: SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA

Neste capítulo, objetiva-se analisar como o desenvolvimento contraditório, desigual e combinado de reprodução ampliada do capital subordina a produção familiar, por meio da sujeição da renda da terra e da apropriação do sobretrabalho, e como tais produtores resistem ao processo de expropriação mantendo sua reprodução social no campo.

Para tanto, procurar-se-á mostrar, num primeiro momento, a dominação do capital sobre a agricultura, que conforme Oliveira (1981, p. 20), ora a circulação está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. Assim, por meio da ação do capital monopolista, a agricultura passa a ser drenada em momentos importantes do processo produtivo, de um lado, devido aos altos preços pagos pelos produtos industrializados (maquinarias, insumos etc.) e, de outro, na circulação, com os baixos preços pagos pela produção.

Posteriormente, será foco de discussão, como o capital através de seu desenvolvimento contraditório e combinado subordina a produção familiar, por meio da sujeição da renda da terra e da apropriação do sobretrabalho¹¹⁴. A contradição entre terra e capital é mascarada com a transformação deste bem natural em mercadoria; já que o importante é que a terra passe a auferir renda e, com isso, a produção familiar não é eliminada do campo, mas subordinada à sua lógica, aos seus ditames.

Neste sentido, visando compreender tal processo de subordinação será analisado os dados da contabilidade anual de 14 unidades produtivas familiares das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica no período de setembro de 2002 a agosto de 2003, podendo assim, entender a drenagem da renda gerada nas unidades produtoras para outros segmentos da sociedade (tanto pelo capital comercial, industrial e financeiro), em detrimento da apropriação desta pelas famílias.

Os dados encontram-se organizados em três grupos:

a) no primeiro, será apresentado os referentes ao rendimento total da produção agropecuária (com a produção agrícola, com a criação de bovinos e de suínos, e com a produção de leite), bem como de outras fontes de renda como a aposentadoria, o trabalho acessório, os financiamentos e os recursos de programas sociais como o Bolsa Escola e o Vale Gás;

¹¹⁴ Conforme Martins (1995, p. 174), neste caso não há nem sujeição formal, nem sujeição real do trabalho ao capital. “Uma análise centrada unicamente na sujeição do trabalho ao capital ainda está fortemente comprometida com a concepção de que capitalismo no campo é estritamente dominação do trabalho pelo capital”. Sobre essa discussão ver também: MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, [S.d.] (Título original: Das Kapital. I. Buch, Der Produktionsprozess des Kapital. “Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses”, Verlag Neue Kritik, Frankfurt, 1969).

b) no segundo, serão apresentados os dados referentes aos custos com a produção agrícola e animal, tais como: compra de sementes, de fertilizantes, de equipamentos, de animais (especialmente de vacas e novilhas), do pagamento de trabalho temporário, dentre outras despesas; e,

c) o terceiro, constitui-se um balanço da contabilidade anual das 14 famílias, no qual será possível verificar o rendimento obtido após os descontos com os gastos oriundos da reposição dos meios de produção e com as despesas com o orçamento familiar.

A partir da soma do rendimento total, subtraiu-se, tanto os custos com a produção agropecuária como as despesas com o orçamento familiar¹¹⁵, sendo o resultado obtido na operação o rendimento líquido. Após a análise dos dados da contabilidade, será possível verificar o intenso processo de sujeição da renda da terra e de apropriação do sobretrabalho que estes produtores e suas famílias estão submetidos.

Tal processo demonstra que, se por um lado, o capital subordina a produção familiar retirando o máximo da renda gerada nas unidades produtoras, por outro, verifica-se que os produtores desenvolvem uma série de estratégias para se manterem no campo, que como se constatou no capítulo 03, nas comunidades pesquisadas, constituem-se em: assegurar o acesso a terra e torná-la produtiva; na divisão do trabalho entre os membros da família; nas relações sociais de produção mantidas no processo produtivo calcadas principalmente na família e complementada pelo trabalho temporário e a ajuda mútua de outros produtores; nas diferentes formas de organização e cooperação dos produtores; na diversificação da produção e da comercialização; na importância do autoconsumo; na manutenção do modo de vida; na sociabilidade; na solidariedade e no vínculo com o lugar.

Com a análise anual da contabilidade da produção familiar nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, torna-se possível constatar que o desenvolvimento capitalista ao contrário de eliminar a produção familiar do campo – que se fundamenta em relações sociais de produção não assalariadas, não capitalistas portanto – em detrimento do aumento do trabalho assalariado, permite por meio da sujeição da renda da terra e da apropriação do sobretrabalho que tais produtores se reproduzam socialmente no meio rural. Entretanto, para que isso ocorra, para que a expropriação não seja o destino destes sujeitos sociais, os mesmos desenvolvem uma série de estratégias que têm como objetivo primordial não a renda da terra e o lucro capitalista, mas a reprodução da família na terra com seu modo de vida.

¹¹⁵ Alimentação, vestuário, educação, saúde, energia elétrica, transporte, dentre outras despesas.

4.1 – Subordinação da Produção Familiar ao Capital

4.1.1 – Dominação da agricultura pelo capital

Para o entendimento da expansão do capitalismo no campo brasileiro, não se pode tomar como ponto de partida que no seu desenvolvimento o capital atua homogeneizando as relações sociais de produção, assim como o faz na indústria, estabelecendo o assalariamento. Que o capitalismo tende a dominar cada vez mais o campo e a cidade, a agricultura e a indústria, disso não resta dúvida.

O capital é um sistema de comando cujo modo de funcionamento é orientado para a acumulação, e esta pode ser assegurada de muitas formas diferentes. (...) É absolutamente crucial reconhecer que o capital é um sistema metabólico, um sistema metabólico sócio-econômico de controle (MÉSZÁROS, 1996, p. 130-131).

As relações capitalistas de produção se dão basicamente através da separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, de forma que o trabalhador apareça livre de qualquer propriedade, exceto é claro da sua força de trabalho. Esta por sua vez será tomada pelo capitalista numa relação de troca, pois só pessoas juridicamente iguais podem manter uma relação de troca. Todavia, os resultados dessa troca entre capitalista e trabalhador não serão iguais, uma vez que o trabalhador não receberá o equivalente pelo trabalho realizado, mas o considerado suficiente para se manter enquanto tal¹¹⁶. O capitalista sairá desse processo mais rico, pois o lucro é o que o move, através da produção de mercadoria e da extração da mais-valia embutida nesta. O que se verifica neste caso, é que embora o trabalho não tenha valor, pelo fato deste não ser fruto do trabalho, o capital vai transformá-lo em mercadoria. “No entanto, o capital, monopolizando os meios de produção, impede que o trabalhador trabalhe por sua conta; só lhe resta trabalhar para o capital” (MARTINS, 1995, p. 160). Neste sentido, o capital cria as condições para se apropriar do trabalho, para fazer com que o trabalho apareça como parte do capital quando é comprado pelo capitalista na forma de salário.

Verifica-se assim a alienação do trabalho ao capital, pois este na sua essência não tem valor, embora é o único que possa criar valor ao produzir mercadorias, ou seja, o

¹¹⁶ “Essa força de trabalho se transforma, assim, em mercadoria e, como tal, adquire um valor equivalente ao valor dos alimentos necessários à manutenção e à propagação dessa força. O valor excedente que o trabalhador produz acima do valor da própria força de trabalho transforma-se em mais-valia. Esta reverte totalmente para o capitalista quando o preço da força de trabalho, ou seja, o salário, corresponde exatamente ao valor dessa força” (KAUTSKÝ, 1998, p. 103).

capitalista faz com que o trabalhador acredite que é o capital que gera valor e não o excedente do seu trabalho, a mais-valia, não remunerada e por ele apropriada.

E na agricultura, como será possível subordinar a terra aos ditames do capital? Uma vez que esta como bem natural, não é produto do capital, pois não contém valor materializado.

Primeiramente, a apropriação da terra não se dá no processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital. “Portanto, nem a terra tem valor, no sentido que não é valorização do trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista” (MARTINS, 1995, p. 159). A terra não pode ser confundida como capital, como os outros meios de produção. Entretanto, o capital se apropria da terra, pois pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por esse último, por meio do pagamento de uma renda, quando a transforma em mercadoria e em propriedade privada.

Com a terra mascarada em mercadoria, abre-se possibilidades para a dominação do capital sobre a agricultura. Para Amin e Vergopoulos (1977), o domínio do modo de produção capitalista na agricultura pode ser entendido, dentre outros fatores, a partir da terceira fase de desenvolvimento do capitalismo, que se inicia com a industrialização da agricultura, que sobretudo fornecerá mais produtos à cidade e receberá em troca não apenas produtos manufaturados de consumo, mas também os insumos, como adubos, equipamentos, energia, etc. “Esta fase torna-se particularmente variada em suas formas de expressão, porque se manifesta a partir do momento em que o sistema mundial está constituído sob o bastão do capital monopolista” (AMIN e VERGOPOULOS, 1977 p.30-31).

Segundo Oliveira (1999), o estudo da agricultura brasileira sob o capital monopolista deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território é desigual, contraditório e combinado. Ou seja, ao mesmo tempo que este avança reproduzindo relações especificamente capitalistas de produção, como a implementação do trabalho assalariado no campo (bóia-fria), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações não assalariadas de produção pela presença do trabalho familiar.

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalista, como o trabalho familiar

praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais (OLIVEIRA, 1997, p. 11).

Isso é possível, pois

o modo capitalista de produção não se circunscreve à produção: ele é modo de produção e modo de circulação de mercadorias e de troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadoria. Isso justamente porque não é essencialmente um modo de produção de mercadoria, *strictu sensu*, mas sim um modo de produção de mais-valia. E a mais-valia não é o produto final do processo de produção. O produto final é a mercadoria que contém mais-valia; essa mais-valia precisa realizar-se e isso só é possível na circulação, quando finalmente o capitalista troca mercadoria concreta por dinheiro, o equivalente geral, que mede e representa o trabalho social. Só assim pode apartar o que corresponde ao pagamento do trabalho contido naquelas mercadorias, o pagamento do desgaste das máquinas, o pagamento das matérias-primas e das matérias auxiliares, da mais-valia que corresponde à exploração que o seu capital exerce sobre o trabalhador. Na produção a mais-valia é produzida e só na circulação ela se realiza (MARTINS, 1995, p. 171, grifo do autor).

Além disso, com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, presencia-se que “estamos diante de dois mecanismos de monopólio do capital em relação à produção no campo. De um lado, o monopólio na produção, subordinando a circulação à produção. De outro, **o monopólio na circulação, subordinando a produção à circulação**”, um engendrando o outro (OLIVEIRA, 1997, p.10, grifo nosso). Conforme o mesmo autor citado, a análise geográfica do campo brasileiro, também permite compreender, de um lado, a territorialização do capital, e de outro, o processo de monopolização do território pelo capital¹¹⁷.

No primeiro caso, um exemplo do processo de territorialização e monopolização na produção, com a subordinação da circulação, é a agroindústria açucareira. Nesta, a indústria e a agricultura fazem parte de um mesmo processo, no qual o capitalismo unifica contraditoriamente o que ele mesmo separou no início do seu desenvolvimento, ou seja, a indústria e a agricultura. “Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa” (OLIVEIRA, 1999, p. 105). Neste caso, repete-se o processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, no qual a circulação está completamente submetida à produção, pois cada vez mais verifica-se que a mercadoria sai da produção com o preço de venda estipulado.

¹¹⁷ Para Oliveira (1999, p. 107), “a territorialização do monopólio e a monopolização do território podem se constituir em instrumentos de explicação geográfica para as transformações territoriais no campo”.

Para produzir utiliza-se do trabalho assalariado não só no campo, através do corte da cana, mas de outros trabalhadores envolvidos no processo produtivo como os químicos, os condutores/motoristas, os trabalhadores da alimentação, etc. O embate capital trabalho verificado é presenciado de forma desleal, se é que este pode ser de outra forma.

Sobre a atuação desse tipo de capital agroindustrial, Thomaz Júnior enfoca que

enquanto o capital se espalha pelo território, na forma de área ocupada com cana-de-açúcar e de empresas sucro-alcooleiras, subvertendo os limites territoriais imposto pelo Estado – a fronteira do município – o trabalho ao expressar-se em sindicatos, se materializa como identidade corporativa, sob os desígnios do ordenamento institucionalizado pelo Estado, delimitado pela fronteira do município (THOMAZ JÚNIOR, 199–, p. 03-04).

Em tal caso, o capital se territorializa, desenvolve-se a sua reprodução ampliada em sua plenitude, uma vez que, ele expropria do campo os trabalhadores familiares (parceiros, posseiros, rendeiros, proprietários), através da substituição da lavoura pela cana-de-açúcar (ou laranja, soja, pastagens), concentrando-os nas cidades, agora não mais como proprietários dos seus meios de produção, mas como assalariados da indústria, do comércio ou de serviços. Além disso, verifica-se a intensificação / precarização da exploração dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo das agroindústrias sucro-alcooleiras. Desta forma, o capitalista / proprietário da terra embolsa simultaneamente tanto o lucro da atividade industrial e da agrícola, bem como a renda da terra gerada por essa última.

O outro momento, focado anteriormente, refere-se ao processo de monopolização do território pelo capital monopolista, que conforme Oliveira (1981), tem sido a prática do capital comercial e industrial, sujeitar a agricultura aos seus ditames. “Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjugava, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas” (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

Este mecanismo é intensificado com o processo de industrialização da agricultura, que é um momento específico do processo de modernização da agricultura¹¹⁸, no qual ocorre, nas palavras de Graziano da Silva (1996b), a “reunificação agricultura-indústria” de forma mais elevada do que o consumo de bens industriais pela agricultura. Esse é o momento em que “a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica

¹¹⁸ Esse processo de modernização da agricultura não vai ocorrer de forma homogênea por todo o território brasileiro, nem do ponto de vista dos produtos e das fases do processo produtivo, mas “parcial” (GRAZIANO DA SILVA, 1996a, p. 53-54), e nem vai beneficiar a todos os produtores, mas será uma “modernização conservadora” (MARTINE, 1991, p. 33).

agrícola, o que ela só pode fazer após a implementação do D₁ [departamento produtor de bens de capital e insumos] para a agricultura no país”. (GRAZIANO DA SILVA, 1996b, p. 32).

Em tal contexto da constituição de uma nova dinâmica da agricultura brasileira, com o processo de modernização e industrialização, a constituição do CAI (Complexo Agroindustrial) e a integração de capitais intersetoriais (capital financeiro com a agricultura), não se pode esquecer de enfatizar o papel decisivo do Estado; que passa a desempenhar novos papéis nesse novo padrão de desenvolvimento agrícola, que podem “ser sintetizados na idéia de uma regulação estatal visando a financiar, patrocinar e administrar a captura das margens de lucro na agricultura, no sentido de beneficiar os capitais integrados e garantir sua autovalorização” (GRAZIANO DA SILVA, 1996b, p. 28).

Partindo do exposto, verifica-se que quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria e redefine relações de produção familiar. Isso porque, ao monopolizar a circulação de mercadorias, o capital sujeita a produção à circulação, fazendo com que os produtores familiares produzam matérias-primas para as agroindústrias, num determinado momento, e noutro, fazendo com que estes passem a ser consumidores dos produtos industriais no campo (maquinários, insumos, remédios veterinários etc.). Em tal situação, criam-se algumas condições para a permanência do trabalho familiar, nas suas múltiplas formas, como proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro.

Nesses casos, embora as grandes empresas não expropiem diretamente o lavrador, elas subjagam o produto do seu trabalho. Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, fumo, tomate, ervilha, laranjas, frutas em geral. Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, neste caso, a parcela principal dos ganhos fica com os capitalistas.

É comum os consumidores desses produtos nas cidades queixarem-se do preço exorbitante que têm de pagar por eles, preços que crescem continuamente. Essa queixa está em contradição com as queixas dos lavradores que recebem cada vez menos por aquilo que produzem. É o que podem constatar facilmente comparando a elevação dos preços dos seus produtos com a elevação dos preços dos insumos de que necessitam nas suas tarefas como o adubo, a semente, o inseticida etc. Na verdade, estamos diante de uma clara transferência de renda, da pequena agricultura para o grande capital (MARTINS, 1991, 47-48).

Em tal contexto, no tópico 4.2, discutir-se-á como o capital subordina os produtores familiares aos seus ditames, pois este, ao sujeitar a produção à circulação, cria condições para também sujeitar a renda da terra e apropriar do sobretrabalho familiar sem

remunerá-lo. Além disso, focar-se-á a importância das estratégias de reprodução deste segmento de produtores para se manter no campo frente a tal processo imposto pelo capital.

4.2 – A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e as Estratégias de Reprodução da Produção Familiar

Viu-se até o presente momento, que o capital tende a dominar o campo e a cidade, a indústria e a agricultura, e embora isso não ocorra de forma dual (campo e cidade como espaços separados), mas de forma dialética, não se pode dizer que sua dominação ocorre do mesmo jeito nos diferentes espaços, mas por meio de um desenvolvimento desigual e contraditório. Assim, no campo, um dos elementos fundamentais de produção é a terra e esta não deve ser vista como capital. Com a superação da terra enquanto barreira para que o capital possa atuar no campo, abre-se, sob o capitalismo monopolista, possibilidades de ora o capital se territorializar, ora monopolizar o território. A lógica de atuação do capital pode ser entendida como contraditória e combinada, na qual a produção familiar não é eliminada do processo produtivo, mas passa a ser subordinada a esta.

Neste momento, uma questão parece pertinente: se a produção familiar não foi eliminada do campo, como previa a Social-Democracia¹¹⁹, que por sinal influenciou vários trabalhos sobre a questão agrária brasileira, mas ao contrário, o próprio capital à subordina na sua lógica contraditória e combinada, como então se pode entender a permanência da produção familiar e, conseqüentemente, as formas do capital subordiná-la e as estratégias de reprodução desse segmento de produtores?

Como enfocado anteriormente, a produção familiar, que têm os meios de produção (terra e os instrumentos de trabalho) e produz com base no trabalho familiar, constitui-se numa relação que não pode ser vista nem como subordinação real nem subordinação formal do trabalho ao capital, mas sim, uma sujeição sem que ocorra a expropriação dos instrumentos de produção, sem que o produtor seja expropriado e expulso da terra ou transformado em assalariado.

¹¹⁹ Segundo Amin e Vergopoulos (1977, p. 25), a Social-Democracia formula a lei de que, com o desenvolvimento da terceira fase do capitalismo na agricultura, a concorrência deveria eliminar progressivamente o trabalho familiar, neste caso os camponeses, em favor dos grandes capitalistas agrários que dispunham de capitais necessários à utilização da mecanização e a concentração da propriedade do solo. O camponês tomava cada vez mais o caráter de proletário.

Deste modo, a bibliografia consultada¹²⁰ indica que o que ocorre neste caso é a subordinação da produção familiar ao capital por meio da sujeição da renda da terra.

Neste contexto, ao se questionar como esse processo ocorre e quais são os tipos de renda gerada pela terra, o que se verifica é que onde o capital não se tornar proprietário real das terras para extrair juntos o lucro e a renda (uma vez que a terra não gera valor e nem lucro), ele vai assegurar o direito de extrair a renda e a expropriação do sobretrabalho familiar.

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção familiar de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra (MARTINS, 1995, p. 177)¹²¹.

Assim, quando o capitalista compra a terra, empregando seu dinheiro na mesma, esta não opera como capital. Pelo contrário, Martins (1995, p. 164) afirma que o que ocorre neste caso com a compra da terra, é a possibilidade de extrair uma renda da sociedade no seu conjunto, podendo assim ter uma renda capitalizada. A propriedade da terra pelo capitalista pode ser tida também como especulação, como reserva de valor, uma vez que, com o monopólio da terra, o proprietário capitalista pode tirá-la da produção quando este não consegue auferir o sobrelucro, ou seja, quando a mesma não produz a renda esperada.

Quando o capitalista compra a terra, ele converte o seu capital em renda capitalizada, renda antecipada, em direito de extrair uma renda da terra e ao mesmo tempo direito de recobrar inteiramente e até com acréscimo o seu capital, mediante a simples conversão contrária de renda capitalizada em capital (MARTINS, 1995, p. 167).

Ainda com base no referido autor, essa renda não é paga pelo capitalista, nem pelo proprietário da terra, ou pelo trabalhador, mas é o conjunto da sociedade quem paga a renda da terra, muito embora seja o capitalista quem se apropria da mesma.

O sobrelucro agrícola, fonte da renda, não está ligado substancialmente à grande ou a pequena propriedade, nem mesmo à simples propriedade fundiária (AMIN e VERGOPOULOS 1997, p. 60).

¹²⁰ Sobre essa temática ver: Kautsky (1998), Martins (1995), Amin e Vergopoulos (1977), Oliveira (1995, 1997 e 1999).

¹²¹ Sobre a apropriação do sobretrabalho familiar pelo capital, ver também Tavares dos Santos (1978).

Ele provém da *limitação do solo*: no sistema capitalista, onde todos os fatores da produção e bens econômicos (capitais, homens, matérias-primas, mercadorias, etc...) são social e *livremente* reproduzíveis, o solo constitui um elemento de exceção. Não é extensível, reproduzível ou acumulável, nem mesmo esgotável. É, em relação às outras riquezas capitalistas – economicamente falando – simplesmente *raro* (AMIN e VERGOPOLULOS, 1997, p. 60, grifos dos autores).

Diante das possibilidades da terra gerar renda, os referidos autores afirmam que:

A terra, sob a forma de monopólio em quantidade limitada; explica a renda absoluta. A terra, sob a forma de monopólio de qualidade diferenciada, explica a renda diferencial. Assim, o mecanismo social que engendra a renda é *unificado*, e o sobrelucro agrícola, *único*. *As duas formas de renda têm a mesma causa, ou seja, o monopólio relativo da terra* (AMIN e VERGOPOULOS, 1977, p. 94, grifos dos autores).¹²²

Neste contexto, a terra no modo capitalista de produção possibilita os seguintes tipos de renda¹²³: a **renda diferencial** (quando provém da melhor localização com o mercado ou fertilidade natural do solo, ou ainda, oriunda dos investimentos de capital), a **renda absoluta** (decorrente do monopólio privado da terra), a **renda de monopólio** (obtida através do lucro de uma mercadoria monopolizada) e ainda a “**renda pré-capitalista**”¹²⁴.

Após essa breve explanação sobre a possibilidade da terra gerar renda, se questiona à possibilidade ou não do produtor familiar reter a renda gerada com a propriedade da terra. Segundo alguns autores (AMIN e VERGOPOULOS, 1977; MARTINS 1995; OLIVEIRA 1997), a renda gerada na propriedade familiar não é apropriada por esses produtores, mas sim por outros segmentos da sociedade que apresentam maior poder econômico no momento da comercialização da mercadoria.

Oliveira (1997, citando Marx), afirma que quando a renda diferencial ocorre na produção familiar, ela pode ou não ficar com esses produtores que trabalham em condições naturais de solos mais favoráveis. Além disso, Martins (1995, p. 175), enfoca que onde a

¹²² Neste mesmo sentido, Kautsky (1998, 119) analisa que na “qualidade de renda diferencial, a renda fundiária é produzida pela concorrência; na qualidade de renda absoluta, ela é produzida pelo monopólio. Em qualquer dos casos, ela se destina ao proprietário fundiário, não em decorrência de uma criação social qualquer, mas simplesmente em decorrência da noção de propriedade privada do solo”.

¹²³ A respeito desses tipos de renda ver Kautsky (1998) e Oliveira (1986a, 1986b e 1995).

¹²⁴ Segundo Oliveira (1986-a, p. 80), a renda pré-capitalista nasce na produção e é diretamente produto excedente. Essa aparece em três formas distintas: renda em trabalho, renda em produto e renda em dinheiro. “Esta forma de renda tem sua origem histórica em modos de produção anteriores ao capitalista, daí a expressão pré-capitalista. Porém não se trata de formas de renda que não podem aparecer sob o capitalismo. Ao contrário, elas aparecem adquirindo formas novas que o próprio capital engendra de modo a manter seu domínio no campo. E mesmo, o próprio capital procura lançar mão destas formas de renda para assim produzir o próprio capital [...]”.

renda é baixa, o capital não vai tornar-se proprietário de terras, mas sim manter a propriedade familiar e criar as condições para extrair a renda aonde ela aparentemente não existe.

Conforme Amin e Vergopoulos (1977, p. 132), a agricultura integrada pelo modo capitalista de produção, dominada por ele, é “pilhada” como um todo, através dos mecanismos de circulação e de mercado. O capital bancário, o mercante, o industrial e o Estado constituem os pontos de sustentação e de “valorização” do trabalho familiar. Hoje “é o capital (urbano, industrial e financeiro) que constitui a instância reguladora para a produção agrícola”.

É perceptível neste caso a pilhagem e a subordinação da produção familiar através da sujeição da renda da terra e da apropriação do sobretrabalho familiar pelo capital. Deste modo, o produtor familiar só consegue se manter no campo, pois o que este precisa “extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar [...]” (MARTINS, 1995, p. 176).

Essa categoria de produtores

não visa o sobrelucro, nem mesmo o lucro: visa, simplesmente, a sobrevivência e a reprodução familiar (...) e de seus instrumentos de trabalho. A agricultura atual faz fluir um sobretrabalho crescente, sem que haja um padrão de tamanho apropriado para sua apropriação. É o sistema de conjunto, notadamente urbano, que capta este sobretrabalho e dele apropria-se *em bloco* (AMIN e VERGOPOULOS 1977, p. 132, grifo dos autores).

Por isso, a riqueza que esta categoria de produtores cria realiza-se em mãos estranhas às suas, como renda que flui disfarçadamente para os lucros bancários, como matéria-prima barata para as indústrias, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas (MARTINS, 1995, p. 177).

Os exemplos sobre a transferência da renda da produção familiar para o setor urbano-industrial é imenso, sendo que dentre as formas de articulação-dominação-exploração dos produtores familiares pelo capital industrial, comercial e financeiro apropriando a renda da terra e o sobretrabalho, cita-se o caso dos produtores de uva, da avicultura, da sericicultura, da pecuária leiteira, da produção de fumo, da fruticultura, entre outros casos¹²⁵.

¹²⁵ Cf. Tavares dos Santos (1978), Tsukamoto (2000), Tsukamoto e Silva (2001), Martins (1975), Etges (1989), Locatel (2000), Hespanhol (2001) e Paulino (2003).

4.2.1 – Estratégias de reprodução social dos produtores familiares

Constatou-se até o momento, que a agricultura sob o modo capitalista de produção encontra-se subordinada a este, sendo que o importante não é o desenvolvimento homogêneo das relações sociais de produção capitalista no campo (calcadas no trabalho assalariado), mas um desenvolvimento contraditório e combinado, no qual a produção familiar também encontra-se subordinada a esse processo via a sujeição da renda da terra. Mais do que a agricultura manter uma racionalidade própria, esta deve estar submissa à lógica do capital.

A produção familiar não vai ter no lucro, no sobrelucro e na renda da terra seus limites de exploração, mas conforme já enfocado, o limite da exploração familiar será a “remuneração” que o produtor paga a si mesmo e a sua família, ou seja, a subsistência deste segmento de produtores no campo é o limite da exploração.

Em tal cenário de subordinação da renda da terra e da apropriação do sobretrabalho, busca-se entender como esses produtores se mantêm enquanto tal no meio rural, uma vez que se constata um movimento dialético de subordinação e de resistência da produção familiar à expropriação, sendo que este último se dá por meio das estratégias de reprodução social, ou seja, uma série de elementos (que não se restringem ao econômico) fundamentais para a permanência da família no meio rural.

Entender o que proporciona o desenvolvimento das estratégias é um ponto importante para a análise.

Desse modo, o debate acerca da produção familiar no Brasil a partir da década de 1990 tem fomentado uma série de discussões¹²⁶ e, dentre elas, Sant’Ana (2003, p. 20 – 21) enfatiza “as estratégias adotadas por estes produtores, resgatando a importância das tradições e dos modos de vida (as raízes camponesas) do agricultor familiar para enfrentar [a] realidade em transformação”.

Tal enfoque na perspectiva das estratégias, busca compreender que as mesmas estão atreladas ao modo de vida e as tradições desses sujeitos sociais, não sendo assim, somente um reflexo das imposições estruturais da sociedade, tanto na esfera política, econômica, cultural e tecnológica, externos à unidade produtiva; mas como ações desenvolvidas pela família na unidade de produção e nas relações de sociabilidade presentes no lugar e no seu cotidiano.

¹²⁶ Como os trabalhos de Abramovay (1998) e VEIGA (1995).

Para Lamarche (1993), no estudo da exploração familiar, tem-se que levar em conta que o seu funcionamento deve ser analisado dentro da dinâmica na qual cada tomada de decisão importante é resultado de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir. “Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro” (LAMARCHE, 1993, p. 19).

Assim, tais estratégias não são somente de cunho econômico, mas como Sant’Ana (2003, p. 06) enfoca em seu trabalho, “as estratégias dos produtores familiares são fatores decisivos para compreender sua capacidade de reprodução social e de que estas estratégias estão orientadas para manutenção de um certo modo de vida ligado à terra”. O modo de vida dos produtores familiares embora possa se modificar ao longo do tempo, “mantém, mesmo que sob novas bases, como foco central a permanência na terra e a reprodução da família (ou parte dela) na condição de produtores familiares” (SANT’ANA, 2003, p. 193).

Wanderley (1999, 37) privilegia em sua análise três objetivos fundamentais para se entender as estratégias adotada pelos produtores familiares ao longo da história no país, quais são: a) a luta por um espaço produtivo, b) pela constituição do patrimônio familiar e, c) pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família.

No que se refere à luta por um espaço produtivo, Wanderley (1999, p. 42) enfoca que os produtores familiares no passado como no presente, buscam ter acesso as atividades estáveis e rentáveis, objetivos estes que norteia suas estratégias econômicas e que se articula em dois níveis complementares: “o acesso a uma atividade mercantil” e, junto a essa soma-se “o autoconsumo”. Essa dupla preocupação – a integração ao mercado e a garantia do consumo– é fundamental para entender o que a autora chama de “patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro”.

Tais estratégias econômicas calcadas nessa complementaridade, como se contatou no capítulo 03, são adotadas pelos produtores das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, que incluem a diversificação de atividades produtivas tanto na produção agrícola (que embora seja direcionada principalmente para o autoconsumo, também é comercializada no caráter de excedente), como na pecuária leiteira e na venda de bezerros, não ocorrendo a especialização da unidade de produção, o que aumentaria a dependência desta em relação às oscilações do mercado. Assim, foi possível constatar a articulação da produção mercantil – com a venda do leite, de bezerros – com a importância da produção agrícola para o autoconsumo, que também pode ser comercializada no caráter de excedente.

Quanto às formas de organização do trabalho no campo enquanto uma estratégia dos produtores familiares, destacam-se tanto as formas coletivas regidas pelas relações de reciprocidade entre os produtores como é o caso das práticas de ajuda mútua com a troca de dias serviços, como a organização em cooperativa – com a vinculação dos mesmos com a Colari –, e as associação de produtores – com os grupos formados para a criação de codornas e para a compra coletiva do tanque de expansão (o resfriador de leite).

As relações de produção regidas essencialmente pelo trabalho familiar, na qual a família é considerada o motor do processo produtivo, é uma estratégia fundamental, sendo que cada membro acaba assumindo um papel importante nas atividades desenvolvidas, de modo que cada qual tem seu peso, seu significado, o que no universo familiar constitui-se numa divisão do trabalho, que também é sexual, entre homens – pai e irmãos – e mulheres – mãe e filhas.

No entanto, apesar da família constituir-se na relação central de produção, quando a mesma não consegue completar totalmente sua necessidade de mão-de-obra, ela acaba criando possibilidade para outras relações no âmbito da unidade de produção, como o trabalho temporário e a troca de dias de serviços.

Assim, a partir do entendimento das estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos produtores familiares no meio rural, pode-se compreender como mesmo com o processo de subordinação posto em prática pelo capital, estes produtores se mantêm no campo frente a sujeição da renda da terra e da apropriação do sobretrabalho familiar.

4.3 – Análise da Contabilidade da Produção Familiar nas Comunidades Rurais de Pinhalzinho e Vila Rica

A análise da contabilidade anual (setembro de 2002 a agosto de 2003) das 14 famílias entrevistadas – sendo as oito primeiras da comunidade de Pinhalzinho e a partir da nona da comunidade de Vila Rica –, se baseia no levantamento do rendimento total tanto na produção agropecuária quanto de outras fontes de renda; nos gastos com a reposição dos meios de produção (entendido como as despesas com a produção agrícola e pecuária); e, nos gastos da própria família (alimentação, saúde, educação, transporte, entre outros).

A partir do levantamento mensal dos rendimentos que compõem a renda total, dos custos com a produção agropecuária e dos gastos com a reprodução da família, foi realizado a seguinte operação: tendo como base o rendimento total, subtraiu-se os custos com a produção

agropecuária e as despesas com a família, o que possibilitou obter o rendimento líquido; $RT - (CPA \text{ e } DF) = RL$.

Obtendo o rendimento líquido mensal, procurou-se compreender como os produtores investem as sobras (isso quando esta ocorre), ou seja, se estas são empregadas em poupança, se a mesmas são investidas na própria unidade produtora ou na melhoria das condições de vida das famílias, possibilitando a sua reprodução.

4.3.1 – Rendimento total: a importância da produção agropecuária e de outras fontes de renda

A partir do levantamento e sistematização dos dados coletados com os 14 produtores das comunidades de Pinhalzinho e de Vila Rica, no período de setembro de 2002 a agosto de 2003, organizou-se quadros mensais referentes à composição da renda destas famílias, abrangendo os seguintes tipos:

- a) com a comercialização de produtos agrícolas;
- b) com a comercialização de animais, principalmente de bezerros;
- c) com a comercialização do leite;
- d) com a aposentadoria;
- e) com o trabalho realizado fora da unidade de produção;
- f) com outros recursos, como os decorrente de programas sociais como o Bolsa Escola e o Vale Gás, e com recursos do Pronaf Custeio e Investimentos.

Nesses quadros mensais que compõem o rendimento total, apresentados no Anexo C, foi realizada uma primeira sistematização – mais detalhada – dos elementos constituintes da renda das respectivas famílias, como por exemplo, dos tipos de cereais e animais comercializados (bezerros, vacas de descarte, porcos e/ou aves), do número de beneficiados com a aposentadoria, do tipo de trabalho realizado fora da unidade de produção, dos tipos de recursos obtidos com as outras fontes de renda.

A partir dos mesmos, foi elaborado o Quadro 12, que contém apenas os valores totais (em R\$) obtidos com a produção agrícola, com a criação animal, com a produção de leite, com a aposentadoria e com o trabalho acessório, sendo que sua análise permite verificar a importância da diversificação de atividades adotadas pelos produtores familiares na geração de renda.

Quadro 12
Rendimento total dos produtores - R\$

UPF n.º	Setembro de 2002							Outubro de 2002							Novembro de 2002						
	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)
1	200,00		118,00			200,00	518,00			164,00			200,00	364,00		1.250,00	297,00			200,00	1.747,00
2					200,00 (Professora)		200,00	225,00				200 (Professora)	425,00					200,00 (Professora)			200,00
3			249,00				249,00			285,00			285,00				301,00				301,00
4					100,00	60,00	160,00		1.200,00			100,00	45,00	1.345,00					150,00	60,00	210,00
5		910,00	162,00		532,00		1.604,00			183,00		532,00	715,00		928,00	120,00	200,00		532,00		852,00
6		759,00	1.150,00				1.909,00		1.247,00	1.397,00		220,00	2.864,00			1.404,00	1.438,00		180,00		3.022,00
7			102,00	400,00			502,00			115,50	400,00		515,50				150,00	400,00			550,00
8		775,00	565,00				1.340,00			448,00		650 (pedreiro temporário em Curitiba)	1.097,00			520,00	370,00		620,00		1.510,00
9			750,00				750,00			772,00			772,00				794,00				794,00
10			482,00	400,00			882,00			700,00	400,00		1.100,00				820,00	400,00			1.220,00
11			490,00			3.000,00 de Pronaf Investimento	3.490,00			537,00			537,00				780,00				780,00
12		450,00	166,00	200,00	90,00	2.904,00	3.810,00			199,00	200,00	200,00	30,00	629,00			179,00	200,00	150,00	15,00	544,00
13	240,00		265,00			60,00	565,00			315,00			45,00	360,00			679,00				739,00
14		120,00	165,00		300,00	30,00	615,00		490,00	217,00		300,00	60,00	1.067,00			281,00		300,00	1.491,00 (Pronaf Custeio 1.446,00)	2.072,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 12
Rendimento total dos produtores - R\$

UPF n.º	Dezembro de 2002							Janeiro de 2003							Fevereiro de 2003						
	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)
1		10,00	252,00	(auxílio doença)		200,00	1.076,00		1.250,00	278,00			200,00	1.728,00		45,00	238,00			200,00	483,00
2					200,00 (professora)		200,00					200,00 (professora)	200,00					200,00 (professora)			200,00
3		100,00	351,00				451,00			500,00			500,00				492,00				492,00
4					200,00	45,00	245,00	600,00				200,00	45,00	845,00					160,00	60,00	220,00
5	1.200,00		191,00		232,00		1.623,00		168,00	233,00		232,00	633,00			100,00	171,00		232,00		503,00
6	2.056,00	253,00	1.370,00		360,00		4.039,00			1.397,00		70,00	1.467,00			6.765,00	1.268,00		100,00		8.133,00
7			198,00	400,00		400,00	998,00			103,00	400,00		503,00				72,00				472,00
8			254,00		520,00	60,00	834,00			359,00*			215,00	215,00			72,00				72,00
9	325,00		656,00				981,00			742,00			742,00				565,00				565,00
10		5.410,00	1.098,00	400,00		400,00	7.308,00			1.392,00	400,00		1.792,00				950,00	400,00			1.350,00
11			964,00				964,00			1.161,00*			0,00				951,00*				0,00
12		290,00	177,00	200,00	200,00	30,00	897,00			209,00*	200,00		200,00				165,00*	200,00	150,00	30,00	410,00
13			731,00			45,00	776,00			177,00			15,00	392,00			474,00			60,00	534,00
14	615,00	2.890,00	418,00		200,00	45,00	4.168,00		536,00	505,00		400,00		1.441,00			359,00		300,00		659,00

* O produtor não recebeu o pagamento da produção de leite

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 12

Rendimento total dos produtores - R\$

Continuação

UPF	Março de 2003							Abril de 2003							Maio de 2003						
	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)
1	800,00	158,00				200,00	1.158,00		1.050,00	260,00				1.510,00	480,00		258,00			200,00	938,00
2					200,00 (professora)		200,00					200,00 (professora)	200,00					240,00 (professora)			240,00
3			518,00				518,00			383,00				383,00	140,00	1.900,00	275,00				2.315,00
4					300,00	45,00	345,00					150,00	60,00	210,00				240,00	45,00		285,00
5			153,00		450,00		603,00		600,00	64,00		540,00		1.204,00			35,00	540,00			575,00
6		1.300,00	1.343,00				2.643,00	600,00	3.163,00	1.009,00				4.772,00	100,00	106,00	759,00				965,00
7		300,00	160,00	400,00			860,00		300,00	100,00	480,00			880,00			120,00	480,00			600,00
8			572,00*				0,00		3.500,00	150,00				3.650,00		3.500,00	225,00				3.725,00
9			590,00				590,00			509,00				509,00			303,00				303,00
10			1.235,00	400,00			1.635,00			904,00	480,00			1.384,00			486,00	480,00			1.864,00
11			780,00				780,00		290,00	624,00				914,00		165,00	706,00				871,00
12			148,00	200,00	200,00	15,00	563,00			71,00	240,00	350,00	30,00	691,00	60,00		50,00	240,00	350,00	15,00	715,00
13			665,00			45,00	710,00			485,00			60,00	545,00			464,00			45,00	508,00
14	80,00	250,00	447,00				777,00		200,00				45,00	245,00			410,00		240,00	30,00	680,00

* O produtor não recebeu o pagamento da produção de leite

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 12

Rendimento total dos produtores - R\$

Continuação

UPF	Junho de 2003							Julho de 2003							Agosto de 2003							
	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)	Prod. agrícola	Criação animal	Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF	Outras rendas	Total (R\$)	
1			205,00			200,00	405,00		900,00	170,00			200,00	1.270,38			147,50			200,00	347,50	
2					240,00 (professora)		240,00					240,00		240,00				240,00			240,00	
3			298,00				298,00			365,00				364,00			261,50				261,50	
4					450,00	60,00	510,00				100,00	60,00		160,00				120,00			120,00	
5			49,00		300,00		349,00			35,00		640,00		675,00			118,00	640,00			758,00	
6		3.456,00*	742,00		496,00		4.694,00		850,00	691,00		500,00		2.041,20	100,00	2.258,00	904,00	500,00			3.662,00	
7			136,00		480,00		616,00			124,50	480,00			524,50			118,00	480,00			598,00	
8	225,00		365,00				590,00			330,00				379,25			632,00	397,00			1.029,00	
9			188,00				188,00			176,00				155,00	600,00		221,00				821,00	
10			824,00	480,00			1.304,00			665,00	480,00			1.145,00		4.200,00	662,00	480,00			5.342,00	
11	105,00		725,00				830,00	Dados não disponíveis							Dados não disponíveis							
12		200,00	55,00	240,00		30,00	525,00			252,00	240,00		30,00	521,60			222,00	240,00			462,00	
13		180,00	307,00			60,00	547,00			310,00			60,00	370,00		4.500,00**	218,00			60,00	4.778,00	
14	1.650,00	850,00	59,00		230,00	45,00	2.834,00	1.760,00					45,00	1.805,00						30,00	30,00	

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

* Venda de bezerros e vacas.

** Venda de bezerros e vacas.

No que tange à produção agropecuária, constatou-se no capítulo 03, que os produtores entrevistados nas comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica não se especializaram numa determinada atividade, mas pelo contrário, estes acabaram desenvolvendo como estratégia econômica a diversificação da unidade de produção. Diversificação esta que culminou numa atividade mercantil, destacando-se principalmente a produção leiteira e a venda de bezerros, e a produção agrícola direcionada fundamentalmente para o autoconsumo familiar com a venda do excedente (mais comum do milho e do feijão), que dependendo das oscilações do preço e das necessidades da unidade familiar¹²⁷ a produção é ou não comercializada.

A estratégia que prima pela articulação entre a atividade mercantil e uma outra voltada principalmente para o suprimento da família, possibilita aos produtores manterem um rendimento mensal com o leite e um outro com a venda de bezerros, além de comercializarem o excedente agrícola; no período de setembro de 2002 a agosto de 2003 pode-se constatar que o excedente da produção agrícola foi comercializada em algumas unidades produtoras, nas quais destacou-se a comercialização do feijão e do milho, como se observa no Anexo C.

Nesse sentido, como a produção agrícola não é tida como a atividade mercantil principal, o rendimento oriundo desta não é constante e fixo em todos os meses, mas pelo contrário, o mesmo só é possível nos meses de colheita, ou quando o produtor consegue armazenar a produção para comercializá-la no momento em que os preços estão melhores.

Assim, tendo com base os 12 meses do levantamento da contabilidade, constatou-se que somente nos meses de dezembro, maio e junho a comercialização da produção agrícola foi mais expressiva. E mesmo para tais meses não são todos os produtores que a comercializaram: em dezembro, o produto comercializado em 29,0% das unidades produtivas foi o feijão, sendo 20 sacas na unidade 05; 36 sacas na unidade 06; 5 sacas na unidade 09 e 10 sacas na unidade 14. Em maio constatou-se a mesma porcentagem de unidades produtivas comercializando a produção e, em junho, 21,0% das unidades realizaram a comercialização, sendo o milho o principal produto.

Desse modo, o rendimento obtido com a produção agrícola assume muito mais um caráter de comercialização do excedente, verificado especialmente para aquelas unidades produtivas que têm o leite como principal produto comercializável (já que para duas unidades familiares a produção agrícola é importante), do que uma produção direcionada exclusivamente para o mercado, o que pode ser verificado tanto pela quantidade comercializada, que são de poucas sacas, como pelos valores obtidos.

¹²⁷ Como o suprimento do autoconsumo, ou na falta de local para armazenar o produto.

Tal diversificação da unidade familiar com a produção agrícola e com a criação animal, tanto de bovinos, de suínos e de ovinos, acaba possibilitando para os produtores rendimentos de fontes variadas. Com a criação de gado bovino mestiço, direcionado tanto para cria, recria e para a produção leiteira, tem-se rendimentos não só com a venda de bezerros e de vacas para descarte¹²⁸, como também com a comercialização da produção de leite. A comercialização dos animais não é constante, pois a mesma ocorre quando os produtores necessitam comprar vacas com maior produtividade; para honrar os compromissos financeiros, que vão desde as dívidas nas casas de seco e molhados – as vendas –; como para o pagamento de financiamento do Pronaf; e, para a realização de investimentos nos sítios como a reforma de pastos ou de cercas.

Esta outra forma de compor a renda familiar é importante, pois o produtor consegue recuperar os baixos rendimentos conseguidos com a comercialização do leite e com a venda do excedente da produção agrícola. A mesma também funciona como uma poupança na qual o produtor recorre quando necessita de um montante de recursos mais expressivo do que os advindos com as outras atividades, como por exemplo, quando este necessita trocar as vacas com pouca por outras com mais produção, o mesmo vende alguns bezerros e as vacas não tão produtivas.

Os recursos oriundos da comercialização de bezerros, vacas, porcos e carneiros (criado por um produtor) necessariamente não são reinvestidos de imediato na compra de outros animais, mas os mesmos também podem ser poupados e empregados posteriormente na melhoria da unidade produtiva e/ou na compra de outros equipamentos que a família julgue necessário, como ocorreu com os produtores 06 e 10, ao adquirirem uma caminhonete e um Fusca, respectivamente. Assim, observa-se na contabilidade do produtor 06, expressa na Quadro 12, que este comercializou animais em quase todos os meses que foram realizados o levantamento – com exceção de janeiro de 2003 –, e que apesar de adquirir outros animais nos meses de setembro, dezembro, maio e abril, tais recursos lhe proporcionou comprar em abril de 2003 uma caminhonete e em junho do mesmo ano financiar uma moto para um dos filhos que trabalhava na propriedade. O mesmo ocorreu com o produtor 10, que no mês de agosto comercializou 11 bezerros e 04 vacas o que possibilitou comprar o carro tão esperado pela família.

A aposentadoria também assume importância na composição da renda de algumas famílias, que como se verifica no Quadro 12, das 14 unidades produtivas pesquisadas, em três

¹²⁸ Quando estas apresentam uma redução na produção de leite ou quando as mesmas estão doentes.

delas há produtores(as) aposentados(as), sendo os casos das unidades familiares de número 07, 10 e 12. Tal recurso (de um salário mínimo por benefício) apresenta um maior significado no rendimento total dos produtores 07 e 12, sendo que para o produtor 07 e 10 este é de dois benefícios e de um para o produtor 12. Com exceção do benefício recebido pelo irmão do produtor da unidade 07, que é devido a problemas de saúde, para os demais produtores(as), este é decorrente da idade avançada do casal.

Tal importância pode ser verificada não só no emprego deste dinheiro para a alimentação da família, mas também na compra de vestuário (roupas e calçados), de algum eletrodoméstico conseguido por meio de pagamento em prestações, além de tais recursos serem fundamentais para os cuidados com a saúde. O que pode ser constatado para o beneficiado da unidade familiar de número 12, para o qual este recurso é o único que o mesmo dispõe, que por sinal acaba ajudando no orçamento da família com o qual ele mora – reside com o irmão casado.

Na unidade familiar 07, tanto o produtor como sua esposa têm acesso a aposentadoria e esta assume uma importância expressiva na renda da família, pois com exceção dos meses em que há comercialização de algum bezerro, como ocorreu em março e abril de 2002, eles contam basicamente com o rendimento advindo da produção de leite – que no período variou de R\$ 72,00 a R\$ 198,00 –, e da aposentaria – que é bem mais expressivo. Na unidade familiar 10, embora o produtor e sua esposa recebam a aposentaria, esta assume um caráter complementar em relação a renda obtida com a produção de leite, venda de bezerros e vacas.

Para os produtores(as) aposentados(as) por idade, a aposentadoria não os desvinculam das atividades produtivas tanto na roça e na lida com o gado, apartando os bezerros, tirando o leite, que é exercidas principalmente pelos homens, como nos demais serviços como na alimentação de porcos e aves, nos cuidados com a casa, entre outros, que são realizados pelas mulheres. Enfim, mesmo estando aposentados tais produtores(as) não se sentem desobrigados(as) de exercerem tais atividades na unidade familiar, uma vez que estes(as) se encontram em plena atividade, pois “*se não trabalhar, eu morro*”.

O trabalho realizado fora da unidade de produção – o trabalho acessório –, acaba sendo expressivo na composição da renda de algumas famílias, variando desde o trabalho permanente, como o diário e por meio de empreita – considerados os mais comuns. Para o trabalho permanente, verifica-se o caso da filha de um produtor (02) que é professora das séries iniciais do ensino fundamental numa comunidade vizinha; e, de um produtor e sua esposa (da unidade familiar 05), que trabalharam até o mês de agosto de 2003, ele como

motorista¹²⁹ pela prefeitura municipal e ela como atendente no posto de saúde da comunidade de Pinhalzinho.

O trabalho acessório temporário exercido por meio da diária e empreita é realizado pelos produtores e/ou algum membro da família das unidades 04 e 12.

A necessidade desses produtores ou algum membro de sua família realizar o trabalho acessório, fora da unidade familiar, está ligada principalmente ao fator terra, ou seja, a reduzida área da unidade produtiva familiar, que é de 4,8 ha na unidade 02, de 07 ha na unidade 04 e de 8,7 ha na unidade 12. Para a produtora e o produtor da unidade 05, o trabalho acessório acaba sendo uma forma de complementar a renda obtida com a venda do leite, decorrente do sistema de parceria que eles mantêm com o dono da propriedade na qual eles moram.

Com referência a outros tipos de rendimentos das famílias mencionadas no Quadro 12, constata-se a contribuição dos recursos dos programas sociais Bolsa e Escola e Vale Gás, recebido pelos filhos(as) dos produtores 04, 09, 12, 13 e 14. Destes casos, pode-se dizer que os recursos provenientes dos referidos programas sociais assumem uma importância significativa para as famílias beneficiadas, em especial para o produtor 04, uma vez que os mesmos são empregados na ajuda da alimentação da família e na compra de materiais escolares.

Constatou-se no levantamento anual da contabilidade das famílias entrevistadas a diversificação produtiva como uma estratégia econômica, que articula a produção mercantil e o autoconsumo, por meio dos rendimentos obtidos com a produção agrícola (apesar do seu caráter de excedente), com a criação animal e com a produção de leite; assim como para algumas famílias, da importância da aposentadoria, do trabalho acessório e permanente, bem como dos programas sociais para as mais carentes. Importância que também deve ser ressaltada para a criação animal, que funciona como uma poupança para o produtor, ou seja, quando este necessita de recursos mais expressivos para honrar algum compromisso, para investimentos na produção e no sítio, e/ou na aquisição de algum equipamento, os mesmos recorrem à venda de bezerros e vacas.

Todavia, mesmo com a participação das referidas atividades na composição da renda da maioria das famílias, atenção especial deve ser dedicada à produção e

¹²⁹ O produtor não tinha horário fixo de trabalho, pois este era encarregado de transportar quando necessário as pessoas doentes da localidade para o hospital na cidade de Ortigueira, o que poderia ocorrer em qualquer momento de emergência. Isso permitia ao produtor trabalhar em outras atividades na unidade familiar, como na lida com o gado e na roça.

comercialização do leite, uma vez que da agropecuária este é o único produto comercializado mensalmente em 12 das 14 unidades de produção; com exceção do produtor 02, que não pratica a criação de gado bovino e do produtor 04, que deixa a produção de leite para o consumo da família. Para os outros produtores, este tipo de rendimento foi verificada em todos os meses pesquisados.

O acompanhamento da produção e da comercialização do leite possibilita uma melhor compreensão do processo de subordinação dos produtores ao capital comercial, industrial, agroindustrial e financeiro por meio da sujeição renda da terra e da apropriação do sobretrabalho familiar.

Entretanto, antes dessa análise, será apresentado os dados referentes aos custos com a reposição dos meios de produção tanto na produção agrícola, quanto na criação animal, em especial na pecuária bovina. E, posteriormente, no tópico 4.3.3, será analisado a produção leiteira dos 12 produtores que exercem esta atividade.

4.3.2 – Custos com a produção agropecuária: a reposição dos meios de produção

Uma sistematização mais detalhada dos dados referentes aos custos com a agropecuária pode ser verificada nos quadros apresentados no Anexo D. Nestes encontram-se os custos de cada uma das unidades familiares pesquisadas no período de setembro de 2002 a agosto de 2003, tanto da produção agrícola, com sementes, fertilizantes/adubos e herbicidas; com a criação animal, na compra de animais, gastos com remédios e alimentação; no pagamento de trabalho temporário, com diária e/ou empreita; bem como de outras despesas, como a compra de equipamentos, aluguel de trator, reforma de cercas, entre outras.

Buscando facilitar a análise dos mesmos, foi elaborado o Quadro 13, no qual constam somente os custos totais em R\$ (Reais) que cada unidade produtiva familiar teve com a produção agrícola, com a criação animal, com a compra de animais, com o pagamento de trabalho temporário e de outras despesas. Neste quadro não foi especificado, por exemplo, se os custos com a produção agrícola foram decorrentes da compra de sementes ou de herbicidas; o que já foi realizado nos quadros apresentados no anexo D.

Quadro 13
Custos na produção agropecuária - R\$

UPF	Setembro de 2002						Outubro de 2002						Novembro de 2002						UPF		
	n.º	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas	Total R\$	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas	Total R\$	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas		Total R\$	n.º
	1	77,00	38,00				115,00	173,00	25,50				198,50	434,00	78,00				252,00	764,00	1
	2	28,00					28,00		5,00				5,00	28,00						28,00	2
	3	79,00	30,00		140,00 (empreita)		249,00		38,00		130,00 (diárias e empreita)	105,00	273,00	231,00	95,00		160,00 (diárias)			486,00	3
	4	173,00	10,00				183,00	13,00					13,00		10,00				102,00	10,00	4
	5	94,00			40,00 (diárias)		134,00		211,00				211,00	114,00	80,00				190,00	296,00	5
	6	300,00	59,00	750,00	127,00 (diárias)		1.236,00	*						49,00	216,00		160,00 (diárias)		190,00	615,00	6
	7	45,00	110,00			23,00 (equipamentos)	178,00	179,00	81,00				260,00		45,00				120,00	165,00	7
	8		98,00		320,00 (empreita)	80,00 (combustível)	178,00		186,00			65,00	251,00		7,00				1.080,00**	1.087,00	8
	9		224,00				224,00	68,00	9,00				77,00	52,00	54,00		120,00 (empreita)			226,00	9
	10	152,00	2.000,00			150,00 (aluguel de trator)	2.303,00		609,00	1.200,00			1.809,00	12,00	414,00				132,00	558,00	10
	11	260,00	205,00	3.000,00 (PRONAF)			3.465,00		159,00			40,00	199,00	206,00	164,00		210,00 (empreita)			580,00	11
	12	30,00	91,00		50,00 (diárias)	920,00 (equipamentos e reforma de cercas)	1.091,00	472,00	9,00				481,00		36,00					36,00	12
	13		82,00				82,00		82,00				82,00	31,00	119,00				30,00	180,00	13
	14	130,00	49,00				179,00	102,00	109,00			30,00	241,00	152,00	79,00	2.000,00			300 (reforma de cercas)	2.531,00	14

* Não declarou gastos

** Conserto do trator = R\$ 1.050,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 13
Custos na produção agropecuária - R\$

UPF	Dezembro de 2002						Janeiro de 2003						Fevereiro de 2003						UPF		
	n.º	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas	Total R\$	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas	Total R\$	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas		Total R\$	n.º
	1		52,00			25,00	77,00	50,00	37,00		56,00 (diárias)	32,00	175,00	63,00	37,00		98,00 (diárias)			135,00	1
	2	42,00				127,00	169,00	*						*	65,00		120,00 Diárias			185,00	2
	3		90,00				90,00	*						*							3
	4							*						*							4
	5							*						*							5
	6		190,00	150,00	110,00 (diárias)		450,00		80,00		40,00 (diárias)	50,00	170,00	31,00	297,00		170,00 (empreita)			498,00	6
	7		29,00						52,00				52,00	14,00	3,50					17,50	7
	8	42,00				60,00	102,00					100,00	100,00		30,00					30,00	8
	9*								49,00				49,00		50,00					50,00	9
	10		189,00				189,00		264,00				264,00		125,00					125,00	10
	11		183,00		150,00 (empreita)		333,00	320,00	164,00		180,00 (empreita)		664,00		153,00		150,00 (empreita)			303,00	11
	12		16,00				16,00		18,00				18,00		4,50					4,50	12
	13		50,00		549,00 (diárias)	19,00	618,00		25,00		150,00 (empreita)		175,00		80,00					80,00	13
	14	102,00	99,00		150,00 (diárias)	150,00	501,00	232,00	60,00				292,00		100,00					100,00	14

* Não declarou gastos

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 13
Custos na produção agropecuária - R\$

Continuação							Custos na produção agropecuária - R\$													
UPF	Março de 2003						Abril de 2003						Maio de 2003						UPF	
	n.º	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas	Total R\$	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas	Total R\$	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas		Total R\$
	1	27,00	617,00		280,00 (empreita)		924,00	31,00	95,00	60,00		25,00	211,00		63,00				63,00	1
	2*							*							*					2
	3		129,00		110,00 (empreita)		239,00		69,00				69,00		*					3
	4		31,00				31,00		6,50				6,50			25,00			25,00	4
	5*							*							*					5
	6		200,00	1.400,00	116,00 (diárias)	630,00 (aluguel de pastos e compra de pneus)	2.346,00		132,00		60,00 (diárias)	125,00 (aluguel de pastos)	317,00		150,00	120,00		50,00 (aluguel de pastos)	320,00	6
	7		9,00	550,00			559,00	15,00	6,50	550,00			571,50		49,00				49,00	7
	8		7,00				7,00		230,00			140,00	370,00		106,00			16,00	120,00	8
	9		195,00				195,00		57,00	1.300,00			1.357,00		110,00				110,00	9
	10*											80,00	80,00		610,00			400,00 (compra de milho)	1.010,00	10
	11		120,00			150,00 (empreita)	270,00		250,00				250,00		205,00				205,00	11
	12		4,50				4,50		6,50				6,50		36,00				36,00	12
	13		230,00				230,00		57,00				57,00		173,00				173,00	13
	14		180,00				180,00		161,00				161,00		161,00				161,00	14

*Não declarou gastos

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Continuação							Custos na produção agropecuária - R\$													
UPF	Junho de 2003						Julho de 2003						Agosto de 2003						UPF	
	n.º	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas	Total R\$	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas	Total R\$	Prod. agrícola	Criação animal	Compra de animais	Pagamento de trabalho temporário	Outras despesas		Total R\$
	1		10,00				10,00		38,00	800,00			838,00							1
	2*																			2
	3		69,00			Pagamento do Pronafinho = R\$ 1.334,00	1.403,00		160,00				160,00		139,00				139,00	3
	4		14,50				14,50		50,00				50,00		50,00				50,00	4
	5*																			5
	6		219,00		212,00 (diárias)	150,00 (aluguel de pastos)	581,00		385,00		30,00	125,00	540,00		80,00			1.269,00	1.349,00	6
	7		44,00				44,00		72,00				72,00		76,00				76,00	7
	8*								70,00			50,00	120,00		292,00	72,00		50,00	414,00	8
	9		117,00				117,00		200,00				200,00		210,00				210,00	9
	10		140,00			300,00 (compra de milho)	440,00		200,00			116,00	316,00		250,00			116,00	366,00	10
	11		300,00				300,00	Dados não disponíveis						Dados não disponíveis						11
	12		6,00				6,00		6,00				6,00		6,00				6,00	12
	13		56,00				56,00		28,00				28,00		28,00				28,00	13
	14		171,00				171,00		80,00			600,00	680,00		80,00			400,00	480,00	14

*Não declarou gastos

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Assim, procura-se evidenciar com tal sistematização que a reposição dos meios de produção é fundamental para que a família consiga manter o ciclo produtivo, por meio do qual pode-se ter a produção agrícola para o autoconsumo, com a venda do excedente; manter a saúde do rebanho, possibilitando a produção de leite e o crescimento de bezerros; enfim, dando as condições necessárias para que a atividade produtiva não pare, para que o ciclo de produção de mercadorias possa se concretizar e, com a venda destas, poderem obter o dinheiro necessário para comprar outras mercadorias necessárias à reprodução familiar.

Desse modo, uma primeira constatação a partir da análise do Quadro 13, é que os custos mensais com a produção agropecuária variam significativamente conforme a unidade produtiva, conforme as condições sócio-econômicas de cada família e de sua capacidade de investir ou não na produção.

Os gastos com a produção agrícola são maiores nos meses de plantio, verificados especialmente em setembro, outubro e novembro, “*o período das secas*”, no qual destaca-se principalmente a compra de sementes de milho, embora os grãos também sejam (re)utilizadas de outras colheitas, como ocorre normalmente com o feijão e o arroz. É nesse período – “*o plantio da seca*” – que também se verifica a compra de herbicidas utilizados no combate as ervas-daninhas, “*para acabar com o mato*”.

Embora com menor expressão, constata-se nos custos com a produção agrícola além das sementes de cereais e herbicidas e fertilizantes, a compra de gramínea para as pastagens, que são utilizadas tanto para reforma das mesmas como no preparo de novas áreas.

Outro ponto importante observado no Quadro 13, diz respeito aos custos com a criação animal, que constituem-se principalmente na compra de remédios como antibióticos, vermífugos e vacinas contra a febre Aftosa; e, na alimentação, se destacando o sal, os complementos minerais e o farelo de trigo¹³⁰ - este utilizado como complemento da alimentação de bezerros e de porcos. Ainda com referência à produção animal, constata-se a compra de vacas e novilhas mais produtivas, em substituição as vacas com pouca produção de leite, descartadas.

Ao contrário do que ocorre com os gastos com a produção agrícola, que apresentam uma sazonalidade em relação ao período do plantio, com a criação animal tais gastos não estão atrelados a um certo momento do processo produtivo, mas estes estão presentes em todos os meses do levantamento. Sua constância se dá uma vez que o cuidado com o rebanho tem que ser contínuo, seja na aplicação de antibióticos, vermífugos,

¹³⁰ Adotado pelo produtor 02, 05, 06, 07, 08 e 14. Vale destacar que o uso desse complemento não ocorre todos os meses.

carrapaticidas, no curativo de bicheiras e bernes; na aplicação das vacinas – contra febre Aftosa e outras –; na alimentação com o sal e o complemento mineral (os mais comuns), com o farelo de trigo; no aluguel de pasto quando a área é pequena, especialmente nos meses de inverno nos quais as pastagens estão debilitadas.

Esses custos com a produção agrícola e com a criação animal, revelam o desequilíbrio existente entre o momento que o produtor necessita comprar os produtos industrializados (herbicidas, fertilizantes, adubos, sementes selecionadas, antibióticos, vacinas, remédios ...), com o momento em que ele vende os seus produtos. Ou seja, a necessidade de se sujeitar aos elevados preços dos produtos industrializados para manter uma certa normalidade na produção, mesmo embora esta não seja especializada e tecnificada, coloca o produtor numa situação em que a renda obtida com a comercialização é drenada para o setor industrial.

Por isso verifica-se que a sujeição se dá muito mais na criação animal, na qual o produtor muitas vezes não tem condições de tratar e/ou curar os animais com os próprios recursos obtidos na unidade familiar, como por exemplo, com plantas medicinais no lugar de antibióticos industrializados.

Quando a substituição de um produto industrializado é possível, está é uma saída encontrada, como pode-se verificar para o plantio do feijão, no qual é utilizado grãos de colheitas anteriores. Além disso, não se pode esquecer que o fato da produção agrícola estar voltada para o autoconsumo familiar, possibilita ao produtor não produzi-la com um enfoque produtivista, com sementes selecionadas e com um certo aparato tecnológico. Isso não significa que a criação de gado tenha tal caráter, mas na área pesquisada esta encontra-se mais sujeita aos constantes gastos com os produtos industrializados.

Apesar dos gastos com a criação animal e, em menor grau com a produção agrícola, serem os mais verificados no Quadro 13, também aparecem os custos com o pagamento de trabalho temporário – realizado por outros produtores ou membros de sua família –, sendo os mais comuns para o pagamento de diária e empreita – fundamentalmente para a roça de pastos, preparo do solo, plantio, capina e colheita.

Os motivos que levam uma família a recorrer ao pagamento do trabalho temporário já foi discutido no capítulo 03, no entanto, vale ressaltar que isso ocorre somente quando a mesma por si só não consegue cumprir todas as atividades necessárias com a força de trabalho que ela dispõe, necessitando, assim, de ajuda. Para uma melhor compreensão dessa “*precisão*”, tomar-se-á como exemplo o caso dos produtores 03 e 06 da comunidade de Pinhalzinho e os produtores 11 e 13 da comunidade de Vila Rica.

No caso do produtor 03, este possui uma área de 12 ha e a força de trabalho familiar é composta por ele, sua esposa e uma filha de 17 anos. Os mesmos recorrem à ajuda externa (diária e empreita) principalmente para serviços ligados à roça, como preparar a terra para o plantio, na colheita e no beneficiamento da produção, que normalmente é realizado, com exceção do milho, de forma manual – o feijão é batido no cambão. O produtor 06, possui uma área de 77 ha, e a força de trabalho familiar é composta por ele, sua esposa e um filho de 21 anos – que começou a trabalhar em junho como professor (técnico agrícola) na Casa Familiar Rural no Bairro dos França. Eles se utilizam do pagamento de diária e empreita no preparo do solo, no plantio, na roça de pastos, na capina e na colheita. O produtor 11 trabalha com a esposa numa área de 29 ha e recorre à empreita de outros produtores para a roça de pastos. O produtor 13 trabalha com sua esposa e uma filha de 20 anos na unidade produtiva de 20,5 ha e raramente recorre à empreita e diária – o que ocorreu somente em dezembro e janeiro.

Como se constatou, o fato da família recorrer ao pagamento do trabalho temporário deve ser encarado numa perspectiva diferente do trabalho empregado na unidade de exploração capitalista, uma vez que a família se utiliza desta relação de trabalho como um complemento da mão-de-obra familiar e não para explorar o trabalho do outro. É tanto que embora alguns produtores recorram ao trabalho temporário, também complementam a força de trabalho familiar através da solidariedade de parentes e amigos, por meio da troca de dias de serviço – como é o caso do produtor 13. A troca de dias de serviço acontece de forma que a família ajudada retribui a ajuda recebida à família que a ajudou num momento posterior.

Predomina, assim, a reciprocidade, o dever ao outro; tanto que a ajuda recebida não foi computada pelos produtores no levantamento da contabilidade.

Por fim, dentre as outras despesas relacionadas à agropecuária verificadas no Quadro 13, identificam-se: a compra de equipamentos como enxadas, plantadeira e bomba manual para aplicação de veneno; gastos com combustível; custos com aluguel de trator para preparar o solo para o plantio e beneficiar a colheita; com aluguel de pastos, dentre outras.

Após esta caracterização dos principais custos dos produtores na produção agropecuária, será analisado a contabilidade da produção leiteira praticada em 12 das 14 unidades pesquisadas. Com isso, objetiva-se entender a evolução para o período de setembro de 2002 a agosto de 2003 da quantidade de leite produzida em cada unidade familiar; da variação dos preços obtidos pelos cooperados da Colari e pelos produtores que comercializam com o laticínio; o rendimento mensal obtido com o leite; bem como os descontos realizados nesse processo.

4.3.3 – Produção de leite: quantidade produzida, preço e rendimento obtido

No entendimento da subordinação da produção familiar ao capital nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, a produção de leite é uma das atividades na qual este processo fica bastante nítido: seja pelos elevados preços pagos pelos produtos industrializados como os remédios e o complemento alimentar para os animais; na aquisição de equipamentos como o tanque de expansão para resfriar o leite; seja no momento da comercialização, no qual os produtores recebem os baixos preços do laticínio e/ou da cooperativa pela produção – os únicos compradores. Isso sem falar nos descontos com a análise do leite e no elevado preço do frete.

Visando compreender tal processo de subordinação por meio da produção de leite, pediu-se aos produtores para que os mesmos disponibilizassem no período de um ano, o total de litros produzidos mensalmente, o valor recebido por litro, o total bruto e líquido pago pela cooperativa ou laticínio e os descontos efetuados. De posse destes dados, foi elaborado o Quadro 14 para os meses de setembro de 2002 a agosto de 2003, no qual consta a contabilidade da produção de leite de 12 dos 14 produtores que contribuíram com o levantamento.

Para objetivar a compreensão dos dados, foram selecionadas 06 unidades familiares para a análise, que são os produtores 03, 06 e 08 da comunidade de Pinhalzinho e os produtores 10, 11 e 12 da comunidade de Vila Rica.

Isso não significa que os outros produtores foram excluídos da análise. Selecionou-se esses seis produtores, porque através da análise dos dados dos mesmos pode-se verificar: a diversidade na quantidade de leite produzida tanto dos cooperados à Colari, como dos que comercializam com o laticínio; a diferença existente de preços pago pela cooperativa e pelo laticínio; bem como a variação dos preços pela quantidade produzida e pelo leite resfriado (os que têm o tanque de expansão), e; além disso, também é possível identificar por meio da produção de tais produtores a sazonalidade na quantidade produzida entre o inverno e o verão.

Nesse sentido, a partir dos dados fornecidos e apresentados no Quadro 14, foram elaborados os Gráficos 21 e 22, que demonstram a evolução do total de litros de leite produzidos para o período de setembro de 2002 a agosto de 2003: o Gráfico 21 refere-se aos produtores 03, 06 e 08 da comunidade de Pinhalzinho e o Gráfico 22 aos produtores 10, 11 e 12 da comunidade de Vila Rica.

Quadro 14
Produção de leite

Nº UPF	setembro de 2002					outubro de 2002					Nº UPF
	total de litros	preço/litro (R\$)*	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	total de litros	preço/litro (R\$)*	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	
1	461	0,32	150,00	118,00	31,00	586	0,33	193,00	164	29	1
2	O produtor não tem gado de leite					O produtor não tem gado de leite					2
3	919	0,32	294,00	249,00	45,00	1.044	0,33	344,00	284,74	60	3
4	O produtor não comercializa o leite					O produtor não comercializa o leite					4
5	507	0,32	162,00			652	0,33	215,00	183,12	32	5
6	3.701	0,36	1.346,00	1.150,00	196,00	4.683	0,35	1.639,00	1.397,00	241	6
7	350	0,32	112,00	102,00	10,00	350	0,33	115,00			7
8	1.822	0,31	565,00			1.222	0,31	448,00			8
9	2.688	0,33	887,00	750,00	137,00	2.598	0,35	909,00	772,00	137,00	9
10	1.739	0,33	574,00	482,00	91,00	2.360	0,35	826,00	700,00	126,00	10
11	1.798	0,32	584,00	490,00	94,00	1.941	0,33	640,00	537,00	103,00	11
12	639	0,32	204,00	166,00	38,00	650	0,31	199,00	169,00	30,00	12
13	981	0,33	324,00	265,00	59,00	900	0,35	315,00			13
14	500	0,33	165,00	144,00	21,00	620	0,35	217,00			14

* O valor pago por litro referente a todos os meses é bruto

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 14
Produção de leite

Nº UPF	novembro de 2002					dezembro de 2002					Nº UPF
	total de litros	preço/litro (R\$)	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	total de litros	preço/litro (R\$)	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	
1	860	0,34	297,00	252,00	45,00	920	0,34	313,00	252,00		1
2	O produtor não tem gado de leite					O produtor não tem gado de leite					2
3	1.029	0,34	355,00	302,00	53,00	1.177	0,34	406,00	345,00	61,00	3
4	O produtor não comercializa o leite					O produtor não comercializa o leite					4
5	684	0,34	236,00	200,00	36,00	651	0,34	224,00	191,00	33,00	5
6	4.531	0,37	1.685,00	1.438,00	248,00	4.314	0,37	1.607,00	1.370,00	237,00	6
7	450	0,36	170,00	150,00	20,00	540	0,36	200,00			7
8	1.016	0,31	314,00			819	0,31	254,00			8
9	2.566	0,36	936,00	793,00	143,00	2.300	0,36	828,00			9
10	2.277	0,36	820,00			3.050	0,36	1.098,00			10
11	2.601	0,31	806,00	713,00	93,00	2.784	0,34	964,00			11
12	639	0,31	179,00			573	0,31	178,00			12
13	1.862	0,36	670,00			2.003	0,36	731,00			13
14	915	0,36	329,00	281,00	48,00	1.350	0,31	418,00			14

* O produtor não recebeu do laticínio (Monte Castelo)

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 14
Produção de leite

Nº UPF	janeiro de 2003					fevereiro de 2003					Nº UPF
	total de litros	preço/litro (R\$)	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	total de litros	preço/litro (R\$)	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	
1	950	0,34	328,00	278,00	50,00	813	0,34	280,00	238,00	42,00	1
2	O produtor não tem gado de leite					O produtor não tem gado de leite					2
3	1.730	0,34	597,00	500,00	97,00	1.576	0,37	583,00	492,00	91,00	3
4	O produtor não comercializa o leite					O produtor não comercializa o leite					4
5	794	0,34	274,00	233,00	41,00	530	0,37	199,00	171,00	28,00	5
6	4.391	0,37	1.635,00	1.397,00	238,00	3.769	0,39	1.481,00	1.268,00	213,00	6
7	280	0,34	95,00			288	0,37	84,00	72,00	12,00	7
8	1.158	0,31**				752	0,31**				8
9	2.123	0,36	775,00	656,00	119,00	1.711	0,389	665,00	565,00	100,00	9
10	3.814	0,36	1.392,00	1.213,00	179,00	2.859	0,389	1.112,00	950,00	162,00	10
11	3.517	0,33**				2.884	0,33**				11
12	538	0,31**				500	0,31**				12
13	1.853	0,36	676,00	572,00	104,00	1.442	0,389	561,00	474,00	87,00	13
14	1.640	0,36	598,00	505,00	93,00	1.072	0,389	417,00	359,00	58,00	14

* O valor por litro referente a todos os meses é bruto

** não recebeu do laticínio

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 14
Produção de leite

Nº UPF	março de 2003					abril de 2003					Nº UPF
	total de litros	preço/litro (R\$)	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	total de litros	preço/litro (R\$)	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	
1	490	0,37	183,00	158,00	25,00	770	0,39	303,00	259,00	44,00	1
2	O produtor não tem gado de leite					O produtor não tem gado de leite					2
3	1.220	0,37	451,00	384,00	67,00	1.148	0,39	448,00	383,00	65,00	3
4	O produtor não comercializa o leite					O produtor não comercializa o leite					4
5	480	0,37	178,00	154,00	24,00	189	0,39	74,00	64,00	10,00	5
6	3.993	0,39	1.569,00	1.343,00	226,00	2.840	0,41	1.173,00	1.009,00	164,00	6
7	400	0,37	148,00	126,00	22,00	320	0,39	125,00	106,00	19,00	7
8	572*					468	0,39	183,00			8
9	1.513	0,38	575,00	489,00	86,00	1.449	0,41	592,00	509,00	83,00	9
10	3.176	0,38	1.235,00	1.055,00	181,00	2.326	0,41	954,00	811,00	143,00	10
11	2.600	0,38	988,00	840,00	144,00	1.849	0,39	729,00	624,00	105,00	11
12	380	0,37	140,00	119,00	21,00	221	0,39	86,00	73,00	13,00	12
13	1.442	0,38	547,00	465,00	82,00	1.403	0,40	568,00	488,00	80,00	13
14	1.150	0,38	437,00	372,00	65,00	1.100	0,40	440,00	374,00	66,00	14

* Não recebeu do laticínio

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 14
Produção de leite

continuação

Nº UPF	maio de 2003					junho de 2003					Nº UPF
	total de litros	preço/litro (R\$)*	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	total de litros	preço/litro (R\$)	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	
1	742	0,40	300,00	258,00	42,00	588	0,40	238,00	205,00	33	1
2	O produtor não tem gado de leite					O produtor não tem gado de leite					2
3	791	0,40	320,00	275,00	45,00	744	0,40	298,00	253,00	45,00	3
4	O produtor não comercializa o leite					O produtor não comercializa o leite					4
5	100	0,40	40,00	35,00	5,00	120	0,40	48,00	41,00	7,00	5
6	2.137	0,41*	882,00	759,00	123,00	1.768	0,42	742,00	631,00	111,00	6
7	340	0,40	136,00	120,00	16,00	320	0,40	128,00	109,00	19,00	7
8	442	0,40**	177,00			912	0,40	365,00			8
9	811	0,42	341,00	290,00	51,00	437	0,43	188,00	160,00	28,00	9
10	2.268	0,42	959,00	846,00	113,00	1.916	0,43	824,00			10
11	1.975	0,41	819,00	705,00	114,00	1.860	0,43	800,00	688,00	112,00	11
12	150	0,39	58,00			118	0,39	46,00			12
13	1.096	0,42	460,00	402,00	58,00	731	0,43	314,00	274,00	40,00	13
14	970	0,42	407,00	351,00	56,00	140	0,40	56,00	48,00	8,00	14

* O produtor a partir de maio não entrega mais para a Colari

** A partir deste mês mudou de laticínio

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 14
Produção de leite

continuação

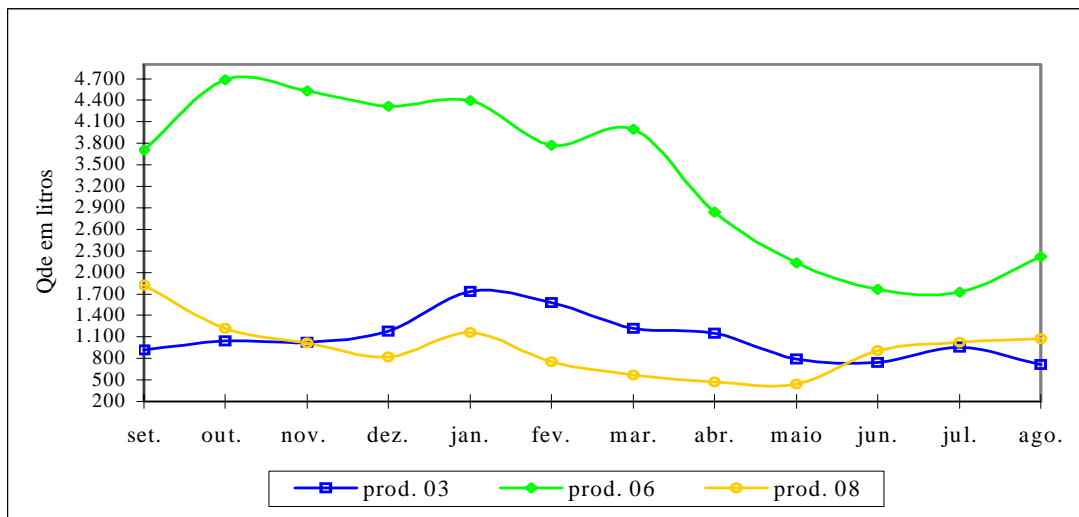
Nº UPF	julho de 2003					agosto de 2003					Nº UPF
	total de litros	preço/litro (R\$)*	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	total de litros	preço/litro (R\$)*	total bruto (R\$)	total líquido (R\$)	descontos	
1	437	0,39	170,00	146,00	24,00	401	0,37	147,50	126,00	21	1
2	O produtor não tem gado de leite					O produtor não tem gado de leite					2
3	960	0,39	365,00			711	0,37	261,50	224,00	37,50	3
4	O produtor não comercializa o leite					O produtor não entregou leite nesse mês					4
5	90	0,39	35,00	38,00	3,30	317	0,37	118,00	101,50		5
6	1.728	0,40	691,00			2.221	0,41	903,95			6
7	320	0,39	124,50			320	0,37	118,00			7
8	1.025	0,37	330,00			1.072	0,37	397,00			8
9	416	0,42	176,00	155,00	21,00	580	0,38	221,00			9
10	1.583	0,42	665,00			1.715	0,38	662,00	583,00	79,00	10
11	Dados não disponível					Dados não disponível					11
12	680	0,37	252,00			600	0,37	222,00			12
13	739	0,42	310,00	274,00	36,00	575	0,38	220,00	194,00	26,00	13
14	O produtor não entregou leite nesse mês					O produtor não entregou leite nesse mês					14

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Gráfico 21

Pinhalzinho: evolução comparativa da produção de leite no período de setembro de 2002 a agosto de 2003 dos produtores 03, 06 e 08

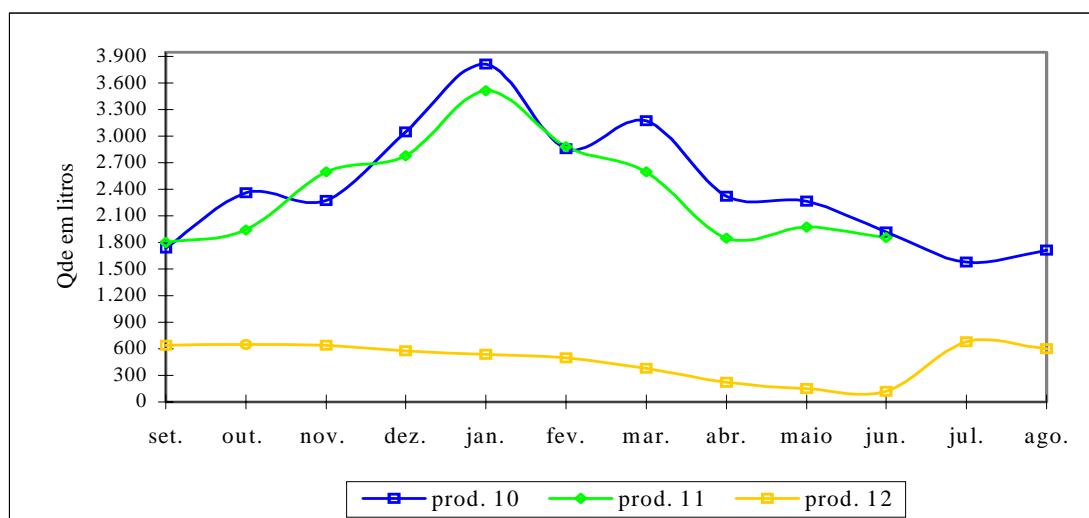


Fonte: Dados coletados em campo no período de setembro de 2002 a agosto de 2003 - Pinhalzinho.

Obs.: O produtor 03 e 06 se desvincularam da Colari durante o período do levantamento; o primeiro foi cooperado até agosto de 2003 e, o segundo, até maio do referido ano. O produtor 08 comercializa a produção com o leiteiro, que a repassa para o laticínio do município de Reserva. Este último produtor embora tenha entregue a produção, não recebeu o pagamento da mesma nos meses de janeiro, fevereiro e março.

Gráfico 22

Vila Rica: evolução comparativa da produção de leite no período de setembro de 2002 a agosto de 2003 dos produtores 10, 11 e 12



Fonte: Dados coletados em campo no período de setembro de 2002 a agosto de 2003 - Vila Rica.

Obs.: O produtor 10 se manteve cooperado à Colari durante todo o período do levantamento, já os produtores 11 e 12 se desvincularam em setembro e outubro de 2002, respectivamente, e retornaram à cooperativa em março de 2003. Os dados do produtor 11 nos meses de julho e agosto não foram disponibilizados.

A primeira constatação na análise desses gráficos, diz respeito ao total de litros de leite produzidos, que varia de produtor para produtor. O produtor 06 apresenta a maior produção, chegando em novembro de 2002 a 4.531 litros de leite e, mesmo com a redução observada a partir de abril, no inverno, sua produção ainda era significativa se comparada aos outros produtores – em julho esta foi de 1.728 litros. Os produtores 10 e 11 também apresentam uma expressiva produção em relação aos outros, que com exceção da redução constatada no inverno, ambas estiveram acima de 1.700 litros/mês para o período pesquisado. O produtor 03 apresenta produção mais modesta em relação à estes, que em setembro foi de 919 litros, em janeiro de 1.730, em junho de 744 e, em agosto, de 711 litros.

O produtor 12 apresenta a menor produção entre os seis produtores: em setembro esta foi de 639 litros, o que se manteve mais ou menos constante até novembro e, a partir de dezembro, esta começou a reduzir, chegando em fevereiro à 500 litros; de março a junho verifica-se uma diminuição acentuada da produção de 262 litros, passando de 380 para 118, respectivamente.

Ainda com base nos referidos Gráficos, é possível constatar uma sazonalidade na produção leiteira durante o período em questão. Esta, apesar de algumas variações decorrentes do número de vacas ordenhadas, que acaba interferindo na quantidade de leite produzida, apresentou uma queda em todas as unidades familiares a partir do final do outono e no decorrer do inverno. Tal redução na produção ocorre basicamente porque nas unidades familiares pesquisadas a alimentação das vacas, independente se estejam ou não em lactação, se dá fundamentalmente por meio da pastagem, não sendo complementada no inverno com nenhum tipo de silagem e/ou ração. E, como na região em foco, durante o inverno as geadas são constantes, as pastagens são profundamente atingidas, reduzindo-se assim a sua qualidade. Além dos danos causados pelas geadas, as secas que são comuns nesse período do ano também prejudicam os pastos.

As geadas e a estiagem prolongada acabam interferindo diretamente na produção leiteira e, conseqüentemente, na renda dos produtores, pois apesar da pequena melhora no preço do leite na entressafra, segundo os produtores, o preço pago ainda é pouco. Desse modo, no Quadro 14, pode-se observar o rendimento mensal recebido pelos produtores, os quais foram apresentados em valor bruto, líquido e os descontos. Estes dados baseiam-se nas notas fiscais fornecidas pela Colari e nos recibos disponibilizados pelo laticínio, quando os emitem ao produtor.

Quanto ao rendimento total recebido com a produção de leite (valor líquido), constatou-se que o produtor 06, residente na comunidade de Pinhalzinho, é o que apresenta

um dos maiores rendimentos com este produto, sendo que em setembro este foi de R\$ 1.150,00, chegando em novembro a R\$ 1.438,00; em dezembro a R\$ 1.370,00; em abril a R\$ 1.009,00; reduzindo em maio para R\$ 759,00 e para R\$ 691,00 em julho. Tal produtor embora não tenha um rebanho especializado é considerado o mais estruturado na produção leiteira, de modo que foi o único das duas comunidades rurais pesquisadas que adquiriu, com recursos próprios, o tanque de expansão – o resfriador.

Já o produtor 10, da comunidade de Vila Rica, apresenta um rendimento inferior com o leite, sendo que em setembro este foi de R\$ 482,00, chegando em dezembro à R\$ 956,00; nos meses de janeiro e março este chegou à R\$ 1.213,00 e R\$ 1.055,00, respectivamente; em maio foi de R\$ 846,00¹³¹. Este produtor também não apresenta um rebanho especializado na produção de leite, mas um gado mestiço com pouca produção e produtividade. Com tais rendimentos, ele não conseguiu adquirir sozinho o tanque de expansão, o que só foi possível devido à organização de um grupo de cinco produtores da comunidade de Vila Rica para a compra do referido equipamento.

No que tange aos menores rendimentos obtidos com a produção de leite, destacam-se o caso dos produtores 03 e 12. O produtor 03 foi cooperado da Colari até agosto de 2002, recebendo mensalmente a nota fiscal com as especificações do rendimento bruto, líquido e os descontos efetivados da produção. O que possibilitou constatar que o rendimento líquido recebido se manteve ascendente de setembro de 2002, com R\$ 249,00, a fevereiro de 2003, com R\$ 492,00. Entretanto, a partir de março constata-se uma redução do total líquido obtido, que para este mês passou de R\$ 384,00, para R\$ 253,00 em junho. O produtor 12, que comercializou sua produção com o laticínio no período de outubro a fevereiro, não tinha a noção de quanto era descontado mensalmente da produção, pois o recibo informava somente o total em litros, o valor unitário e o rendimento total bruto. Além disso, não recebeu pela produção entregue nos meses de janeiro e fevereiro. Assim, constatou-se que o rendimento bruto do produtor com este produto teve algumas oscilações no período do levantamento, sendo influenciado principalmente pela sua desvinculação da Colari, pelo não recebimento do leite comercializado com o laticínio nos meses de janeiro e fevereiro e, a partir de março, o retorno do produtor à cooperativa.

Além do laticínio Monte Castelo (que se localizava no Bairro dos França) não especificar aos produtores quais os descontos cobrados como o preço do frete e as taxas de

¹³¹ Para os meses de junho, julho e agosto, o produtor não tinha a nota da cooperativa em mãos, o que não permitiu comparar o rendimento líquido obtido com a produção de leite em tais meses. Entretanto, por meio do rendimento bruto, constata-se que houve uma redução durante este período, passando de R\$ 824,00, para R\$ 665,00 e R\$ 662,00, respectivamente.

análise do leite, o produtor 08 não recebeu a produção comercializada com o mesmo nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2003. Também não receberam em janeiro e fevereiro os produtores 11 e 12. O laticínio fechou em março e, este fato, como focado no capítulo 03, fez com que alguns dos produtores rompessem a comercialização com tal empresa e passassem a comercializá-la com um outro laticínio localizado no município de Reserva. Até a última visita realizada nas comunidades rurais no mês de dezembro de 2003, os produtores lesados não tinham recebido pelo leite comercializado.

Outra reclamação constante dos produtores, especialmente dos cooperados, refere-se aos descontos efetivados na venda do produto, como a taxa de capitalização, do pagamento para a previdência social, dos custos com o transporte – o carreto/frete – e das taxas da análise química do leite. Os produtores que comercializam com o laticínio reclamam principalmente do custo elevado do frete.

O custo com o frete é a principal reclamação dos produtores no que tange aos descontos efetivados na comercialização do leite, que conforme focado na capítulo 03, apesar da cooperativa afirmar que tal desconto é de 10,0% do valor do litro de leite, constatou-se em notas emitidas pela Colari, taxas de 11 a 12,0%. Fora isso, outro descontentamento está ligado ao preço cobrado pelos testes de qualidade do leite. Deste modo, os produtores se sentem lesados, pois eles têm que pagar pela comprovação da qualidade do produto vendido, bem como para que a produção seja retirada da sua propriedade.

Quanto aos outros descontos verificados na comercialização do leite (Quadro 14), alguns produtores reconhecem a importância de estarem pagando a previdência e a taxa de capitalização, pois com as notas fiscais recebidas da Colari, eles podem comprovar a contribuição ao INSS e, além disso, mesmo que não ocorra o rateio da renda retida pela cooperativa, os mesmo sabem que caso queiram se desvincular terão direito ao reembolso das taxas de capitalização. Entretanto, o descontentamento de alguns produtores cooperados se dá pelo fato de não ocorrer o rateio das sobras retidas, o que para muitos é visto como não sendo um elemento compensador para comercializar com a Colari, mas sim com o leiteiro, que não desconta estas taxas. Na verdade, caso não seja emitido nota de compra, outras taxas, com exceção do frete, também não são cobradas pelo leiteiro.

Isso demonstra que grande parte dos cooperados só o são devido as vantagens que a cooperativa possibilita no momento da comercialização, já que para os mesmos não há outras, pois esta não tem loja de produtos veterinários no município de Ortigueira, o que poderia ser uma possibilidade de comprar tais produtos a preços e condições mais acessíveis.

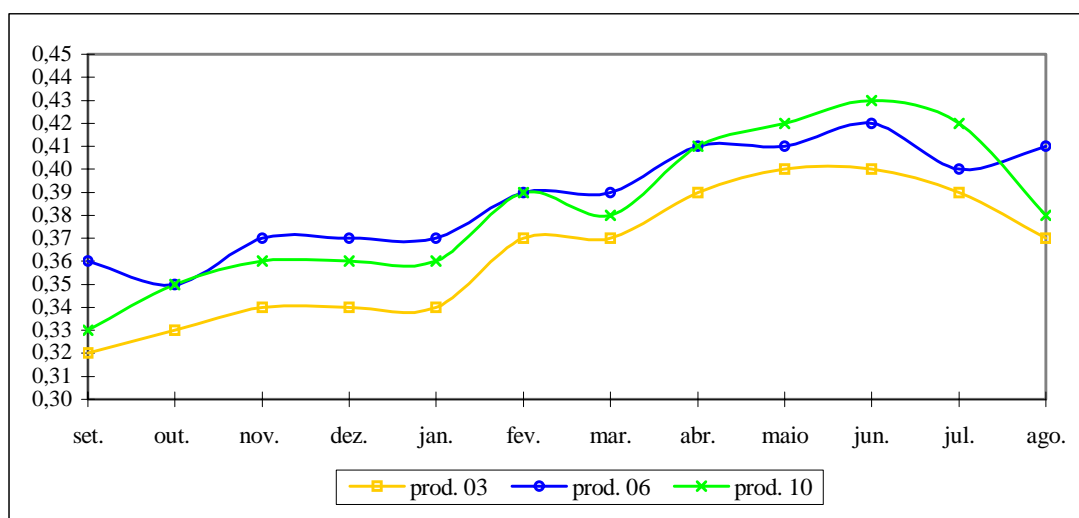
Assim, caso o leiteiro ofereça melhores condições de comercialização a alguns cooperados, que se limitam principalmente a preços mais elevados do leite, a desvinculação da cooperativa é certa. Foi isso que aconteceu com três produtores do Pinhalzinho ao romperem a cooperação com a Colari, e outros dois da Vila Rica, que apenas desviaram a produção durante alguns meses e depois do calote recebido do laticínio voltaram novamente à cooperativa.

Nesse sentido, a diferença no preço do litro de leite pode interferir na fidelidade à cooperativa, o que demonstra a (des)vinculação à Colari por parte dos produtores de ambas as comunidades rurais: o produtor 06 se desvinculou da Colari em maio de 2003, ficando ligado à mesma durante 09 meses do período do levantamento; os produtores 03 e 05 (referenciado no Quadro 14) apesar de ficarem durante o período pesquisado como cooperados, a partir de agosto se desvincularam. Por outro lado, os produtores 11 e 12, que saíram da cooperativa em setembro e outubro de 2002, respectivamente, após o calote do laticínio, voltaram em março de 2003 a ser cooperados.

Deste modo, a disparidade no preço do litro de leite pago pela Colari e pelo laticínio acaba sendo um fator importante para os produtores, que como se observa nos Gráficos 23 e 24, ocorre entre os cooperados e não cooperados, devido à quantidade produzida e pelo resfriamento do leite em tanque de expansão.

Gráfico 23

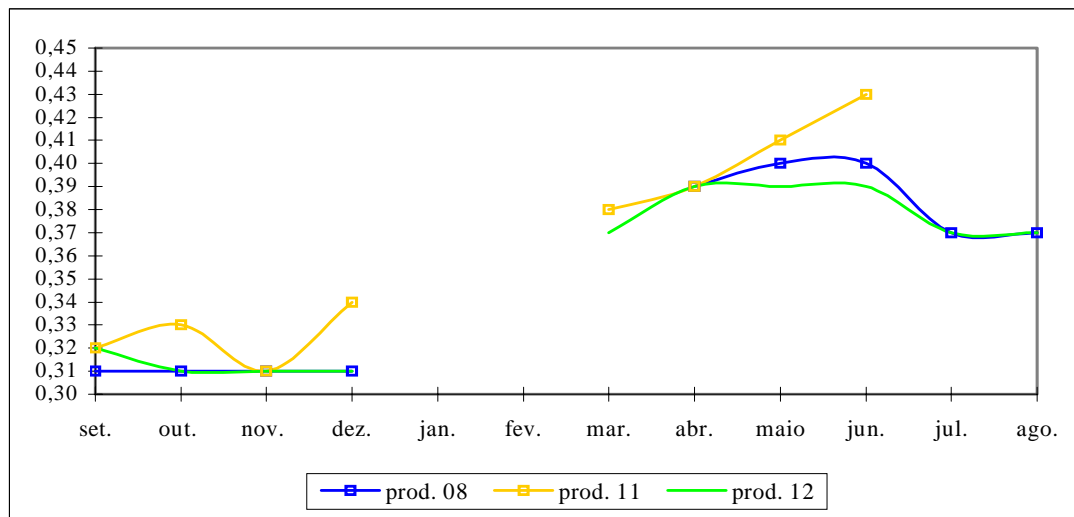
Evolução do preço do litro de leite (R\$) pago pela Colari no período de setembro de 2002 a agosto de 2003



Fonte: Dados coletados em campo no período de setembro de 2002 a agosto de 2003.

Obs.: Os produtores 03 e 06 (Pinhalzinho) se desvincularam da Colari durante o período do levantamento; o primeiro foi cooperado até agosto de 2003 e, o segundo, até maio do referido ano. O produtor 10 (Vila Rica) se manteve cooperado durante todo o período.

Gráfico 24
Evolução do preço do litro de leite (R\$) pago pelo laticínio no período de setembro de 2002 a agosto de 2003



Fonte: Dados coletados em campo no período de setembro de 2002 a agosto de 2003.

Obs.: O produtor 08 (Pinhalzinho) comercializou durante todo o período do levantamento com o leiteiro, porém nos meses de janeiro, fevereiro e março não recebeu. Os produtores 11 e 12 (Vila Rica), se desvincularam da Colari em setembro e outubro de 2002, respectivamente, e retornaram à cooperativa em março de 2003. Em janeiro e fevereiro também não receberam do laticínio. Os dados dos meses de julho e agosto do produtor 11 não estavam disponíveis.

Uma primeira constatação na análise dos Gráficos 23 e 24 é que o preço pago por litro de leite, tanto pela cooperativa, aos produtores 03, 06 e 10, como pelo laticínio, aos produtores 08, 11 e 12, apresentou um constante aumento para o período pesquisado de setembro de 2002 a agosto de 2003.

A exceção é verificada para o produtor 11, que ao se desvincular da cooperativa e passar para o laticínio teve uma redução no valor recebido por litro de leite no mês de novembro de 2002. Outra exceção refere-se à redução para a maioria dos produtores do preço do litro de leite em julho e agosto, momento em que eles esperavam a continuidade do aumento que vinha sendo verificado; as causas desta redução não foi explicada pelos produtores. O produtor 06 teve uma recuperação no valor recebido por litro em agosto, o que está ligado basicamente à quantidade entregue e como um atrativo do laticínio para que o produtor não retorne a Colari.

Um outro ponto a ser destacado refere-se à diferença paga por litro de leite aos produtores cooperados e os não cooperados. Isso pode ser verificado comparando-se os preços recebidos pelo produtor 06 (cooperado à Colari até maio de 2003), que consta no Gráfico 23, e os preços recebidos pelo produtor 08, que comercializa a produção com o leiteiro, expressos no Gráfico 24. Enquanto a cooperativa pagou R\$ 0,36 ao produtor 06 no mês de setembro, o

produtor 08 recebeu do laticínio no mesmo mês, R\$ 0,31. A partir de maio de 2003, quando os referidos produtores passaram a comercializar o leite com o laticínio, localizado no município de Reserva, verifica-se que a diferença de preços também permaneceu, devido à quantidade entregue.

A diferença de remuneração também é constatada entre os produtores cooperados da Colari, sendo um dos critérios fundamentais para isso a quantidade de leite produzida e o resfriamento do produto. Esse fato fica bem exemplificado quando se compara o produtor 06, com a maior produção e com o resfriamento do produto, pois este possui o tanque de expansão, e o produtor 03, com uma produção menor e sem o acesso a tal equipamento.

A disparidade do preço do leite também pode ser verificada entre os produtores que adotaram o tanque de expansão e os que não possuem o equipamento. Dentre os 14 produtores referenciados no Quadro 14, os produtores 06 (Pinhalzinho), 09, 10, 13 e 14 (Vila Rica) adotam esse equipamento e por isso recebem um adicional de R\$ 0,01 por litro de leite. Os produtores que não dispõem de tal equipamento, não recebem nenhum adicional sobre o preço, embora a partir de março de 2003, os mesmos tiveram que resfriar o leite na geladeira ou no freezer, pois o leiteiro da cooperativa e do laticínio passaram a receber e transportar a produção de dois em dois dias, o que obrigou os produtores a adotarem essa saída para não perderem o produto.

A partir da análise realizada das atividades que compõem a renda dos 14 produtores, dos custos com a produção agropecuária e das especificidades da produção e comercialização do leite, passar-se-á a seguir à análise da contabilidade total das referidas famílias. Deste modo, no tópico 4.3.4, será focado para o período de setembro de 2002 a agosto de 2003 os custos com o orçamento familiar, o rendimento líquido mensal e a importância do autoconsumo para a permanência das famílias no meio rural.

4.3.4 – Despesas com a família, rendimento líquido total e a importância do autoconsumo

A tentativa de sistematizar a contabilidade de 14 unidades familiares das comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica no período de setembro de 2002 a agosto de 2003, como pode ser verificada até o momento, não constituiu-se numa tarefa fácil. As dificuldades deparadas foram inúmeras: indo desde a falta de hábito dos produtores na realização de um acompanhamento dos recursos obtidos com a produção agropecuária e com as outras fontes de renda, como dos custos com a produção agrícola, criação animal e com a produção de leite,

para saber qual é a importância econômica das mesmas; como das limitações do pesquisador em se trabalhar com tais dados e tentar extrair dos mesmos a compreensão do processo de subordinação a que as famílias estão submetidas.

Em tal contexto, como já observado, a análise da produção familiar no campo brasileiro deve ser compreendida no processo de desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capital (OLIVEIRA, 1997), e não como uma coisa alheia a este. Assim, os mecanismos engendrados por parte do capital para explorar/subordinar os produtores familiares no campo, de modo a inserí-los na dinâmica capitalista e no seu processo de acumulação, deve ser visto diferentemente da exploração que sofre o operário, pois

não é uma exploração cotidiana, presente em cada momento do processo de trabalho. É exploração que se torna evidente **na consumação da venda dos produtos do trabalho e na contrapartida daquilo cuja compra essa venda possibilita** (MARTINS, 2002, p. 82). [...] Sua relação [do produtor familiar] com o capital não se dá por meio da exploração direta de seu trabalho pelo capitalista. A exploração de seu trabalho aparece oculta na **extração de renda fundiária**, aparece sob a forma de pagamento de renda da terra (MARTINS, 2002, p. 91, grifo nosso).

Desse modo, a análise da contabilidade familiar possibilita compreender tal processo de sujeição, ou seja, aquele em que o capital monopoliza a comercialização, sujeitando a produção à comercialização, que ocorre mediatizado pela produto comercializável e pela sujeição da renda da terra, que é a condição básica para que o capital subordine também o trabalho familiar no campo.

Assim, no levantamento dos dados nas unidades familiares pesquisadas no Pinhalzinho e na Vila Rica, verificou-se que os produtores não contabilizam os rendimentos ou prejuízos com a produção agropecuária – com a **produção mercantil**. O que se constata por parte dos produtores é a falta de uma racionalidade que prime pelo máximo retorno econômico, pelo lucro capitalista. Isso indica que a atividade agropecuária não é tida pelos mesmos como uma atividade profissional, como um negócio, regida pela racionalidade da competitividade, como a expressa pelo agricultor familiar profissional analisado por Abramovay (1998).

Tal racionalidade dos produtores que não têm na maximização do lucro e da renda da terra as suas condições de sobrevivência, ao contrário da empresa capitalista para a qual estes são fundamentais, é uma questão importante na análise da permanência e na reprodução social da produção familiar no campo. Isso porque, o fato desse segmento de produtores não serem guiados por uma racionalidade que direcione o trabalho da família em busca de

máximo retorno econômico, que como se verá posteriormente não é conseguido devido ao intenso processo de expropriação da renda da terra e do sobretrabalho, abre a necessidade de entender qual é a lógica que direciona este produtor e sua família.

Acerca dessa questão, Lazzarotto, Mello e Roessing (2003) afirmam que um atributo que predomina nas decisões e ações dos produtores familiares por eles pesquisados no município de Pato Branco (PR), é de que em vez de buscarem a maximização de resultados econômicos, os mesmos procuram utilizar dos seus “fatores de produção” para garantirem, em primeiro lugar, melhores condições para a manutenção de suas famílias no meio rural.

Uma racionalidade produtiva que objetive pela permanência da família na terra e na tentativa de preservar o seu modo de vida, com suas tradições e seus valores – o “*ethos camponês*”, é uma questão amplamente discutida por Tedesco (1999) em *Terra, trabalho e família*. Para o autor, os produtores familiares (no caso os colonos) por ele pesquisado em seis municípios da região Nordeste do Rio Grande do Sul, apesar de estarem sofrendo as imposições do mercado junto à unidade familiar, desenvolvem no seu cotidiano formas estratégicas expressas no ato de vivência que não estão ligadas somente ao processo técnico-econômico, mas também ao político e cultural.

A análise de Tedesco (1999, p. 295) prima pelo entendimento de alguns aspectos da presença, das estratégias e racionalidades que envolvem a unidade familiar no meio rural, enfocando a profunda relação que permanece, embora muitas vezes redefinida, entre a família como unidade de produção e convívio, o trabalho como conjunto de “relações estratégicas e de racionalidades adaptativas” frente ao modelo técnico-econômico e produtivista do meio rural, e a terra como normalizadora do patrimônio, herança e formas de sobrevivência no campo.

As estratégias familiares [...], serão implementadas em função das especificidades que se constroem nesse espaço de sociabilidade preponderantemente rural, de reciprocidade, de laços pessoais e de mercados débeis (parciais), de uma moral que fundamenta a solidariedade familiar e comunitária e, de certa forma, o econômico. São construções simbólicas no âmbito objetivo, e também ritualístico, que envolvem laços matrimônio e contato com a terra nas práticas de trabalho (TEDESCO, 1999, p. 50).

Sant’Ana (2003) é outro autor que contribui com essa questão ao focar que a racionalidade econômica quase sempre não se constitui no principal eixo que determina as ações e representações da família, pois a lógica que orienta a construção das estratégias, ainda que não seja a única, está ligada ao modo de vida na terra que a família pretende assegurar,

que como é dinâmico, constantemente vai se reconfigurando pela história e experiência de vida da mesma, seus projetos e pelos limites das condições estruturais da sociedade envolvente. Para o autor, mesmo que o produtor oriente os meios disponíveis para que alguma atividade econômica tenha uma certa rentabilidade, isto normalmente é feito para assegurar a reprodução social de sua família. A busca da rentabilidade é condicionada pela satisfação de outros fatores extra-econômicos.

Como pode-se constatar, a permanência da produção familiar no meio rural não é objetivada pela maximização da renda da terra e do lucro, mas pela possibilidade da família, embora de nem todos os seus membros, reproduzir-se socialmente no campo. Assim, é devido ao fato da família buscar continuar na terra, preservando o seu patrimônio e os seus meios de produção, se reproduzindo com seu modo de vida calcado na solidariedade, na sociabilidade familiar, nos laços de vizinhança, de parentesco e comunitário, que a mesma consegue permanecer diante do intenso processo de exploração da renda da terra que se reflete nos baixos e, às vezes, negativos rendimentos obtidos com produção mercantil.

É por isso que a mesma segue uma lógica calcada na forma simples de circulação das mercadorias, em que a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poderem obter meios para adquirir outras mercadorias necessárias à satisfação de necessidades da família, ou seja, baseada num movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 1995). A reposição dos meios de produção e a importância do autoconsumo, têm como objetivo garantir a manutenção das necessidades da família, como a alimentação e a saúde, o vestuário, a educação, a energia elétrica, o transporte, entre outras despesas e investimentos necessários como a compra de eletrodomésticos, a reforma da casa e, em alguns casos, quando é possível, a compra de automóvel – o carro e/ou a moto.

Em tal contexto, para se conseguir compreender a contabilidade das famílias, bem como a racionalidade que as move, além do levantamento do rendimento total – expresso nos tópicos 4.3.1 e 4.3.3 –, e das despesas com a agropecuária – focado na parte 4.3.2 –, pediu-se aos produtores das 14 unidades pesquisadas que os mesmos anotassem em uma planilha o orçamento familiar mensal - conforme Anexo B.

Dentre as principais despesas relatadas destacaram-se: com a alimentação, por meio de compra no mercado e/ou na venda (casa de secos e molhados) localizada na comunidade de Pinhalzinho; com o vestuário, seja na compra de roupas (muitos recorrerem a uma costureira do Pinhalzinho) e/ou na compra de calçados; com a educação, especialmente na compra de materiais escolares; com a saúde, incluindo os custos com os remédios, com

consulta ou tratamento particular; com energia elétrica; com transporte, entre outras despesas. A sistematização destes dados encontra-se no Anexo E.

Deste modo, elaborou-se no Quadro 15 a sistematização mensal no período de setembro de 2002 a agosto de 2003, do rendimento total, dos custos com a reposição dos meios de produção e com o orçamento familiar, para poder se verificar qual é o rendimento líquido de cada família no período em questão. Também foi acrescentado neste quadro a média mensal dos rendimentos, dos custos com a produção agropecuária, das despesas com a família, bem como do rendimento líquido.

Uma primeira constatação na análise do Quadro 15, diz respeito à diferença dos rendimentos de produtor para produtor, o que pode ser explicada por uma série de fatores, dentre eles: a variedade do tamanho das unidades de produção familiar; de fertilidades dos solos e declividade dos terrenos; bem como a diferença da rentabilidade obtida com a diversificação produtiva com a produção agrícola, com o efetivo da criação animal e com a produção de leite; a diferença dos preços recebidos pela produção agropecuária, seja na comercialização com a cooperativa, com o laticínio e com os atravessadores; na obtenção ou não de outras fontes de renda; e, na composição da mão-de-obra familiar, que varia e influencia na capacidade produtiva.

A variedade encontrada nos rendimentos, que oscila conforme a unidade familiar, deve-se a esse conjunto de fatores que demonstram a dificuldade de se precisar qual deles é mais preponderante na composição da renda das famílias pesquisadas. Isso porque, embora o fator terra e a capacidade de trabalho de cada família sejam essenciais, o tipo de atividade exercida na unidade produtiva, os rendimentos obtidos com a aposentadoria, e com o trabalho acessório, também devem ser considerados uma vez que estes assumem importância diferenciada de produtor para produtor. Assim, tomando como referência a média mensal do rendimento bruto dos 14 produtores pesquisados de ambas as comunidades, expressa no Quadro 15, verifica-se uma variação de R\$ 235,00 para o produtor 02, que apresentou o menor rendimento e ao produtor 06, com o maior rendimento em torno de R\$ 3.351,00.

Quadro 15
Contabilidade total dos produtores

Nº UPF	setembro de 2002				outubro de 2002				Nº UPF
	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)	
1	518,00	115,00	298,00	105,00	364,00	198,50	251,00	-85,50	1
2	200,00	28,00	97,00	75,00	425,00	5,00	87,00	333,00	2
3	249,00	249,00	194,50	-194,50	285,00	273,00	277,00	-265,00	3
4	160,00	183,00	234,00	-257,00	1.345,00*	13,00	180,00	1.152,00	4
5	1.604,00*	134,00	463,00	1.007,00	715,00	211,00	659,50	-155,50	5
6	1.909,00*	1.236,00	484,00	189,00	2.864,00*	231,00	717,00	1.916,00	6
7	502,00	178,00	2.168,00	-1.844,00	515,50	260,00	443,00	-187,50	7
8	1.340,00*	498,00	723,00	439,00	1.097,00	251,00	684,00	162,00	8
9	750,00	224,00	342,00	184,00	772,00	77,00	326,00	369,00	9
10	882,00	2.303,00**	2.037,00	-3.458,00	1.100,00	1.809,00***	570,00	1.279,00	10
11	3.490,00	3.465,00***	357,00	-332,00	537,00	199,00	301,00	37,00	11
12	3810,00**	1.091,00	605,00	2.114,00	629,00	481,00	526,00	-378,00	12
13	565,00	82,00	348,00	135,00	360,00	82,00	369,00	-91,00	13
14	615,00	179,00	460,00	-24,00	1.067,00*	241,00	490,00	336,00	14

* Inclui a venda de animais

** Inclui recursos do Pronaf

*** Inclui a compra de animais

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 15
Contabilidade total dos produtores

Nº UPF	novembro de 2002				dezembro de 2002				Nº UPF
	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)	
1	1.747,00*	764,00	203,00	780,00	1.076,00	77,00	486,00	513,00	1
2	200,00	28,00	102,00	70,00	200,00	169,00	233,00	-202,00	2
3	301,00	486,00	336,00	-521,00	451,00	90,00	223,00	138,00	3
4	210,00	10,00	206,00	-6,00	245,00	não declarou gastos	206,00	39,00	4
5	852,00	296,00	390,00	166,00	1.623,00***	não declarou gastos	1.136,00	487,00	5
6	3.022,00*	615,00	523,00	1.884,00	4.039,00***	450,00	716,00	2.873,00	6
7	550,00	165,00	533,00	-148,00	998,00	não declarou gastos	650,00	348,00	7
8	1.510,00*	1.087,00	712,00	-289,00	834,00	102,00	667,00	65,00	8
9	794,00	226,00	597,00	-29,00	981,00***	47,00	410,00	524,00	9
10	1.220,00	558,00	735,00	-73,00	7.308,00*	267,00	965,00	6.076,00	10
11	780,00	580,00	395,00	-195,00	964,00	333,00	390,00	241,00	11
12	544,00	36,00	660,00	-152,00	897,00	16,00	360,00	521,00	12
13	739,00	180,00	403,00	156,00	776,00	657,00	355,00	-236,00	13
14	2.072,00**	2.531,00****	570,00	-1.029,00	4.168,00***	530,00	510,00	3.127,00	14

* Inclui a venda de animais

** Inclui recursos do Pronaf

*** Inclui a venda de cereais

**** Inclui a compra de animais

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 15

Contabilidade total dos produtores

continuação		Contabilidade total dos produtores								Nº UPF
Nº UPF	janeiro de 2003				fevereiro de 2003					
	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)		
1	1.728,00**	175,00	439,00	1.114,00	483,00	135,00	374,00	-26,00	1	
2	200,00	não declarou gastos	77,00	123,00	200,00	63,00	102,60	34,40	2	
3	500,00	não declarou gastos	407,00	93,00	492,00	185,00	310,00	317,00	3	
4	845,00*	não declarou gastos	241,00	604,00	220,00	não declarou gastos	294,00	-74,00	4	
5	633,00	não declarou gastos	480,00	153,00	503,00	não declarou gastos	313,00	190,00	5	
6	1.467,00	170,00	1.187,00	110,00	8.133,00**	498,00	426,00	7.209,00	6	
7	503,00	52,00	331,00	120,00	472,00	17,50	363,00	91,50	7	
8	215,00	100,00	481,00	-366,00	305,00	30,00	729,00	-454,00	8	
9	742,00	49,00	1.016,00	-323,00	565,00	50,00	679,00	-164,00	9	
10	1.792,00	264,00	650,00	878,00	1.350,00	125,00	555,00	670,00	10	
11	0,00***	664,00	805,00	-1.469,00	951,00	303,00	851,00	-203,00	11	
12	200,00	18,00	410,00	-228,00	545,00	4,50	525,00	15,50	12	
13	392,00	175,00	282,00	-65,00	534,00	80,00	453,00	1,00	13	
14	1.441,00**	292,00	670,00	479,00	659,00	100,00	700,00	-141,00	14	

* Inclui a venda de cereais

** Inclui a venda de animais

*** Não recebeu do leiteiro

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 15

Contabilidade total dos produtores

continuação		Contabilidade total dos produtores								Nº UPF
Nº UPF	março de 2003				abril de 2003					
	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)		
1	1.158,00*	924,00	397,00	-163,00	1.510,00**	211,00	452,00	847,00	1	
2	200,00	não declarou gastos	82,00	118,00	240,00	não declarou gastos	329,00	-89,00	2	
3	518,00	239,00	225,00	54,00	383,00	69,00	298,00	16,00	3	
4	345,00	31,00	251,00	63,00	210,00	6,50	202,00	1,50	4	
5	603,00	não declarou gastos	310,00	293,00	1.204,00**	não declarou gastos	421,00	783,00	5	
6	2.643,00**	2.346,00****	341,00	-44,00	4.772,00* e **	317,00	441,00	4.014,00	6	
7	860,00	559,00****	403,00	-102,00	880,00	571,50****	418,00	-109,50	7	
8	0,00***	7,00	482,00	-489,00	3.833,00**	370,00	2.576,00	887,00	8	
9	590,00	195,00	605,00	-210,00	509,00	1.397,00****	633,00	-1.521,00	9	
10	1.635,00	não declarou gastos	720,00	915,00	1.384,00	160,00	815,00	409,00	10	
11	780,00	270,00	392,00	118,00	914,00	250,00	770,00	-106,00	11	
12	563,00	4,50	388,00	170,50	691,00	6,50	311,00	373,50	12	
13	710,00	230,00	474,00	6,00	545,00	104,00	402,00	39,00	13	
14	777,00	180,00	600,00	-3,00	245,00	194,00	550,00	-499,00	14	

* Inclui a venda de cereais

**** Inclui a compra de animais

** Inclui a venda de animais

*** Não recebeu do leiteiro

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 15

Contabilidade total dos produtores

continuação		Contabilidade total dos produtores								Nº UPF
Nº UPF	maio de 2003				junho de 2003					
	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)		
1	938,00*	63,00	419,00	456,00	405,00	10,00	487,00	-92,00	1	
2	240,00	não declarou gastos	383,00	-143,00	240,00	não declarou gastos	290,00	-50,00	2	
3	2.315,00* e **	não declarou gastos	300,00	2.015,00	298,00	1.403,75 (inclui pagamento do Pronafinho)	332,00	-1.437,75	3	
4	285,00	25,00	200,00	60,00	510,00	14,50	221,00	274,50	4	
5	575,00	não declarou gastos	295,00	280,00	349,00	não declarou gastos	301,00	48,00	5	
6	965,00* e **	320,00	458,00	187,00	4.694,00**	581,00	779,00	3.334,00	6	
7	600,00	49,00	429,00	122,00	616,00	44,00	442,00	130,00	7	
8	3.725,00**	120,00	782,00	2.823,00	590,00*	não declarou gastos	802,00	212,00	8	
9	303,00	144,00	378,00	-219,00	188,00	117,00	372,00	-301,00	9	
10	1.864,00	1.010,00	1.030,00	-176,00	1.304,00	440,00	765,00	99,00	10	
11	871,00	205,00	614,00	52,00	830,00*	300,00	550,00	-20,00	11	
12	715,00	36,00	293,00	386,00	525,00	6,00	490,00	29,00	12	
13	508,00	213,00	363,00	-68,00	547,00	56,00	384,00	107,00	13	
14	680,00	216,00	563,00	-99,00	2.834,00* e **	171,00	446,00	2.217,00	14	

* Inclui a venda de cereais

** Inclui a venda de animais

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Quadro 15

Contabilidade total dos produtores

continuação		Contabilidade total dos produtores								Nº UPF
Nº UPF	julho de 2003				agosto de 2003					
	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)	rendimentos (R\$)	custos com a produção (R\$)	despesas com a família (R\$)	rendimento líquido (R\$)		
1	1270,38*	838,00	693,00	-261,00	347,50	não declarou gastos	442,00	-94,50	1	
2	240,00	não declarou gastos	297,00	-57,00	240,00	não declarou gastos	205,00	35,00	2	
3	364,00	160,00	315,00	-111,00	261,50	139,00	332,00	-209,50	3	
4	160,00	50,00	222,00	-112,00	120,00	50,00	180,00	-110,00	4	
5	675,00	não declarou gastos	385,00	290,00	758,00	não declarou gastos	414,50	343,50	5	
6	2.041,00*	540,00	1.648,00	-147,00	3.662,00	1.349,00	616,00	1.697,00	6	
7	524,50	72,00	465,00	-12,50	598,00	76,00	328,00	194,00	7	
8	379,00	120,00	1.823,00	-1.563,75	1.029,00	414,00	577,00	38,00	8	
9	155,00	200,00	355,00	-400,00	821,00	210,00	405,00	206,00	9	
10	1.145,00	316,00	864,00	-35,00	5.342,00*	366,00	745,00	4.231,00	10	
11	Dados não disponíveis				Dados não disponíveis				11	
12	521,60	6,00	457,00	58,60	462,00	6,00	505,00	-49,00	12	
13	370,00	28,00	564,00	-222,00	4.778,00*	28,00	346,00	-109,00	13	
14	1.805,00**	680,00	560,00	565,00	30,00	480,00	630,00	-1.080,00	14	

* Inclui a venda de animais

** Inclui a venda de cereais

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

continuação		Contabilidade total dos produtores								Nº UPF
Nº UPF	Média para o período de setembro de 2002 a agosto de 2003									
	Rendimento (R\$)		Custos com a produção (R\$)		Despesas com a família (R\$)		Rendimento líquido (R\$)			
	anual	mensal	anual	mensal	anual	mensal	anual	mensal		
1	11.545,00	962,00	3.510,00	292,50	4.618,00	385,00	3.417,00	285,00	1	
2	2.825,00	235,00	293,00	24,00	2.284,60	190,00	247,40	20,60	2	
3	6.417,50	535,00	3.293,00	274,00	3.559,50	296,00	-435,00	-36,00	3	
4	4.655,00	388,00	383,00	32,00	2.637,00	220,00	1.635,00	136,00	4	
5	10.094,00	841,00	642,00	53,50	5.568,00	464,00	3.884,00	323,50	5	
6	40.211,00	3.351,00	8.653,00	721,00	8.336,00	695,00	23.222,00	1.935,00	6	
7	7.619,00	635,00	2.044,00	170,00	6.973,00	581,00	-1.398,00	-116,00	7	
8	14.857,00	1.238,00*	3.099,00	258,00	11.038,00	920,00	720,00	60,00	8	
9	7.170,00	597,50	2.936,00	245,00	6.118,00	510,00	-1.884,00	-157,00	9	
10	26.326,00	2.194,00	7.618,00	635,00	10.451,00	871,00	8.257,00	688,00	10	
11	10.117,00	1.011,00**	6.569,00	657,00	5.425,00	542,00	-1.877,00	-156,00	11	
12	10.102,00	842,00	1.711,00	142,50	5.530,00	461,00	2.861,00	238,00	12	
13	10.824,00	902,00	1.915,00	160,00	4.743,00	395,00	4.166,00	347,00	13	
14	16.393,00	1.366,00	5.794,00	483,00	6.749,00	562,00	3.850,00	321,00	14	

* O produtor 08 não recebeu a produção de leite nos meses de janeiro, fevereiro e março. Os produtores 11 e 12 não receberam em janeiro e fevereiro.

** Dados referentes ao período de 10 meses = setembro de 2002 a junho de 2003.

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Org.: O autor

Além disso, embora já tenha sido ressaltado, a diversificação da produção com a pecuária leiteira – com a venda de bezerros – e com a produção agrícola – com a comercialização do excedente –, são elementos que elevam a renda da família em determinado mês. Isso pode ser constatado no caso do produtor 03, residente na comunidade de Pinhalzinho, que teve uma renda variando de no mínimo R\$ 249,00 em setembro de 2002, a no máximo R\$ 518,00 em março de 2003. A exceção ocorreu em maio, quando esta chegou a R\$ 2.315,00, devido à comercialização de 02 sacas de feijão e 05 bezerros, sendo que o principal rendimento mensal se dá pela venda do leite. A média da renda do produtor (para o período de setembro de 2002 a agosto de 2003) foi de R\$ 535,00 mensais. Um outro exemplo que demonstra a importância da comercialização do gado, especialmente de bezerros, no complemento da renda, é o caso do produtor 13 da comunidade de Vila Rica, que teve uma renda variando de no mínimo R\$ 360,00 em outubro a no máximo R\$ 776,00 em dezembro de 2002. Entretanto, em agosto quando foi comercializado 03 bezerros e 04 vacas, esta foi de R\$ 4.778,00. A média da renda deste produtor ficou em R\$ 902,00 mensal.

Outro ponto a ser observado no Quadro 15, refere-se aos custos com a produção agropecuária que oscila conforme a unidade produtora e ocorre fundamentalmente devido à capacidade de reposição dos meios de produção que cada família dispõe: seja para o plantio e cuidados com as lavouras cultivadas; na manutenção e reforma dos pastos e cercas; no cuidado com a saúde do efetivo animal, especialmente o bovino, por meio da compra de diversos remédios e com o complemento alimentar; na compra de animais, principalmente de novilhas e vacas mais produtivas; nos gastos advindos com o pagamento de trabalho temporário; na compra de equipamentos; no aluguel de trator e/ou de pastos; no pagamento de financiamento – como o Pronafinho efetivado pelo produtor 03 em junho; entre outras despesas.

Diante do exposto, pode-se constatar que há uma heterogeneidade tanto dos rendimentos obtidos, quanto dos gastos efetivados com a reposição dos meios de produção, que variam conforme a unidade familiar pesquisada. Tais diversidades tanto de rendimentos como de gastos, como verificou-se, são decorrentes de uma série de fatores, mas que na sua essência é regida por uma lógica, uma racionalidade que prima fundamentalmente pela reprodução da família no meio rural e não pela maximização do lucro e da renda da terra.

Todavia, isso não exclui o fato de algumas vezes os produtores procurarem aumentar a rentabilidade da atividade mercantil por meio das possibilidades que a família dispõe, ou seja: realizando financiamento do Pronaf para a compra de novilhas e vacas mais produtivas, que mesmo que não sejam de raça, possibilitam aumentar a produção leiteira; ou

buscando se adequar às exigências impostas pela cooperativa, comprando o tanque de expansão para conseguirem melhores preços pelo leite; e, principalmente, intensificando a força de trabalho familiar para dar conta de cumprir as atividades existentes na unidade produtiva.

As estratégias desenvolvidas pelos produtores que visam garantir a sua família condições de se reproduzir socialmente no campo, pode ser constatado pelo **privilegiamento** das despesas básicas com a alimentação (comprando a vista ou “*fiado na venda*”), saúde e educação; sendo secundária as relacionadas ao vestuário – com roupas e sapatos – e com os produtos de beleza. As despesas com energia elétrica, transporte, compra de eletrodomésticos, reforma e aumento da casa, também fazem parte do orçamento das famílias.

Isso pode ser corroborado comparando os custos mensais da produção agropecuária, com as despesas domésticas, sendo que o orçamento familiar acaba absorvendo a maior parte do rendimento mensal da maioria das famílias, conforme exposto no Quadro 15. É claro que as exceções são verificadas, como por exemplo, quando o produtor compra algum equipamento, novilhas ou vacas, adquire em quantidade herbicidas, sementes, remédios e complemento alimentar para o gado.

Tirando isso, é o orçamento familiar que absorve a maior parte do rendimento das famílias, pois constata-se que 86,0% dos 14 produtores pesquisados apresentam gastos com as despesas domésticas superiores aos realizados com a produção agropecuária. Toma-se como exemplo o caso do produtor 03, que no período de setembro de 2002 a agosto de 2003 teve uma média de R\$ 267,00 de gastos com a produção agropecuária, enquanto que as despesas com a família foi de R\$ 296,00. Para o produtor 08, enquanto a média mensal dos custos com a produção agropecuária foi de R\$ 258,00, com a família foi de R\$ 920,00; isso também aconteceu com todos os demais produtores, com exceção do 06 e 11.

Essa constatação demonstra que os produtores primam primeiramente em assegurar as necessidades básicas da família, sendo que os investimentos na unidade de produção só ocorrem quando as sobras existem ou quando os mesmos fazem-se necessários, o que exige que os produtores reduzam outras despesas para poder redirecionar os recursos disponíveis para tais investimentos. Entretanto, tal afirmação não quer dizer que a reposição dos meios de produção seja deixada de lado, uma vez que esta é condição necessária para que o produtor possa realizar a simples circulação de mercadorias.

Em outras palavras, não ocorre no seio da produção familiar pesquisada a ruptura na forma simples de circulação de mercadorias, para a forma de produção capitalista ampliada. Ao contrário, a terra e a força de trabalho familiar são direcionadas por uma

racionalidade que visa à garantir a reprodução da família no campo. É justamente pelo fato desta buscar a sua reprodução social e não a renda da terra e o lucro, que a mesma consegue resistir ao intenso processo de exploração imposto pelo capital, que ao sujeitar a renda da terra – a renda territorial – abre possibilidades para também sujeitar o trabalho familiar na forma de sobretrabalho não pago.

Desse modo, observa-se no Quadro 15, os baixos rendimentos líquidos obtidos pelos produtores das unidades familiares pesquisadas, que inclusive, em alguns meses são negativos para grande parte das famílias: como pode-se constatar nos meses de setembro, outubro, fevereiro, março e agosto, nos quais 43,0% dos produtores tiveram rendimentos negativos; em novembro o percentual foi de 64,0%; e, em julho, de 77,0%.

Tomando a média do rendimento líquido mensal como parâmetro, apresentado no Quadro 15, percebe-se que há um certo equilíbrio entre rendimentos e despesas, apesar de no geral estes também permanecerem baixos, ou seja, dos 14 produtores, 04 apresentaram rendimentos negativos, o que representa 28,5%; e 10 produtores apresentam rendimentos positivos, o que equivale a 71,5%.

Tal equilíbrio verificado na média do rendimento líquido só é possível pois apesar de alguns produtores apresentarem rendimentos negativos durante alguns meses do ano, os mesmos ao comercializarem alguns animais, especialmente os bezerros, e/ou venderem o excedente da produção agrícola conseguem repor as perdas deixadas na comercialização do leite. Além disso, outro ponto importante refere-se ao fato dos produtores cultivarem produtos essenciais do autoconsumo, não sendo necessário comprá-los. Para aqueles produtores que dependem da aposentadoria, o 13º salário também acaba sendo um recurso fundamental para equilibrar o orçamento familiar.

Com a constatação da baixa renda dos produtores, a permanência das famílias no campo só é possível, uma vez que em todas as unidades de produção pesquisadas verificou-se a importância da produção para o autoconsumo – como se pode observar no Anexo F. Ou seja, se os produtores dependessem somente da renda obtida com a produção agrícola, da criação animal, da produção leiteira e de outras fontes de renda como o trabalho fora da unidade de produção e da aposentadoria, estes não conseguiriam sequer cobrir as necessidades básicas de existência dos membros da família.

A criação e o cultivo de produtos direcionados para a subsistência da família, o autoconsumo, assume grande significado na reprodução social desta categoria de produtores nas localidades pesquisadas, uma vez que estes produzem: o arroz, o feijão, o milho (usado principalmente na alimentação dos animais), o café, a mandioca, a batata-doce, a abóbora,

diversas frutas, verduras e legumes; criam aves, suínos e caprinos. Obtêm no próprio sítio os ovos e o leite consumido; produzem doces, queijos, manteiga; banha de porco; sabão feito em casa, dentre outros produtos.

Neste contexto, constata-se a partir da análise da contabilidade dos 14 produtores, que os mesmos absorvem através da produção dos meios de sua subsistência e por meio da intensificação do trabalho familiar, os baixos e negativos rendimentos da sua produção mercantil. Os rendimentos obtidos não são suficientes para cobrir os custos com a produção, os gastos com o orçamento familiar e o valor da força de trabalho, o que demonstra que a maior parte da renda gerada nas unidades produtoras não é retida pelos produtores; pelo contrário, esta é drenada por e para outros setores da sociedade, tanto pelo capital industrial, agroindustrial, comercial e financeiro.

Tal drenagem pode ser identificada por meio dos elevados preços pagos na reposição dos meios de produção; nos baixos preços recebidos pela produção agrícola e leiteira, bem como pela produção animal; nos significativos descontos para escoar a produção da unidade produtora, para a análise e resfriamento do leite; na compra de produtos alimentícios, de higiene e limpeza não produzidos no sítio; na compra de eletrodomésticos; no pagamento dos financiamentos, na compra do tanque de expansão, dentre outros muitos exemplos.

Para a produção de leite, vale relembrar que quando esta é comercializada com a COLARI, a cooperativa acaba retendo parte da renda dos produtores que num outro momento seria retornada por meio do rateio das sobras obtidas. Entretanto, como o rateio normalmente não acontece, a renda retida acaba sendo reinvestida no patrimônio da cooperativa. Assim, apesar de na teoria o produtor também ser dono deste patrimônio, na prática ele não se sente como tal, não só pelo rateio das sobras que não acontecem, mas pela distância que é estabelecida entre a gestão da cooperativa e os produtores.

Em tal contexto, acredita-se que o processo de sujeição da renda da terra pelo capital – em seus vários segmentos –, nas unidades familiares pesquisadas tenha sido amplamente discutido. E, sendo assim, visando também compreender a transferência do sobretrabalho familiar, elaborou-se o Quadro 16, que contém o rendimento líquido (R\$) – tanto anual como mensal –, e o número de pessoas que trabalham no sítio. A partir desses dois elementos, pode-se ter um parâmetro de qual seria a remuneração estipulada a cada membro da força de trabalho, uma vez que ao dividir o rendimento líquido pelo número de pessoas envolvidas no processo produtivo, têm-se, pelo menos teoricamente, a noção de quanto em dinheiro caberia a cada pessoa.

Assim, os dados revelam que a remuneração mensal que caberia a cada membro da força de trabalho familiar é extremamente baixa, sendo que em 93,0% das unidades pesquisadas esta seria inferior a um salário mínimo (R\$ 240,00¹³²), e somente em uma unidade, que representa 7,1%, seria superior a um salário. Além disso, desses 93,0%, 7,7% das pessoas da força de trabalho familiar teriam uma remuneração acima de R\$ 200,00; 15,4% receberiam de R\$ 100,00 a menos de R\$ 200,00; 46,2% obteriam uma remuneração abaixo de R\$ 100,00; e 30,7% não receberiam remuneração alguma, pois seu rendimento líquido é negativo.

Quadro 16

Pinhalzinho e Vila Rica – rendimento líquido e remuneração (R\$) estipulada por membro da força de trabalho familiar

N.º UPF	N.º de pessoas da força de trabalho familiar	Rendimento líquido (R\$)		Remuneração estipulada por membro da força de trabalho familiar	
		Anual	Média mensal	Anual	Mensal
1	2	3.417,00	285,00	1.708,50	142,50
2	2	247,40	20,60	123,70	10,30
3	3	-435,00	-36,00	-145,00	-12,00
4	4	1.635,00	136,00	408,75	34,00
5	4	3.884,00	323,50	971,00	81,00
6	3	23.222,00	1.935,00	7.740,00	645,00
7	3	-1.398,00	-116,00	-466,00	-39,00
8	3	720,00	60,00	240,00	20,00
9	3	-1.884,00	-157,00	-628,00	-52,00
10	3	8.257,00	688,00	2.752,00	229,00
11	2	-1.877,00	-156,00	-938,50	-78,00
12	3	2.861,00	238,00	953,00	79,00
13	3	4.166,00	347,00	1.388,00	115,00
14	6	3.850,00	321,00	641,00	53,50

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo – 2002 e 2003.

Org.: O autor

Tal constatação revela que a partir da análise da contabilidade dos produtores familiares nas comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica, foi possível compreender o processo de subordinação da produção familiar ao capital por meio da sujeição da renda da terra e da apropriação do sobretrabalho familiar. Subordinação esta que é conseguida uma vez que o capital ao subjugar a produção à circulação, faz com que os produtores acabem produzindo mercadorias sobre os seus ditames, o que também possibilita-lhe apropriar-se do sobretrabalho do produtor e de sua família.

¹³² Valor do salário referente ao mês de fevereiro de 2004.

Entretanto, a partir da importância do autoconsumo familiar e da comercialização dos produtos da agropecuária, especialmente de bezerros, os produtores conseguem investir as sobras – isto é, quando as mesmas existem – conseguidas em meses e anos de trabalho em equipamentos para a melhoria da qualidade de vida no âmbito da casa: com a compra de eletrodomésticos; na reforma da habitação; na compra dos próprios meios de locomoção como o carro e a moto; e, mais recentemente o que se constata são os investimentos por alguns produtores na compra do tanque de resfriamento, para assim, se enquadrarem às exigências impostas pela cooperativa. Além desses investimentos realizados pelos produtores com as sobras, constatou-se que o produtor 09, que trabalha com a produção de leite no sistema de parceria, conseguiu comprar um sítio de 10 hectares na comunidade de Vila Rica, realizando “*um antigo sonho*” de ter um “*pedaço de terra*”.

Isso é possível pois embora se constate o baixo rendimento mensal dos produtores para a realização de investimentos, o que os mesmos poupam com o autoconsumo e juntamente com os recursos advindos com a comercialização esporádica de animais, que funciona como uma poupança, na qual o produtor recorre nos momentos em que este necessita de maiores recursos, acaba possibilitando-lhes a realização de tais investimentos.

Diante dessa constatação, a reprodução social das famílias só é possível uma vez que apesar do intenso processo de subordinação, estas desenvolvem uma série de estratégias para se manterem no campo, que não se restringem a importância do autoconsumo – embora este seja fundamental –, mas que se estendem a outros elementos (discutidos no capítulo 03), como o acesso e a permanência na terra; na constituição do sítio como um espaço produtivo sócio e economicamente, por meio da diversificação da produção agropecuária, tanto na produção agrícola, quanto na pecuária bovina para cria, recria e de leite; na relação de trabalho familiar empregada no processo produtivo; bem como na organização dos produtores por meio da cooperativa e em grupo; nas diferentes formas de comercialização; nas formas de sociabilidade familiar, de vizinhança e comunitária mantidas no lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta dissertação buscou-se analisar a produção familiar no contexto da dinâmica agrária do município de Ortigueira (Pr), de modo a entendê-la no processo de produção e organização desse espaço agrário, bem como procurou-se investigar diante da subordinação do capital, a reprodução social dos produtores familiares nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

A análise permitiu compreender que apesar do trabalho se circunscrever ao estudo na escala do município e, mais especificamente, na escala local, das comunidades rurais, a mesma não pode ser realizada sem as interligações com a dinâmica regional, nacional e global. Isso porque, o entendimento do processo de ocupação e de formação territorial do município de Ortigueira, só pode ser compreendido no contexto da dinâmica paranaense, que por sua vez, também necessita ser focado atrelado à dinâmica nacional e internacional.

Para tanto, no primeiro capítulo, recorreu-se aos conceitos de frente pioneira e frente de expansão, que permitiram compreender as especificidades regionais do povoamento do Estado do Paraná, em especial do Paraná Tradicional e da região Norte. Isso possibilitou o entendimento do processo de ocupação e de formação territorial do município de Ortigueira, bem como o surgimento das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

As particularidades sobre a constituição territorial do município de Ortigueira permitiram constatar as formas de acesso à terra que marcaram a produção do seu espaço agrário, caracterizando-lhe até os dias atuais (2004) uma estrutura fundiária concentrada.

Nesse sentido, por meio da dinâmica regional paranaense investigou-se os fatores gerais que influenciaram a constituição do espaço agrário do referido município e, apesar da diversidade de contextos¹³⁴, destacou-se não só a formação de grandes áreas de terras por meio da ação de grileiros, que se apropriavam de terras de posseiros e/ou do Estado – terras devolutas –, bem como os conflitos decorrentes desse processo.

Enquanto o grileiro tinha como intenção a apropriação da terra com o intuito de extrair renda capitalizada, tê-la como reserva de valor e como um negócio, o posseiro tinha como objetivo se apropriar da terra para dela sobreviver com sua família. Tais objetivos diferentes foram as causas de muitos conflitos, sendo que para o posseiro permanecer em sua posse o mesmo tinha que defendê-la – inclusive “*na bala*” –, ou pagar o foro, a renda da terra, ao grileiro, caso contrário era expulso.

¹³⁴ Como a presença de colonos de origem alemã vindos de Joinville (SC), Cândido de Abreu (Pr), entre outras localidades, para a colônia Augusta Vitória que foi considerada uma colônia particular a partir do loteamento de um latifúndio em pequenas propriedades.

A ocupação da terra no município de Ortigueira pela figura do grileiro, do safrista e do posseiro, constitui-se num palco propício para os conflitos fundiários. Esse processo, que contribuiu com a produção do espaço agrário ortigueirense, revela que a produção familiar surge a partir do movimento da frente de expansão, tendo na posse sua forma de acesso à terra.

Tal compreensão, embora parcial, foi fundamental para o entendimento da expressividade da produção familiar na organização do espaço agrário do município de Ortigueira. Todavia, a criação da produção familiar não se deu somente pela ocupação da terra, tendo no posseiro sua figura central, mas também, verificou-se no final da década de 1950 e início da de 1960, que com os loteamentos de significativas áreas de terra em pequenas propriedades, o próprio capital possibilitou a criação e recriação desses produtores.

Desse modo, com tais loteamentos no campo ortigueirense houve o deslocamento de um significativo contingente populacional para o referido município, uma vez que o preço da terra era mais barato se comparado a do Norte do Estado. Em tal momento, procurou-se demonstrar que nem todos os produtores familiares (pequenos proprietários, parceiros, colonos) que estavam ligados à cafeicultura tinham condições de comprar um sítio na região Norte do Paraná, o que os levou a procurarem outras localidades para realizarem o sonho de possuir sua propriedade.

Foi o que ocorreu a partir do loteamento em pequenas propriedades do latifúndio Fazenda Apucarana Grande (em parte do qual surgiram as comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica), que possibilitou a recriação de produtores familiares (parceiros, colonos e pequenos proprietários) vindos do Norte do Paraná para o município de Ortigueira em busca de terra.

Além disso, num processo contraditório, também possibilitou por intermédio do pagamento da renda territorial, a recriação de antigos posseiros que ocupavam o referido latifúndio. Esse processo é contraditório porque a expansão do capital se fez preferencialmente sobre terras ocupadas por posseiros, que no momento em que o latifúndio titulado de forma duvidosa é loteado em pequenas propriedades, ocorre a expulsão e expropriação daqueles que não se sujeitaram ao pagamento da renda territorial.

Vale lembrar que apesar de alguns posseiros terem pago pela propriedade da terra, isso não significa que todos se sujeitaram ao pagamento da renda territorial, pois muitos se recusaram a pagá-la. Assim, enquanto uns conseguiram permanecer na posse, outros foram expulsos e expropriados, se reproduzindo com a ocupação em terras às vezes já tituladas e

griladas ou em terras do Estado, o que demonstra um verdadeiro movimento dialético de criação, destruição e recriação.

Tal conjuntura revela que com o desenvolvimento das relações capitalistas no campo ortigueirense, por intermédio da transformação da terra em mercadoria, não ocorreu a eliminação da produção familiar. Pelo contrário, o fato dos produtores familiares se tornarem um público potencial para a compra das pequenas propriedades, possibilitou ao capital cobrar-lhes a renda territorial.

Isso demonstra uma face do processo de reprodução da produção familiar no campo, uma vez que os proprietários de terras ao especularem a terra-mercadoria, ao venderem a terra fazendo loteamentos, acabam por criar, contraditoriamente, condições para a recriação do produtor familiar como proprietário.

A criação e recriação da produção familiar no campo ortigueirense também pode ser constatada a partir do seu significativo aumento verificado nos Censos Agropecuários de 1960 e 1975, quando os pequenos estabelecimentos passaram de 1.387 para 5.678, respectivamente. Para o mesmo período constatou-se uma desconcentração de terras, pois os médios estabelecimentos tiveram uma redução da área ocupada, passando de 48,3% em 1960 para 34,0% em 1975. Todavia, isso não reverteu totalmente a concentração fundiária municipal, pois os pequenos estabelecimentos que em 1960 representavam 86,9% e detinham apenas 35,4% das terras ocupadas, em 1975 embora representassem 95,4%, ocupavam 43,6% das terras. Para o período de 1960 a 1980 também se constatou o expressivo aumento da população rural ortigueirense, que passou de 15.534 para 45.561 habitantes, respectivamente.

Entretanto, como se constatou no capítulo dois, apesar da presença significativa das médias e grandes explorações na concentração da terra, um dos aspectos essenciais na questão agrária ortigueirense é a importância da produção familiar desenvolvida em pequenos estabelecimentos. Apesar desta categoria de produtores ser superior em número de estabelecimentos, não o é em termos da área ocupada, e mesmo assim se tornou responsável pela maioria do pessoal ocupado no campo, por importantes produtos agrícolas (arroz, feijão, milho, mandioca, etc.), e pela significativa participação na pecuária bovina e suína, se destacando principalmente na produção leiteira.

Além disso, mesmo com a redução da área dos pequenos estabelecimentos verificada após a década de 1980, que se deu concomitante à reconcentração de terras nos médios e grandes estabelecimentos, e da expressiva redução da população rural em 23.469 pessoas do levantamento censitário de 1980 para 1991, a produção familiar não foi eliminada do campo ortigueirense. Mas, pelo contrário, os dados do Censo Agropecuário de 1995/96

demonstram que o trabalho familiar é extremamente significativo nesse município, representando 86,8% do pessoal empregado na agricultura.

Assim, a análise da produção familiar no contexto da dinâmica agrária do município de Ortigueira contraria a tese da eliminação da produção familiar do campo, uma vez que se constata a sua (re)criação, não só pela permanência destes produtores, apesar das difíceis condições econômicas e sociais encontradas, mas também pelo retornos de alguns que foram expulsos e expropriados dos seus meios de produção.

A luta dos trabalhadores sem terra (em especial o MST) verificada na década de 1990 com o latifúndio improdutivo, é um ponto de extrema importância que não pode ser deixado de lado, muito pelo contrário, esse fato indica a possibilidade de mudança de uma estrutura fundiária concentrada, que atribui ao município de Ortigueira um dos piores IDH-M da região Sul do Brasil.

A respeito, segundo o IPARDES (2003), o município de Ortigueira apresentou em 2000 o pior IDH-M do Estado do Paraná, com índice de 0,620. Encontrar suas causas é uma tarefa bastante difícil e complicada, pois pelo que parece estas são decorrentes de vários fatores que vão desde os ligados à produção do espaço agrário ortigueirense, como a grilagem de terras e o conflito entre grileiros e posseiros; à atividade econômica principal calcada na criação de porcos pelo sistema de safra que não teve expressivos investimentos de capitais; como pelas consecutivas gestões municipais e à falta de políticas específicas voltadas para a valorização do homem do campo. Além disso, a forte concentração de terras e a expressividade da pecuária conduzida por pecuaristas de outros municípios do Paraná, que não empregam a renda gerada em tal atividade no município de Ortigueira, também são fatores a serem considerados.

Diante dessa conjuntura, constata-se que o baixo IDH-M está atrelado ao desenvolvimento sócio-econômico-político verificado no campo ortigueirense.

Desse modo, apesar de 92,5% dos estabelecimento rurais serem conduzidos por pequenos produtores e a maioria do pessoal ocupado ser composta pelo trabalho familiar, não se observa uma alteração no IDH municipal, uma vez que a mudança do seu contexto sócio-econômico não está atrelada somente à produção familiar, mas a toda à sociedade ortigueirense.

Tal fato revelou que apesar da importância da produção familiar no contexto da dinâmica agrária do município de Ortigueira, esta não se enquadra numa agricultura familiar moderna, com elevados índices de produção, produtividade e tecnificação, de forma a caracterizar o produtor como um “profissional agrícola”.

O que pode ser corroborado pelas principais lavouras temporárias, nas quais se destacam o milho, o feijão e o arroz, culturas que no município são direcionadas para o autoconsumo familiar, apesar de também ocorrer a comercialização do excedente. A participação significativa dos pequenos produtores na pecuária leiteira não indica que esta atividade seja realizada a partir de um rebanho especializado, com ordenha mecânica e enquadrado nas normas do PNMQL.

Constatou-se um rebanho sem raça definida, uma criação mista, tanto leiteira como para cria, recria e engorda, que possibilita ao produtor a comercialização de bezerras, fundamental para equilibrar os baixos rendimentos obtidos com a comercialização do leite. A produção leiteira é obtida a partir de um rebanho com pouca produtividade, com a ordenha manual e, na maioria dos casos, o leite não é armazenado em tanques de expansão – no resfriador.

Tais constatações possibilitam considerar que os produtores familiares estão submetidos a um constante processo de subordinação ao capital, nas suas várias instâncias, ou seja, tanto ao capital comercial, industrial, agroindustrial e financeiro, de modo que a renda obtida nas unidades de produção acabam sendo drenadas para outros segmentos da sociedade, em detrimento da sua apropriação pelos produtores e sua família.

Desse modo, a permanência do pequeno produtor e de sua família no campo acaba se constituindo a partir do próprio desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capital, que num movimento dialético de expropriação, expulsão e recriação, cria as condições necessárias para a reprodução deste produtor, uma vez que ao sujeitar a renda da terra, abre caminhos para se apropriar do sobretrabalho realizado na unidade produtiva.

Nesse sentido, primeiramente buscou-se neste trabalho compreender a produção familiar no município de Ortigueira no contexto da sua dinâmica agrária, de modo a constatar a importância deste segmento produtivo num dos poucos municípios do Estado do Paraná que têm a maior parte da população no meio rural.

A partir desse primeiro momento da análise, que demonstra a expressividade da produção familiar, um outro desafio foi investigar a reprodução social dos produtores familiares nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica.

Para tanto, tomou-se como referencial teórico norteador que a produção familiar estruturada a partir de relações não-capitalistas de produção, calcada no trabalho familiar e não no trabalho assalariado, é criada e recriada pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Isso é possível uma vez que o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção, mas também à circulação de mercadorias, à troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. Ele não é na sua essência um modo de produção de mercadorias em seu sentido restrito, mas um modo de produção de mais-valia (OLIVEIRA, 1997, p. 48).

Portanto, seu desenvolvimento no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, seja pela compra da terra para explorar ou vender, seja pela subordinação da produção familiar, que também seria a condição para sujeitar o trabalho que dá na terra (MARTINS, 1995).

A partir deste entendimento, na análise da produção familiar nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, buscou-se compreender quais as estratégias de reprodução social são adotadas pelos produtores e sua família para permanecerem no campo mesmo diante da sujeição ao capital.

Com a análise do capítulo três, constatou-se que a reprodução social da produção familiar nas comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica se dá por meio de uma série de estratégias que ultrapassam o âmbito econômico, e que se refletem tanto na organização da unidade familiar, como na organização do espaço das comunidades rurais.

Tais estratégias de reprodução social constatadas foram: a busca pela terra e a constituição do patrimônio familiar; a importância da família enquanto unidade de convívio e de produção; a organização e cooperação dos produtores; a diversificação na produção e na comercialização; e, a importância do autoconsumo. Além disso, buscou-se entender as formas de sociabilidade e de solidariedade mantidas pelos produtores, de modo a manterem seu modo de vida e o vínculo com o lugar, permitindo assim, a reprodução social da família nas referidas comunidades rurais.

A conquista da terra é um sonho perseguido pelo produtor e sua família, uma vez que esta é a condição necessária para a sua reprodução no campo. O acesso à terra por meio da compra foi a forma mais comum verificada entre os produtores pesquisados nas duas comunidades rurais, apesar que também se constatou o acesso por meio da parceria e pelo pagamento de renda – o rendeiro.

A conquista da terra além de revelar o esforço do produtor para construir um território familiar; um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores, também representa uma autonomia em relação ao proletário – tanto urbano quanto rural.

Assim, a terra acaba se constituindo num dos elementos centrais para a permanência e reprodução da família no meio rural, pois esta enquanto um território familiar, constitui-se no lugar de convívio e no principal meio de produção, além do mais, permite ao produtor e sua família, mesmo que sujeitos aos ditames do capital, uma autonomia em relação ao proletário. Pois, como afirma Martins (2002), o produtor familiar é livre na medida em que é dono dos seus instrumentos de trabalho ou, no mínimo é dono de sua vontade quanto ao que produzir, como produzir e para quem vender.

Outro ponto central na análise foi constatar a importância da família enquanto unidade de convívio e de produção.

Como unidade de convívio doméstico a família constitui para os seus membros “um centro aglutinador da sua organização da vida” (TEDESCO, 1999, p. 300). É a partir da constituição do grupo familiar que se inicia a prática da sociabilidade, que ao ultrapassar a escala da casa e se externar ao grupo, contribui para a composição da sociabilidade comunitária.

Na composição familiar, normalmente constata-se o peso do patriarca, o chefe da família, apesar de se ter constatado famílias chefiadas por mulheres. A forma de sociabilidade mais perceptível no seio da família fundamenta-se nos papéis que cada um dos seus membros possui - enquanto pai, mãe e filho(a).

A sociabilidade ao ultrapassar a escala da casa e se externar ao grupo, concretiza-se nos laços de vizinhança, de parentesco e na sociabilidade comunitária. É assim que na escala da comunidade se materializam as manifestações religiosas (tanto pela reza na casa, como na capela); a importância das festas; os laços de solidariedade (como o cuidar de alguém que está doente, dar aos vizinhos mais próximos um pouco de carne quando se mata um porco); e as formas de ajuda mútua (tanto na troca de dias de serviço, como na comercialização de produtos agrícolas abaixo do preço vendido pelo cerealista), que apesar de se caracterizar pelo caráter de reciprocidade, possibilita uma maior articulação entre as famílias.

A família enquanto unidade de produção, como se constatou, é considerada o motor do processo produtivo, no qual cada um dos seus membros da força de trabalho possui significado. Cada pessoa desempenha um trabalho útil e concreto, conforme o momento e a necessidade, estruturando-se no seu interior uma divisão do trabalho, que também é sexual, articulada pelo processo de cooperação, que resulta numa jornada de trabalho combinada pelos vários membros.

Somente quando a família não consegue realizar todas as atividades da unidade produtiva, ela recorre ao trabalho temporário e/ou a ajuda mútua e, quando isso ocorre, normalmente é por pouco tempo.

A família ao se constituir numa importante unidade de produção, não se fecha entre os seus membros, mas a mesma desenvolve outras formas de organização do trabalho para se reproduzir no campo. Assim, constatou-se as formas de organização dos produtores por meio de grupo, de associação e através da cooperação, ao se vincularem à cooperativa.

No que tange ao grupo, observou-se que para alguns produtores conseguirem se enquadrar às normas do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite – especialmente no resfriamento do produto –, os mesmos organizaram-se e realizaram financiamento do PRONAF Investimento para comprar o tanque de expansão. Esta foi uma saída viável, uma vez que a aquisição individual do equipamento e a manutenção do mesmo seria difícil para os produtores.

Para um outro grupo, a saída encontrada foi formar uma pequena associação de produtores e juntamente com a orientação do Engenheiro da EMATER local elaborar um projeto para complementação da renda. O projeto para a postura de ovos de codorna foi viabilizado a partir de recursos a fundo perdido do Programa Estadual Paraná 12 Meses e, apesar do projeto ainda estar na fase de estruturação e adaptação, os produtores estão bastantes satisfeitos com o mesmo.

Uma outra forma de organização verificada entre a maioria dos produtores de leite das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica é a vinculação à Colari. A entrada da cooperativa nas localidades possibilitou de início o rompimento do monopólio exercido pelo leiteiro, se constituindo como um outro canal para a comercialização do leite. Entretanto, no momento da realização do trabalho de campo, os produtores reclamaram da forma de atuação da cooperativa, uma vez que esta, na opinião dos mesmos, não se diferenciava muito de uma empresa.

Desse modo, constatou-se que a cooperativa apesar de eliminar o monopólio do intermediário, se constituindo num elemento importante que possibilita a reprodução social dos produtores familiares no campo, não se encontra desvinculada das contradições do sistema capitalista, uma vez que a mesma ao assumir uma postura empresarial, acaba sujeitando os produtores à sua lógica de atuação. Esta sujeição ficou clara na análise da produção leiteira, uma vez que a renda retida pela cooperativa acaba sendo incorporada ao patrimônio da mesma, ao invés de retornar na forma de sobras aos produtores cooperados.

No que tange à produção agropecuária, constatou-se que os produtores entrevistados nas comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica não se especializaram numa determinada atividade, mas estes acabaram desenvolvendo como estratégia econômica a diversificação da unidade de produção. Diversificação que culminou na articulação da atividade mercantil, destacando-se principalmente a produção leiteira e a venda de bezerros, e a produção agrícola, direcionada fundamentalmente para o autoconsumo familiar, com a venda do excedente.

Constatou-se também que, enquanto para a maioria das famílias, a principal estratégia econômica é aquela que articula a produção mercantil e o autoconsumo, para outras além destas estratégias, destaca-se a importância da aposentadoria, do trabalho acessório e permanente. Para as famílias mais carentes, os recursos obtidos por meio dos programas sociais Bolsa Escola e Vale Gás acabam sendo significativos, ajudando tanto na manutenção dos filhos na escola como na alimentação da família.

Os produtores ao diversificarem a atividade, obtendo diferentes produtos comercializáveis (o leite, o bezerro, o excedente da produção agrícola e de pequenos animais – porco e carneiro), também diversificaram os canais de comercialização, pois com a diversificação produtiva tem-se uma menor dependência em relação às oscilações do mercado. Ou seja, verificou-se a comercialização da produção com a cooperativa ou com o laticínio, com o cerealista, com o intermediário e com os próprios vizinhos.

A análise da produção familiar nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica permitiu identificar a importância da articulação dos elementos família, trabalho e terra, que culminam em uma série de estratégias que possibilitam a reprodução social dos produtores familiares nas localidades.

Desta forma, realizou-se no quarto e último capítulo, uma investigação sobre o processo de subordinação que os produtores familiares das comunidades rurais pesquisadas estão submetidos. Isso foi feito a partir da análise da contabilidade de 14 famílias no período de setembro de 2002 a agosto de 2003, na qual observou-se tanto os rendimentos obtidos, os gastos com a produção agrícola (reposição dos meios de produção) e as despesas com o orçamento familiar, obtendo assim os rendimentos líquidos conseguidos.

Por meio dessa metodologia, pode-se constatar que a produção familiar no campo está subordinada ao capital por meio da sujeição da renda da terra. O capital ao sujeitar a renda da terra aos seus ditames, cria as condições necessárias para também sujeitar a produção familiar, uma vez que ao monopolizar a circulação, subordina a produção.

Para o entendimento da subordinação da produção familiar ao capital nas comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica, a produção de leite é uma das atividades na qual este processo ficou bastante nítido. Seja pelos elevados preços pagos pelos produtos industrializados como os remédios e o complemento mineral para os animais; na aquisição de equipamentos como o tanque de expansão para resfriar o leite; na comercialização, no qual os produtores recebem os baixos preços do laticínio e/ou da cooperativa pela produção. Além dos descontos com a análise do leite e o elevado preço do frete.

A drenagem da renda dos produtores pelo capital pode ser observada em vários momentos, desde a reposição dos instrumentos de trabalho na produção agrícola, na criação do gado e na produção leiteira, como na compra de produtos que compõem as despesas com a família.

Desse modo, o produtor ao realizar a simples circulação de mercadorias possibilita que o capital – comercial, industrial, agroindustrial e financeiro –, sujeito a renda da terra e se aproprie do sobretrabalho materializado no produto comercializável.

Nesse contexto de subordinação das famílias ao capital, o próprio capitalismo, por meio do seu desenvolvimento contraditório e combinado, possibilita a reprodução social dos produtores no campo, pois embora a produção familiar não esteja calcada em relações assalariadas de produção, tal fato não impede que o fruto do seu trabalho beneficie o processo de acumulação e reprodução capitalista.

A reprodução familiar é possível pois a lógica que a move não é a da maximização da renda da terra e do lucro capitalista, mas a permanência da família no campo. Assim, o produtor e sua família absorvem através da produção do autoconsumo e por meio da intensificação do trabalho familiar, os baixos e negativos rendimentos da sua produção mercantil. Isso porque, os rendimentos obtidos não são suficientes para cobrir os custos com a produção, os gastos com o orçamento familiar e o valor da força de trabalho, o que demonstra que a maior parte da renda gerada nas unidades produtoras não é retida pelos produtores, mas a mesma é drenada por e para outros setores da sociedade, tanto pelo capital industrial, agroindustrial, comercial e financeiro.

Em suma, constatou-se que a reprodução das famílias pesquisadas só é possível porque a lógica desses produtores fundamenta-se na permanência na terra, numa reprodução que não é movida pela racionalidade da maximização econômica, da rentabilidade e competitividade, mas uma racionalidade que está além dos fatores econômicos. A família busca continuar na terra, preservando o seu patrimônio e os seus meios de produção, se reproduzindo com seu modo de vida calcado na solidariedade, na sociabilidade familiar, nos

laços de vizinhança, de parentesco e comunitário. Além disso, a família só consegue se reproduzir no campo diante do intenso processo de exploração da renda da terra e do sobretrabalho familiar, que se reflete nos baixos e as vezes negativos rendimentos obtidos com produção mercantil, uma vez que a mesma desenvolve uma série de estratégias articuladas pelos elementos família, trabalho e terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC / Ed. da UNICAMP, 1998.

ALVES, José; TSUKAMOTO, Ruth Youko. Vila Rica: organização espacial e a situação sócio-econômica atual. In: XII Encontro Nacional de Geógrafos: os outros 500 na formação do território brasileiro, nº 12, 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, p. 120.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2.748**: Programa de Incentivo à Mecanização, Resfriamento e ao Transporte Granelizado da produção de Leite. Brasília, 2000.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 04, p. 53 - 77, out. - dez. 1952.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Crescimento da população do Estado do Paraná: comparação entre os recenseamentos de 1920 – 1940. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano XIII, n. 02, p. 265 – 271, abr. – jun. 1951.

_____.O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano XV, n. 03, p. 335 – 383, jul. – set. 1953.

BORTOLETO, Eloisa Elena; CHABARIBERY, Denyse. Leite e derivados: entraves e potencialidades na virada do século. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 28, nº 9, 1998.

BRAGUETO, Cláudio Roberto. **A inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho**. São Paulo: FFL/USP, 1996. Dissertação (Mestrado), USP, 1996.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta Pela Terra 2002**. NERA/UNESP. Presidente Prudente, 2002.

ETGES, Virgínia Elizabete. **Sujeição e resistência**: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Dissertação (Mestrado em Geografia Agrária) – FFCH-USP, São Paulo, 1989.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades Brasileiras**: origem e significado de seus nomes – Paraná. Curitiba: Memória Brasil, 2000.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Cooperativismo e desenvolvimento capitalista na agricultura. In: _____. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FOLHA de Londrina. Juiz pede justificação de posse de fazenda. **Folha de Londrina**, Londrina, 04/09/2003. Geral. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/folha>. Acesso em: 01/10/2003.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Que é questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996a.

_____. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996b, p. 01-40.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Novo Dicionário geológico – geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. A modernização desigual: duas décadas de privilegiamento na política agrícola. In: _____. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960 - 1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

HESPAHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros et al. A organização coletiva dos produtores rurais nas regiões de Jales e de Presidente Prudente – SP. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, **Anais ...** João Pessoa: AGB, 2002. (CD).

_____. A inserção econômica e social da produção familiar na região de Presidente Prudente – SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, AGB, n. 23, p. 229-245, 2001.

_____. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP**. Rio Claro: UNESP, 2000. Tese (Doutorado em Geografia Agrária), UNESP / Rio Claro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário do Estado do Paraná - 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

_____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

_____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Censo Agropecuário do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Agrícola do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Censo Demográfico do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Demográfico do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Demográfico do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Demográfico do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (Paraná)**. v. XXXI. Rio de Janeiro: FIBGE, 1959.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM – 2000**: anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba, 2003. Disponível em: <http://www.pr.gov.br>. Acesso em: 02/07/2003 – pdf.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998. (Tradução de OTTO Erich Walter Maas – Coleção Pensamento Social Democrata)

KINCHESKI, Marco Antonio; SOUZA, Versione Mauro. **Conheça melhor Ortigueira**. Ortigueira: [s.n.], 198-.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). **Agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LAZZAROTTO, Joelsio José; MELLO, Heveraldo Camargo; ROESSING, Antonio Carlo. A racionalidade substantiva na prática administrativa: estudo multicaso de agricultores familiares. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41, 2003, Juiz de Fora (MG). **Anais ... Juiz de Fora (MG): SOBER, 2003. DC-ROM.**

LOCATEL, Celso Donizete. Relações intersetoriais e a apropriação da renda da terra na produção de frutas para o consumo *in natura* na região de Jales – SP. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 113-134, 2000.

LOPES, Mauro de Resende; JANK, Marcos Sawaya. A abertura comercial mostra os equívocos da política do leite no Brasil. **Agroanalysis**, jan. 1995.

LOUREIRO, M.R. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, M. R. (Org.). **Cooperativismo agrícola e capitalismo no Brasil**. São Paulo: 1981.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação Histórica. In: _____. MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria et al. **Campos Gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1968.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, [S.l.], n. 23, março, 1991.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. (revista e ampliada). São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Biblioteca Pioneira no Brasil, 1975.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, [S.d.] (Título original: Das Kapital. I. Buch, Der Produktionsprozess des Kapital. "Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses", Verlag Neue Kritik, Frankfurt, 1969).

MÉSZÁROS, István. O marxismo hoje: entrevista com Mézáros. **Crítica Marxista**, n. 3, p. 129-137, 1996.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (Brasil). **Portaria 56**. Brasília, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Brasil). **Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**: Crédito Rural. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br>. Acessado em 08/01/2003.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORO, Dalton Aureo. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge G. (Org.) **Geografia social e agricultura no Paraná**. Maringá – PR: Programa de Pós-Graduação em Geografia –UEM, 2001.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Geografia**. Londrina, v. 10, n. 01, p. 89 - 118, jan. - jun. 2001.

NOGUEIRA NETTO, Vicente da Silva. Pecuária Leiteira: a ameaça das importações subsidiadas. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro, v. 16, n° 7. 1996.

OKUBARU, Fábio. Pequenos produtores têm renda mínima: o estado do Paraná vive o contraste entre os milhões de dólares gerados pela lavoura e a pobreza no campo. **Jornal de Londrina**, Londrina, 06/07/03. Caderno Economia, p. 8A.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. O que é renda da terra. **Orientação** n.º 6, São Paulo, Instituto de Geografia Departamento de Geografia, USP. 1986a.

_____. O que é renda da terra. **Orientação** n.º 7, São Paulo, Instituto de Geografia Departamento de Geografia, USP. 1986b

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n. 58, 1981.

ORTIGUEIRA, Prefeitura Municipal de. **A história e os pioneiros de Ortigueira (1952 - 1996): a cidade do mel**. Ortigueira, 1996. [Caderno Nossa]

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

PARANÁ, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do. **Programa Paraná 12 Meses**. 2000. Disponível em: www.pr.gov.br/pr12meses

_____, Governo do Estado. **PRONAF**. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 2003. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/seab/deral/lfin.rtf>. Acessado em: 08/01/03

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e^(o) vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. Presidente Prudente: UNESP, 2003. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP / Presidente Prudente, 2003.

PINHO, Diva Benevides. O embasamento teórico-doutrinário da atividade cooperativista. In: _____. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: Cooperativização e (re)organização político-territorial dos assentamentos. O caso da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentamentos da Reforma Agrária do Pontal)**. Presidente Prudente, 2001.

SAT'ANA, Antonio Lázaro. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. Araraquara: UNESP, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP / Araraquara, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo n. 54, p. 81 – 99, jun. 1977.

SANTO, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

STEVANATO, Adriana Salas. **A produção de leite na região de Presidente Prudente – SP: o caso da Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP)**. Presidente Prudente: UNESP, 2002. Dissertação (Mestrado), UNESP / Presidente Prudente, 2002.

STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba, SP: TCM, 2001.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Os colonos do vinho**: São Paulo: HUCITEC, 1978

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. “**Leituras**” geográficas e gestão político-territorial da **sociedade de classes**. Presidente Prudente, 199- (mimeo).

TSUKAMOTO, Ruth Youko; SILVA, Jerri Augusto da. A modernização da pecuária leiteira e a exclusão do pequeno produtor. **Geografia**. Londrina, v. 10, n. 2, jul./dez. 2001.

TSUKAMOTO, Ruth Youko. Produtor familiar e a monopolização do território pelo capital. **Geografia**. Londrina, v. 09, n. 02, p. 129 - 136, jul. - dez. 2000.

VALOR ECONÔMICO. Oito Cooperativas do Norte do Paraná vão exporta leite em pó para a África. **Valor Econômico**. S.l. 2002. Disponível em: <http://www.milknet.com.br/noticias/645.html>. Acesso em: 26/05/2003 [publicado em 10/09/2002].

VALVERDE, Orlando. **Planalto Meridional do Brasil**: guia da excursão nº 09 do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia. 1957.

VEIGA, José Eli da. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma agrária**, Campinas, n. 2 e 3, v. 25, maio/dez. 1995.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Vicentina, 1987.

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. ano XVII, n. 04, p. 389 – 419, out. – dez. 1955.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma agrária**, Campinas, n. 2 e 3, v. 25, maio/dez. 1995.

_____. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 1999.

ANEXOS

ANEXO A

**QUESTIONÁRIO REFERENTE À ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES DE
PRODUÇÃO FAMILIAR NAS COMUNIDADES DE PINHALZINHO
E VILA RICA – ORTIGUEIRA (PR)**

I – IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR

Data: ____/____/____

1. Nome do produtor: _____
2. Localidade da unidade de produção: _____
3. Condição do produtor (proprietário, parceiro, empregado): _____

II – ESTRUTURA DA FAMÍLIA E HISTÓRIA DE VIDA

4. Trajetória

Município de origem	Família de origem		Ocorreu deslocamento da família			Por quê	Três últimos deslocamentos
	Rural	urbana	sim	não	Qtas vezes até chegar aqui		

5. Qual era sua condição antes de adquirir a terra?

- () proprietário () posseiro () renteiro /parceiro () empregado rural
() outra

6. Exercia atividade na área urbana? Sim () Não ()

7. Em que ano veio para essa comunidade? _____

8. Por que mudou para esse local? _____

9. Quais as condições em que se encontrava a comunidade naquele período (tinha escola, igreja, estradas, transporte)? _____

10. Como teve acesso à terra.

- Compra () herança () parceria () meeiro () outras formas ()

11: E a unidade de produção como estava? _____

12. Tamanho da sua unidade de produção

Na época em que mudou para essa área	E hoje, qual o tamanho da UPF

13. Quais foram as dificuldades de adaptação? _____

21. Indique o tipo de criação animal realizada na unidade de produção

Espécies animais	Efetivo/ cabeças	Destino		Local de venda
		subsistência	comércio	
Total do gado				
Vaca de leite				
Suínos				
Ovinos				
Aves				
Outros				

22. Qual é a importância econômica da produção animal, inclusive o leite, para a renda familiar? _____

23. Além da produção animal e vegetal, quais são as outras fontes de renda da família?

23.1. Trabalho fora do sítio: Sim () Não () Onde? _____

Nº. de pessoas que trabalham: _____ Quantos dias trabalhados: _____

Valor recebido por dia (R\$): _____ Valor mensal (R\$): _____

23.2. Aposentadoria: Sim () Não ()

Quantas pessoas recebem _____ Valor por aposentadoria: _____ Valor total (R\$): _____

23.3. Outras rendas (pessoas que moram fora e mandam dinheiro): Sim () Não ()

Quem manda: _____ Valor (R\$): _____

Em qual atividade trabalha: _____

24. Renda total mensal da família (R\$) (aproximada): _____

25. Equipamentos e insumos utilizados na produção:

25.1. agrotóxicos () Fertilizantes () Corretivos – calcário - () Outros: _____

25.2. Utiliza algum produto alternativo como insumo na produção? Sim () Não ()

Qual ou quais: _____

25.3. *Equipamento*

Equipamento	Próprio ou alugado	De quem?	Valor do aluguel	Período
Trator -				
Plantadeira – mecânica ou manual				
Colheitadeira				
Outros				

26. Quais as principais dificuldades encontradas na produção agrícola e animal? _____

26.1 – E como supera essas dificuldades? _____

IV – RELAÇÕES DE TRABALHO

27. Pessoas que trabalham no sítio

Nome	Idade	Mão-de-obra familiar ou empregado	Função	Período do dia
Total:				

28. Além da mão-de-obra familiar é necessário:

28.1. **Contratar trabalho temporário:** Sim () Não () Quantas pessoas: _____
Qual período: () Preparo da terra () no plantio () na colheita () outro momento: _____

28.2. **Diaristas:** Sim () Não () Quantos: _____

Qual período: () Preparo da terra () no plantio () na colheita () outro momento: _____

28.3. **Ajuda mútua** (troca de dias ou mutirão): Sim () Não () Por quê? _____

Qual período: () Preparo da terra () no plantio () na colheita () outro momento: _____

Outro: _____

V – COMERCIALIZAÇÃO

29. Quais dos produtos comercializados apresentam melhores resultados econômicos? _____

30. Os produtos produzidos no sítio são comercializados com quem (atravessador, diretamente ao consumidor, cooperativa)? _____

31. Quais os custos com o transporte da produção no momento da venda? _____

32. Quem e quanto paga? _____

33. Como é feito o pagamento pela venda da produção: à vista ou à prazo (quantos dias)? _____

34. Quais são os principais problemas enfrentados ao comercializar a produção? _____

VI – FINANCIAMENTO

35. Realiza financiamento para a produção? Sim () Não ()

35.1. Por quê: _____

36. O último foi realizado com qual programa? _____

36.1. Qual foi o valor do mesmo (R\$): _____

37. Qual o tipo de financiamento? Custeio () Investimento () Outro: _____

38. Houve dificuldade para o pagamento do financiamento? Sim () Não ()

Por quê? _____

39. O Sr (a) adquiriu alguma dívida em financiamento ou em outros empréstimos? _____

40. Conhece o PRONAF? _____

40.1. Já realizou algum financiamento através deste? _____

40.2. O que achou do programa: _____

41. Conhece o Programa Paraná 12 Meses? _____

41.1. Já realizou algum financiamento através deste? _____

41.2. O que achou do programa: _____

VII – INFRA-ESTRUTURA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

42. Do que é construída a casa: Alvenaria () Madeira () Mista () Barreada () Outro _____

43. Área construída: _____ Quantos cômodos: _____
Outras anotações relevantes (tipo de piso, tipo de cobertura): _____

44. Infra-estrutura geral

Equipamento	S/N	Equipamento	S/N	Equipamento	S/N
Energia elétrica		Telefone		Televisão	
Banheiro interno		Carro próprio –tipo e ano		Antena parabólica	
Água encanada		Geladeira		Aparelho de som	
Poço semi-artesiano		Fogão a gás		Outros	
Outros		Outros		Outros	

45. Condição da estrada: Boa () Precária () Péssima () Outra _____

46. Como ocorre o deslocamento até a cidade?
Carro próprio () Ônibus coletivo () escolar () Carona () Outro _____

47. Onde os filhos estudam? _____

48. Como é feito o transporte até lá? _____

49. Existe assistência médica na comunidade? _____

49.1. Caso não tenho, onde a mesma é feita? _____

50. Quais são as principais atividades de lazer realizadas na comunidade? Você participa?: _____

51. Qual festa religiosa ocorre na comunidade? _____

51.1 – Qual a importância da mesma? _____

52. Qual a perspectiva dos mais novos em relação à continuidade da produção familiar: os filhos pretendem continuar na terra? _____

52.1. Por quê? _____

53. Qual a importância da terra para a família? _____

54. A prefeitura está realizando algum programa na comunidade incentivando o jovem a continuar no campo?

Sim () Não () Qual programa: _____

Por quê? _____

ANEXO B

CONTABILIDADE DA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Mês: ___/___/___

Nome do produtor: _____

Comunidade: _____ Tamanho do sítio: _____ N°. _____

Proprietário: Sim () Não () Outro: _____ Tamanho da família: _____

Rendimento total da família

Venda da produção vegetal (venda de feijão, milho, arroz, outros)

Feijão – Número de sacas: _____ valor por saca (R\$): _____ Total R\$: _____

Arroz - Número de sacas: _____ valor por saca (R\$): _____ Total R\$: _____

Milho - Número de sacas: _____ valor por saca (R\$): _____ Total R\$: _____

Outros - Número de sacas: _____ valor por saca (R\$): _____ Total R\$: _____

Outros - Número de sacas: _____ valor por saca (R\$): _____ Total R\$: _____

Venda da produção animal (venda de animais - bezerros, vacas, porcos, aves - e leite)

Bezerros - n°. de cabeças: _____ valor por cabeça (R\$): _____ Total R\$: _____

Vacas – n°. de cabeças: _____ valor por cabeça (R\$): _____ Total R\$: _____

Porcos – n°. de cabeças: _____ valor por cabeça (R\$): _____ Total R\$: _____

Outros – n°. de cabeças: _____ valor por cabeça (R\$): _____ Total R\$: _____

Leite: Total de litros: _____ valor por litro (R\$): _____ Total Bruto: _____

Total líquido: _____

Aposentadoria

Quantas pessoas recebem: _____ Valor por aposentadoria (R\$): _____ Valor total (R\$): _____

Trabalho fora do sítio:

N°. pessoas que trabalharam: _____ Quantos dias trabalhados: _____

Valor recebido por dia (R\$): _____ Valor total (R\$): _____

Outras rendas: _____ Valor unitário (R\$): _____ Valor total (R\$): _____

Custo com a produção – despesas com o sítio:

Despesas com a agricultura – compra de sementes, veneno, fertilizante (calcário), equipamentos

Sementes: n°. de sacas: _____ valor da saca (R\$): _____ valor total (R\$): _____

Veneno - quantidade: _____ valor unitário (R\$): _____ valor total (R\$): _____

Fertilizante - quantidade: _____ valor unitário (R\$): _____ valor total (R\$): _____

Equipamentos – qual: _____ quantidade: _____ valor (R\$): _____

Combustível – quantidade em litros: _____ valor R\$: _____ Valor total R\$: _____

Outras despesas: _____

Quantidade: _____ Valor (R\$): _____

Despesa com animais – compra de novas cabeças, remédio, alimentação (sal), melhoria da pastagem e cercas (arame, palanque)

Compra de animais – qual: _____ quantidade: _____ valor por cabeça (R\$): _____

Remédio – produto: _____ quantidade: _____

Preço unitário (R\$): _____ Preço total (R\$): _____

Gasto com alimentação – produto: _____ Quantidade: _____

Preço unitário (R\$): _____ Preço total (R\$): _____

Melhoria nas pastagens – semente, roça do pasto, cerca e outros: _____ Preço (R\$): _____

Pagamento de empregados (permanente, temporário, diária): Tipo: _____

Quantos empregados : _____ Preço individual (R\$): _____ Total (R\$): _____

Outras despesas com o sítio – aluguel de equipamentos: _____ Valor (R\$): _____

Investimento – qual: _____ Valor (R\$): _____

Orçamento familiar – gastos na casa com a família

Despesas com alimentação – mercado, venda: _____ Valor total (R\$): _____

Despesas com vestuário – roupas, sapatos: _____ Valor total (R\$): _____

Despesas com educação – material escolar, livros: _____ Valor total (R\$): _____

Despesas com saúde – farmácia (remédios), consultas: _____ Valor total (R\$): _____

Luz: Valor R\$: _____

Transporte – passagem ou combustível: _____ Valor R\$: _____

Outras despesas: _____ Valor (R\$): _____

Sobras: valor (R\$): _____

Obs. as sobras são investidas em quê: na compra de eletrodomésticos para a casa, compra de terra, poupança etc:

Outros investimento: _____ Valor (R\$): _____

Peso da produção de subsistência - produtos do próprio sítio

Arroz – quantidade: _____

Feijão – quantidade: _____

Mandioca – quantidade: _____

Milho – quantidade sacas/mês: _____

Outros produtos consumidos (abóbora, café etc.): _____

Outros produtos consumidos: _____

Frutas consumidas: _____

Verduras e legumes consumidas: _____

Aves consumidas (galinhas, francos) - quantidade: _____

suínos consumidos - quantidade: _____

Bovino consumido - quantidade: _____

Outros animais (carneiros)- quantidade: _____

Leite – quantidade/litros/mensal: _____

Iogurte – quantidade: _____

Queijo: _____

Manteiga: _____

Doces: _____

Outros: _____

Outros produtos importantes produzidos para o consumo da família:

ANEXO C

Rendimento total (R\$)

Nº da UPF	Setembro de 2002											
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas		Total (R\$)	
	Produtos	R\$	Produtos	R\$	R\$		Função	R\$	Tipo	Valor		
1	2 Sacas de feijão	200,00			118,00					Dinheiro a juro	200,00	518,25
2							Profª (Séries Iniciais)	200,00				200,00
3					249,00							249,00
4								Diárias = 100,00		3 Bolsa Escola e 1 Vale Gás = 60,00		160,00
5			2 vacas e 4 porcos	910,00	162,00			1 Mensalista e 1 diarista	532,00			1.604,00
6			1 vaca e 1 porco	759,00	1.150,00							
7					102,00	2 benefícios = 400,00						502,00
8			2 vacas e 1 porco	775,00	565,00							1.340,00
9					750,00							750,00
10					482,00	2 benefícios = 400,00						882,00
11					490,00					Pronaf Investimento	3.000,00	3.490,00
12			1 bezerro	450,00	166,00	1 benefício = 200,00		Diárias (3 pessoas)	90,00	Pronaf Investimento e 1 Bolsa Escola	2.904,00	3.810,00
13	3 sacas de feijão	240,00			265,00					3 bolsa Escola e 1 Vale Gás	60,00	565,00
14			3 porcos	120,00	165,00			Diárias (2 pessoas)	300,00	2 Bolsa Escola	30,00	615,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Rendimento total (R\$)

Nº da UPF	Outubro de 2002											
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas		Total (R\$)	
	Produtos	R\$	Produtos	R\$	R\$		Mensal/diária/empreita	R\$	Tipo	R\$		
1					164,00					Dinheiro a juro	200,00	364,00
2	15 sacas de milho	225,00					Profª (Séries Iniciais)	200,00				425,00
3					285,00							285,00
4			2 bezerros e 1 vaca	1.200,00				Diária (1 pessoa)	100,00	3 Bolsa Escola	45,00	1.345,00
5					183,00			1 Mensalista e 1 diarista	532,00			715,00
6			2 vacas e 2 porcos	1.247,00	1.397,00			Diarista (1 pessoal)	220,00			2.864,00
7					115,50	2 benefícios = 400,00						515,50
8					448,00			Empreita (Pedreiro em Curitiba)	650,00			1.097,00
9					772,00							772,00
10					700,00	2 benefícios = 400,00						1.100,00
11					537,00							537,00
12					199,00	1 benefício = 200,00		Diária (3 pessoas)	200,00	3 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	30,00	629,00
13					315,00					3 Bolsa Escola	45,00	360,00
14			1 bezerro e 4 porcos	490,00	217,00			Diária (2 pessoas)	300,00	2 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	60,00	1.067,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Rendimento total (R\$)

Nº da UPF	Novembro de 2002										Total (R\$)	
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas			
	Produtos	R\$	Produtos	R\$	R\$		Função	R\$	Tipo	R\$		
1			Vaca	1.250,00	297,00					Dinheiro a juro	200,00	1.747,00
2							Profª (Séries Iniciais)	200,00				200,00
3					301,00							301,00
4								Diárias (1 pessoa)	150,00	3 Bolsa Esc. / 1 Vales Gás	60,00	210,00
5	16 sacas de feijão	928,00	3 porcos	120,00	200,00			1 Mensal esta e 1 diarista	532,00			852,00
6			3 bezerros, 1 vaca e 1 porco	1.404,00	1.438,00			Diárias (1 pessoa)	180,00			3.022,00
7			Leite	150,00	150,00	2 benefícios = 400,00						550,00
8			1 vaca	520,00	370,00			Empreita (Pedreiro em Curitiba)	620,00			1.510,00
9					794,00							794,00
10					820,00	2 benefícios = 400,00						1.220,00
11					780,00							780,00
12					179,00	1 benefício = 200,00		Diárias (2 pessoas)	150,00	1 Bolsa Escola	15,00	544,00
13					679,00					03 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	60,00	739,00
14					281,00			Diárias (2 pessoas)	300,00	2 Bolsa Escola, 1 Vale Gás e Pronaf Custeio	1.491,00	2.072,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Rendimento total (R\$)

Nº da UPF	Dezembro de 2002										Total (R\$)	
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas			
	Produtos	R\$	Produtos	R\$	R\$		Função	R\$	Tipo	R\$		
1			Frango (02)	10,00	252,00	Auxílio doença = 614,00				Dinheiro a juro	200,00	1.076,15
2								Profª (Séries Iniciais)	200,00			200,00
3			1 porco	100,00	351,00							451,00
4								Diárias (3 pessoas)	200,00	3 Bolsa Escola	45,00	245,00
5	20 sacas de feijão	1.200,00			191,00			1 Mensalista	232,00			1.623,00
6	36 sacas de feijão	2.056,00	3 carneiro	253,00	1.370,00			Diárias (1 pessoa)	360,00			4.039,00
7					198,00	2 benefícios = 400,00				13º salário das aposentadorias	400,00	998,00
8					254,00			Empreita (Pedreiro em Curitiba)	520,00	Aluguel do trator	60,00	834,00
9	5 sacas de feijão	325,00			656,00							981,00
10			8 bezerros e 6 vacas	5.410,00	1.098,00	2 benefícios = 400,00				13º salário das aposentadorias	400,00	7.308,00
11*					964,00							964,00
12			1 bezerro	290,00	177,00	1 benefício = 200,00		Diárias (3 pessoas)	200,00	01 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	30,00	897,00
13					731,00					3 Bolsa Escola	45,00	776,00
14	10 sacas de feijão	615,00	5 bezerros, 02 vacas e 17 porcos	2.890,00	418,00			Diárias (2 pessoas)	200,00	2 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	45,00	4.168,00

* Produtor não recebeu o pagamento do leite nos meses de dez., jan. e fevereiro.

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Rendimento total (R\$)

Nº da UPF	Janeiro de 2003										
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas		Total (R\$)
	Produtos	R\$	Produtos	R\$	R\$		Função	R\$	Tipo	R\$	
1			3 vacas	1.250,00	278,00				Dinheiro a juro	200,00	1.728,00
2							Profª (Séries Iniciais)	200,00			200,00
3					500,00						500,00
4	10 sacas de feijão	600,00					Diária (2 pessoas, 20 dias)	200,00	3 Bolsa Escola	45,00	845,00
5			6 porcos	168,00	233,00		1 mensalista	232,00			633,00
6					1.397,00		Diária (1 pessoa)	70,00			1.467,00
7					103,00	2 benefícios = 400,00					503,00
8					359,00				Aluguel do trator	215,00	574,00
9					742,00						742,00
10					1.392,00	2 benefícios = 400,00					1.792,00
11					1.161,00						1.161,00
12					209,00	1 bebenfício = 200,00					409,00
13					177,00	1 bebenfício = 200,00			1 Bolsa Escola	15,00	392,00
14			1 vaca e 2 cabritos	536,00	505,00		Diárias (2 pessoas)	400,00			1.441,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Rendimento total (R\$)

Nº da UPF	Fevereiro de 2003										
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas		Total (R\$)
	Produtos	R\$	Produtos	R\$	R\$		Função	R\$	Tipo	R\$	
1	1/2 saca de feijão	45,00			238,00				Dinheiro a juro	200,00	483,00
2							Profª (Séries Iniciais)	200,00			200,00
3					492,00						492,00
4							Empreita (2 pessoas)	160,00	3 Bolsa Esc. / 1 Vale Gás	60,00	220,00
5			1 porco	100,00	171,00		1 mensalista	232,00			503,00
6			4 bezerros e 10 vacas	6.765,00	1.268,00		Diárias (1 pessoa)	100,00			8.133,00
7					72,00	2 benefícios = 400,00					472,00
8			1 porco	72,00	233,00*						305,00
9					565,00						565,00
10					950,00	2 benefícios = 400,00					1.350,00
11					951,00						951,00
12					165,00	1 bebenfício = 200,00	Diárias (1 pessoa)	150,00	1 Bolsa Esc. / 1 Vale Gás	30,00	545,00
13					474,00				3 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	60,00	534,00
14					359,00		Diárias (2 pessoas)	300,00			659,00

* A produção de leite (R\$ 233,00) não foi recebida do laticínio Monte Castelo

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Rendimento total (R\$)

Nº da UPF	Março de 2003											
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas		Total (R\$)	
	Produtos	R\$	Produtos	R\$	R\$		Função	R\$	Tipo	R\$		
1	10 sacas de feijão	800,00		158,00						Dinheiro a juros	200,00	1.158,00
2								Profª (Séries Iniciais)	200,00			200,00
3					518,00							518,00
4								Diárias (2 pessoas)	300,00	3 Bolsa Escola	45,00	345,00
5					153,00			1 mensalista e 1 diarista	450,00			603,00
6			2 bezerros e 1 vaca	1.300,00	1.343,00							2.643,49
7			1 bezerro	300,00	160,00	2 benefícios = 400,00						860,00
8					572,00*							572,00
9					590,00							590,00
10					1.235,00	2 benefícios = 400,00						1.635,00
11					780,00							780,00
12					148,00	1 benefícios = 200,00		Diárias (1 pessoa)	200,00	1 Bolsa Escola	15,00	563,00
13					665,00					3 Bolsa Escola	45,00	710,00
14	2 sacas de arroz	80,00	5 porcos	250,00	447,00							777,00

* O produtor não recebeu do laticínio Monte Castelo.

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Rendimento total (R\$)

Nº da UPF	Abril de 2003											
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas		Total (R\$)	
	Produtos	R\$	Produtos	R\$	R\$		Função	R\$	Tipo	R\$		
1			3 bezerros	1.050,00	260,00					Dinheiro a juro	200,00	1.510,00
2								Profª (Séries Iniciais)	240,00			240,00
3					383,00							382,60
4								Diárias (1 pessoa)	150,00	3 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	60,00	210,00
5			2 vacas	600,00	64,00			1 mensalista e 1 diarista	540,00			1.204,00
6	40 sacas de milho	600,00	10 bezerros e 1 porco	3.163,00	1.009,00							4.772,00
7			1 bezerro	300,00	100,00	2 benefícios = 480,00						880,00
8			17 bezerros	3.500,00	150,00							3.650,00
9					509,00							509,00
10					904,00	2 benefícios = 480,00						1.384,00
11			4 porcos	290,00	624,00							914,00
12					71,00	1 benefícios = 240,00		Empreita (1 pessoa - pedreiro)	350,00	1 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	30,00	691,00
13					485,00					3 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	60,00	545,00
14			2 porcos	200,00						2 Bolsas Escola e 1 Vale Gás	45,00	245,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Rendimento total (R\$)

Nº da UPF	Maio de 2003											
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas		Total (R\$)	
	Produtos	R\$	Produtos	R\$	R\$		Função	R\$	Tipo	R\$		
1	40 sacas de milho	480,00			258,00					Dinheiro a juro	200,00	938,00
2								Profª (Séries Iniciais)	240,00			240,00
3	2 sacas de feijão	140,00	5 bezeros	1.900,00	275,00							2.315,00
4								Diária (3 pessoas, 8 dias cada)	240,00	3 Bolsa Escola	45,00	285,00
5					35,00			1 mensalista e 1 diarista	540,00			575,00
6	1 saca de feijão	100,00	02 porcos	106,00	759,00							965,00
7					120,00	2 benefícios = 480,00						600,00
8			restante do pagamento do gado	3.500,00	225,00							3.725,00
9					303,00							302,60
10					486,00	2 benefícios = 480,00						1.864,00
11			Frangos	165,00	706,00							871,00
12	1/2 saca de feijão	60,00			50,00	1 benefício = 240,00		Empreita (1 pessoa - pedreiro)	350,00	1 Bolsa Escola	15,00	715,00
13					464,00					3 Bolsa Escola	45,00	508,00
14					410,00			Diárias (1 pessoa)	240,00	2 Bolsa Escola	30,00	680,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Rendimento total (R\$)

Nº da UPF	Junho de 2003											
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas		Total (R\$)	
	Produtos	R\$	Produtos	R\$	R\$		Função	R\$	Tipo	R\$		
1					205,00					Dinheiro a juro	200,00	405,00
2								Profª (Séries Iniciais)	240,00			240,00
3					298,00							298,00
4								Diária (3 pessoas, 15 dias cada)	450,00	3 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	60,00	510,00
5					49,00			Diária	300,00			349,00
6			3 bezeros, 5 vacas e 2 porcos	3.456,00	742,00			Mensalista (prof. na Escola Familiar Rural)	496,40			4.695,00
7					136,00	2 benefícios = 480,00						616,00
8	15 sacas de milho	225,00			365,00							590,00
9					188,00							188,00
10					824,00	2 benefícios = 480,00						1.304,00
11	3 sacas de feijão	105,00			725,00							830,00
12			1 bezerro	200,00	55,00	1 benefício = 240,00				1 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	30,00	525,00
13			1 vaca	180,00	307,00					3 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	60,00	547,00
14	150 sacas de milho	1.650,00	1 vaca e 3 porcos	850,00	59,00			Diária (1 pessoa)	230,00	2 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	45,00	2.834,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Rendimento total (R\$)												
Nº da UPF	Julho de 2003											
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas		Total (R\$)	
	Produtos	Valor	Produtos	Valor	R\$		Função	Valor	Tipo	Valor		
1			1 bezerro e 1 vaca	900,00	170,00					Dinheiro a juro	200,00	1.270,38
2								Filha é profª (Séries Iniciais)	240,00			240,00
3					365,00							364,00
4								3 pessoas trabalham como diaristas	100,00	3 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	60,00	160,00
5					35,00			2 mensalista	640,00			675,00
6			3 bezerros	850,00	691,00			1 prof. Técnico agrícola	500,00			2.041,20
7					124,50	2 benefícios = 480,00						524,50
8					330,00							379,25
9					176,00							155,00
10					665,00	2 benefícios = 480,00						1.145,00
11	Dados não disponível nesse mês											
12					252,00	1 benefício = 240,00				1 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	30,00	521,60
13					310,00					3 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	60,00	370,00
14	130 sacas de milho	1.760,00								2 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	45,00	1.805,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Rendimento total (R\$)												
Nº da UPF	Agosto de 2003											
	Produção agrícola		Produção animal		Leite	Aposentadoria	Trabalho fora da UPF		Outras rendas		Total (R\$)	
	Produtos	Valor	Produtos	Valor	R\$		Função	Valor	Tipo	Valor		
1					147,50					Dinheiro a juro	200,00	347,50
2								Filha é profª (Séries Iniciais)	240,00			240,00
3					261,50							261,50
4								3 pessoas trabalham como diaristas	120,00			120,00
5					118,00			2 pessoas trabalham como mensalista *	640,00			758,00
6	2 sacas de feijão	100,00	2 porcos e 15 carneiros	2.258,00	904,00			1 prof. Técnico agrícola	500,00			3.662,00
7					118,00	2 benefícios = 480,00						598,00
8			2 novilhas	632,00	397,00							1.029,00
9	40 sacas de milho	600,00			221,00							821,00
10			11 bezerros e 4 vacas	4.200,00**	662,00	2 benefícios = 480,00						5.342,00
11												
12					222,00	1 benefício = 240,00						462,00
13			3 bezerros e 4 vacas	4.500,00	218,00					3 Bolsa Escola e 1 Vale Gás	60,00	4.778,00
14										2 Bolsa Escola	30,00	30,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

* Agosto foi o último mês em que o produtor e a produtora trabalharam vinculados a prefeitura. ** com este dinheiro o produtor comprou um carro.

ANEXO D

Setembro de 2002

Custos com a produção (R\$)

Nº da UPF	Produção agrícola				Produção animal					Pag. Trabalho		Outras despesas	Total (R\$)
	Sementes	R\$	Fertilizantes, herbicidas	adubos e R\$	Compra de animais	R\$	Remédios	R\$	Alimentação	R\$	temporário		
1			3 herbicidas	77,00			Remédio	13,00	Sal mineral	25,00			115,00
2			2 herbicidas	28,00					Sal mineral e farelo de trigo	30,00	Empreita = 140,00		28,00
3	2 sacas de milho	79,00											249,00
4	1 saca de milho e 1 saca de semente de grama	160,00	1 herbicida	13,00			Vermífugo	10,00					183,00
5			8 herbicidas	94,00							Diárias = 40,00		134,00
6	5 sacas de milho	245,00	5 herbicidas	55,00	2 novilhas	750,00	Vermífugo	20,00	Farelo de trigo	39,00	Diárias = 127,00		1.236,00
7	1 saca de milho	45,00					Antibiótico	9,00	Sal mineral e farelo de trigo	101,00		Equipamentos= 23,00	178,00
8							Diversos	59,00	Sal mineral	39,00	Empreita = 320,00	Combustível = 80,00	498,00
9							Diversos	68,00	Sal e complemento mineral	156,00			224,00
10	1 saca de milho	40,00	7 herbicidas	112,00			Diversos	500,00	Sal e complemento mineral	1.500,00		Aluguel de trator= 150,00	2.303,00
11	1/2 saca de feijão e 2 sacas de milho	194,00	2 herbicidas	66,00	5 novilhas (recursos do PRONAF Investimento)	3.000,00	Diversos	95,00	Sal mineral	110,00		Equipamentos (120,00) e reforma de cerca (800,00)	3.465,00
12	1 saca de milho	30,00					Diversos	82,00	Sal mineral	9,00	Diárias = 50,00		1.091,00
13							Diversos	60,00	Sal mineral	22,00			82,00
14	2 sacas de milho	100,00	2 herbicidas	30,00					sal mineral e farelo de trigo	49,00			179,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Outubro de 2002

Nº da UPF	Produção agrícola				Produção animal					Pag. Trabalho		Outras despesas	Total (R\$)
	Sementes	R\$	Fertilizantes, herbicidas	adubos e R\$	Compra de animais	R\$	Remédios	R\$	Alimentação	R\$	temporário		
1	1	49,00	2 herbicidas e 2 adubos	124,00					Sal mineral	25,50			198,50
2							Aves	5,00					5,00
3							Vermífugo	12,00	Sal mineral e ração p/ os bezerros	25,50	Diárias e empreita = 130,00	Equipamento (15,00) e aluguel de trator (90,00)	273,00
4			1 herbicida	12,80					Sal mineral e farelo de trigo	211,00			13,00
5*									Sal mineral e farelo de trigo	231,00			211,00
6									Sal mineral e farelo de trigo	231,00			231,00
7	2 sacas de milho e semente de grama	165,00	1 herbicida	14,00			Diversos	25,00	Sal mineral e farelo de trigo	56,00			260,00
8							Diversos	186,00				Combustível = 65,00	251,00
9			3 herbicidas	68,00					Sal mineral	9,00			77,00
10					2 vacas	1.200,00	Diversos	600,00	Sal mineral	9,00			1.809,00
11							Diversos	49,00	Sal e complemento mineral	110,00		Aluguel de trator (represa)= 40,00	199,00
12	6 sacas de semente de grama e 1/2 saca de feijão	472,00							Sal mineral	9,00			481,00
13							Diversos	60,00	Sal mineral	22,00			82,00
14	2 sacas de milho	102,00					Diversos	45,00	Sal mineral e farelo de trigo	64,00		Equipamentos = 30,00	241,00

* Não declarou gastos

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Novembro de 2002

Custos com a produção (R\$)

Nº da	Produção agrícola				Produção animal				Pag. Trabalho temporário	Outras despesas	Total			
	UPF	Sementes	R\$	Fertilizantes, herbicidas, adubos e 2	R\$	Compra de animais	R\$	Remédios				R\$	Alimentação	R\$
1		3 sacas de milho	190,00	6 herbicidas, 3 adubos e 2 fertilizantes	244,00			Vacinas para Aftosa	53,40	Sal mineral	25,00		Plantadeira manual (R\$ 30,00), arame (R\$ 72,00) e aluguel trator (R\$ 150,00)	764,40
2				2 herbicidas	27,80									28,00
3		3 sacas de milho	128,00	5 herbicidas	102,60			Vacina p/ Aftosa e vermífugo	46,60	sal mineral e ração p/ os bezerros	48,00		Diárias = 160,00	486,00
4								Vacina p/ Aftosa	10,00					10,00
5		1 saca de milho	49,00	5 herbicidas	65,00			Vacina p/ Aftosa	80,00				Equipamentos e aluguel de trator = 102,00	296,00
6		1 saca de milho	49,00					Vacina p/ Aftosa	171,00	Sal mineral	45,00		Diárias = 160,00	615,00
7								Vacina p/ Aftosa	16,00	Sal mineral e farelo de trigo	29,00		Aluguel de trator= 120,00	165,00
8								Remédios	7,00				Combustível (30,00) e conserto do trator (1.050,00)	1.087,00
9		1 saca de milho	52,00					Vacina p/ Aftosa	45,00	Sal mineral	9,00		Empreita = 120,00	226,00
10				1 herbicida	12,00			Vacina p/ Aftosa e remédios	405,00	Sal mineral	9,00		Aluguel de trator = 132,00	558,00
11				12 herbicidas	206,00			Vacina p/ Aftosa	54,00	Sal e complemento mineral	110,00		Empreita = 210,00	580,00
12								Vacina p/ Aftosa	27,00	Sal mineral	9,00			36,00
13		1 saca de milho	31,00					Vacina p/ Aftosa e outros	97,00	Sal mineral	22,00		Aluguel de trator= 30,00	180,00
14		1 saca de grama	125,00	1 herbicida	27,00	4 novilhas	2.000,00	Vacina p/ Aftosa	30,00	Farelo de trigo e sal mineral	49,00		Reforma de cercas = 300,00	2.531,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Dezembro de 2002

Custos com a produção (R\$)

Nº da	Produção agrícola				Produção animal				Pag. Trabalho temporário	Outras despesas	Total (R\$)			
	UPF	Sementes	R\$	Fertilizantes, herbicidas, adubos e 2	R\$	Compra de animais	R\$	Remédios				R\$	Alimentação	R\$
1								Vermífugo	25,00	Sal mineral	27,00		Aluguel de trato (beneficiar o feijão) = 25,00	77,00
2				3 herbicidas	41,70								1 bomba de veneno manial (110,00), 2 enxadas (17,00)	168,70
3								Vermífugo	25,00	Ração p/ os bezerros	65,00			90,00
4*														
5*														
6						1 carneiro	150,00	Diversos	190,00				Diárias = 110,00	450,00
7										Sal mineral e farelo de trigo	29,00			29,00
8		1 saca de milho	42,00										Combustível = 60,00	102,00
9*														
10								Vermífugo	180,00	Sal mineral	9,00			189,00
11								Diversos	53,00	Sal mineral	130,00		Empreita = 150,00	333,00
12								Vacina	7,00	Sal mineral	9,00			16,00
13								Diversos	50,00				Diárias = 549,00	618,00
14		2 sacas de milho	102,00					Diversos	50,00	Sal mineral e farelo de trigo	49,00		Diárias = 150,00	501,00

* Não declarou gastos

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Janeiro de 2003

Custos com a produção (R\$)

UPF	Produção agrícola				Produção animal				Pag. Trabalho temporário	Outras despesas	Total (R\$)		
	Sementes	R\$	Fertilizantes, adubos e herbicidas	R\$	Compra de animais	R\$	Remédios	R\$				Alimentação	R\$
1			2 fertilizantes	50,00					Sal mineral	37,00	4 diárias = 56,00	Semente de grama = 32,00	175,00
2*													
3*													
4*													
5*													
6							Diversos	80,00			Diárias= 40,00	Equipamento = 50,00	170,00
7									Sal mineral e farelo de trigo	52,00			52,00
8												Combustível = 100,00	100,00
9							Diversos	40,00	Sal mineral	9,00			49,00
10							Antibiótico	64,00	Sal e complemento mineral	200,00			264,00
11			10 herbicidas	320,00			Diversos	54,00	Sal e complemento mineral	110,00	Empreita (roça pasto)= 180,00		664,00
12							Vacina	9,00	Sal mineral	9,00			18,00
13									Sal mineral	25,00	Empreita (roça pasto)= 150,00		175,00
14	2 sacas de milho e 1 de grama	232,00					Diversos	60,00					292,00

* Não declarou gastos

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Fevereiro de 2003

UPF	Produção agrícola				Produção animal				Pag. Trabalho temporário	Outras despesas	Total (R\$)		
	Sementes	R\$	Fertilizantes, adubos e herbicidas	R\$	Compra de animais	R\$	Remédios	R\$				Alimentação	R\$
1									Sal mineral	37,00	7 diárias = 98,00		135,00
2			3 herbicidas	63,00									63,00
3									Ração p/ bezerras e sal mineral	65,00	Diárias = 120,00		185,00
4*													
5*													
6			2 herbicidas	31,00			Diversos	117,00	Milho e farelo de trigo	180,00	Empreita (roça de pastos)= 170,00		498,00
7			1 herbicida	14,00			1 Vacina	3,50					17,50
8							Remédio	30,00					30,00
9							Diversos	40,00	sal mineral	9,60			50,00
10									Sal mineral	125,00			125,00
11							Diversos	53,00	Sal e complemento mineral	100,00	Empreita (roça de pastos)= 150,00		303,00
12									Sal mineral	4,50			4,50
13							Diversos	50,00	Sal mineral	30,00			80,00
14							Diversos	100,00					100,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Março de 2003

UPF	Produção agrícola				Produção animal					Pag. Trabalho temporário	Outras despesas	Total (R\$)	
	Sementes	R\$	Fertilizantes, adubos e herbicidas	R\$	Compra de animais	R\$	Remédios	R\$	Alimentação				R\$
1			1 herbicida	27,00			Diversos	70,00	Sal mineral	48,00	6 diárias e empreita p/ roça de pasto = 280,00	844,00	924,00
2												Troca de dias (não paga)	
3							Vacina p/ Aftosa e vermifugo	60,00	Ração p/ os bezerros e sal mineral	69,00	Empreita = 110,00		239,00
4*							Vitaminas	31,00					31,00
5													
6					4 vacas	1.400,00	Diversos	131,00	Sal mineral	68,00	Diárias= 116,00	Aluguel de pastos (150,00) e compra pneu (480,00)	2.346,00
7					1 vaca	550,00	Remédio aves	3,50	Sal mineral	5,00			559,00
8							Remédio	7,00					7,00
9									Sal mineral e complemento	195,00			195,00
10*													
11							Diversos	120,00			Empreita p/ roça de pasto= 150,00		270,00
12									Sal mineral	4,50			4,50
13							Diversos	50,00	Sal e complemento mineral	180,00			230,00
14							Diversos	30,00	Sal e complemento mineral	150,00			180,00

* Não declarou gastos

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Abril de 2003

UPF	Produção agrícola				Produção animal					Pag. Trabalho temporário	Outras despesas	Total (R\$)	
	Sementes	R\$	Fertilizantes, adubos e herbicidas	R\$	Compra de animais	R\$	Remédios	R\$	Alimentação				R\$
1	1 saca de aveia	31,25			1 porco	60,00	Diversos	95,00				Aluguel de trator = 25,00	211,25
2*													
3									Ração p/ os bezerros e sal mineral	69,00			69,00
4									Sal mineral	6,50			6,50
5*													
6							Diversos	132,00			Diárias = 60,00	Aluguel de pastos = 125,00	317,00
7			1 herbicida	15,00	1 vaca	550,00			sal mineral	6,50			571,50
8							Diversos	230,00				Equipamentos= 140,00	370,00
9					2 novilhas	1.300,00			Complemento mineral	57,00			1.357,00
10									Aluguel de pastos= 80,00				80,00
11							Diversos	100,00	Sal e complemento mineral	150,00			250,00
12									Sal mineral	6,50			6,50
13									Sal e complemento mineral	57,00			57,00
14							Antibióticos	100,00	Sal e complemento mineral	61,00			161,00

* Não declarou gastos

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Maio de 2003

Custos com a produção (R\$)

UPF	Produção agrícola				Produção animal				Pag. Trabalho temporário	Outras despesas	Total (R\$)
	Sementes	R\$	Fertilizantes, herbicidas	adubos e R\$	Compra animais	de R\$	Remédios	R\$			
1							Vacina p/ Aftosa	63,00			63,00
2*											
3*											
4							Vermifugo	25,00			25,00
5*											
6					1 porco	120,00	Diversos	150,00		Aluguel de pastos = 50,00	320,00
7							Vacina p/ Aftosa	19,00	Sal mineral e farelo de trigo	30,00	49,00
8							Diversos	106,00		Pagamento ao INCRA= 16,00	120,00
9							Vacina p/ Aftosa	53,00	Sal e complemento mineral	57,00	110,00
10							Vacina Aftosa (320,00) e vermifugo (100,00)	420,00	Sal e complemento mineral (190,00) e milho (400,00)		1.010,00
11							Vacina p/ Aftosa	55,00	Sal e complemento mineral	150,00	205,00
12							Vacina p/ Aftosa	30,00	Sal mineral	6,00	36,00
13							Vacina p/ Aftosa	117,00	Sal e complemento mineral	56,00	173,00
14							Vacina p/ Aftosa	100,00	Sal e complemento mineral	61,00	161,00

* Não declarou gastos

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Junho de 2003

UPF	Produção agrícola				Produção animal				Pag. Trabalho temporário	Outras despesas	Total (R\$)
	Sementes	R\$	Fertilizantes, herbicidas	adubos e R\$	Compra animais	de R\$	Remédios	R\$			
1*							Vermifugo	10,00			10,00
2											
3									Ração p/ os bezerros e sal mineral	69,00	Pagamento do Pronafinho = 1.334,00
4							Vacina p/ Aftosa	8,00	Sal mineral	6,50	14,50
5*											
6							Diversos	111,00	Farelo de arroz	108,00	Diárias = 212,00
7							Diversos	6,00	Sal mineral	38,00	Aluguel de pasto = 150,00
8*											44,00
9							Vermifugo	60,00	Sal e complemento mineral	57,00	117,00
10							Antibióticos	100,00	Milho (300,00) e sal mineral (40,00)	340,00	440,00
11							Antibióticos	150,00	Sal e complemento mineral	150,00	300,00
12									Sal mineral	6,00	6,00
13									Sal e complemento mineral	56,00	56,00
14							Diversos	110,00	Sal e complemento mineral	61,00	171,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

* Não declarou gastos

Julho de 2003

Custos com a produção (R\$)

UPF	Produção agrícola				Produção animal				Pag. Trabalho temporário	Outras despesas	Total (R\$)	
	Sementes	R\$	Fertilizantes, herbicidas	adubos e R\$	Compra de animais	R\$	Remédios	R\$				Alimentação
1					1 vaca	800,00	Diversos	38,00				838,00
2*												
3							Vermífugo	70,00	Sal mineral e farelo de trigo,	90,00		160,00
4									Ração para suínos e farelo de trigo	50,00		50,00
5*												
6									Sal mineral	385,00	3 diárias = 30,00	540,00
7							Vermífugo	12,00	Sal mineral e farelo de trigo	60,00		72,00
8							Vermífugo	40,00	Sal mineral	30,00	Combustível = 50,00	120,00
9							Diversos	100,00	Sal e complemento mineral	100,00		200,00
10							Diversos	200,00			Aluguel de pastos = 116,00	316,00
11												
12									Sal mineral	6,00		6,00
13									Sal mineral	28,00		28,00
14							Diversos	80,00			Aluguel de trator = 600,00	680,00

* Não declarou gastos.

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Agosto de 2003

Custos com a produção (R\$)

UPF	Produção agrícola				Produção animal				Pag. Trabalho temporário	Outras despesas	Total (R\$)	
	Sementes	R\$	Fertilizantes, herbicidas	adubos e R\$	Compra de animais	R\$	Remédios	R\$				Alimentação
1*												
2*												
3							Diversos	69,00	Sal mineral e farelo de trigo	70,00		139,00
4									Farelo de trigo	50,00		50,00
5*												
6	1 saa de milho	80,00									Diversos (sementes de grama, arame, remédios para o gado e aluguel de pasto) = 1.269,00	1.349,00
7							Diversos	16,00	Sal mineral, farelo de trigo e ração para suínos	60,00		76,00
8			Herbicidas	292,00			Diversos	42,00	Sal mineral	30,00	Combustível = 50,00	414,00
9							Vermífugo e Anti-inflamatório	110,00	Sal e complemento mineral	100,00		210,00
10							Diversos	250,00			Aluguel de pasto = 116,00	366,00
11												
12									Sal mineral	6,00		6,00
13									Sal mineral	28,00		28,00
14							Diversos	80,00			Gastos com reforma de cerca = 400,00	480,00

* Não declarou gastos.

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

ANEXO E

setembro de 2002

UPF	Orçamento familiar (R\$)								Total R\$	Poupança (R\$)	Investimento das sobras
	alimentação	Vestuário	educação	saúde	luz	transporte		outras despesas			
	Mercado / Venda R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	passagem/combustível	R\$				
1	150,00	36,00		50,00	12,00	passagem	36,00	Carreto (14,00)	298,00		
2	70,00				12,00	passagem	15,00		97,00		
3	160,00				13,50	passagem	21,00		194,50		
4	150,00		20,00	25,00	10,00	passagem	29,00		234,00		
5	288,00	42,00		60,00	43,00	combustível	30,00		463,00		
6	206,00	110,00		14,00	20,00	combustível	134,00		484,00		
7	200,00	30,00	50,00	30,00	18,00	passagem	40,00	Reforma da casa = 1.800,00	2.168,00		
8	590,00		12,00		29,00		92,00		723,00		comprou 1 moto (ano 1999) = 3.000,00
9	300,00				22,00	passagem	20,00		342,00	100,00	
10	300,00	200,00		150,00	47,00	passagem	90,00	1 geladeira (750,00) e 2 camas (500,00)	2.037,00		
11	200,00				57,00	passagem	100,00		357,00		
12	370,00	80,00	30,00	60,00	30,00	passagem	35,00		605,00		
13	250,00	20,00	15,00	7,00	17,00	passagem	39,00		348,00		
14	200,00	60,00		150,00	*	passagem	50,00		460,00		

* Não tem luz na propriedade

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Outubro de 2002

UPF	Orçamento familiar								Total R\$	Poupança (R\$)	Investimento das sobras
	alimentação	vestuário	educação	saúde	luz	transporte		outras despesas			
	Mercado / Venda R\$	valor	valor	valor	valor	passagem/combustível	valor				
1	170,00			27,00	12,00	passagem	42,00		251,00		
2	65,00				12,00	passagem	10,00		87,00		
3	165,00			80,00	14,00	passagem	18,00		277,00		
4	120,00			20,00	11,00	passagem	29,00		180,00		
5	398,00	163,00		28,50	45,00	combustível	25,00		659,50		
6	217,00	103,00		268,00		combustível	129,00		717,00		
7	230,00		13,00	30,00	20,00	passagem	50,00	Serviço do pedreiro = 100,00	443,00		
8	176,00	260,00	18,00		39,00		91,00	prestação de eletrodoméstico = 100,00	684,00		
9	280,00				26,00	passagem	20,00		326,00	100,00	
10	280,00			150,00	40,00	passagem	100,00		570,00		
11	178,00				23,00	passagem	100,00		301,00		
12	370,00			100,00	33,00	passagem	23,00		526,00		
13	300,00		10,00		19,00	passagem	20,00	prestação de eletrodoméstico = 20,00	369,00		
14	250,00		30,00	180,00		passagem	30,00		490,00		

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Novembro de 2002

UPF	Orçamento familiar								Total R\$	Poupança (R\$)	Investimento das sobras
	alimentação	vestuário	educação	saúde	luz	transporte		Outras despesas			
	Mercado / Venda R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	passagem/combustível	R\$				
1	230,00	100,00		25,00	15,00	combustível	20,00		203,00		
2	80,00				12,00	passagem	10,00		102,00		
3	180,00			110,00	17,00	passagem	29,00		336,00	120,00	
4	130,00		25,00	20,00	11,00	passagem	20,00		206,00		
5	289,00			20,00	51,00	combustível	30,00		390,00		
6	250,00	50,00		33,00	50,00	combustível	140,00		523,00		
7	200,00	40,00		30,00	23,00		140,00	pagamento pedreiro (100,00)	533,00		
8	243,00	50,00			32,00	combustível	106,00	Imposto da moto (111,00) e prestação eletrodoméstico (170,00)	712,00		
9	320,00	250,00			27,00				597,00	100,00	
10	300,00			240,00	45,00	passagem	150,00		735,00		
11	256,00	23,00			16,00	combustível	100,00		395,00		
12	470,00			19,00	37,00	passagem	30,00	prestação de eletrodoméstico = 104,00	660,00		
13	350,00				14,00	passagem	20,00	19,00	403,00		
14	270,00	60,00		200,00		passagem	40,00		570,00		

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Dezembro de 2002

UPF	Orçamento familiar								Total R\$	Poupança (R\$)	Investimento das sobras
	alimentação	vestuário	educação	saúde	luz	transporte		Outras despesas			
	Mercado / Venda R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	passagem/combustível	R\$				
1	230,00	70,00		105,00	16,00	passagem/combustível	65,00		486,00		
2	80,00	100,00			13,00	passagem	40,00		233,00		
3	170,00				18,00	passagem	35,00		223,00		
4	150,00			24,00	7,00	passagem	25,00		206,00		
5	484,00	550,00		50,00	52,00				1.136,00		
6	277,00	103,00		37,00	35,00	combustível	164,00	Pneus = 100,00	716,00		
7	300,00	70,00		24,00	23,00	passagem		prestação de eletrodoméstico (43,00), material de construção (90,00) pagamento pedreiro (100,00)	650,00		
8	522,00	70,00		19,00	40,00	combustível	16,00		667,00		
9	350,00				35,00	passagem	25,00		410,00		Prestação do resfriador = 47,00
10	500,00	200,00		125,00	40,00	passagem	100,00		965,00		
11	200,00				40,00	combustível	150,00		390,00		Prestação do resfriador = 78,00
12	300,00				30,00	passagem	30,00		360,00		
13	250,00	55,00			22,00	passagem	28,00		355,00		Prestação do resfriador = 39,00
14	300,00	100,00		80,00		passagem	30,00		510,00		Prestação do resfriador = 29,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Janeiro de 2003

UPF	Orçamento familiar							Total R\$	Poupança (R\$)	Investimento das sobras	
	alimentação	vestuário	educação	saúde	luz	transporte					outras despesas
	Mercado / Venda R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	passagem/combustível	R\$				
1	300,00	50,00		32,00	17,00	passagem/combustível	40,00		439,00		
2	35,00				12,00	passagem	30,00		77,00		
3	210,00	150,00			27,00	passagem	20,00		407,00	Obs.: usa p/ pagar diárias qdo precisa	
4	150,00			60,00	11,00	passagem	20,00		241,00		
5	440,00				44,00				480,00		
6	250,00	134,00		156,00	50,00	combustível	207,00	reforma da casa= 390,00	1.187,00		
7	200,00			40,00	18,00	passagem	30,00	prestação de eletrodoméstico = 43,00	331,00	20,00	
8	250,00				40,00	combustível	30,00	prestação de eletrodoméstico (100,00) e imposto da moto (61,00)	481,00		
9	550,00	300,00	120,00		26,00	passagem	20,00		1.016,00		
10	500,00			100,00	50,00				650,00		
11	160,00				42,00	combustível	170,00	material de construção civil = 433,00	805,00		
12	300,00			80,00	31,00	passagem	30,00		410,00		
13	200,00		50,00		21,00	passagem	11,00		282,00		
14	300,00	30,00		280,00		passagem	60,00		670,00		

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Fevereiro de 2003

UPF	Orçamento familiar							Total R\$	Poupança (R\$)	Investimento das sobras	
	alimentação	vestuário	educação	saúde	luz	transporte					outras despesas
	Mercado / Venda R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	passagem/combustível	R\$				
1	320,00			15,00	17,00		22,00		374,00		
2	40,00			10,60	12,00	passagem	30,00		102,60		
3	200,00	60,00			30,00	passagem	20,00		310,00		
4	150,00	22,00	30,00	60,00	12,00	passagem	20,00		294,00		
5	262,00				51,00				313,00		
6	276,00			70,00		combustível	80,00		426,00		
7	200,00	32,00	35,00	25,00	28,00			Prestação de eletrodoméstico (43,00)	363,00		
8	380,00	63,00			40,00	combustível	46,00	conserto do trator = 200,00	729,00		
9	585,00				74,00	passagem	20,00		679,00	Prestação resfriador = 47,00	
10	400,00			110,00	45,00				555,00	Prestação resfriador = 72,00	
11	200,00				38,00	combustível	180,00	Material de construção civil = 433,00	851,00		
12	380,00		35,00	50,00	30,00	passagem	30,00		525,00		
13	350,00		50,00	23,00		passagem	30,00		453,00	Prestação do resfriador = 45,00	
14	300,00	30,00	100,00	230,00		passagem	40,00		700,00	Prestação do resfriador = 30,00	

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Março de 2003

UPF	Orçamento familiar							Total R\$	Poupança (R\$)	Investimento das sobras	
	alimentação	vestuário	educação	saúde	luz	transporte					outras despesas
	Mercado / Venda R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	passagem/combustível	R\$				
1	320,00			37,00	18,00		22,00		397,00		
2	40,00						12,00	passagem	30,00	82,00	
3	180,00						25,00	passagem	20,00	225,00	
4	160,00			60,00	11,00			passagem	20,00	251,00	
5	233,00			30,00	47,00					310,00	
6	220,00			86,00	35,00					341,00	
7	250,00		15,00	32,00	23,00			passagem	40,00	403,00	Prestação de eletrodoméstico (43,00)
8	436,00		18,00				28,00			482,00	
9	380,00						45,00	passagem	20,00	605,00	Parcela do resfriador de fevereiro e março = 160,00
10	450,00			90,00	40,00			passagem	140,00	720,00	
11	150,00				42,00			combustível	200,00	392,00	
12	300,00			30,00	28,00			passagem	30,00	388,00	
13	300,00						18,00	passagem	10,00	474,00	Prestação do resfriador referente a dezembro, janeiro e fevereiro = 146,00
14	300,00	40,00		200,00				passagem	60,00	600,00	

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Abril de 2003

UPF	Orçamento familiar							Total R\$	Poupança R\$	Investimento das sobras	
	alimentação	vestuário	educação	saúde	luz	transporte					outras despesas
	Mercado / Venda R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	passagem/combustível	R\$				
1	235,00	38,00		107,00	15,00				57,00	452,00	
2	80,00	20,00		55,00	9,00			passagem	30,00	329,00	Mensalidade da Universidade = 135,00*
3	190,00	50,00					28,00	passagem	30,00	298,00	
4	180,00						12,00	passagem	10,00	202,00	
5	374,00			10,00	37,00					421,00	
6	220,00			102,00	34,00			combustível	85,00	441,00	Comprou 1 caminhonete, ano 1983 = 14.800,00
7	250,00	60,00		50,00	28,00			passagem	30,00	418,00	
8		289,00	87,00	19,00	93,00			passagem/combustível	128,00	2.576,00	Pagamento de empréstimos (870,00) e pagamento das contas atrasadas no mercado (1.090,00)
9	400,00	150,00			24,00			passagem	20,00	633,00	pagamento do resfriador = 39,00
10	500,00		20,00	150,00	45,00			passagem	100,00	815,00	
11	250,00				40,00			combustível	100,00	770,00	Mecânica do carro (230,00) e material de construção civil (150,00)
12	280,00				20,00			passagem	11,00	311,00	
13	300,00			15,00	20,00			passagem	15,00	402,00	Pretação resfriador = 52,00
14	290,00		30,00	120,00				passagem	60,00	550,00	Pretação resfriador = 50,00

* Curso Normal Superior

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Maio de 2003

UPF	Orçamento familiar								Poupança	Investimento das sobras	
	alimentação	vestuário	educação	saúde	luz	transporte		outras despesas			Total R\$
	Mercado / Venda R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	passagem/combustível	R\$				
1	285,00			65,00	22,00		47,00		419,00		
2	100,00	40,00		66,00	12,00	passagem	30,00	Mensalidade da universidade = 135,00	383,00		
3	200,00	50,00			20,00	passagem	30,00		300,00		
4	190,00				10,00				200,00		
5	250,00			15,00	30,00				295,00		
6	230,00			94,00	34,00	combustível	100,00		458,00		
7	300,00			60,00	29,00	passagem	40,00		429,00		
8	533,00				32,00	combustível	67,00	150,00	782,00		Compra de móveis = 1.280,00
9	300,00				24,00	passagem	20,00		378,00		Parcela do resfriador = 34,00
10	450,00	300,00		130,00	50,00	passagem	100,00		1.030,00		
11	220,00				38,00	combustível	80,00	Mecânica do carro (126,00) e reforma da casa e da mangueira (150,00)	614,00		
12	250,00				32,00	passagem	11,00		293,00		
13	280,00			8,00	18,00	passagem	17,00		363,00		Prestação do resfriador = 40,00
14	320,00		30,00	140,00		passagem	28,00		563,00		Prestação do resfriador = 45,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Junho de 2003

UPF	Orçamento familiar								Poupança (R\$)	Investimento das sobras	
	alimentação	vestuário	educação	saúde	luz	transporte		outras despesas			Total R\$
	Mercado / Venda R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	passagem/combustível	R\$				
1	380,00	93,00			14,60				487,00		
2	80,00	30,00		35,00	10,00			Mensalidade da universidade = 135,00	290,00		
3	200,00	40,00		60,00	32,00**			Pagamento do Pronafinho = 1.334,75	1.666,75		
4	200,00				11,00	passagem	10,00		221,00		
5	235,00			20,00	46,00				301,00		
6	285,00			106,00	28,00	combustível	130,00	Documentos da moto = 230,00	779,00		Comprou 1 moto (financiada) = 8.300,00
7	280,00	15,00	12,00	65,00	25,00	passagem	45,00		442,00		
8	270,00	220,00			32,00	combustível	150,00	130,00	802,00		
9	320,00				27,00	passagem	25,00		372,00		
10	480,00			160,00	45,00	passagem	80,00		765,00		
11	260,00				40,00	combustível	100,00	Reforma da casa e da mangueira = 150,00	550,00		
12	400,00			32,00	43,00	passagem	15,00		490,00		
13	290,00		20,00	10,00	22,00				384,00		Prestação do resfriador = 42,00
14	300,00			110,00		passagem	30,00		446,00		Prestação do resfriador = 6,00

** O leite passou a ser resfriado no frizer

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Julho de 2003

UPF	Orçamento familiar							Total R\$	Poupança (R\$)	Investimento das sobras
	alimentação mercado / venda R\$	vestuário R\$	educação R\$	saúde R\$	luz R\$	transporte passagem/combustível R\$				
1	317,00	110,00		190,00	14,00	passagem		62,00	693,00	
2	50,00		Normal Superior = 135,00	80,00	12,00	passagem		20,00	297,00	
3	250,00				35,00	passagem		30,00	315,00	
4	120,00		40,00	40,00	12,00	passagem		10,00	222,00	
5	270,00			15,00	40,00	passagem		60,00	385,00	
6	295,00	170,00		81,00	30,00	passagem/combustível		140,00	1.648,00	Pagamento parcela da moto = 252,00
7	350,00	50,00		20,00	15,00	passagem		30,00	465,00	
8	332,00	120,00	60,00		31,00	combustível		20,00	1.823,00	Material de construção, equipamento e frete = 1.260,00
9	250,00		50,00		35,00	passagem		20,00	355,00	
10	400,00	100,00		247,00	37,00	passagem		80,00	864,00	300,00
11	Dados não disponíveis									
12	380,00		5,00	20,00	30,00	passagem		22,00	457,00	
13	220,00	250,00	40,00		14,00	passagem		40,00	564,00	
14	330,00	50,00	30,00	100,00		50,00			560,00	

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

Agosto de 2003

UPF	Orçamento familiar							Total R\$	Poupança (R\$)	Investimento das sobras
	alimentação Mercado / Venda	vestuário R\$	educação R\$	saúde R\$	luz R\$	transporte passagem/combustível R\$				
1	295,00			102,00	17,00	passagem		28,00	442,00	
2	40,00		Normal Superior = 135,00		10,00	passagem		20,00	205,00	
3	270,00				32,00	passagem		30,00	332,00	
4	120,00			40,00	10,00	passagem		10,00	180,00	
5	300,00			20,00	34,50	passagem		60,00	414,50	
6	185,00			80,00	30,00	combustível		98,00	616,00	Pagamento parcela da moto = 250,00
7	250,00		10,00	20,00	18,00	passagem		30,00	328,00	
8	499,00				38,00	combustível		40,00	577,00	
9	350,00				35,00	passagem		20,00	405,00	
10	360,00	150,00		100,00	35,00	passagem		100,00	745,00	Comprou um Fusca ano 1976.
11	Dados não disponíveis									
12	400,00			50,00	33,00	passagem		22,00	505,00	
13	250,00	40,00			16,00	passagem		40,00	346,00	
14	300,00	50,00	30,00	200,00		passagem		50,00	630,00	3,00

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).

ANEXO F

Período: setembro de 2002 a agosto de 2003

Nº da UPF	PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO	Despesas do sítio
	Consumo da família - produtos	
1	arroz (produz e compra), feijão, milho, mandioca, frutas, verduras e legumes, aves, ovos, leite, doces e queijo.	2 sacas de milho por mês para alimentação de aves e dos porcos
2	arroz, mandioca, feijão, café, milho, frutas, verduras e legumes, aves, ovos, suínos, doces e queijo	3 sacas de milho por mês para alimentação de aves e dos porcos
3	arroz (produz e compra), feijão, milho, mandioca, frutas, verduras e legumes, aves, ovos, suínos, leite e banha de porco.	3 sacas de milho por mês para alimentação de aves e dos porcos
4	arroz (compra), feijão, mandioca, batata doce, abóbora, milho, aves, ovos, suínos, leite (comprou durante os meses de setembro a fevereiro) e banha de porco.	Comprou milho nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro.
5	arroz (compra), feijão, milho, mandioca, frutas, verduras e legumes, aves, ovos, suínos, banha de porco, boi, leite e doces.	6 sacas de milho por mês para alimentação de aves e dos porcos
6	arroz (compra), feijão, milho, café, frutas, verduras e legumes, aves, ovos, suínos, boi, carneiro, leite, doces e queijo.	12 sacas de milho por mês para alimentação de aves, dos porcos, dos carneiros e cavalos.
7	arroz (compra), feijão, milho, mandioca, abóbora, horta, aves, ovos, leite, queijo e doces.	2 sacas de milho por mês para alimentação de aves e dos porcos
8	arroz (compra), feijão, mandioca, frutas, verduras, aves, ovos, suíno, bovino, leite, queijo e doces.	12 sacas de milho por mês para alimentação de aves e dos porcos
9	arroz (compra), feijão, mandioca, café, milho, frutas, verduras e legumes, aves, ovos, leite e doces.	5 saca de milho por mês para alimentação de aves.
10	arroz, feijão, mandioca, café, milho, frutas, verduras, legumes, abóbora, aves, ovos, suínos, banha de porco, leite, doces.	5 saca de milho por mês para alimentação de aves, suínos e cavalos.
11	arroz, feijão, café, mandioca, batata doce, café, milho, frutas, verduras, legumes, suínos, aves, ovos, leite, doces, queijos e manteiga.	8 saca de milho por mês para alimentação de aves, suínos e cavalos.
12	arroz (planta e compra), feijão, café, milho, verduras, legumes, frutas, aves, ovos, suínos, banha de porco, leite e doces.	2 sacas de milho por mês para alimentação de aves e dos porcos
13	arroz (planta e compra), feijão, café, milho, batata-doce, mandioca, abóbora, verduras, legumes, frutas, aves, ovos, suínos, banha de porco, leite e doces	4 sacas de milho por mês para alimentação de aves e dos porcos
14	arroz, feijão, café, milho, mandioca, verduras, frutas, legumes, aves, ovos, suínos, cabritos, banha de porco, leite e doces.	20 saca de milho por mês para alimentação de aves, suínos, cabritos e cavalos.

Fonte: Dados coletados no trabalho de campo (setembro de 2002 a agosto de 2003).